

Alessandra Izabel de Carvalho
Luís Fernando Beneduzi
Maria Catarina Chitolina Zanini
Maria Cristina Dadalto
Robson Laverdi
org.

MEMÓRIAS, HISTÓRIAS E ETNOGRAFIAS

estudos a partir
da história oral



editora **ufsm**



Editora
UEPG

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Reitor: Miguel Sanches Neto

Vice-Reitor: Ivo Mottin Demiate

Pró-Reitora de Extensão e

Assuntos Culturais: Maria Salete Marcon Gomes Vaz

Editora UEPG: Beatriz Gomes Nadal

Conselho Editorial: Beatriz Gomes Nadal(Presidente),
Adilson Luiz Chinelatto, Antonio Liccardo, Augusta Pelinski
Raiher, Dircéia Moreira, Giovani Marino Favero, Ivana de Freitas
Bárbola, Maria Salete Marcon Gomes Vaz e Nívio de Campos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Reitor: Luciano Schuch

Vice-Reitor: Martha Bohrer Adaime

Diretor da Editora UFSM: Enéias Tavares

Conselho Editorial: Adriano Mendonça Souza, Alcyr Luciany Lopes
Martins, André Valle de Bairros, André Zanki Cordenonsi, Enéias
Tavares (Presidente), Fernanda Alice Antonello Londero Backes,
Graziela Inês Jacoby, Jucemara Antunes, Lana d'Ávila Campanella,
Marcelo Battesini, Odailso Sinvaldo Berte, Paulo Roberto da
Costa, Raone Somavilla, Ricardo de Souza Rocha, Rosani Marisa
Spanevello e Sara Regina Scotta Cabral.

Alessandra Izabel de Carvalho
Luís Fernando Beneduzi
Maria Catarina Chitolina Zanini
Maria Cristina Dadalto
Robson Laverdi
(org.)

MEMÓRIAS, HISTÓRIAS E ETNOGRAFIAS: estudos a partir da história oral



editora **ufsm**



Editora
UEPG

**Copyright © by Alessandra Izabel de Carvalho et al. (org.),
Editora UEPG & Editora UFSM**

Equipe editorial

Coordenação editorial Beatriz Gomes Nadal
Preparação de texto Tagiane Mai e Melissa de Moraes Peres
Revisão de língua portuguesa Thaíne Fernanda Sell
Revisão de língua espanhola Eduarda da Matta
Tradução para língua portuguesa Andrio Santos
Capa, projeto gráfico e diagramação Marco Aurélio Martins Wrobel

Os autores são os responsáveis pela escolha e apresentação das opiniões expressas nesse livro, as quais não são necessariamente as mesmas da UNESCO e não comprometem a organização.

M533 Memórias, histórias e etnografias: estudos a partir da história oral/ Alessandra Izabel de Carvalho et al. (org.). Ponta Grossa: Ed. UEPG; Editora UFSM, 2022.
256 p., il. Livro eletrônico.

ISBN: 978-65-86234-37-4

DOI: 10.5212/86234-37-4

1. História oral. 2. História das migrações. 3. Povos autóctones.
4. Quilombolas. 5. Funk (Música). I. Carvalho, Alessandra Izabel de et al. (org.).
II. T.

CDD: 907.2

Ficha catalográfica elaborada por Rodrigo Pallú Martins – CRB 9/2034/O

Depósito legal na Biblioteca Nacional

Editora filiada à **ABEU**
Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Editora UEPG Editora UFSM

Campus Central - Praça Santos Andrade, n. 1	Prédio da Reitoria – Campus Universitário – Camobi
84030-900 – Ponta Grossa – Paraná	97105-900 – Santa Maria, RS
Fone: (42) 3220-3306	Fone: (55) 3220.8610/8115
e-mail: vendas.editora@uepg.br	e-mail: editora@ufsm.br
site: www.editora.uepg.br	site: www.ufsm.br/editora

2022

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
APRESENTAÇÃO	13
POR UMA HISTÓRIA ORAL AMBIENTAL DOS CONHECIMENTOS ECOLÓGICOS TRADICIONAIS DA ERVA-MATE NO CENTRO-SUL DO PARANÁ E PLANALTO NORTE CATARINENSE	21
Alessandra Izabel de Carvalho	
Evelyn Roberta Nimmo	
Robson Laverdi	
LA HISTORIA RECIENTE Y LA ORALIDAD: HERRAMIENTAS PARA ESTUDIOS DE MOVILIDADES Y CONFLICTOS EN EL NUEVO MILENIO	41
Mónica Gatica	
HISTÓRIA RECENTE E ORALIDADE: FERRAMENTAS PARA O ESTUDO DE MOBILIDADES E CONFLITOS NO NOVO MILÊNIO	67
Mónica Gatica	
NARRATIVAS QUE SE TRADUZEM EM GESTOS, SILÊNCIOS E PALAVRAS: UM DIÁLOGO ENTRE MEMÓRIAS E PESQUISA ETNOGRÁFICA	93
Maria Catarina Chitolina Zanini	
“QUEM CONTA UM CONTO AUMENTA UM PONTO”: A RELAÇÃO ENTRE PASSADO E PRESENTE NAS NARRATIVAS DO VIVIDO	115
Luís Fernando Beneduzi	
A VIDA DE UMA DESCENDENTE DE ESCRAVOS EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA E A MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO (CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES, BRASIL)	137
Geisa Lourenço Ribeiro	

LAS VESTIDAS DE UNA HISTORIA: POÉTICAS DEL TIEMPO EN NARRACIONES SOBRE LAS HISTORIAS DE TEMPORADAS TEATRALES DE VERANO EN VILLA CARLOS PAZ, ARGENTINA.....	165
---	------------

Jimena Ines Garrido

AS VESTES DE UMA HISTÓRIA: POÉTICAS DO TEMPO EM NARRATIVAS SOBRE AS HISTÓRIAS DAS TEMPORADAS TEATRAIS DE VERÃO NA VILLA CARLOS PAZ, ARGENTINA	187
--	------------

Jimena Ines Garrido

ETNOBIOGRAFIA, MARGEM E CRIAÇÃO: MR. CATRA E AS CONEXÕES ENTRE BRANCOS, NEGROS E JUDEUS NO FUNK CARIOCA	209
--	------------

Mylene Mizrahi

EXPERIÊNCIAS DE BRASILEIRAS MIGRANTES NA ITÁLIA	231
--	------------

Maria Cristina Dadalto

Patrícia Pereira Pavesi

SOBRE OS/AS AUTORES/AS.....	249
------------------------------------	------------

PREFÁCIO

Nestas primeiras décadas do século XXI, as Ciências Humanas estão cada vez mais imbuídas de narrações de si mesmas. Se, no século passado, a narração era um terreno dos estudos folclóricos e antropológicos e, posteriormente, da história oral, o aprofundamento da prática da entrevista orientou os pesquisadores de história não só para a análise do texto produzido pela interação pessoal e pela transcrição, mas também para as formas sociais de construção da narração. Dessa maneira, a entrevista representou o ponto de contato e de passagem entre História e Antropologia – e de ambas com a Literatura e o Teatro – e ocasionou uma nova revalorização dos estudos do folclore. Nestes anos de início do século XXI, deu-se outra inovação, principalmente na História, que por tradição não a praticava: a entrada da narração de si na própria comunicação científica, não mais como objeto de estudo, mas como forma de contextualização e explicação de uma específica trajetória de pesquisa. Em outras palavras, o que o leitor podia deduzir ou fantasiar, na base de indícios espalhados no texto, agora é parte da tessitura da exposição: a historiadora não só explica com clareza sua colocação no meio estudado – à maneira que nos ensinaram os antropólogos –, mas também entra em detalhes pessoais, em seus sentimentos, em sua sensibilidade.

Este livro apresenta todas as facetas que acabo de mencionar. Onze pesquisadoras e pesquisadores de diferentes áreas das Ciências Humanas e de várias universidades na América e na Europa estão aqui reunidos para aprofundar distintas formas de entrevistas feitas entre Argentina, Brasil e Itália. Partindo de um específico caso de estudo, apontam ou elaboram, de maneira pormenorizada, as implicações metodológicas da produção e da análise da entrevista. Mas não só: alguns autores e autoras, no interior da narração, tecem uma escrita de si mesmos.

A ocasião do encontro foi um seminário sobre as novas metodologias para o estudo da história oral, celebrado na Universidade Ca' Foscari de Veneza, em fevereiro de 2020, justo no momento do surto da pandemia que, na Europa, golpeou primeiramente o Norte da Itália. A leitura deste livro demonstra que, não obstante as dificuldades que infelizmente todos conhecemos, os autores e autoras constituíram-se como um verdadeiro grupo de trabalho, e as interconexões, dentro de temas aparentemente tão diferentes entre si, são indícios evidentes de um debate que a distância e o isolamento não apagaram.

Os temas tratados são as migrações atuais e históricas, o meio ambiente, as relações entre o Estado e as minorias autóctones – elas também migrantes –, as novas comunidades rurais afro-brasileiras, o turismo e o teatro e, por fim, o contexto musical do funk na cidade do Rio de Janeiro. Um leque amplo e variado, no qual o leitor descobrirá a coerência entre as distintas contribuições, atravessadas pela narração de si e por seus desdobramentos.

O enredo entre o estudo de caso e as questões metodológicas é outro fio condutor desta obra coletiva. As questões são muitas, e aqui vou anotar algumas, deixando a quem lê o prazer de descobrir outras. Questão para mim fundamental é a das múltiplas temporalidades de que tratam alguns autores: Maria Catarina Chitolina Zanini, em seu trabalho na história das migrações, fortalecido pela bagagem antropológica; Geisa Lourenço Ribeiro, na pesquisa sobre os quilombolas atuais e a incorporação de diacronias da escravidão não só individuais, mas também sociais, porém distintas da cronologia da história nacional; Luís Fernando Beneduzi, que evidencia o presente como elemento definidor do passado, num processo contínuo de reinvenção ocasionado pela narração de si mesmo que foi estimulada pelo pesquisador. A encruzilhada do espaço e do tempo está presente no ensaio de Maria Cristina Dadalto e Patrícia Pereira Pavesi, no caso das migrações atuais, ressaltando os aspectos relativos ao gênero e introduzindo, no volume, o tema da língua como expressão de identidades em trânsito.

A importância do espaço físico e social na narração de si é bem evidenciada no ensaio de Mylene Mizrahi, que sintetiza aqui um amplo estudo de etnobiografia relativo a um artista do funk carioca. Nele, a autora mostra, de maneira eficaz, a mudança da imagem do biografado – e da mesma pesquisadora –, que passa da visibilidade à invisibilidade, dependendo dos espaços atravessados. No ensaio de Beneduzi, talvez mais que em outros, o cruzamento do espaço é feito dentro da passagem sincrônica em tempos distintos, numa espécie de acúmulo intergeracional, pelo qual os últimos da cadeia assumem para si mesmos a narração de todos os antepassados.

A genealogia, o gênero, a identidade – ou, diria eu, um sentimento indefinível e variável de pertença –, os objetos, com seu conteúdo explicativo e simbólico, os gestos, os silêncios (veja-se o texto de Maria Catarina Chitolina Zanini) são mais questões que os leitores encontrarão neste livro. Mas não só: eles encontrarão outras sugestões no ensaio de Jimena Ines Garrido, em que a História se confunde com a narração, até se identificar com ela, num jogo de equívocos de sentidos e de temporalidades. De fato, no ensaio sobre as *Temporadas Teatrales de Verano* na vila Carlo Paz (Argentina), o tempo é protagonista e exige uma adaptação permanente ao presente, com a consequente reinvenção de cenas e narrações.

Enfim, chegamos ao tema que ocupa os debates de nossos dias e que abre este livro: a relação com a Terra, desenvolvida na perspectiva da história do meio ambiente, no ensaio de Alessandra Izabel de Carvalho, Evelyn Roberta Nimmo e Robson Laverdi, sobre o cultivo da erva-mate no sul do Paraná, numa área de mata de araucárias – desafio difícil de ser cumprido, por causa do sistema de distribuição. A exploração da terra é um tema central no artigo de Mónica Gatica, dentro do estudo das tensões sociais contemporâneas. Nesta contribuição, o tema é a mobilidade dos Mapuche entre o Chile e a Argentina, e os conflitos com o Estado. Aqui também, como no ensaio anterior, a questão do uso da terra está entrelaçada com o abuso da mesma, por causa do cultivo

intensivo da erva-mate, por um lado e, por outro, da exploração de minerais raros para novas aplicações industriais.

Os dois últimos ensaios desvelam, sem contrariedade, como os depoimentos e a narração autobiográfica construídos dentro de um projeto de pesquisa são, para as próprias testemunhas, atos políticos. Em muitos casos, as pessoas entrevistadas usam sua narração para entrar diretamente em contato com o poder ou os poderes, ou para afirmar suas próprias verdades em um contexto específico: local e identitário, mesmo antes que social. Nesse quadro, a pesquisadora pode, às vezes, assumir ela própria as instâncias das pessoas entrevistadas, em vez de tratá-las como objeto de estudo.

No delicado mecanismo da relação entre investigador e testemunha, na apresentação do trabalho científico, entra em cena, sempre mais frequentemente, a narração de si mesmo, como um elemento a mais oferecido à comunidade acadêmica para esclarecer o contexto, as formas de empatia com a testemunha, as motivações profundas das hipóteses de pesquisa ou, mais banalmente, a adesão às lutas ou à ideologia dos depoentes. Este livro contém todas essas variedades de postura dos pesquisadores. Alguns autores e autoras introduzem mais do que outros e outras a dimensão subjetiva: uma narração de si mesmos que chega até a subverter as regras gramaticais, que aliás já foram amplamente modificadas no uso comum.

Este livro é baseado em pesquisas originais, suportadas por sólidas bibliografias, e fortalecido por um projeto compartilhado. Um livro com essas características desperta nos leitores novas perguntas, novas hipóteses de pesquisa. Vou aqui apresentar as minhas, à guisa de conclusão. O que aconteceria se começássemos a entrecruzar as narrações? Por exemplo: se as testemunhas dos grupos indígenas que denunciam a exploração sem controle dos minerais raros da Patagônia cruzassem-se com as narrações dos ecologistas europeus, que são favoráveis ao uso exclusivo dos automóveis elétricos, cujas baterias são fabricadas com aqueles metais raros? E quais seriam os resultados de uma análise comparativa das narrações migrantes em distintas realidades regionais

ou nacionais? Enfim: qual seria o contraponto à narração dos atuais descendentes dos quilombolas, feito pelos posseiros de um específico contexto local, que não são “quilombolas” ou não se reconhecem nessa categoria?

Em um mundo global de narrações de matriz marcadamente identitária ou de resgate, este livro, por meio de estudos de caso, explica a complexidade das relações sociais e culturais do tempo presente e proporciona ferramentas metodológicas necessárias para outras aventuras do saber. Que os leitores – e obviamente as leitoras – descubram seu próprio desafio.

Chiara Vangelista

Turim, junho de 2021.

APRESENTAÇÃO

Este livro, fruto de um diálogo entre pesquisadores do Brasil, Itália, Espanha e Argentina, apresenta reflexões inovadoras acerca do uso de narrativas orais em pesquisas diversificadas. Por meio de uma troca entre áreas diversas, como História, Antropologia, Sociologia, Estudos Culturais e outras, pode-se adentrar nas diversas formas e possibilidades de uso dessas fontes. Partindo de uma partilha acadêmica iniciada no evento *Seminario Internazionale sulle Nuove Metodologie per lo Studio della Storia Orale* (Seminário Internacional sobre Novas Metodologias para o Estudo da História Oral), ocorrido na Università Ca'Foscari di Venezia, na Itália, no ano de 2020, o livro concretiza um período de trocas, partilhas e intercâmbios. Foi em fevereiro daquele ano, numa Veneza linda e invernal, que começaram as conversações iniciais para a consolidação da obra que aqui se apresenta. Finalizá-la, em meio a uma pandemia que historicamente nos marcou a todos e todas, foi uma grande satisfação para os organizadores e autores. Foi possível conhecer Robson, seus lindos pais e seus pães de fermentação natural, Alessandra e sua tenacidade na pesquisa, Maria Cristina com sua energia e vitalidade, Luís com sua generosidade e Maria Catarina com seu gosto pelas histórias ouvidas. Para além do encontro entre os pesquisadores que trabalharam para construir esta obra, que é um trabalho acadêmico, de abrangência internacional, esse encontro nos possibilitou muitas partilhas e narrativas. Construir este livro foi uma satisfação em muitos sentidos.

Quando se pensa na história oral (HO) e seus caminhos metodológicos, há sempre questões que se colocam acerca das suas possibilidades infinitas e de suas limitações. Afinal, entre o narrado e o vivido há inúmeras recriações, fabulações e interpretações dinâmicas. Por meio de clivagens de gênero, classe, raça, etnia, geração e outras, as narrativas se refazem em encontros que podem ser conduzidos por

roteiros temáticos, abertos, semiabertos, entre outros. Há, igualmente, na contemporaneidade, as novas tecnologias de comunicação, que nos colocam desafios e facilidades nesse encontro entre um eu e um “outro” narrável. Assim, o ouvir assume um papel fundamental na construção do conhecimento. Transcrever, traduzir, interpretar e fazer das palavras desse outro material de pesquisa acadêmico é também um desafio para o pesquisador. A vigilância epistemológica se faz necessária e fértil (BOURDIEU, 2000). Aliás, é ela que nos alerta acerca da construção dos saberes acadêmicos e suas possibilidades de transgressão e transformação. Num jogo, dança, tensões ou relações paralelas entre aspectos micro e macro, a história oral e o manejo de narrativas nos solicitam também uma profunda reflexão e estudo acerca das relações entre indivíduos, seus coletivos e mundos. Como se processam? De qual ponto de vista falamos? Onde se situam socialmente nossos interlocutores? Na apresentação de suas vozes, conhecer suas trajetórias e quem são faz-se fundamental. Quais fios tecem enquanto narram? De onde provêm seus ditos? O quanto são únicos e o quanto se repetem nos coletivos dos quais fazem parte? São essas nuances que o trabalho com narrativas requer. Do local ao global, sentidos se constroem, desfazem-se e ressignificam. Essas dinâmicas estão presentes nas histórias de nossos interlocutores, e devemos estar atentos a elas.

A possibilidade de conhecer a trajetória de diferentes sujeitos, por meio de suas próprias palavras, é algo desafiador, mas também extremamente gratificante e motivador. Quantos mundos nos são apresentados pelos indivíduos, cruzados com suas subjetividades, memórias, contradições e recortes (intencionais ou não)? Para além de procurar os limites entre o que seria verdadeiro ou falso (ROUSSO, 2000), há muitos caminhos possíveis. Como já assinalado por Passerini (2012), Portelli (1993) e Ricouer (1991), imaginários, sonhos ucrônicos e fabulações cruzam os tempos vividos. Por memória, compreendemos, conforme Halbwachs (1990), as narrativas sobre o passado elaboradas no presente. São sempre construções permeadas por poderes (POLLAK, 1989, 1992), enquadramentos e subjetividades (CANDAU, 2012). Sendo

as memórias construções coletivas, não podemos esquecer, como salienta Halbwachs (1990), que quem lembra é o indivíduo, indivíduo esse que é fruto de uma socialização e de uma vivência social que o marca, inclusive na possibilidade de narrar.

Importante salientar o quanto, em qualquer das áreas que façam uso de narrativas orais, as questões éticas se fazem necessárias. Afinal, nossas perguntas são compreensíveis? E o que fazemos enquanto cientistas também? A negociação para as interlocuções e partilhas entre pesquisador e pesquisado deve e merece estar nos textos e ser problematizada. Como transformamos indivíduos e suas trajetórias em fontes para nossas pesquisas? O que aconteceu nesse processo? Numa época em que nossos interlocutores podem ser também nossos leitores, responsabilidade, respeito e cuidado com as narrativas são sempre fundamentais. Essa questão está presente em vários dos artigos deste livro. Trata-se, com certeza, de um momento muito importante na elaboração dos projetos de pesquisa, seus desfechos e resultados.

Podemos dizer que a elaboração, as trocas e a possibilidade de reunir as pesquisas dos autores aqui presentes foram também algo muito importante no momento atual, de internacionalização das Ciências Humanas no Brasil. Tendo pesquisadores de vários países, com linguagens, línguas e trajetórias acadêmicas diferenciadas, pode-se conhecer, no interior desta obra, os caminhos e descaminhos da utilização da história oral e do trabalho com narrativas em diferentes tempos, espaços e tradições acadêmicas. Além disso, com pesquisadores vinculados a diferentes programas de pós-graduação, pode-se ter a dimensão da importância da institucionalização das Ciências Humanas no Brasil.

Os textos aqui presentes possuem linhas comuns e diversificadas. O primeiro deles, de autoria de Alessandra Izabel de Carvalho, Evelyn Roberta Nimmo e Robson Laverdi, apresenta-nos o contexto do uso da história oral para compreender os conhecimentos ecológicos tradicionais da erva-mate no centro-sul do Paraná e planalto norte catarinense. Trata-se de um entrecruzamento entre a história ambiental e a história oral. Como ressaltam os autores, a história ambiental tornou visível a

necessidade de “aterramento da vida de humanos e não humanos em simbioses, conexões, exclusões, separações com os ambientes vividos”. Trazendo o cenário de produção da erva-mate e suas tensões, apresentam e alertam para a importância do manejo como forma de valorizar as tradições produtivas entre as populações que lidam com seu cultivo. São agricultores familiares que dependem dessa produção para reproduzir a sua condição e que têm, por meio do projeto de pesquisa “Uso e conservação da araucária na agricultura familiar”, a oportunidade de serem conhecidos, ouvidos e valorizados em seus saberes e fazeres. O capítulo é resultado de um projeto de pesquisa maior, que objetiva também documentar a produção, manuseio, distribuição e consumo da erva-mate, num circuito econômico próprio, que merece ser reconhecido e incentivado.

O segundo capítulo, de Mónica Gatica, introduz-nos em aspectos mais densos e tensionados acerca do trabalho com as fontes orais. O que é silenciado? Quais violências acontecem na eleição das narrativas legitimadas e oficializadas? Na busca por uma ciência além do proposto pelo positivismo, a autora salienta a importância de investigar os significados, fundamentais para os estudos da história oral, história essa que deve ser inter e transdisciplinar, como nos alerta Mónica. Trazendo reflexões e críticas pertinentes acerca do uso das fontes orais, aponta-nos que a história se nutre da memória, mas pode historicizá-la e revisá-la de forma crítica. Estudando a Patagônia e suas construções narrativas, a autora nos apresenta as implicações políticas das narrativas. Que território é esse? Quais as identificações dele provenientes? Quais usos políticos se podem fazer desses pertencimentos? Patagônia é natureza ou é cultura também? Por meio de uma escrita crítica, pertinente, Mónica nos conduz a conhecer e pensar no tempo e no espaço a Patagônia, sua territorialidade e usos políticos.

O capítulo de Maria Catarina Chitolina Zanini traz reflexões acerca do diálogo entre etnografia, narrativas e outras linguagens também presentes no encontro entre alteridades. Apresentando uma revisão acerca da etnografia para além de um método, a autora nos apresenta

os cenários de suas pesquisas empíricas com descendentes de imigrantes italianos no Brasil (desde 1997) e ítalo-brasileiros na Itália (desde 2012). Assim, as imagens, os gestos, as subjetividades e outras clivagens entram em sua análise como elementos importantes para se compreender e “interpretar” experiências. Acompanhando as discussões epistemológicas do fazer etnográfico, a autora nos apresenta o quanto a reflexividade, os cuidados éticos e as vigilâncias epistemológicas se fazem necessários no processo de produção de conhecimento com humanos e seus mundos. Desde o observar, caminhar junto, ouvir, estar, olhar e compartilhar o mesmo tempo e espaço, muitas são as potencialidades do fazer etnográfico e do uso de narrativas na construção de nossos processos de conhecimento do outro e de seus mundos possíveis e narráveis. Assim, descendentes de italianos nascidos no Brasil e ítalo-brasileiros na Itália são apresentados no texto, cruzando historicidades, subjetividades e outros marcadores sociais que se fazem presentes no cotidiano desses indivíduos.

Intitulado “Quem conta um conto aumenta um ponto”: a relação entre passado e presente nas narrativas do vivido”, o capítulo de Luís Fernando Beneduzi nos alerta para a importância dos cuidados que devemos ter ao manusear fontes orais. Tendo como sujeitos de seu estudo fontes advindas de projetos de pesquisa diversos que investigaram descendentes de imigrantes italianos nascidos no Brasil e que se deslocaram para a Itália, o autor nos traz importantes reflexões acerca do que é memória, subjetividade, passado e suas leituras e releituras – passado esse que, nas memórias dos sujeitos pesquisados, foi o motivador da ideia de um “retorno” à terra dos antepassados. A Itália imaginada e experienciada pelas memórias familiares, viva e cheia de emoções e afetos, desfaz-se, por vezes, quando na vida cotidiana e interações na Itália real, do século XXI. Então, questionamentos surgem nesses indivíduos quanto à sua brasilidade e também sua italianidade. Nada será como antes, é o que o autor nos alerta. Das memórias sobre a Itália partilhadas no Brasil às interações e impactos de uma Itália diferenciada, muitas transformações identitárias acontecem, dinamicamente,

no tempo e no espaço. Muitos são os deslocamentos propiciados pela travessia ao avesso.

O ensaio de Geisa Lourenço Ribeiro nos apresenta a fecundidade do uso de fontes orais para se conhecer e reconhecer determinados processos sociais, em especial para populações negras. Tendo sido contatada por um dos líderes da comunidade quilombola de Monte Alegre, localizada em Cachoeiro de Itapemirim, no estado do Espírito Santo (Brasil), a autora foi convidada para pesquisar a história de Leonardo Marcelino Ventura. Havia a possibilidade de Leonardo ter sua origem familiar em Joaquim e Veridiana, importantes personagens da história das comunidades negras locais. Adentrando no tempo e espaço dos interlocutores, Geisa nos traz, igualmente, um cenário estrutural mais amplo para se pensar o Brasil pós-abolição e escravidão. Quem eram os negros em Cachoeiro do Itapemirim? Como viviam? Como chegaram aos processos de identificação atuais? A autora nos apresenta também a saga dos Veridianos e o cotidiano dos descendentes de escravos no Brasil por meio das narrativas memorialistas. Afinal, como esse período dos antepassados é lembrado? Como se percebem em relação ao acontecido? O que pode ser narrado? E o que não?

Por sua vez, o texto de Jimena Ines Garrido é um convite a uma escrita sensível, dialógica e problematizadora dos encontros entre história, etnografia e teatro. Quais representações são possíveis nas contações de histórias? Por meio dessas questões, a autora nos leva a Villa Carlos Paz, uma cidade nas serras de Córdoba, na Argentina. Essa localidade, desde os anos 70 do século passado, recebia artistas em seus verões. O capítulo, resultado de sua tese doutoral, estudando temporadas teatrais (TTs), leva-nos aos bastidores tanto da produção como das *performances* e interações entre personagens, tempo e espaço. Que Argentina era aquela? Entre as vestiduras do tempo e as vestiduras do ser, do se fazer e de projetos, as narrativas apresentadas pela autora nos permitem conhecer o mundo do teatro, seus artistas, dilemas, tensões e expectativas. Do que se vestem? Como se vestem? Trata-se de um capítulo que também nos traz reflexões acerca do diálogo entre

Antropologia, História e Arte, em linguagens sempre surpreendentes, imaginativas e criativas. Conhecer os verões, as vestes, a Villa e suas narrativas são os convites que Jimena nos faz. Afinal, do que nos vestimos?

O ensaio de Mylene Mizrahi, intitulado “Etnobiografia, margem e criação: Mr. Catra e as conexões entre negros, judeus e funk carioca”, é um instigante estudo que nos apresenta a riqueza do encontro entre pesquisador e pesquisado num nível de grande intimidade. A autora, propondo-se a uma vivência muito próxima a seu interlocutor, participando de seu cotidiano de trabalho, familiar e doméstico, apresenta o mundo do funk carioca por meio de Mr. Catra. Discutindo também acerca da etnografia e de seu caráter reflexivo, Mizrahi nos apresenta discussões epistemológicas importantes sobre trabalho de campo, escrita e a sensorialidade que a interlocução nos propicia e exige. A autora nos apresenta também a etnobiografia, na qual a interlocução criativa entre pesquisador e pesquisado se processa. Por meio de Mr. Catra, somos apresentados a um Rio de Janeiro de brancos, judeus e negros, visíveis e invisíveis. De bandido a artista, a trajetória de Mr. Catra nos possibilita conhecer a leitura de um indivíduo acerca de si mesmo. Afinal, quem lê quem nas pesquisas etnográficas? E quais leituras nós, enquanto pesquisadores, potencializamos em nossos interlocutores?

Por último, o estudo de Maria Cristina Dadalto e Patrícia Pereira Pavesi nos insere no universo das mulheres brasileiras na Itália, suas vivências transnacionais, sua busca por sociabilidades e confronto com questões de classe, raça, gênero, entre outras. As autoras centraram seu foco nas dinâmicas de socialização, seus “tensionamentos na ordem das emoções”, nas redes de parentesco e nas práticas cotidianas. Tendo como base empírica 38 entrevistas com mulheres brasileiras que emigraram para a Itália entre os anos de 2012 e 2019, as autoras nos apresentam Maria e Joana, em suas trajetórias marcadas por questões comuns e particularizadas. O que é ser mulher brasileira na Itália? Como se processam as dinâmicas de identificação? Como ressaltam Maria Cristina e Patrícia, “a constituição da identidade migrante pode

ser uma experiência de profunda interioridade, quase que impronunciável”. Nesse sentido, a metodologia da história oral muito pode nos oferecer. O que não é dito, como pode ser interpretado?

Os organizadores.

REFERÊNCIAS

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice: Revista dos Tribunais, 1990.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. *In*: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. **Usos e abusos da história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 183-191.

CANDAU, J. A memória e o princípio da perda. **Diálogos**, Maringá, v. 16, n. 3, p. 843-872, set./dez. 2012.

PASSERINI, L. Mitobiografia em história oral. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [s. l.], v. 10, out. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12102/8764>. Acesso em: 16 ago. 2020.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 201-215, 1992.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, A. Sonhos ucrônicos: memória e possíveis mundos dos trabalhadores. **História**, São Paulo, v. 10, p. 41-58, dez. 1993.

RICOUER, P. **O si-mesmo como um outro**. São Paulo: Papirus, 1991.

ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. *In*: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. **Usos e abusos da história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 93-101.

POR UMA HISTÓRIA ORAL AMBIENTAL DOS CONHECIMENTOS ECOLÓGICOS TRADICIONAIS DA ERVA-MATE NO CENTRO- SUL DO PARANÁ E PLANALTO NORTE CATARINENSE

Alessandra Izabel de Carvalho

Evelyn Roberta Nimmo

Robson Laverdi

São incontáveis as contribuições da história oral (HO) às Ciências Humanas, mas não apenas a elas. Os campos disciplinares das assim chamadas disciplinas duras também têm se beneficiado com aportes metodológicos que inscrevem narrativas memoriais sobre processos vividos, assim como prospecções futuras. O mais interessante no percurso da HO, sobretudo após os anos 1970, coincide com renovações na compreensão do mundo no tempo e no espaço por novos campos disciplinares, entre os quais a história ambiental (HA). Esse âmbito de análise revigora perspectivas históricas a partir de maneiras de perceber a vida segundo um enfoque sistêmico. Ao mesmo tempo que a metodologia da HO inscreve valores e sentimentos das pessoas comuns, homens e mulheres reais, atravessados por dinâmicas de existência em realidades socioculturais diversas – para além da definição de posições privilegiadas fixas, esquecidas, silenciadas, excluídas, negadas, negligenciadas –, a HA, por sua vez, traz à cena a necessidade de aterramento da vida de humanos e não humanos em simbioses, conexões, exclusões, separações com os ambientes vividos. Juntas, HO e HA modelam uma relação transdisciplinar com aportes metodológicos móveis, evocando aberturas de percepção em trânsito, pelo menos num plano de sua inspiração reflexiva (INGOLD, 2012).

É nesse lugar de encontros que nos orientamos no desenvolvimento da pesquisa intitulada “Memórias do conhecimento tradicional associado às florestas com Araucária”. Com ela, somos movidos pelo desejo de compreender a interação de homens e mulheres com os processos que os mantêm conectados à terra, ao mundo natural, à vida em tempos e espaços que se mesclam. A HO aqui produzida dialoga com a HA como proposição tecida entre conexões ocultas (CAPRA, 2002) e, assim, lida com experiências vividas, mas também e sobretudo com narrativas de futuros possíveis da agroecologia e da segurança e soberania alimentares.

No âmbito dessa aproximação teórico-metodológica, a coprodução de conhecimentos se colocou como o eixo central da produção das narrativas, que levou em consideração um fluxo crescente de conhecimentos práticos, científicos e técnicos que foram se somando às perguntas iniciais dos pesquisadores. Os diversos sujeitos e suas experiências comuns de preservação e cuidado das florestas foram se entrelaçando na pesquisa com suas próprias formulações, experiências e indagações construídas numa relação ético-política solidária de saberes.

Em termos mais amplos, é preciso considerar que não basta uma leitura teórica sistêmica sem levar em consideração também a formulação de uma metodologia atenta a esse corpo de preocupações. De igual modo, vale considerar o reconhecimento de que as pesquisas com escopos de previsibilidade de chegada nos limitam a um repertório de achados, mas ficam restritas se pensarmos no desejo de lidar com sentidos emergentes (WILLIAMS, 1988, p. 143).

É preciso dizer que a pesquisa visa facilitar uma leitura das realidades rurais investigadas, tanto quanto agir como mediadora de saberes constituídos na cumplicidade entre agricultores familiares, movimentos sociais, técnicos e pesquisadores. O ponto de convergência é a preocupação comum em oferecer perspectivas para lidar com a dramaticidade dos processos relacionados às mudanças climáticas e aos impactos socioambientais gerados pelas formas hegemônicas

de produção agrícola. A inscrição de narrativas de coprodução de conhecimentos pode contribuir no reconhecimento dos esforços passados, presentes e futuros de salvaguarda dos sistemas tradicionais agrícolas comprometidos com a proteção da vida no planeta (WILLIAMS; RILEY, 2020). Trata-se de investigação sobre processos vividos em contexto rural e suas dinâmicas históricas, mas também da promoção de um sentido ativo de história pública, a qual é incumbida de proporcionar visibilidade às ações dela derivadas (ALMEIDA; OLIVEIRA ROVAI, 2011).

Nesse contexto, os sistemas tradicionais de produção da erva-mate funcionam como um conector de significados e experiências comuns, tais como modos de trabalhar, de interagir com as pessoas e a natureza e continuar as práticas culturais e socioambientais relacionados à floresta. No Sul do Brasil, esse sistema agroflorestal tradicional de erva-mate se desenvolveu ao longo de gerações e tem suas raízes nas práticas culturais e no conhecimento ecológico dos povos indígenas Guarani (NIMMO; NOGUEIRA, 2019). Por ser uma espécie tolerante à sombra, a erva-mate se desenvolve no sub-bosque da floresta com Araucária, típica da região, e muitas vezes é cultivada num sistema agroflorestal sem insumos químicos em função das interações naturais com o ambiente florestal (CHAIMSOHN; SOUZA, 2013). Esse modelo ocorre principalmente em pequenas propriedades familiares onde a produção de erva-mate é integrada a uma variedade de culturas alimentares e outros produtos florestais não madeireiros, incluindo frutas nativas, milho, feijão, arroz e verduras, bem como à criação de porcos, gado e galinhas. Importante destacar que, em média, mais de 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros (incluindo feijão, mandioca, carne de porco e leite) vêm de agricultura familiar (ROCHA; BURLANDY; MALUF, 2012; FAO, 2016), cujas propriedades geralmente têm menos de 50 hectares.

Nos últimos trinta anos, no entanto, o desenvolvimento do cultivo da erva-mate, incluindo técnicas de produção de mudas, plantio de

monocultura e melhoramento genético, vem pressionando os erveiros¹ a modernizar e intensificar a produção por meio da homogeneização (CHAIMSOHN; SOUZA, 2013). Apesar disso, os produtores tradicionais de erva-mate no centro-sul do Paraná e norte de Santa Catarina ainda mantêm, em grande parte, os sistemas agroflorestais nos quais a erva-mate é cultivada há gerações. Não é por acaso que, embora a região tenha sofrido intervenções antrópicas significativas no último século, que resultaram em uma redução drástica da cobertura florestal original (CASTELLA; BRITEZ, 2004; VIBRANS *et al.*, 2012), é precisamente nela que fragmentos de floresta ainda são encontrados (LACERDA, 2016; LACERDA; HANISCH; NIMMO, 2020).

Um grande desafio no desenvolvimento, implantação e continuidade de atividades sustentáveis e agroecológicas no Brasil é a falta de conhecimento e valorização das tradições produtivas e suas respectivas atividades culturais (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009; MARQUES, 2014). Apesar de sua importância, há pouco reconhecimento do papel central que a agricultura familiar e os sistemas agroecológicos tradicionais desempenham na região em termos ambientais, culturais ou socioeconômicos (CARNEIRO; MALUF, 2005; HAUER, 2010). Os programas de pesquisa e extensão rurais se mantêm no paradigma de conhecimentos muitas vezes elaborados de cima para baixo, que alienam os produtores de agricultura familiar e ignoram a importância de trabalhar com eles para desenvolver sistemas que atendam às realidades locais (HAUER, 2010; ALVES *et al.*, 2010). Apesar de ser um pilar do movimento agroecológico (SAMBUICHI *et al.*, 2017), esse processo de coprodução de conhecimento em parceria com os agricultores é pouco desenvolvido nessas práticas.

Assim, o estudo apresentado neste capítulo foi desenvolvido com os objetivos de criar uma rede de saberes sobre a floresta e as práticas

¹ Os produtores tradicionais de erva-mate se autorreferem como erveiros, enquanto os que gerenciam as empresas e industrializam ou beneficiam a erva-mate são denominados ervateiros, com implícita distinção de classe e ideologia. Os produtores de agricultura familiar que produzem erva-mate usando práticas “modernizadas”, como monoculturas e/ou agroquímicos, são vistos pelos erveiros como não tendo a mesma ética e práticas e, portanto, não são identificados como erveiros.

agroecológicas, principalmente no que se refere à produção de erva-mate, valorizar as vozes das famílias rurais, documentar e divulgar suas histórias e a sua cultura. Nossa equipe transdisciplinar é composta por pesquisadores e extensionistas de instituições federais (Embrapa Florestas), estaduais (Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IDR-PR, Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG) e municipais (secretarias de Agricultura), além de parceiros comunitários, incluindo Sindicatos de Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf) e famílias de agricultores.

Métodos que utilizam entrevistas, grupos focais e projetos de arte participativa têm sido usados na pesquisa sobre a conservação do meio ambiente para compreender como as mudanças da paisagem são percebidas e influenciam nas experiências sociopolíticas vividas no campo (PERSSON; JOHANSSON; OLSSON, 2018). Williams e Riley (2020, p. 225) argumentam que “a história oral como uma prática pode se prestar a uma pesquisa mais participativa, que desafia as barreiras entre o conhecimento ‘especialista’ e ‘leigo’, bem como as lacunas entre pesquisa e aplicação”. Entrevistas de HO oferecem uma perspectiva única sobre questões de meio ambiente, floresta e conservação, pois fornecem uma compreensão da maneira como as pessoas significam os lugares que habitam e como percebem e valorizam o mundo natural ao seu redor. As entrevistas também possibilitam a emergência de subjetividades ambientais, que podem “abordar o processo de formação de como os indivíduos constroem e reconstroem um conjunto de relações discursivas com a ‘natureza’” (ZHANG, 2019, p. 489) e reconhecer que as “fronteiras entre o ‘eu’ e o ambiente são porosas, e que a subjetividade é moldada pelo envolvimento de um ser humano com seu ambiente total, não apenas com seu ambiente social” (SINGH, 2013, p. 191).

As entrevistas foram realizadas entre 2017 e 2019, em sete diferentes municípios do sul do Paraná e do norte de Santa Catarina. A pesquisa de campo incluiu 33 entrevistas com 39 entrevistados, entre homens e mulheres, jovens e adultos, de uma mesma região socioambiental, alcançando 15 localidades transversalmente matizadas

por elementos culturais e históricos comuns. Os participantes foram identificados por meio do envolvimento das instituições parceiras com as comunidades e incluíram diferentes partes interessadas, entre elas erveiros e suas famílias, membros de sindicatos de agricultura familiar, funcionários municipais e estaduais e ervateiros.

As entrevistas foram guiadas por questões abertas e por temas relacionados à memória ambiental dos participantes, percepções da floresta e da produção da erva-mate, tecnologias e práticas utilizadas no sistema tradicional, transformações e desafios futuros relacionados às mudanças climáticas e segurança alimentar. Esse conjunto configura um leque de perspectivas relacionais experimentadas de modo compartilhado. Quando trazidas à reflexão do campo da HO, esse corpo de narrativas ganha ainda mais vitalidade demonstrativa, uma vez que se pode perceber as narrativas orais produzidas coletivamente como memórias compartilhadas (PORTELLI, 1997).

As entrevistas com os erveiros foram realizadas em suas propriedades, de modo a criar um ambiente confortável para compartilhar suas histórias e narrativas, além de permitir que os pesquisadores realizassem incursões pela floresta. Essas caminhadas dispararam subjetividades ambientais na forma de memórias e identidades que se inscrevem na paisagem (SANTOS-GRANERO, 1998).

Um dos temas marcantes das entrevistas foram as tensões com as regulamentações governamentais, leis, instituições e experiências e práticas cotidianas nos sistemas tradicionais de erva-mate. Esse assunto surgiu na maioria das entrevistas e foi expresso por erveiros de todas as faixas etárias, principalmente aqueles que participam ativamente dos sindicatos de agricultores familiares locais. Como Williams e Riley (2020, p. 221) destacaram, “as histórias orais podem fornecer uma visão sobre como essas relações de poder ambiental são vivenciadas e contestadas”, ao mesmo tempo que relativizam as narrativas ambientais dominantes. As atuais restrições legais ao uso das florestas no Sul do Brasil criaram uma situação em que os erveiros ressentem que não podem usar os recursos que eles mesmos têm protegido e fomentado

por gerações, enquanto as instituições governamentais presumem que, sem essas leis restritivas, os recursos florestais seriam degradados. Em interpretações das agências reguladoras, muitas vezes os produtores de agricultura familiar são percebidos como ameaças à floresta e não confiáveis para manter os ecossistemas florestais, tal como podemos perceber na fala de João Negir (2018):

Lenha hoje é muito pouco porque você não pode deixar uma pilha de lenha aqui, apesar de a gente queimar lenha, mas não pode. Porque se chega um fiscal, ele cobra da gente, né? E hoje você não consegue liberação pra cortar madeira branca aí, pra lenha. Então tem que usar eucalipto, tem que comprar daí.

Embora a propriedade de João Negir apresente uma biodiversidade singular, resultante de cuidados históricos que a família tem tido com a floresta e as nascentes, sua narrativa acentua a contradição assinalada. Na entrevista de Eduardo Wenglarék (2017), essas tensões também foram destacadas, e ele deixou claro que os pequenos agricultores se sentem desproporcionalmente prejudicados por esses processos burocráticos:

Nós ficamos com algum pinheiro que nós pensamos de salvar e recuperar, hoje já tá sobrando. [...] Pois pra nós é ruim porque na verdade eu tenho lenha aqui... tenho lenha pra vender, né? [...] Hoje eu vou ter que comprar eucalipto pra poder o piá secar fumo. [...] Que não pode derrubar uma árvore sem tirar a licença do IAP [Instituto Ambiental do Paraná]. Você vai tirar a licença do IAP, vai ter que pagar licença, eles querem dinheiro. Paga a licença e às vezes eles, em vez de liberar, levam um tempão. Que nem o sogro do Paulo ali, tirou uma licença, morreu e não viu a licença na mão dele, não trouxeram, não liberaram. Então pense, daí o cara vai secar fumo com o quê? Vai secar, vai comprar eucalipto, tem que plantar eucalipto. Mas agora não pode mexer nessa mata que tem aqui, vai deixar de fazer, numa terra de plantar, vai plantar eucalipto lá, né? Porque aqui não pode plantar.

Apesar da experiência e conhecimento com o uso sustentável da floresta para suprir necessidades do cotidiano, as agências reguladoras dificultam esse manejo, forçando os produtores a comprar lenha de

reflorestamento. Essa é uma situação verificada em muitas propriedades de agricultura familiar em que a floresta preservada não pode ser utilizada, implicando aumento de gastos que poderiam ser evitados, por se tratar de recursos que já existem nas propriedades, e, como foi apontado na fala de Eduardo Wenglarek, prejudicando a segurança alimentar das famílias.

Os erveiros entrevistados reconhecem que têm um papel importante na conservação das florestas. Eles sabem que suas propriedades fornecem vários serviços ecossistêmicos e benefícios para a sociedade, tais como a proteção de nascentes e a manutenção de matas ciliares. Semelhante à discussão de Singh (2013) sobre os povos da floresta na Índia, os erveiros constroem sua própria identidade em interação com a floresta, como administradores e portadores de conhecimentos. Erveiros são pessoas comuns que trabalham em um ambiente que fornece as condições ambientais necessárias para o desenvolvimento local e regional e, num plano maior, podem contribuir no enfrentamento das mudanças climáticas, da insegurança alimentar e de uma série de outras questões.

Outro tema que permeou as entrevistas foi a preocupação dos erveiros com a falta de autonomia na venda de seu produto por um preço justo e a incerteza de que esses sistemas tradicionais continuarão no futuro. Um grande problema enfrentado pelos pequenos produtores na comercialização da erva-mate está no fato de que a maior parte da produção é canalizada por algumas empresas de médio e grande porte que controlam os preços pagos pelas folhas *in natura*. A forma encontrada por João Negir e família para contornar essa situação foi beneficiar a sua matéria-prima:

Essa foi a ideia da gente também beneficiar a erva porque daí você ia vender a tua erva aqui e eles iam pagar um real o quilo, que era melhor do que o outro, mas daí eles pagavam 98 pro outro lá, né? Aumentava dois centavos [risos]. Era isso aí, né? Então não valia a pena. Só que daí você vai vender a tua a um real o quilo, que você produz 15 mil quilos num alqueire e o outro lá produz cinquenta e vende um pouquinho mais barato,

né? Usa veneno, não roça... tudo, né? Então não anima muito a gente! Como a gente queria fazer um produto de qualidade... É... vamos fazer e vender pronto já. E o pessoal tem gostado da nossa erva.

Cumpre sublinhar que a produção familiar manufaturada de João Negir é uma exceção nesse contexto. Como os erveiros têm pouca autonomia no processamento da erva-mate, ficam dependentes da indústria que não valoriza o produto proveniente dos sistemas tradicionais. Ao não diferenciar a matéria-prima produzida de forma sombreada e, geralmente, sem aditivos químicos daquela produzida no modelo de monocultura a pleno sol, em que comumente são usados agroquímicos e clones, a indústria acaba não remunerando a qualidade da erva-mate e tampouco reconhece o papel da história, da cultura e das práticas agroecológicas dos sistemas tradicionais, tornando-os ainda mais suscetíveis aos interesses do capital.

Ao mesmo tempo que a opção pelo beneficiamento da erva-mate na propriedade ofereceu uma contribuição para a manutenção do sistema tradicional, tal empreendimento não deixou de ser vivido sem conflitos. Alguns outros erveiros viram nessa iniciativa um movimento de afastamento, como um corte de classe que o separa, conforme detalha João Negir:

[Preocupação] da empresa crescer? Eu acho que daí é... Sai um pouco do ritmo da agricultura familiar, que é aqueles grupos que a gente tem, aquelas reuniões que você faz nas propriedades e que eu gosto muito disso aqui, né? O meu medo é isso. Eu posso até participar de tudo isso, mas o problema é que eu já... Teve uma pessoa e, não vou dizer quem que é, mas é bem amigo nosso aí, que ele falou que isso aqui fugiu da agricultura familiar e que inclusive esses dias eles iam ter uma reunião e eles estavam convidando as pessoas e: ah, não vamos convidar o João porque ele agora é empresário. Eu não sou empresário, eu sou um agricultor, né? Então, o meu medo é isso aqui, de que a gente perca o... Eu gosto muito da agricultura familiar, eu gosto dos agricultores, eu gosto de trabalhar também, na agricultura familiar, né? Tenho orgulho disso aqui. As pessoas têm... Muita

gente tem vergonha assim de ser caipira, mas eu não! Eu gosto [risos]. Essa é uma preocupação assim, né? Mas por isso que já tô deixando pro Alexandre [filho] aí que vá tocando isso aí... Se ele crescer que cresça, né?

Similarmente, Bernardo Vergopolem (2018), um erveiro e agricultor experimental, relatou-nos que ainda persiste uma cultura de desconfiança entre os pequenos agricultores não só em relação aos ervateiros, mas também quanto à potencialidade que os próprios erveiros têm como coletivo:

Até porque uma questão cultural aqui dos agricultores, produtores de erva-mate, mais conhecidos como erveiros, no caso que a gente fala no ditado popular, é aquela questão de que, mesmo sendo explorado e tendo dificuldade muitas vezes de comercializar, o comprador vem e já busca, ou mesmo aqueles que entregam a erva-mate na unidade de beneficiamento, no caso que nem a nossa família, já logo de imediato recebe o dinheiro dessa venda, e daí não tem aquele medo de... Bom, daqui a pouco eu vendo e a cooperativa não vai ter dinheiro pra me pagar. Enfim, falta uma certa coragem ainda.

Ambas as falas demonstram a complexidade dos processos de manejo, beneficiamento e comercialização da erva-mate que se impõem aos pequenos produtores. Enquanto João Negir precisa lidar com a desconfiança dos demais erveiros, Bernardo Vergopolem aponta os desafios culturais desse contexto. Apesar das várias tentativas de coletivizar os processos referidos, os erveiros ainda não alcançaram êxito na superação dessas dificuldades, que continuam a gerar incertezas à continuidade dos sistemas tradicionais. A indefinição sobre o futuro foi sucintamente descrita por Eduardo Wenglarek (2017) quando relatou: “[tem] uma pressão pra acabar com o nosso costume aqui e essa hora que acabar isso aqui, esses matos aqui vai sumindo. [...] Vai sumindo, vão destacar, vão não sei o quê. Daí eu quero ver o IAP vir aqui”. A situação também é agravada pela falta de interesse ou de envolvimento dos jovens nessas dinâmicas. É o que se verifica em muitas áreas rurais em que tem havido um êxodo significativo de jovens para as cidades

visando alcançar uma vida melhor (ABRAMOVAY, 1998/1999). Nesse sentido, a experiência de Jéssica Vergopolem (2018), uma jovem de 26 anos, e a de Jean, seu irmão de 28 anos, são significativas. Ao ser questionada sobre a sua opção de permanência no campo, Jéssica foi tácita ao responder:

Foi a gente mesmo que escolheu. No meu caso, tipo eu não me arrependo ainda porque eu adquiri muito conhecimento, mesmo eu não estando numa... porque a gente tá aprendendo e adquirindo conhecimento todo dia. Eu penso assim: se você quer aprender, você aprende, toda hora você tá aprendendo uma coisa nova. Então você vai observando tudo. Então não é só o diploma que vale, é o saber da pessoa. [...] É isso que foi né, Jean? Aqui da onde a gente morava, no caso, faculdade é longe. Então, ou você vai morar na cidade, aí é outra vida, a gente não estaria fazendo aquilo que a gente aprendeu e o que a gente gosta. É a ideologia da gente... Então você não estaria praticando isso saindo daqui. Então a gente optou por ficar aqui, por isso, né?, um dos motivos. E porque também, que nem na época, a gente terminou o Ensino Médio, que nem pra mim, eu não teria condição de pagar uma escola particular, tipo uma faculdade, fazer uma particular. Então eu teria condição pra ter feito, pra ser professora, eu acabei não querendo ser professora, mas aí a gente foi deixando, deixando. Mas isso não significa também que a gente não possa fazer alguma coisa pra frente, né?

Jéssica é uma jovem engajada nas lutas pela agricultura familiar agroecológica e tem consciência do valor dos conhecimentos advindos da sua experiência prática no campo. Sua fala mostra que os jovens estão reconhecendo que não se trata mais, necessariamente, de uma escolha entre ficar ou deixar, ou seja, que eles podem permanecer no campo e ainda assim se educar formal ou informalmente. É o que aparece também na entrevista com Olga Wenglarek (2017), uma erveira faxinalense de 51 anos, ao falar da experiência de sua filha:

Que nem a Ana Paula estudando, fazendo Agronomia que faz. Mas ela já sabe. E até isso serviu pra ela, pro estudo dela. Porque enquanto tem gente assim: ah vou fazer Agronomia, mas elas não têm nem noção do que que é. É aquele nome bonito. E ela

não, ela sabe. Se precisar pegar um trator e ir na roça buscar uma batata, ela pega e vai, né? Porque ela aprendeu isso. E que nem, assim, quem tem criança, eu acho que aonde a gente tá a criança tem que aprender a fazer aquilo que a gente faz. Se acham uma coisa melhor e quer mudar, muda.

Olga, ao mesmo tempo que considera a escolha da filha pelo ensino formal, não deixa de valorizar o aprendizado informal na lida com a terra:

Na roça, a mesma coisa. Eu tinha a minha enxada desde seis aninhos, já tinha a minha enxada e levava pra roça e quando me dava vontade de ir carpir, eu tava lá. E a gente aprende, porque eu acho que se a gente não aprender desde pequeninho. Às vezes até chamam assim de exploração, mas não é tanto exploração, porque se a criança tem aquele gosto de ir, tem que deixar que ela vá brincando, né? Ou se ele vai trabalhar, ele tá trabalhando porque ele aprendeu. Porque se não aprender desde pequeno, depois, né? Quando fica muito grande, talvez, às vezes, nem sempre quer aprender. E até os outros não têm paciência de ficar ensinando ali uma pessoa de vinte, vinte e poucos anos ali num servicinho normal. Então a gente vê isso. Eu criei as minhas crianças, o Marcio e a Ana Paula, desde pequeno, iam na roça com nós, eu levava rede, levava lanche, levava caderno. Ela ficava dando aula pros cavalos. É, sentava na carroça e ficava dando aula pros cavalos [risos]. Mas eu sempre levava. E nós até às vezes plantava fumo, porque plantemos um bom tempo. Daí o pessoal dizia: não, isso não pode ir pra roça tudo. Mas eu sempre levei. E não que judiei eles assim, tavam na sombra e tudo, e aprenderam e até hoje eles gostam disso, né?

Embora Olga toque no tema sensível do trabalho infantil, que gera vários debates e controvérsias, o que ela enfatiza é o aprendizado imediato necessário para lidar com o ambiente no qual estão inseridos. Para ela, esses conhecimentos construídos na prática sensibilizam as crianças para a importância da manutenção dos sistemas tradicionais de produção.

O que as narrativas mostram, e compreendemos como uma importante contribuição da história oral ambiental, é a expressão das

subjetividades ambientais que permeiam as interações dos erveiros e de suas famílias com o mundo. A partir da obra de Agrawal (2005), Ford e Norgaard (2020, p. 5) definem o conceito de subjetividade ambiental como

A experiência vivida no relacionamento com o meio ambiente em um contexto social que reconhece os efeitos do poder e da cultura na prática do indivíduo. Como todas as pessoas estão inseridas em ecossistemas, consideramos todas como sujeitos ambientais. Subjetividade se refere às maneiras como as pessoas assumem e vivem papéis culturalmente disponíveis em relação aos sistemas de poder.

Como tal, as subjetividades ambientais integram conceitos de experiência psicossocial, como preocupações, prioridades, cuidados, conhecimentos, crenças e valores, e são vinculadas ao lugar social. Ford e Norgaard (2020) consideram que a subjetividade é moldada não apenas pela interação com o governo, mas também por estruturas interligadas e sobrepostas, incluindo o colonialismo e os sistemas econômicos capitalistas.

No caso dos erveiros, as narrativas inscrevem subjetividades tanto em relação às tensões entre as comunidades e as políticas públicas como em relação à forma com que eles percebem seu papel relativamente à floresta e ao meio ambiente em geral. Elas vão além da identificação da floresta e dos sistemas tradicionais como aspecto importante de suas vidas; na verdade, são parte integrante da sobrevivência de seus modos de ser e estar no planeta. Assim, as ameaças atentam contra a sua própria existência. Essas formas de conhecer, ver e interagir com ambientes particularmente vulneráveis à degradação, como os remanescentes da floresta com Araucária no Sul do Brasil, oferecem outras maneiras de fazer a conservação. As experiências narradas demonstram a importância de se considerar as dinâmicas e as estruturas que desafiam a subsistência rural e destacam a necessidade de reimaginar como as comunidades locais podem desempenhar um papel integral nesse processo.

É preciso lembrar, entretanto, que nem a HO e nem a HA são entidades prontas e acabadas, e também por isso se beneficiam das críticas e propostas trazidas pelo pensamento sistêmico. Mais do que realizarmos entrevistas no sentido estrito do termo, estabelecemos diálogos construídos em mediações ético-políticas comuns, muitas vezes sentados numa roda de conversa às sombras de um bosque com araucárias majestosas, na varanda de uma casa de madeira com vista para um pomar ou um quintal com porcos e galinhas circulando livremente, quase sempre acompanhados por um chimarrão. Se entendemos a vida como uma teia de conexões ativas, não poderíamos tomar os entrevistados simplesmente como informantes ou depoentes, o que implicaria a dualidade sujeito e objeto. Ingold (2012, p. 41), na discussão teórica sobre a percepção da vida pensada em linhas, usa a analogia da interação entre uma aranha e uma mosca. Ele aponta que “[...] as linhas-fios da teia colocam as *condições de possibilidade* para que a aranha interaja com a mosca. Mas elas não são, em si, linhas de interação. Se essas linhas são relações, então elas são relações não *entre*, mas *ao longo de*”. Da mesma forma, entendemos as narrativas de história oral ambiental como emaranhamentos de fios de vida plenos de memórias, experiências, práticas, expectativas, desafios e tensões que geram novos conhecimentos e ações de todos os participantes nas entrevistas.

No itinerário da pesquisa, denotamos que as nossas indagações também foram se movendo para mais próximo dos processos narrados, inclusive gerando uma crescente de confiança entre entrevistados e entrevistadores. Disso consideramos alguns pontos importantes, que em síntese se relacionam com o corpo ético necessário para compor as narrativas. O primeiro é o fato de que as narrativas se mostraram fortemente marcadas pela permeabilidade de sentidos, ou seja, são narrativas em trânsito e não mencionam processos acabados. O segundo ponto tem a ver com o tônus narrativo da HO, trazendo-nos uma versatilidade discursiva colada às práticas, aos viveres, aos objetos, aos processos, aos ambientes como um todo. As memórias dos manejos

cotidianos carregam palavras e expressões provenientes do contato com a casa, o quintal, a horta, o erval, os instrumentos de trabalho, o feitiço das comidas, a relação com os animais domésticos e silvestres. São cheias de texturas de identificação com o espaço, com o tempo da continuidade, com o futuro da vida.

Apesar dos desafios enfrentados pelos erveiros na luta pela continuidade dos sistemas tradicionais, o engajamento da equipe de pesquisadores com as comunidades tem produzido movimentos positivos e prospectivos. As narrativas e discussões produzidas na pesquisa, que visa à documentação das histórias dos erveiros, proporcionam uma compreensão dos valores culturais, sociais e econômicos associados às florestas. Tal perspectiva contribui com a valorização dos sistemas tradicionais, que pode ser utilizada pelas comunidades para se diferenciarem no mercado, não só pelo maior retorno econômico, mas também pelo reconhecimento de seu valor ecológico e socioambiental. A conscientização e a sensibilização em relação a esses processos ajudam os mais jovens, por exemplo, a vislumbrar um futuro com possibilidades de inovação e renovação. Em termos de melhoria da autonomia dos agricultores, um avanço importante foi a criação, em 2019, do Observatório dos Sistemas Tradicionais e Agroecológicos de Erva-Mate, capitaneado pelo Ministério Público do Trabalho no Paraná (9ª Região), que inclui representantes de órgãos estaduais e federais, organizações da sociedade civil, universidades e sindicatos locais da Fetraf. Os objetivos do observatório são variados e implicam não só o apoio à manutenção desses sistemas, mas também a criação de esforços cooperativos e solidários para que os erveiros possam desenvolver suas próprias cadeias produtivas. A partilha de experiências comuns articuladas em torno dessas iniciativas promove a criação de canais de escuta éticos e empáticos, a mediação cultural e a coprodução de conhecimentos que nos posicionam no campo da história pública.

A HO que praticamos se conecta com uma perspectiva de metodologia aberta, originada e constituída com esforços transdisciplinares de percepção e registro das dinâmicas socioambientais. Neste capítulo,

valemo-nos da intenção de fazer uma HO mobilizada pelas preocupações da HA, sobretudo aquelas voltadas à compreensão de identidades ambientais de sujeitos que vivem essas realidades rurais e estão diretamente interligados com a preservação das florestas, nascentes e agrobiodiversidades locais e regionais.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem, sinceramente, aos agricultores e suas famílias que compartilharam conosco suas histórias e memórias. Em particular, agradecemos a Maria Izabel Radomski, Ednilson Pereira Gomes, Demerval Pessin de Farias, Bernardo Vergopolem, Carlos Urio e Arnaldo Soares. A coautora Evelyn Roberta Nimmo contou com bolsa de pós-doutorado (PNPD/Capes). O projeto foi apoiado pelo *Social Sciences and Humanities Research Council of Canada*, *Laurier Centre for Sustainable Food Systems* e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), sob número 16.16.05.002.00.00.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária**: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Rio Claro, v. 28/29, n. 1, p. 1-21, jan./dez. 1998/jan./ago. 1999. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Abramovay-R.-Agricultura-familiar-e-desenvolvimento-territorial.pdf>. Acesso em: 6 out. 2020.

AGRAWAL, A. Environmentality: community, intimate government, and the making of environmental subjects in Kumaon, India. **Current Anthropology**, v. 46, n. 2, p. 161-190, 2005.

ALMEIDA, J. R.; OLIVEIRA ROVAI, M. G. de. **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ALVES, J. J. A. *et al.* O conhecimento ecológico tradicional no planejamento e na gestão ambiental. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 4, n. 2, p. 44-60. 2010.

CAPRA, F. **As conexões ocultas**. São Paulo: Cultrix, 2002.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. Multifuncionalidade da agricultura familiar. In: BOTELHO FILHO, F. B. (org.). **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**: contribuições ao debate. Brasília: Universidade de Brasília, 2005. p. 43-58. (Cadernos do CEAM, v. 5, n. 17).

CASTELLA, P. R.; BRITZ, R. M. (org.). **A floresta com araucária no Paraná**: conservação e diagnóstico dos remanescentes florestais. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

CHAIMSOHN, F. P.; SOUZA, A. M. de. **Sistemas de produção tradicionais e agroflorestais de erva-mate no Centro-Sul do Paraná e Norte Catarinense**. Ponta Grossa: IAPAR, 2013.

FAO. **Superação da fome e da pobreza rural**: iniciativas brasileiras. Brasília: FAO, 2016.

FORD, A.; NORGAARD, K. M. Whose everyday climate cultures? Environmental subjectivities and invisibility in climate change discourse. **Climatic Change**, v. 163, p. 43-62, 2020. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/s10584-019-02632-1>. Acesso em: 6 out. 2020.

HAUER, M. **Conflitos e tensões no uso da terra**: agricultura familiar e legislação ambiental no Estado do Paraná. 2010. 240 f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012.

LACERDA, A. E. B. Conservation strategies for Araucaria Forests in Southern Brazil: assessing current and alternative approaches. **Biotropica**, v. 48, p. 537-544, 2016.

LACERDA, A. E. B.; HANISCH, A. L.; NIMMO, E. R. Leveraging traditional agroforestry practices to support sustainable and agrobiodiverse landscapes in Southern Brazil. **Land**, v. 9, n. 6, p. 176, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/land9060176>. Acesso em: 6 out. 2020.

MARQUES, A. C. **As paisagens do mate e a conservação socioambiental**: um estudo junto aos agricultores familiares do planalto norte catarinense. 2014. 424 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

NIMMO, E. R.; NOGUEIRA, J. F. M. M. Creating hybrid scientific knowledge and practice: the Jesuit and Guaraní cultivation of yerba mate. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies/Revue Canadienne Des Études Latino-Américaines et Caraïbes**, v. 44, n. 3, p. 347-367, 2019.

PERSSON, J.; JOHANSSON, E. L.; OLSSON, L. Harnessing local knowledge for scientific knowledge production: challenges and pitfalls within evidence-based sustainability studies. **Ecology and Society**, v. 23, n. 4, p. 38, 2018.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 14, p. 25-39, 1997.

ROCHA, C.; BURLANDY, L.; MALUF, R. Small farms and sustainable rural development for food security: the Brazilian experience. **Development Southern Africa**, v. 29, n. 4, p. 519-529, 2012.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* Introdução. In: SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* (org.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no**

Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017. p. 11-22.

SANTOS-GRANERO, F. Writing history into the landscape: space, myth, and ritual in contemporary Amazonia. **American Ethnologist**, v. 25, n. 2, p. 128-148, 1998.

SINGH, N. M. The affective labor of growing forests and the becoming of environmental subjects: rethinking environmentality in Odisha, India. **Geoforum**, v. 47, p. 189-198, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2013.01.010>. Acesso em: 6 out. 2020.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, v. 20, p. 31-45, 2009.

VIBRANS, A. C. *et al.* Extensão original e atual da cobertura florestal de Santa Catarina. In: VIBRANS, A. C. *et al.* (org.). **Diversidade e conservação dos remanescentes florestais**. Blumenau: Edifurb, 2012. p. 65-78.

WILLIAMS, B.; RILEY, M. The challenge of oral history to environmental history. **Environment and history**, v. 26, n. 2, p. 207-231, 2020.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988.

ZHANG, J. Tourism and environmental subjectivities in the Anthropocene: observations from Niru Village, Southwest China. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 27, n. 4, p. 488-502, 2019.

Fontes orais

NEGIR, J. Entrevista concedida a Alessandra Izabel de Carvalho, Evelyn Roberta Nimmo e Robson Laverdi para o projeto “Uso e conservação da araucária na agricultura familiar – Fase 2: o papel da erva-mate e dos sistemas tradicionais de manejo florestal na restauração e conservação

da Floresta com Araucária”. São João do Triunfo, 18 abr. 2018. Áudio mp3 (67 min).

VERGOPOLEM, B. Entrevista concedida a Alessandra Izabel de Carvalho, Evelyn Roberta Nimmo e Robson Laverdi para o projeto “Uso e conservação da araucária na agricultura familiar – Fase 2: o papel da erva-mate e dos sistemas tradicionais de manejo florestal na restauração e conservação da Floresta com Araucária”. Bituruna, 6 ago. 2018. Áudio mp3 (57 min).

VERGOPOLEM, J. Entrevista concedida a Alessandra Izabel de Carvalho, Evelyn Roberta Nimmo e Robson Laverdi para o projeto “Uso e conservação da araucária na agricultura familiar – Fase 2: o papel da erva-mate e dos sistemas tradicionais de manejo florestal na restauração e conservação da Floresta com Araucária”. Bituruna, 6 ago. 2018. Áudio mp3 (59 min).

WENGLAREK, E. Entrevista concedida a Alessandra Izabel de Carvalho, Evelyn Roberta Nimmo e Robson Laverdi para o projeto “Uso e conservação da araucária na agricultura familiar – Fase 2: o papel da erva-mate e dos sistemas tradicionais de manejo florestal na restauração e conservação da Floresta com Araucária”. São Mateus do Sul, 19 out. 2017. Áudio mp3 (99 min).

WENGLAREK, O. Entrevista concedida a Alessandra Izabel de Carvalho, Evelyn Roberta Nimmo e Robson Laverdi para o projeto “Uso e conservação da araucária na agricultura familiar – Fase 2: o papel da erva-mate e dos sistemas tradicionais de manejo florestal na restauração e conservação da Floresta com Araucária”. São Mateus do Sul, 12 jul. 2017. Áudio mp3 (73 min).

LA HISTORIA RECIENTE Y LA ORALIDAD: HERRAMIENTAS PARA ESTUDIOS DE MOVILIDADES Y CONFLICTOS EN EL NUEVO MILENIO

Mónica Gatica

La nueva agenda académica latinoamericana impone sortear los cánones más tradicionales de nuestra disciplina para abocarnos a historias no institucionales, centradas o interpeladas por los movimientos sociales, a las que hemos dedicado muchos de nuestros esfuerzos de investigación y trabajo, valiéndonos de la oralidad que ha habilitado la pesquisa, y que muchas veces ha enriquecido y permitido formular nuevas preguntas a los documentos oficiales producidos “desde arriba”.

La consolidación de la historia reciente gestó condiciones para una reflexión compartida, fructífera y enriquecedora que nos permite, partiendo de distintos escenarios, focalizar, delimitar y comparar temas y problemas del pasado próximo que dan cuenta de tensiones que irrumpen y se imponen, traduciéndose en preguntas para un futuro continente. Son demandas que atraviesan múltiples temporalidades y expresan preguntas con las que el pasado interpela al presente; son indagaciones formuladas por medio de un nuevo régimen relacional entre pasado, presente y futuro.

Trabajamos rescatando sentidos y marcas en los cuerpos, en los territorios y en los objetos; así como desbrozando las tensiones y disputas que los intentos de diseñar políticas activas de memorias suponen, además de revisar las frecuentes maniobras para instrumentar políticas de olvidos; de silencios disciplinadores o de impunidades de

larga y nueva fecha; y por supuesto de acciones de resistencias que no pueden pasar, o simplemente integrarse y subsumirse en un pasado, porque no han sido elaboradas socialmente, de manera que muchas de ellas están pendientes de satisfacción.

El trabajo colectivo emprendido habilita y da cuenta de la escucha, de la problematización y del abordaje de nuevos acervos; de la elaboración y la revisión crítica de la información disponible, todo aunado a un esfuerzo para develar prácticas violentas, excluyentes, en un contexto de fuertes embates neoliberales en el subcontinente, que exigen desmontar generalizaciones y aseveraciones simplificadoras; explicando certezas, argumentando y valorando críticamente la discusión.

Hacemos historia social y crítica cuando ponemos los sujetos en coordenadas sociales y económicas para avanzar sobre el relato fáctico positivista; superando la supuesta neutralidad axiológica y reemplazándola por un involucramiento ético y político. Como historiadores, optamos por trabajar desde la singularidad y la subjetividad; historiamos memorias sin someternos a ellas, procurando complejizar su análisis e interpretación; manteniendo una verificación objetiva y crítica, documental, factual; develando contradicciones, omisiones y silencios.

Esta práctica historiográfica no se define exclusivamente según reglas temporales, epistemológicas o metodológicas, sino fundamentalmente por la atención que prestamos a cuestiones siempre cambiantes que interpelan al presente. Somos parte de un proyecto y un esfuerzo colectivo e intergeneracional que resulta inseparable de la historia oral, que es, y ha sido, una herramienta fundamental para reconstruir las historias individuales y familiares de los trabajadores, de los campesinos, de los pueblos y comunidades, venciendo resistencias y prejuicios, y demostrando la importancia del diálogo; descubriendo y conociendo representaciones y subjetividades. Al decir de Alessandro Portelli (2016, p. 25): “El primer aspecto que hace diferentes las fuentes

orales es su capacidad de informarnos, más que de los acontecimientos, de sus significados.”

En nuestra práctica, la historia de las mujeres primero, y luego los estudios de género, nos aportaron nuevas preguntas y huellas – y es pertinente explicitar que nuestras lecturas y pesquisas se organizan en función de problemáticas impuestas por situaciones actuales. Consecuentemente, nuestra tarea es tributaria de la época y el contexto con el que interactuamos. Así, entonces, hoy, la elaboración, por ejemplo, del exilio proletario que he investigado, podría resignificarse y mejor plantearse con la conceptualización de movilidades e inmovilidades.

Una de las singularidades de estos abordajes radica en las implicancias subjetivas, haciendo evidente la importancia de la dimensión política y el trabajo inter y transdisciplinar, que son condiciones básicas de este campo de estudio – al que las y los investigadores en Argentina no dudamos y preferimos nombrar Historia Reciente, aunque en otras geografías haya recibido distintas denominaciones.

Abordamos experiencias y derroteros de actores y sujetos no hegemónicos, investigando individualidades y la singularidad de ciertos acontecimientos; la emergencia de performances y de actores que ofrecen y representan a colectivos y movimientos, recuperando la riqueza de las múltiples memorias, de sus ciclos y recorridos, para analizarlos e interpretarlos, develando contradicciones, omisiones y silencios que siempre habilitan revisar texturas y significados.

Nos situamos en la tensión entre historia y memoria, entre el acontecimiento y la experiencia, entre la distancia y la proximidad, entre la objetividad y la subjetividad, para complejizar e intervenir, cuestionar y desnaturalizar, implicándonos como sujetos históricos. Se trata, como bien ha señalado Franco, de “la expansión de la práctica -que- deriva de su condición epistemológica al trabajar con procesos abiertos, en los que pasado y presente conviven (ÁGUILA *et al.*, 2018, p. 178).

La consideración de las memorias como nuevo paradigma de los enfoques del mundo contemporáneo también está contemplada como fuente y objeto de investigación histórica; pero definitivamente incorporada al acervo historiográfico, a la vez que clave interpretativa. De algún modo se trata de un ejercicio profesional que interactúa entre la producción intelectual/académica, la disciplina y los sujetos sociales involucrados.

Es en este escenario en que se habilita el ingreso y el abordaje de subjetividades y memorias, con demandas y especificidades; pero puestas en paralelo a un trabajo que apela al impacto y la significación social de lo colectivo, con conductas que pueden ser objetivadas y que aportan a recuperar la agencia de los sujetos, permitiéndonos gestar y producir conceptualizaciones que cuestionen y amplíen paradigmas. Ya no admiten ser puestas en dudas nuestras prácticas, y son un logro metodológico significativo en el seno de los estudios sociales y humanos: la historia se nutre de la memoria, pero puede historiarla y revisarla críticamente.

Con una mirada holística, analizamos la historia regional dando cuenta de las múltiples memorias que en conflicto procuran definirla, develando operaciones y significantes que en muchos casos pueden aparecer en primera instancia como contradictorios.

Las movilidades que abordamos representan todos aquellos desplazamientos con un relativo grado de voluntariedad en los que las personas, más allá de la necesidad o el deseo, pueden elaborar un proyecto vital, obtener información y accionar redes o recursos personales, familiares y/o sociales. Involucran experiencias autogeneradas, pero también decisiones impulsadas o promovidas por circunstancias imperiosas, por razones de distinto cuño: sean violencias, condiciones ambientales u otras.

Son procesos asociados al desplazamiento de personas en un territorio, pero portando bienes materiales e inmateriales, con diversa entidad simbólica. Hay situaciones de in-movilidad forzada cuando no

es posible tramitar o transitar el proyecto migratorio, sea en origen o en tránsito, de un modo definitivo o circunstancial. La conceptualización referida emerge en un contexto donde la distinción entre movimientos forzados y no forzados es cada vez más difícil de definir empíricamente, y las violencias derivadas de los sistemas económicos se entremezclan y superponen con otras formas de coerción.

Trabajamos con abordajes contextualizados y multisituados que recuperen una perspectiva transnacional, analizando los lugares por los cuales las personas han transitado y formulando “un objeto de estudio centrado en las relaciones, asociaciones y vínculos entre esos lugares.” (RIVERO, 2017, p. 327).

Es oportuno el abordaje de las -in- movilidades también en tanto han sido, y son, fenómenos presentes en la larga duración, pero con especificidad en la historia reciente. Son procesos complejos que tienen muchas aristas y pueden ser abordados desde diferentes perspectivas y matrices disciplinarias. El aparato crítico para su abordaje está en el centro de nuestra tarea, problematizando conceptos como territorio, frontera, securitización; y atendiendo a lo sincrónico y diacrónico. El análisis situado por el que optamos admite y persigue trabajando con investigaciones empíricas, ejercicios y reuniones como la que ha dado origen a este texto, generando ámbitos y posibilidades para construir una perspectiva comparada, poniendo en diálogo las diferentes realidades, contextos y abordajes.

SENTIDOS DEL TERRITORIO: LA PATAGONIA DESIERTO

Bien ha señalado el reconocido geógrafo brasileño Porto Gonzalves (2009, p. 127) que

[...] el territorio no es algo anterior o exterior a la sociedad. Territorio es espacio apropiado, [...] es instituido por sujetos y grupos sociales que se afirman por medio de él. Así, hay, siempre, territorio y territorialidad, o sea, procesos sociales de territorialización. En un mismo territorio hay, siempre, múltiples territorialidades. [...] tiende a naturalizar las

relaciones sociales y de poder, pues se hace refugio, lugar donde cada cual se siente en casa, aunque en una sociedad dividida.

El concepto así formulado aporta y permite pensar la diversidad y multiplicidad de variables que atraviesan la vida social, las relaciones de poder establecidas y el acceso a los bienes comunes; es decir, las opresiones, los conflictos y las resistencias; constituyéndose en una herramienta para valorarlo y abordarlo dialécticamente. Nada hay de natural en los vínculos que se proponen y articulan entre humanos y naturaleza, por eso es importante poner en cuestión la visión unilineal del tiempo, o la homogeneidad construida en y desde el territorio, las memorias e imágenes hegemónicas impuestas.

Trabajamos para aportar visibilidad a múltiples territorialidades en las que subyacen tensiones entre la dominante, y aquellas que vinculadas a modos alternativos en los que los sujetos se apropian de él, lo habitan y establecen otras prácticas innovadoras y relaciones armoniosas y respetuosas con el medio. No acordamos y denunciemos las visiones de una territorialidad construida desde un afuera, a partir de un colonialismo que habla, en y por las regiones. Como ejemplo:

Para la mayoría de las personas, especialmente en ese entonces, Patagonia era un nombre como Timbuktú o Shangri-La: lejano, interesante, no del todo en el mapa. Patagonia trae a la mente, como una vez escribimos en una introducción del catálogo, 'visiones románticas de glaciares adentrándose en fiordos, de picos abruptos erosionados por el viento, de gauchos y de cóndores'. Ha sido un buen nombre, y puede pronunciarse en todos los idiomas. (NUESTRA MISIÓN, 2021).

Así, entonces, hay múltiples territorialidades, y los sujetos se encuadran y diferencian entre quienes legitiman la propiciada "desde arriba", por la mayoría de los estados y el capital; y quienes las resisten y cuestionan.

Patagonia ha sido y es inscripta como región por medio de distintas ideas de naturaleza: sea como lugar de explotación económica o como reservorio natural. Es dable recordar que fue incorporada a la nación en las últimas décadas del siglo XIX con un estatus inferior, minimizando las implicancias económicas que encerraba, aplicando un sistemático y constante recorte a los derechos de sus ciudadanos. Se la ha caracterizado como Desierto, pero ya desde hace muchos años nos interrogamos acerca de las implicancias que esto supone. En tanto sabemos que la institución de esa imagen/memoria responde a la voluntad de:

[...] arrasamiento, eliminando al otro: el genocidio indígena; la masacre de los obreros en las huelgas patagónicas; la negación de identidades subalternas, y la instalación de una supuesta homogeneización étnica, cultural y política. En definitiva, la negación del disidente (GATICA *et al.*, 2005, p. 216).

Subyace una profunda tensión entre la visión promisonaria y el imaginario que la constituye en tierra maldita; el confín al que se destierra, pero que postula contradictoriamente la visión promisorio, reservorio y refugio; destino para proyectos utópicos que con su atlanticidad cobija atrae distintos desafíos: desde la utopía anarquista de Errico Malatesta en 1886 hasta el sueño de una Nueva Gales en el sur o el asentamiento de Italianos y Boers. El establecimiento de comunidades hippies en la Comarca Andina de Chubut desde fines de la década de 1960, con sus características y bagajes contraculturales, libertarios y pacifistas, también se inscribe en esta perspectiva.

Las miradas sobre la región patagónica trasciendan lo meramente discursivo, la alusión a un espacio “pura naturaleza” puede evidenciarse en otro ejemplo que es ilustrativo del borramiento del conflicto: desde el 25 de febrero de 2017, “En el acceso a Trelew se erigió la obra que recrea en tamaño real un ejemplar de Titanosaurio”¹. Se trata de la réplica

¹ Disponible en: <https://www.eldiariodemadryn.com/2017/02/inauguraron-la-replica-del-dinosaurio-mas-grande-del-mundo/>. Acceso: 22 feb. 2021.

del dinosaurio más grande del mundo, que licua otras memorias que han condensado diversos sentidos políticos: sea la gesta de la colonia galesa en el confín, la masacre de militantes políticos en 1972, o el polo de desarrollo industrial de las décadas de 1970 y 1980.

La visión propiciada por el Museo/Fundación “Egidio Feruglio” desplaza y minimiza la ocupación humana, y consecuentemente las luchas desaparecen, logrando sino imponerse en la simbología del espacio, por lo menos desplazar al conflicto.

En un análisis semejante, Bohoslavsky (2009, p. 30) expresa:

[...] se principia por historizar el “descubrimiento” de la Patagonia y la constitución de su primera y más duradera representación literaria y plástica: la Patagonia – maldición, que conjuga exotismo y pretensiones imperiales entre 1520 y c. 1870. Acto seguido, se expone la historia del territorio austral entre c. 1870 y 1910, momento en el que fueron desalojadas las sociedades indígenas y se afirmó el orden estatal y capitalistas en el sur. La confianza en la llegada de tiempos promisorios se escondía detrás de la imagen de la Patagonia-progreso, sustentada en la epopeya de militares y “primeros pobladores”.

También es necesario atender a una representación que recorre el siglo XX: la Patagonia-energía que está dotada con recursos claves para la economía –petróleo, gas, carbón y ahora nuevas energías, como solar y eólica– que justificaron los esfuerzos para redoblar la presencia estatal y la vigilancia.

Ilustrando las pervivencias de los supuestos y caracterizaciones que implicaron la idea de progreso, es oportuno dar cuenta de las palabras que dirigió en ocasión de visitar Trelew el secretario de difusión y turismo, embajador Rodolfo Baltiérrez: “Las industrias en la Patagonia, son como los fortines de Roca en el desierto, es decir atalayas del progreso y de la civilización, puntos de arranque para el desarrollo.” (GATICA; LÓPEZ, 2005, p. 54).

La larga duración se expresa y proyecta, y casi cincuenta años después, en 2017, un nuevo funcionario nacional aludió al desarrollo patagónico de la siguiente manera: “Innovación, recursos naturales y marca Patagonia serán las principales estrategias productivas para la región”², subrayó Cabrera.

Hoy el destino del territorio, a ambos lados de la cordillera de Los Andes, continua asociado al supuesto que implica la producción de excedentes asociados a la naturaleza, contraponiéndose al emergente lenguaje de valorización de la territorialidad, tributario de un vínculo de larga duración entre paisaje, historia y protección del ambiente que propicia la desmercantilización de los llamados bienes comunes, y que por ejemplo se expresan en las numerosas movilizaciones convocadas en múltiples espacios con la consigna contemporánea de “El agua no se vende, se defiende”.

Es de atender que los intereses capitalistas, una vez más, superando las fronteras nacionales que tanto preocupan aparentemente a los sectores dominantes, continúan adjudicándole características semejantes. Un ejemplo lo encontramos en la propuesta de instalación de represas hidroeléctricas: veinte por lo menos en Chile, y seis proyectadas en Argentina. Pero también debemos consignar que la solidaridad y la empatía van gestándose, y las comunidades, coordinando las resistencias a un lado y otro de la Cordillera, por ejemplo, con la Red Patagonia Sin Fronteras.

Hay una tensión entre una lógica extractivista planteada por la minería y el capital internacional más concentrado, que es avalada por las máximas autoridades de los principales partidos políticos, pero que a la fecha no consigue sobreponerse a una racionalidad ambiental que se inscribe en un *ethos* (modo de ser y estar en el mundo) en el que somos los humanos parte de la naturaleza.

² Disponible en: <https://www.casarosada.gob.ar/informacion/eventos-destacados-presi/39538-avanza-el-proyecto-patagonia-para-potenciar-a-la-region>. Acceso: 22 feb. 2021.

Ya se ha señalado que: “La crisis ambiental es una crisis moral de instituciones políticas, de aparatos jurídicos de dominación, de relaciones sociales injustas y de una racionalidad instrumental en conflicto con la trama de la vida.” (Manifiesto por la Vida, 2002, p. 17).

Como historiadores, hemos llegado algo tarde al debate ambiental con relación a otras disciplinas, en las que el ambiente irrumpió con mucha fuerza en el discurso científico; y en tanto concepto resignificó las concepciones del mundo, del desarrollo, de la relación de la sociedad con la naturaleza y de la sustentabilidad de la vida, constituyéndose un pensamiento holístico cada día más amplio.

Guido Galafassi (2012) ha sostenido que la problemática del medio ambiente, los recursos naturales, la biodiversidad y la sustentabilidad del planeta, junto a la denuncia del militarismo, de la opresión de género, del productivismo, y yo agregaría del extractivismo, en tanto problemas focalizados, irrumpen y vienen haciendo acto de presencia creciente entre muy diversos procesos de movilización y protesta al largo de múltiples rincones del mundo contemporáneo, adquiriendo en América Latina un lugar relativamente destacado en las últimas décadas, sumándose o articulándose en mayor o menor medida con reivindicaciones de larga fecha. Desde la cuestión de la tierra y el territorio, la demanda de trabajo en los escenarios laborales con su pléyade de derechos conculcados, la consolidación de la democracia y la exigencia de justicia frente a los Derechos Humanos vulnerados, a la corrupción y a los pactos mafiosos, gangsteriles con narcotraficantes o empresarios capitalistas que arrasan con la naturaleza, que violentan a quienes defienden modos de vida armoniosos y respetuosos de las generaciones futuras. Es decir, hablamos de procesos que resultan de los legados de las distintas violencias, los que deben ser abordados con perspectiva de género y de clase; pero debe advertirse que la cuestión generacional también aporta a la validación y a el entendimiento de militancias, de resistencias y de análisis políticos complejos para comprender recorridos institucionales, atendiendo a las múltiples memorias heridas.

Hoy otra vez hay una alusión contradictoria entre las posibilidades económicas que revisten el territorio y su carácter de confín. Sólo por dar un ejemplo se proclamó que en la meseta central de Chubut los emprendimientos vinculados a la ganadería ovina no tienen futuro, siendo entonces la megaminería la única alternativa viable en el horizonte inmediato. A saber: el ex presidente Macri firmó, en enero de 2018, sin consultar a la provincia del Chubut, un acuerdo con Rusia para la explotación de Uranio en el yacimiento de Cerro Sólo, que también produciría además otros minerales estratégicos –molibdeno y renio– con elevadas cotizaciones en los mercados internacionales, aunque no implicaba la puesta en producción de regalías para el estado argentino y obviamente tampoco para el chubutense; y con niveles de empleo muy limitados para los trabajadores locales³. O sea, los beneficios una vez más quedaron por fuera de los intereses colectivos. Bien sabemos, de acuerdo con Corbetta y Karol (2015, p. 53), que “las luchas por el territorio entrañan también otras peleas y otros reclamos: interpelan identidades y modos de concebir las relaciones entre las sociedades y la naturaleza” para responder a violentos y sucesivos embates del capital.

Si hemos de referirnos a las resistencias emprendidas por los ambientalistas, un antecedente ineludible para la oposición a la megaminería fue el proyecto de instalación de un basurero nuclear en Gastre, en 1996. Enfrentando a la decisión política de la superestructura, el accionar coordinado de las organizaciones de base lograron impedir la concreción de este plan, siendo el hito-clave del proceso la “Gran Marcha a Gastre” que movilizó a miles de personas en el invierno patagónico. Es una memoria muy fuerte y exitosa, destacada y evocada en la historia de las luchas ambientalistas de la región junto del Plebiscito del No a la Mina de Esquel. Nos referimos al acto en que el 81% de la ciudadanía de esa localidad cordillera rechazó la explotación de un yacimiento de oro y plata a cielo abierto, el 23 de marzo de 2003.

³ Disponible en: <https://www.ambito.com/edicion-impres/uranio-chubut-desconoce-memorandum-rusia-n4010445>. Acceso: 20 ago. 2021.

IDENTIDADES Y PERTENENCIAS

Es importante revisar y no aceptar acríticamente supuestos, referencias o incluso delimitaciones arbitrarias; y parto de esta consideración ya que en general entiendo que los grupos que están adscribiendo por ejemplo a pertenencias indígenas, y muy recientemente en Argentina a orígenes africanos, se referencian en contextos más amplios, multiétnicos, siendo ineludible para abordarlos establecer el análisis de vínculos rurales/urbanos que sólo se comprenden a través de la inscripción de lo local en la totalidad, y que leídos por medio de la conceptualización de movilidades e inmovilidades aportan nuevas problematizaciones.

No busco referirme a una cuestión teórica sino a una praxis política para situar críticamente las implicancias transnacionales de la mundialización y sus especificidades en un contexto concreto. Hay un sustento cultural, pero no podemos obviar que el contexto económico ha condicionado la irrupción de nuevos sujetos, que muy alejados de la agencia del protagonista urbano de décadas anteriores, por ejemplo, se han reapropiado del territorio -ancestral- no sólo con una enorme carga simbólica, sino definiéndose en la lucha contra grandes capitales: valga esto como enunciación de la presencia del colectivo Mapuche en Argentina y Chile; o Mam en México y Guatemala, por ejemplo.

Un ejercicio de aplicabilidad del sentido hegemónico que los grupos dominantes le imprimen a lo nacional es puesto en tela de juicio de modo patente ante la irrupción de la preexistencia de lo Mapuche, que de acuerdo con la documental emanada del esfuerzo conjunto de los Estados Provinciales y el Estado Nacional Argentino propician los esfuerzos de criminalización del conflicto étnico, aunados al empeño puesto por el Estado Chileno.

En relación a la exclusión y a la otredad en la que se los sitúa, me pregunto si radica y obedece a su pertenencia de clase o a su adscripción étnica. Develar la intencionalidad que subyace al asociar lo mapuche al chileno, como hace el discurso dominante, más allá de carecer de

cualquier legitimidad histórica, da cuenta de una operación intelectual para justificar la defensa y la ocupación capitalista de la región, a fines del siglo XIX o a comienzos del XXI. La identidad étnica se sustenta en contenidos culturales distintivos y en mecanismos psicológicos, y no casualmente su análisis y consideración irrumpió desde la transdisciplina, y la interdisciplina en un contexto de globalización que ha profundizado las diferencias; propiciando incluso la emergencia de una descolonización que se re-apropia de saberes ancestrales, reivindicando una militancia, al decir de Sousa Santos, como vía emancipatoria frente al epistemicidio del desarrollo, que es una crisis ecológica, económica, social y civilizatoria (PORTO GONZALVES, 2009).

Las identidades y las memorias se elaboran, aprenden y manipulan; pero especialmente dan cuenta de la necesidad de pertenecer, de referenciarse. Hoy ser mapuche aparece como una estrategia de lucha y disputa por la administración de los recursos naturales, el capital social y aún la pertenencia estatal/nacional. La aboriginalidad remite a la construcción de otro excluido, despojado total o parcialmente de lo nacional, que hace que el activismo mapuche no sólo se vincule a la reivindicación por el acceso a bienes materiales como la tierra, sino a una disputa metacultural.

También, y sin poder desplegar una exhaustiva argumentación por los límites de esta presentación, es pertinente pensar las articulaciones de género. Compartimos con D'Antonio y Viano que es necesario repensar “[...] los procesos materiales en su imbricación con lo simbólico, apuntando además a la desestabilización de las nociones tajantes de separación del ámbito público y el privado” (ÁGUILA *et al.*, 2018, p. 36).

Kropff (2005) bien plantea que la emergencia de un *discurso generacional* en el marco de este activismo está presente, pero mientras la antropóloga sitúa el proceso a partir de 2001, en investigaciones previas hemos dado cuenta de la notoria emergencia de un sujeto urbano y joven, que, reapropiándose de identidades étnicas se inscribe, al quedar excluido del horizonte continente de un *desarrollo* agotado

desde lo económico, da cuenta prístinamente de los límites sociales que supuso para colectivos a los que se impuso una movilidad rural/urbana (GATICA; LÓPEZ, 1999).

En Chubut muy tardíamente se dictaron políticas específicas, las que ya hemos referido con anterioridad al analizar el Debate que dio origen a la primera Constitución Provincial en 1957, evidenciando como, más allá de la voluntad paternalista de algunos, la emergente burguesía se expresó a través del comprador de lanas Carlos Burgín: “Para los pobladores de muchas zonas el indígena resulta como vecino un problema más importante que el del zorro colorado. Hay lugares donde es mayor la cantidad de hacienda que roba o que mata el indígena, que la que puede matar el zorro colorado.” (GATICA *et al.*, 2005, p. 41).

Recién en el contexto de la contra-conmemoración de los quinientos años de conquista fue que emergieron las primeras organizaciones étnicas en nuestra provincia. Es de señalar que la reivindicación en Chubut se dio a conocer como colectivo Mapuche - Tehuelche 11 de octubre, y como bien ha señalado Del Río, tuvo la particularidad de plantear conflictos puntuales: denuncias y resistencias frente a avasallamientos y despojos de terratenientes nacionales y extranjeros con la complicidad del Estado.

En principio las organizaciones de las décadas de 1980 y 1990 se orientaron y buscaron el retorno al área rural, planteando la necesidad de volver para poder ser Mapuches. Es de considerar, que como ya hemos reseñado en trabajos anteriores abocados al industrialismo y al neoliberalismo (GATICA *et al.*, 2005, p. 65-66), se corresponden sus acciones con el cierre de un ciclo de movilidad demográfica del espacio rural hacia los centros urbanos a los que antes aludimos, lo que supuso que jóvenes de estos barrios con orígenes Mapuche retornaran al campo. Ciertamente desde el estado no se instrumentaron más que políticas de asistencia social en el proceso. Las movilidades e inmovilidades en muchos aspectos están asociadas a estrategias de inclusión o pertenencia con distintos horizontes referenciales.

El caso de la Comunidad Pillán Mahuiza en Chubut fue paradigmático para el activismo mapuche, constituyéndose horizonte de retorno a la tierra y ámbito de reapropiación de saberes y prácticas. Es importante señalar la empatía y la solidaridad que el colectivo de pueblos originarios en Chubut ha construido con otros movimientos sociales y políticos: desde el enfrentamiento con los intereses que expresan la megaminería y las compañías petroleras hasta colectivos artísticos que resignifican prácticas, saberes e incluso modos distintos de pensar el desarrollo en armonía, propuesto por la educación ambiental latinoamericana.

Para la comprensión de la cuestión étnica, Barth (1976) nos permitió problematizar nuevos y viejos problemas, considerando que las comunidades emergentes de las reapropiaciones mapuches tienen una importancia semiótica y pragmática, aunque es difícil considerarlas unidades o grupos sociales específicos. En tanto distinciones semióticas, podemos aludir a las implicancias de la lengua y el vestido, por ejemplo, que al ser incapaces de decodificarlo, hace que muchas figuras públicas banalicen la diferencia aludiendo a *disfraces* o *performances* sin comprender marcas y pertenencias. Un ejemplo es el incidente suscitado por medio de las expresiones vertidas por el exgobernador de Chubut, Mario Das Neves, sobre la militante mapuche Moira Millán: “Según el mandatario la dirigente ‘no sabe qué es lo que pasa con las comunidades aborígenes, lo que quiere es prensa, y en Buenos Aires se consigue fácil, uno se disfraza, hace los planteos y los porteños compran rápido’.”⁴.

No es disruptivo ni muy original plantear la articulación de etnicidad y clase, pero contextualizar y problematizar el discurso radical de un conjunto de jóvenes de origen urbano se enriquece con la incorporación del concepto de generación que, como señalábamos antes, impone particular reapropiación del imaginario y la cosmogonía que los define. No aludimos a un sentido biológico o psicológico, sino

⁴ Disponible en: <https://puertae.blogspot.com/2009/05/estado-de-terror-organizaciones.html>. Acceso: 22 feb. 2021.

a la común pertenencia a un colectivo que más allá de compartir una temporalidad ha vivido situaciones de falta de inscripción política en los ámbitos urbanos, con condiciones sociales y materiales paupérrimas. Sus padres, y tal vez abuelos, participaron de las peripecias que el modelo desarrollista propició, pero al cambiar las condiciones de producción y reproducción, cognitiva y pragmáticamente se referencian en una identidad que, aunque se pretende étnica, encierra muchos otros matices. En el final de la década de 1960 y comienzo de la de 1970, fueron despojados de la tierra y obligados a una movilidad a los centros urbanos, pero hoy al no contar ni siquiera en términos simbólicos con un futuro continente en ese espacio, vuelven y reclaman el territorio ancestral, que bien podríamos pensar a partir y en términos de una in-movilidad.

Más allá de que la prensa hegemónica ha escrito con sorna “de *blogger* a líder mapuche”⁵ en referencia a Facundo Jones Huala, reconstruir y visitar las experiencias que en el cono sur se están sucediendo es imperioso, no sólo desde lo individual o de el estudio de caso, sino para revisar las agencias de los sujetos involucrados. Convivimos con la irrupción de un sujeto colectivo que combina lo étnico con la clase y la pertenencia generacional, o más precisamente la apelación a la *juventud*, que es desde dónde recuperan la agencia -dialéctica y dinámica-, produciendo y negociando formas culturales. Ahora bien, nuestra tarea supone situarlas espacial y temporalmente para comprender las implicancias que las identidades suponen para estos jóvenes.

Una nota distintiva de la organización es el sistema de redes que articula, que no sólo los distingue de organizaciones previas, generando otros criterios de representación, sino que les permite fortalecer su conciencia y empoderamiento más allá de la demanda encuadrada en el sistema dominante del que busca distinguirse. Estas prácticas

⁵ Disponible en: <https://www.lanacion.com.ar/politica/fernando-jones-huala-explico-su-pasado-flogger-fue-divertido-nid2063805/>. Acceso: 22 feb. 2021.

contribuyen a hacerlos visibles, transformándolos en actores racionales, con objetivos que los movilizan a partir de los recursos de que disponen.

Hay desde el estado un rango de incompreensión del conflicto planteado que seguramente crecerá y que no podrán resolver con represión. Ilustrado con relación a lo que la hegemonía supone y el consenso reviste, es necessário gestar una empatía o un grado de identificación en un contexto de globalización y comunicación a través de múltiples redes, y la presión sobre ancianas mapuches para la construcción de una represa o el encarcelamiento y la muerte de jóvenes en el confín que la Patagonia supone permiten emerger resistências.

Es paradójica la irrupción de memorias y la multiplicación de artefactos culturales que procuran homogeneizar. Ya nos interrogamos sobre la intencionalidad de los grandes museos: Leleque, Egidio Feruglio o el EcoCentro en Puerto Madryn, pero particular atención merece la problematización y la intencionalidad del primero de estos.

La familia Benetton, poseedora de más de 900 mil hectáreas, utilizó como modalidad publicitaria la recreación de un almacén de ramos generales, y la muestra de más de 14 mil piezas arqueológicas “cedidas” por un coleccionista privado. La exhibición fue montada con asistencia e instrumentación científica, lo que entendimos supuso una nueva colaboración de la ciencia al capital internacional, contribuyendo otra vez a hacer de la región un territorio mítico y exótico. Fue un aporte al silenciamiento frente a lo que bien nos alertó Todorov (2000, p. 53) cuando señaló: “conmemorar a las víctimas del pasado es gratificador, mientras que resulta incomodo ocuparse de las de hoy en día”.

El día de su inauguración, el camino de ingreso fue bloqueado por miembros de una comunidad mapuche, que exigía a los empresarios italianos la restitución de su territorio:

Enarbolaron la bandera azul, blanca y amarilla, con una flecha azul en el centro, mientras hacían sonar sus instrumentos y gritaban a coro: ‘Nuestro pueblo está vivo’, mientras el gobernador Lizurume cortaba la cinta inaugural [...]. ‘Nuestra gente no tiene tierras y termina yéndose a los pueblos para

trabajar como mano de obra barata o vivir del asistencialismo' [...]. 'Allí nos convertimos en marginales, algunos se refugian en el alcohol, otros en el delito y la violencia. Y el Estado, en vez de darnos soluciones, responde con represión'. Estas palabras [...] son una síntesis de las contradicciones y paradojas históricas que se fusionaban aquella tarde de agosto. Los pueblos originarios serían protagonistas de aquel día, no tanto por la historia que se contaba sobre ellos dentro del museo, sino por haber hecho oír su propia historia afuera del mismo. Se encontraban frente a frente, el pasado indígena congelado por los intelectuales orgánicos ante ese presente en ebullición que representaba la Comunidad Vuelta del Río. (HERMOSILLA RIVERA, 2013, p. 30).

Casi a veinte años de esa pretendida cristalización de memorias, se hizo visible un sujeto colectivo demonizado por el Estado y sus socios de la sociedad civil que irrumpió en la escena tanto en la Patagonia Argentina como en la Araucanía Chilena y sin duda representa uno de los desafíos políticos más complejos para los estados nación. En el caso del territorio argentino en el curso de 2017, se sucedieron otra vez las muertes de jóvenes en contexto de represión; a la fecha, continúa detenido, ahora en Chile, Facundo Jones Huala, Lonko⁶, de la comunidad Pu Lof Cushamen.

Pudimos leer en la prensa: “Tal como adelantó El Cronista el máximo tribunal dispuso que el líder mapuche de la RAM debe regresar a Chile para ser juzgado allí por una serie de delitos. La noticia trae calma a empresarios del sector energético, preocupados por sus inversiones en Vaca Muerta”⁷. Al tiempo de consignada esa noticia, leímos el 25 de agosto del 2020 en el *Diario Clarín*:

La toma de **22 hectáreas** comenzó aproximadamente el 18 de agosto pasado, pero se convirtió en un problema mayor para el municipio del intendente **Bruno Pogliano**, cuando en las últimas horas se sumaron más de un centenar de personas. Según pudieron confirmar autoridades locales, los ocupantes

⁶ Líder espiritual y político de una comunidad.

⁷ Disponible en: <https://www.cronista.com/economiapolitica/La-Corte-Suprema-confirmando-la-extradicio>. Acceso: 22 feb. 2021.

extendieron su radio de influencia otros 600 metros hacia el **Mirador Azul y Cabeza del Indio**, espacios de excepcional atractivo turístico.⁸

Otra vez la respuesta del estado fue la búsqueda de estrategias represivas. Es de particular significación que se articulan estrategias coordinadas entre las distintas jurisdicciones provinciales e internacionales, produciéndose incluso material específico, redactado con la misma perspectiva que los manuales acuñados para reprimir a la subversión durante el período de la Guerra Fría en América Latina.

Vivimos un tiempo de globalización que irónicamente busca caracterizar, por medio del respeto, múltiples identidades, asistimos a una paradójica proliferación de lugares de memoria, pero en el cotidiano convivimos con aquel que tan bien refiere Alessandro Portelli (1998, p. 4) al señalar que “no se da el multiculturalismo sin conflicto, (y) entonces para ayudarlo a crecer, a tomar conciencia de sí mismo, es indispensable aprender a vivir en conflicto, en la conflictividad y no en la consensualidad de la reconciliación.”

Abundando, el 29 de diciembre de 2017 se publicó un Informe elaborado como producto de una tarea conjunta del Estado Argentino, con la colaboración de los gobiernos de las provincias de Neuquén, Río Negro y Chubut, donde además se plantea la coordinación establecida entre la Justicia Federal y las jurisdicciones provinciales. Se alude a la RAM (Resistencia Ancestral Mapuche) como una organización “etnonacionalista violenta”, que opera en Argentina desde 2009, particularmente en las provincias de Neuquén, Río Negro y Chubut. Sin duda y en sintonía con las expresiones públicas de distintos funcionarios, se alentó otra vez a la construcción de un enemigo interno, que, en concordancia con el supuesto peligro que emana de su carácter chileno, pone en riesgo la integridad y la soberanía que tan cara ha resultado en nuestra región.

⁸ Disponible en: <https://seniales.blogspot.com/2020/08/publico-clarin-grupos-mapuches-ocuparon.html>. Acceso: 22 feb. 2021.

Entre los delitos que se les adjudican se encuentra en primer lugar atentados contra la propiedad privada, seguidos por delitos contra la seguridad pública, contra el orden y las personas. El informe adjudica a la RAM un objetivo político concreto: la lucha insurreccional contra el Estado argentino y la propiedad privada.

El Ministerio de Seguridad afirma que sus activistas han constituido una red de apoyo entre organizaciones pertenecientes a una corriente de reivindicación indigenista, entre las cuales ubican a agrupaciones culturales, organizaciones no gubernamentales y otras comunidades. Pero es significativamente destacado el carácter etnonacionalista de quienes radicados en Chile, se referencian en grupos políticos anarquistas; también hay una aguda preocupación por los supuestos vínculos con organizaciones narcoguerrilleras e insurgentes, por ejemplo vinculadas a las FARC –Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia. En este contexto, y sólo a efecto ilustrativo, podemos referirnos al análisis por demás sesgado cuando afirman muy suspicazmente “El gesto utilizado tanto por JONES HUALA como por Moira MILLÁN y quienes se vinculan a ellos es el atribuido al anarquismo: brazo extendido en alto y puño cerrado” (DERECHOS HUMANOS EN LA ARGENTINA, 2017, p. 160).

Preocupan las implicancias de tan insustancial afirmación, y deseamos compartirla por las consecuencias que para la seguridad representa: ¿Es posible que ni siquiera evalúen que dicho símbolo fuera utilizado por el movimiento obrero desde fines del siglo XIX; o por el “poder negro” en Estados Unidos; por el mismo Nelson Mandela al salir de la cárcel; o tantas y diversas organizaciones? Si no fuéramos conscientes de los peligros y abusos que supone este modo de pensar y actuar bien podría inspirarnos una amarga sonrisa, pero la rutinización de la violencia, la generación de un otro al que es posible aislar, ha tenido fatales consecuencias.

Se menciona en el informe el “Kutralwe”, que es interpretado como un manual o apunte informativo en el que se consignan diversas herramientas para la lucha del pueblo mapuche; se da cuenta de la

importancia del conocimiento del terreno; de la vinculación con otros actores; del uso de nuevas tecnologías y de las redes sociales. Este último aspecto es especialmente destacado por los organismos de seguridad. Definitivamente la adscripción étnica debería situarlos fuera del Siglo XXI.

En relación a las formas de financiamiento de la RAM, se destacan los aportes realizados por distintas organizaciones no gubernamentales, señalando puntualmente la tarea desarrollada por el Instituto de Promoción de Estudios Sociales (IPES)⁹, particularmente en su relación con las actividades del Observatorio de Derechos Humanos de los Pueblos Indígenas del Neuquén. Hay una alusión directa a un trabajo de investigación de la Dra. Sara Mabel Villalba Portillo, la cual es mal nombrada, citada incorrectamente, destacándose su colaboración e involucrándola en la constitución de redes de apoyo, en particular las realizadas con la Asociación de Trabajadores del Estado (ATE). Claramente se realiza un uso tendencioso y nada académico. Forzando cualquier interpretación rigurosa, en ese apartado se da cuenta del uso sesgado de trabajos académicos por parte de los organismos represivos del Estado, e incluso se propician interpretaciones en detrimento de los Derechos Humanos. El informe da cuenta, de modo exhaustivo, de un listado de hechos adjudicados a la RAM, mencionando 96; de los cuales 71% se sitúan en la provincia del Chubut. Destaca el registro gráfico de los secuestros de las supuestas armas utilizadas que, salvo en el caso de Neuquén, donde sí se encuentran armas de fuego propias de las prácticas tradicionales de los habitantes rurales en todos los otros casos son relevadas reiteradamente: bombas molotov, es decir botellas y trapos que potencialmente funcionarían como mechas; gomeras; hondas, y herramientas de trabajo (hachas, serruchos, motosierras,

⁹ IPES-Elkartea es una asociación cultural sin ánimo de lucro que desde 1976 trabaja por una cultura comprometida con el mundo actual, cuyos problemas nos afectan como personas que defendemos los derechos humanos, basados en la dignidad y solidaridad; la libertad y la paz; el diálogo entre culturas diferentes; el reparto más justo frente a la pobreza; un desarrollo humano responsable con el medio ambiente; la ciudadanía democrática y la desaparición de las desigualdades de género. IPES-Elkartea ha sido galardonada en 2011 con el Premio Sociedad y Valores Humanos del Colegio de Doctores/as y Licenciados/as en Ciencias y Sociología de Navarra. Disponible en: <http://www.ipesderechoshumanos.org/pdf/ipes-dossier.pdf>. Acceso: 22 feb. 2021.

una hoz etc.), que son fotografiadas en los distintos operativos judiciales y policiales, dando muestra de la capacidad armamentista y la peligrosidad de este grupo.

El documento al que me refiero fue realizado por el Ministerio de Seguridad de la Nación y generó una declaración de la Defensa Pública de la Provincia del Chubut, que ante su circulación denunció la improcedencia e inexactitud de lo allí expuesto, ya que daba como probadas múltiples acciones que eran objeto de investigación o se refería a hechos en los que ya se había demostrado la falta de mérito de las acusaciones vertidas.

Este informe se contrapone con lo que varias organizaciones vienen denunciando en torno a la violación de los Derechos, siendo absolutamente pertinente la consulta del Informe 2017 del Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS), que consigna y da cuenta de las implicancias que la militarización y los despliegues de fuerzas de seguridad suponen al limitar la capacidad de reclamo y el derecho a ejercer la protesta. Señala:

El conflicto con grupos mapuches de Cushamen (Chubut) escaló a causa de una serie de violentos operativos ilegales realizados por la Gendarmería Nacional y la policía provincial, que terminaron con varios heridos. Funcionarios provinciales jerárquicos, como el gobernador Mario das Neves y el ministro de Gobierno Pablo Durán, caracterizaron a los mapuches reprimidos como “delincuentes”, “terroristas” y “violentos que no respetan las leyes, ni la patria, ni la bandera”. (2017, p. 80) Estas declaraciones fueron acompañadas por artículos y editoriales de medios de gran circulación local, que enfatizaron el carácter de enemigo del Estado y del orden jurídico. (2017, p. 81) En 2015, la justicia provincial de Chubut ya había intentado aplicar la Ley Antiterrorista en Esquel, en un episodio en el que luego quedaron claras las tareas de inteligencia ilegal que un funcionario de la AFI había realizado contra mapuches y otros activistas. La Corte Suprema de Justicia de la Nación (CSJN) desestimó la aplicación de la Ley Antiterrorista. La investigación del caso de espionaje ilegal llevó al procesamiento del agente de la

AFI, un comisario, un subcomisario y dos fiscales provinciales, (2017, p. 85). “Para el gobierno de Chubut, los mapuches reprimidos son terroristas.” (DERECHOS HUMANOS EN LA ARGENTINA, 2017).

Hasta ahora, los hechos más trágicos suscitados por medio de la criminalización a la que venimos refiriéndonos remiten a la desaparición el 1 de agosto de 2017 de Santiago Maldonado, visto por última vez con vida mientras intentaba huir de un operativo violento e ilegal de la Gendarmería Nacional en la localidad chubutense de Cushamen. Permaneció desaparecido por cerca de tres meses, y el hallazgo de su cuerpo aún suscita muchas dudas, sin que el Juez Federal Gustavo Lleral haya asignado responsabilidades ciertas al respecto. En noviembre del mismo año, en proximidades de Villa Mascardi, fue asesinado Rafael Nahuel en un Operativo de la Gendarmería Nacional, y el militar responsable ha sido exculpado en un muy observable proceso. Es dable aclarar que lo asesinaron baleándolo por la espalda y sólo tenía 22 años.

CONCLUSIÓN

Al historizar, no sólo aludimos a las memorias de la generación que hoy está movilizada, sino también a los recuerdos y las evocaciones de sus padres y abuelos con quienes comparten el presente histórico. Exploramos períodos y problemas que por su cercanía forman parte de las experiencias vivas de importantes grupos de nuestra sociedad; es un pasado actual, o tal vez en constante actualización, lo que nos interesa problematizar de la emergencia de lo étnico y de lo ambiental en nuestro territorio.

Como colectivo académico nos replanteamos la relación sujeto/objeto, re-definiendo y evitando apelar al soporte biológico, y explícitamente optamos por despojarnos de la asepsia epistémica de “observador-as-analítico-as” para reubicarnos y comprometernos con el tejido social histórico.

Estas investigaciones, aunque inscriptas en una temporalidad acotada, deben referenciarse en el marco que proporciona la historia,

revisando cambios y permanencias en la larga duración, para así evaluar las transformaciones operadas y acontecidas. Hay rupturas profundas, y reapropiaciones en las que subyace un nexo indisoluble con una dimensión ética que no sólo supone la evocación, sino que nos compromete con nuestro presente y el devenir.

Trabajo fundamentada en problemas emblemáticos: dictaduras, Derechos Humanos e Izquierdas en su sentido más amplio; en la emergencia de resistencias con una muy extensa temporalidad, que se han tornado visibles en las últimas décadas y hacen con que la cuestión indígena o étnica se inscriba en el análisis de las herencias dictatoriales. Hay un vínculo indisoluble de permanencia y aplicación de herramientas autoritarias que da cuenta de los efectos que a largo plazo aún suponen.

Como bien señala Dominique Schnapper: “[...] no debemos seguir combatiendo a un enemigo ya vencido y permanecer ciegos a lo que se desarrolla ante nuestros ojos. La historia continúa. El mal ha adoptado nuevas formas” (Academia Universal de las Culturas, 2002, p. 79).

REFERENCIAS

ÁGUILA, G. *et al.* (comp.). **La historia reciente en Argentina**: Balances de una historiografía pionera en América Latina. Buenos Aires: Imago Mundi, 2018.

BARTH, F. **Los grupos étnicos y sus fronteras**. 3. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

BOHOSLAVSKY, E. **El complot patagónico**: Nación, conspiración y violencia en el sur de Argentina y Chile (siglos XIX y XX). Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009.

CORBETTA, S.; KAROL, J. De territorios y epistemes en el ejercicio de pensar la América de nuestros días. *In*: SCHAEER, A. *et al.* **Pensar la ciudad y el territorio en Patagonia desde una perspectiva**

latinoamericana: relaciones de poder, conflictos y resistencias. Trelew: FHCS - UNP, 2015. p. 1-16.

DERECHOS HUMANOS EN LA ARGENTINA. Informe 2017. Buenos Aires: CELS, 23 nov. 2017. Disponible en: <https://www.cels.org.ar/web/publicaciones/derechos-humanos-en-la-argentina-informe-2017/>. Acceso: 16 feb. 2021.

GALAFASSI, G. ¿Qué hay de nuevo, viejo? Procesos de movilización y conflictos socioambientales. **Conflicto Social**, año 5, n. 8, p. 9-33, dic. 2012.

GATICA, M. *et al.* **Patagonia:** desarrollo y neoliberalismo. Buenos Aires: Imago Mundi, 2005.

GATICA, M.; LÓPEZ, S. **Patagonia:** identidades múltiples y fragmentadas. Ponencia Congreso Historia, Secretaría de Cultura Provincia de Chubut, Trevelin, 11 a 13 nov. 1999. p. 11-28.

HERMOSILLA RIVERA, C. Población rural en Chubut: la meseta de principios de siglo XX a la actualidad. **Revista Párrafos Geográficos**, Trelew, v. 12, n. 1, p. 40-64, 2013. Disponible en: http://igeopat.org/parrafosgeograficos/images/RevistasPG/2013_V12_1/19-2.pdf. Acceso: 16 feb. 2021.

KROPFF, L. **Activismo mapuche en Argentina.** Buenos Aires: Clacso, 2005.

PORTELLI, A. Charla con Alessandro Portelli. **Voces Recobradas – Revista de historia oral**, Buenos Aires, año 1, n. 3, p. 4-6, 1998.

PORTELLI, A. **Historias Orales:** narración, imaginación y diálogo. Rosario, Argentina: Ed. Prohistoria, 2016.

PORTO GONZALVES, C. De Saberes y de Territorios: diversidad y emancipación a partir de la experiencia latinoamericana. **Revista Polis**, Revista de la Universidad Bolivariana, Chile, v. 8, n. 22, p. 121-136, 2009.

RIVERO, P. La investigación multilocalizada en los estudios migratorios transnacionales. Aportes teóricos y prácticos. **Trabajo y Sociedad**. Sociología del trabajo -Estudios culturales- Narrativas sociológicas y literarias NB - Núcleo Básico de Revistas Científicas Argentinas (Caicyt-Conicet), Santiago del Estero, Argentina, n. 28, p. 327, Verano 2017.

TODOROV, T. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Paidós, 2000.

Fuentes

Nuestra Misión. Patagonia Argentina, 2021. Disponible en: <https://patagonia-ar.com/pages/historia>. Acceso: 16 feb. 2021.

Manifiesto por la Vida. Por una ética para la sustentabilidad. Simposio sobre Ética y Desarrollo Sustentable, Bogotá, Colombia, 2002, p. 14. Disponible en: <https://www.eduambientales.net/manifiesto-por-la-vida/>. Acceso: 22 feb. 2021.

MINISTERIO de Seguridad de la Nación y los gobiernos de las provincias de Río Negro, Neuquén y Chubut. R. A. M. Buenos Aires, dic. 2017.

MINISTERIO Público Fiscal de la Provincia del Chubut. Nota n. 61/18 D.G. Rawson, 3 abr. 18.

HISTÓRIA RECENTE E ORALIDADE: FERRAMENTAS PARA O ESTUDO DE MOBILIDADES E CONFLITOS NO NOVO MILÊNIO

Mónica Gatica

A nova agenda acadêmica latino-americana demanda contornar os cânones mais tradicionais de nossa disciplina e focar em histórias não institucionais, centradas ou contestadas por movimentos sociais, às quais temos dedicado grande parte de nossos esforços de pesquisa, trabalhando a partir, e valendo-nos, da própria oralidade que fundamenta nossas pesquisas, a qual muitas vezes a enriqueceu e permitiu formular novas questões aos documentos oficiais que vêm “de cima”.

A consolidação da história recente criou condições para que se estabelecesse uma reflexão compartilhada, frutífera e enriquecedora que nos permite, a partir de diferentes cenários, focar, delimitar e comparar questões e problemas do passado próximo que revelam tensões emergentes, e que se impõem, traduzindo-se em questões pertinentes para um continente futuro. Trata-se de demandas que transpassam múltiplas temporalidades e que expressam questões através das quais o passado questiona o presente; são indagações formuladas a partir de um novo regime relacional entre passado, presente e futuro.

Trabalhamos resgatando significados e marcas nos corpos, nos territórios e nos objetos, assim como esclarecendo tensões e disputas que as tentativas de esboçar políticas de memórias ativas acarretam, e também reexaminando os frequentes movimentos que visam à implementação de políticas do esquecimento; de silêncios disciplinares, ou de antigas e novas impunidades; e, claro, ações de resistência

impedidas de ocorrer, ou simplesmente de ser integradas e subsumidas a um passado, uma vez que não foram elaboradas socialmente e que muitas delas permanecem sem resolução.

O trabalho coletivo aqui realizado possibilita e dá conta do reconhecimento, problematização e abordagem de novos acervos culturais; da elaboração e revisão crítica da informação disponível, somada a um esforço para revelar práticas violentas e excludentes no contexto de intensos ataques neoliberais ocorridos no subcontinente, as quais exigem dismantelar generalizações e simplificar asserções; explicando certezas, argumentando e avaliando criticamente a discussão.

Fazemos história social e crítica, situando os sujeitos em coordenadas sociais e econômicas, no intuito de ir além da história factual e positivista, superando a suposta neutralidade axiológica e substituindo-a por um envolvimento ético e político. Como historiadores, escolhemos trabalhar a partir da singularidade e da subjetividade. Registramos memórias sem nos submetermos a elas, tentando tornar a análise e a interpretação mais complexas, prezando por uma abordagem objetiva, crítica, documental, factual; revelando contradições, omissões e silêncios.

Essa prática historiográfica não se define exclusivamente por regras temporais, epistemológicas ou metodológicas, mas essencialmente pela atenção que concedemos a questões em constante mudança que desafiam o presente. Fazemos parte de um projeto e esforço coletivo e intergeracional indissociável da história oral, que é e tem sido uma ferramenta fundamental para reconstruir as histórias individuais e familiares de trabalhadores, trabalhadores do campo, povos e comunidades, superando resistências e preconceitos, demonstrando a importância do diálogo, descobrindo e conhecendo representações e subjetividades. Nas palavras de Alessandro Portelli (2016, p. 25): “O primeiro aspecto diferenciador das fontes orais é sua capacidade de nos informar, mais do que sobre acontecimentos, sobre seus significados.”

Em nossa prática, a história das “mulheres primeiro”, e posteriormente os estudos de gênero, proporcionaram-nos novas perguntas e impressões – é pertinente elucidar que nossas leituras e pesquisas são organizadas de acordo com problemas impostos pelas situações atuais e, conseqüentemente, nossa empreitada é tributária do tempo e do contexto com os quais interagimos. Assim, hoje, por exemplo, a produção do exílio proletário que investiguei poderia ser ressignificada e mais bem elaborada através dos conceitos de mobilidade e imobilidade.

Uma das características de tais abordagens reside nas implicações subjetivas, evidenciando a importância da dimensão política e do trabalho inter e transdisciplinar, que são condições básicas desse campo de estudo – do qual nós pesquisadores na Argentina não nos abstermos e preferimos nomear de História Recente, embora em outras geografias tenha recebido nomes diferentes.

Abordamos experiências e percursos de atores e sujeitos sociais não hegemônicos, investigando individualidades e a singularidade de determinados acontecimentos; a emergência de *performances* e atores que oferecem e representam grupos e movimentos, recuperando a riqueza de múltiplas memórias, seus ciclos e percursos, para analisá-los e interpretá-los, revelando contradições, omissões e silêncios, os quais sempre nos permitem revisar estruturas e significados.

Posicionamo-nos em meio à tensão entre história e memória, entre acontecimento e experiência, distância e proximidade, objetividade e subjetividade, intuindo problematizar e intervir, questionar e desnaturalizar, comprometendo-nos como sujeitos históricos. Trata-se, como apontou Franco, “da expansão da prática (que) deriva de sua condição epistemológica ao trabalhar com processos abertos, em que coexistem passado e presente” (ÁGUILA *et al.*, 2018, p. 178).

A compreensão das memórias como um novo paradigma de abordagem do mundo contemporâneo é considerada também como fonte, como objeto de pesquisa histórica, mas trata-se de algo decididamente incorporado ao patrimônio historiográfico, assim como uma chave

interpretativa. De certa forma, é um exercício profissional que interage com a produção intelectual/acadêmica, a disciplina e os sujeitos sociais envolvidos.

É nesse cenário que se viabiliza a entrada e a aproximação de subjetividades e memórias a demandas e especificidades situadas, no entanto em paralelo a um trabalho que apela ao impacto e significado social do coletivo, com comportamentos que podem ser objetivados e que contribuem para restaurar a agência dos sujeitos, permitindo-nos conceber e produzir conceitos que questionem e ampliem paradigmas. Não é mais possível questionar nossas práticas, o que se revela uma conquista metodológica significativa dentro dos estudos sociais e da área de Humanas: a história se nutre da memória, mas pode ser revisada histórica e criticamente.

A partir de uma perspectiva holística, analisamos a história regional, abarcando as múltiplas memórias que, em conflito, procuram defini-la, revelando operações e significantes que em muitos casos, à primeira vista, podem parecer contraditórios.

As mobilidades que abordamos representam todos aqueles deslocamentos com um relativo grau de voluntariedade, através do qual as pessoas, além da necessidade ou desejo, podem desenvolver um projeto de vida, obter informações e acessar redes ou recursos pessoais, familiares e/ou sociais. Isso envolve experiências autogeradas, mas também decisões impulsionadas ou promovidas por circunstâncias urgentes e por diferentes motivos, sejam eles a violência, as condições ambientais ou outros.

Tais processos estão associados ao deslocamento de pessoas em um território, pessoas também dotadas de bens materiais e imateriais, possuidores de um valor simbólico diverso. Existem situações de imobilidade forçada, nas quais não é possível processar ou viabilizar o projeto migratório, seja em suas origens ou etapas, de modo definitivo ou temporário. A referida conceituação surge em um contexto em que a distinção entre movimentos forçados e não forçados releva-se cada

vez mais difícil de definir de maneira empírica, e a violência derivada dos sistemas econômicos se mescla e se sobrepõe a outras formas de coerção.

Trabalhamos a partir de abordagens contextualizadas e multisituadas que recuperam uma perspectiva transnacional, analisando os lugares que as pessoas percorreram e formulando “um objeto de estudo focado nas relações, associações e vínculos entre esses lugares” (RIO, 2017, p. 327).

É oportuno abordar as (i) mobilidades também na medida em que foram, e são, fenômenos presentes a longo prazo, mas dotadas de especificidade na história recente. São processos complexos que possuem faces múltiplas e podem ser abordados a partir de diferentes perspectivas e matrizes disciplinares. O aparato crítico para tal abordagem se estabelece como o cerne de nossa empreitada, compreendendo a problematização de conceitos como território, fronteira e securitização, levando em conta a questão do sincrônico e do diacrônico. Optamos por realizar uma análise situada, a qual permite e potencializa que trabalhem com pesquisas empíricas, exercícios e encontros como o que deu origem a este texto, produzindo contextos e possibilidades que viabilizem a construção de uma perspectiva comparativa, estabelecendo um diálogo entre diferentes realidades, contextos e abordagens.

OS SENTIDOS DO TERRITÓRIO: O DESERTO DA PATAGÔNIA

O conhecido geógrafo brasileiro Porto Gonzalves (2009, p. 127) apontou que

[...] o território não é algo anterior ou externo à sociedade. O território é um espaço apropriado [...], ele é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há sempre territórios e territorialidades, ou seja, processos sociais de territorialização. No mesmo território há sempre múltiplas territorialidades [...] o que tende a naturalizar as relações sociais e de poder, pois se torna um refúgio, um lugar onde todos se sentem em casa, embora numa sociedade dividida.

O conceito assim formulado contribui e permite pensar a diversidade e a multiplicidade das variáveis que transpassam a vida social, as relações de poder estabelecidas e o acesso aos bens comuns, isto é, as opressões, os conflitos e as resistências, tornando-se uma ferramenta a ser valorizada e abordada dialeticamente. Não há nada de natural nos vínculos que se propõem e se articulam entre humanos e natureza, cabendo então questionar a visão unilinear do tempo, ou a homogeneidade construída no, e a partir do, território, as memórias e imagens hegemônicas impostas.

Trabalhamos no intento de dar visibilidade às múltiplas territorialidades em que há tensões subjacentes entre o dominante e aqueles vinculados a contextos alternativos, como os sujeitos que se apropriam, habitam e também estabelecem outras práticas inovadoras e relações harmoniosas e respeitosas com o meio ambiente. Não concordamos e denunciemos a visão de uma territorialidade construída de fora, a partir de um colonialismo que fala nas e pelas regiões. Como exemplo:

Para a maioria das pessoas, especialmente naquela época, a Patagônia era um nome como Timbuktu ou Shangri-La: distante, interessante, não exatamente no mapa. A Patagônia traz à mente, como certa vez escrevemos em uma introdução do catálogo, 'visões românticas de geleiras mergulhadas em fiordes, de picos irregulares e erodidos pelo vento, de gaúchos e condores'. Tem sido um bom nome e pode ser pronunciado em todas as línguas. (NOSSA MISSÃO, 2021).

Assim, existem múltiplas territorialidades, e os sujeitos são definidos e diferenciados entre aqueles que legitimam a visão “de cima”, firmada pela maioria dos estados e capitais, e aqueles que resistem e a questionam.

A Patagônia foi e é descrita enquanto região com base em diferentes ideias de natureza: seja como lugar de exploração econômica, seja como reserva natural. Vale lembrar que ela foi incorporada à nação nas últimas décadas do século XIX, sob um *status* inferior, minimizando as implicações econômicas que encerrava e acarretando um corte

sistemático e constante dos direitos de seus cidadãos. Foi caracterizada como deserto, mas há muitos anos nos questionamos sobre as implicações que isso acarreta, pois sabemos que a instituição dessa imagem/memória responde à vontade de:

[...] devastação, eliminando o outro: o genocídio indígena; o massacre dos trabalhadores nas greves patagônicas; a negação das identidades subalternas e a instalação de uma suposta homogeneização étnica, cultural e política. Em suma, a negação da dissidência (GATICA *et al.*, 2005, p. 216).

Subjaz uma profunda tensão entre a visão promissora e o imaginário que concebe a região como terra maldita, como a fronteira do exílio, mas que também postula, contraditoriamente, a mesma visão promissora de reserva natural e refúgio, de destino para projetos utópicos que, dada sua natureza atlântica, compreendem diferentes desafios: da utopia anarquista de Errico Malatesta, em 1886, ao sonho de uma Nova Gales no sul, ou a colonização de italianos e bôeres. O estabelecimento de comunidades *hippies* na região andina de Chubut, iniciado no final da década de 1960, dotadas de características próprias e bagagens contraculturais, libertárias e pacifistas também faz parte dessa perspectiva.

As visões sobre a região patagônica transcendem o meramente discursivo. A alusão a um espaço de “natureza pura” pode ser evidenciada em outro exemplo, algo ilustrativo do apagamento de conflitos: em 25 de fevereiro de 2017, “no acesso a Trelew, ergueu-se uma obra que recria em tamanho real um espécime de Titanossauro”¹. Trata-se da réplica do maior dinossauro do mundo, algo que fundiu outras memórias que condensam diversos significados políticos: a concepção da colônia galesa na fronteira, o massacre de militantes políticos em 1972 ou o polo de desenvolvimento industrial dos anos 1970/1980.

A visão fomentada pelo Museu/Fundação “Egidio Feruglio” desloca e minimiza a ocupação humana e, conseqüentemente, as lutas

¹ Disponível em: <https://www.eldiariodemadryn.com/2017/02/inauguraron-la-replica-del-dinosaurio-mas-grande-del-mundo/>. Acesso em: 22 fev. 2021.

desaparecem, e embora não sejam capazes de se impor à simbologia do espaço, conseguem ao menos deslocar o conflito.

Em análise semelhante, Bohoslavsky (2009, p. 30) expressa que

[...] começamos por historicizar o ‘descobrimento’ da Patagônia e a constituição de sua primeira e mais duradoura representação literária e plástica: Patagônia-maldição, que combina exotismo e pretensões imperialistas entre 1520 e 1870. Depois disso, expomos a história do território meridional, entre 1870 e 1910, quando as sociedades indígenas foram expulsas e a ordem estatal e capitalista foi afirmada no sul. A confiança na chegada de tempos promissores ocultava-se por trás da imagem da Patagônia-progresso, baseada na epopeia dos militares e ‘primeiros colonos’.

Também é necessário dar atenção a uma representação que transpassa todo o século XX: a Patagônia-energia, dotada de recursos fundamentais para a economia – petróleo, gás, carvão, e agora novas energias: solar, eólica –, que justificou esforços para redobrar a presença e a vigilância do Estado.

Para ilustrar a persistência dos pressupostos e distinções que a ideia de progresso implica, é oportuno observar as palavras que o secretário de Divulgação e Turismo, o embaixador Rodolfo Baltiérrez, proferiu quando visitou Trelew: “Indústrias na Patagônia são como fortalezas rochosas no deserto. Ou seja, torres de vigia do progresso e da civilização, pontos de partida para o desenvolvimento.” (GATICA; LÓPEZ, 2005, p. 54).

O tempo passa e põe as coisas em perspectiva. E quase cinquenta anos depois, em 2017, um novo oficial nacional aludiu ao desenvolvimento patagônico da seguinte forma: “Inovação, recursos naturais e a marca Patagônia serão as principais estratégias produtivas para a região”², destacou Cabrera.

² Disponível em: <https://www.casarosada.gob.ar/informacion/eventos-destacados-presi/39538-avanza-el-proyecto-patagonia-para-potenciar-a-la-region>. Acesso em: 22 fev. 2021.

Hoje o destino do território, em ambos os lados da Cordilheira dos Andes, continua associado ao pressuposto que implica a produção de excedentes naturais, contrapondo-se à linguagem emergente de valorização da territorialidade, tributária de um vínculo de longa data entre paisagem, história e proteção do meio ambiente, a qual promove a desmercantilização dos chamados “bens comuns”, e que se expressa, por exemplo, através das numerosas mobilizações convocadas em múltiplos espaços, promulgadas no *slogan* contemporâneo “Água não se vende, se defende”.

É importante notar que os interesses capitalistas, mais uma vez, ultrapassando as fronteiras nacionais que aparentemente tanto preocupam os setores dominantes, continuam a atribuir-lhe características semelhantes. Um exemplo pode ser encontrado na proposta de instalação de hidrelétricas: pelo menos vinte no Chile e seis previstas na Argentina. Por outro lado, também devemos reconhecer que vêm crescendo sentimentos de solidariedade e de empatia e que algumas comunidades organizam movimentos de resistência em ambos os lados da Cordilheira, por exemplo, com a Red Patagonia Sin Fronteras.

Existe uma tensão entre a lógica extrativista proposta pela mineração e o capital internacional concentrado, algo que é endossado pelas lideranças políticas dos principais partidos políticos, ainda que até hoje não tenha sido possível superar a racionalidade ambiental que faz parte de um *ethos* (modo de ser e estar no mundo) que dita que nós humanos fazemos parte da natureza.

Já se destacou que: “A crise ambiental é uma crise moral das instituições políticas, dos aparatos jurídicos de dominação, das relações sociais injustas e de uma racionalidade instrumentalista em conflito com o tecido da vida.” (MANIFESTO PELA VIDA, 2002, p. 17).

Como historiadores, chegamos um pouco tarde ao debate ambiental em relação a outras disciplinas, nas quais o meio ambiente irrompeu no discurso científico com grande força. Como conceito, a ideia de meio ambiente ressignificou as concepções de mundo, de desenvolvimento,

da relação entre sociedade e natureza e de sustentabilidade da vida, tornando-se um pensamento holístico e cada dia mais amplo.

Guido Galafassi (2012) argumentou que os problemas relativos ao meio ambiente, recursos naturais, biodiversidade e sustentabilidade do planeta, paralelos às denúncias ao militarismo, opressão de gênero, produtivismo, e eu acrescentaria o extrativismo como uma questão específica, eclodiram e, desde então, vêm sendo presença constante em meio aos diversos processos de mobilização e protesto realizados em vários cantos do mundo contemporâneo. Nas últimas décadas, tais questões vêm conquistando um lugar relativamente proeminente na América Latina, unindo-se ou articulando-se em maior ou menor grau a reivindicações de longa data: a questão da terra e do território; a demanda por trabalho justo em contextos carentes de direitos trabalhistas adequados; a consolidação da democracia e a demanda por justiça perante a violação de direitos humanos; a denúncia à corrupção e aos esquemas da máfia ou de gângsteres com narcotraficantes ou empresários capitalistas que devastam a natureza e atacam aqueles que defendem modos de vida harmoniosos e respeitosos, visando às gerações futuras. Ou seja, tratamos de processos resultantes da herança das diferentes formas de violência, que devem ser abordadas a partir de uma perspectiva de gênero e classe. Todavia, cabe destacar que a questão geracional também contribui para a validação e compreensão de militâncias, resistências e análises políticas complexas que visam elucidar projetos institucionais, levando em conta as múltiplas memórias feridas.

Hoje, mais uma vez, faz-se uma alusão contraditória entre as possibilidades econômicas que o território possui e seu caráter de fronteira. Apenas para dar um exemplo, declarou-se que, no planalto central de Chubut, os empreendimentos ligados à ovinocultura não têm futuro e que a megamineração é a única alternativa viável a curto prazo. A saber, o ex-presidente Macri assinou, em janeiro de 2018, sem consultar a província de Chubut, um acordo com a Rússia para a exploração de urânio no depósito Cerro Sólo, que também produziria outros minerais

estratégicos – molibdênio e rênio –, os quais possuem elevada cotação no mercado internacional, embora nada no contrato implicasse o pagamento de *royalties* para o Estado argentino e, obviamente, tampouco ao estado de Chubut, além das limitadíssimas oportunidades para os trabalhadores locais³. Ou seja, os benefícios, mais uma vez, não agregavam os interesses coletivos. Bem sabemos, e concordamos com Corbetta e Karol (2015, p. 53), que “as lutas pelo território implicam também outras lutas e reivindicações: questionam identidades e maneiras de conceber as relações entre as sociedades e a natureza”, no intuito de responder às sucessivas e violentas investidas do capital.

Se mencionarmos a resistência empreendida pelos ambientalistas, um precedente incontornável à oposição à megamineração foi o projeto de criação de um lixão nuclear em Gastre, em 1996. Enfrentando a decisão política que previa a superestrutura, as ações coordenadas das organizações de base conseguiram impedir a implementação do projeto, cujo marco fundamental foi a “Grande Marcha a Gastre”, que, durante o inverno patagônico, mobilizou milhares de pessoas. Trata-se de uma memória demasiado potente e vitoriosa, destacada e evocada na história das lutas ambientais na região, ao lado do “Plebiscito do Não à Mina Esquel”. Referimo-nos ao ato em que 81% dos cidadãos daquela localidade serrana rejeitaram a exploração de uma jazida de ouro e prata a céu aberto, em 23 de março de 2003.

IDENTIDADES E PERTENCIMENTOS

É importante verificar e não aceitar acriticamente suposições, referências ou mesmo delimitações arbitrárias. Parto dessa consideração, pois em geral compreendo que os grupos que se consideram, por exemplo, pertencentes a matrizes indígenas, e mais recentemente na Argentina a matrizes africanas, são referidos em contextos mais amplos, multiétnicos, sendo inevitável, para abordá-los, examinar os vínculos rurais/urbanos que só podem ser compreendidos a partir da inscrição

³ Disponível em: <https://www.ambito.com/edicion-impresa/uranio-chubut-desconoce-memorandum-rusia-n4010445>. Acesso em: 20 ago. 2021.

do local na totalidade, e que lidos a partir do conceito de mobilidades e imobilidades contribuem para novas problematizações.

Não pretendo abordar uma questão teórica, e sim uma práxis política, visando situar criticamente as implicações transnacionais da globalização e suas especificidades em um contexto concreto e específico. Existe uma base cultural, mas não podemos ignorar que o contexto econômico condicionou o surgimento de novos sujeitos, que, distantes, por exemplo, da agência do protagonista urbano de décadas anteriores, reapropriaram-se do território (ancestral) não apenas por sua imensa carga simbólica, mas também para definir-se através da luta contra os grandes capitais. Por exemplo, a presença do coletivo mapuche na Argentina e no Chile, ou Mam no México e na Guatemala.

O exercício de aplicabilidade do sentido hegemônico que grupos dominantes imprimem ao nacional é questionado de forma patente perante a percepção da preexistência mapuche, o que, segundo o documentário produzido pelo empenho conjunto dos Estados Provinciais e do Estado Nacional Argentino, fomenta esforços para criminalizar o conflito étnico, juntamente com os esforços do Estado chileno.

Em relação ao contexto de exclusão e alteridade em que se situam, pergunto-me se isso se deve ao fato de pertencerem à classe que pertencem ou à sua atribuição étnica. A intencionalidade subjacente na associação do mapuche ao chileno, como faz o discurso dominante, além de carecer de qualquer legitimidade histórica, revela uma operação intelectual que visa justificar a defesa e a ocupação capitalista da região no final do século XIX ou no início do século XXI. A identidade étnica baseia-se em conteúdos culturais e mecanismos psicológicos distintos, e, não por acaso, da análise e reflexão desses aparatos, emergiram, em um contexto de globalização que aprofunda as diferenças, a transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade, promovendo inclusive a emergência de uma noção de descolonização que se reapropria de saberes ancestrais, reivindicando a militância, como defende Sousa Santos, como caminho emancipatório diante do epistemicídio

do desenvolvimento, que se apresenta como uma crise ecológica, econômica, social e civilizacional (PORTO GONZALVES, 2009).

Identidades e memórias são criadas, aprendidas e manipuladas, mas também abarcam, sobretudo, a necessidade de pertencer, de se situar. Hoje, ser mapuche representa uma estratégia de luta e disputa pela administração de recursos naturais, capital social e até pertencimento estatal/nacional. Essa aborígeneidade refere-se à construção de um outro excluído, total ou parcialmente despojado do nacional, o que vincula o ativismo mapuche não apenas à reivindicação de acesso a bens materiais como a terra, mas também a uma disputa metacultural.

Além disso, sem poder desenvolver um argumento exaustivo devido aos limites deste texto, faz-se pertinente pensar as articulações de gênero. Concordamos com D'Antonio e Viano que é preciso repensar “[...] o entrelaçamento dos processos materiais com o simbólico, atendendo-se também à desestabilização das noções taxativas de separação das esferas pública e privada” (ÁGUILA *et al.*, 2018, p. 36).

Kropff (2005) afirma que a emergência de um *discurso geracional* no contexto do ativismo, que a antropóloga situa a partir de 2001, já se fazia presente em pesquisas anteriores, pois percebemos o notório surgimento de um jovem sujeito urbano, que, reapropriando-se de identidades étnicas, inscreve-se, ao ser excluído do horizonte continental de um desenvolvimento econômico esgotado, e reconhece os limites sociais atribuídos aos grupos aos quais se impôs a mobilidade rural/urbana (GATICA; LÓPEZ, 1999).

Tardiamente no Chubut, decretaram-se políticas específicas, às quais já nos referimos ao analisar o debate que deu origem à primeira Constituição Provincial, em 1957, evidenciando como, para além da vontade paternalista de alguns, a burguesia emergente expressou-se através do comprador de lã Carlos Burgín: “Para os habitantes de muitas áreas, ter um indígena como vizinho é considerado um problema mais relevante do que a raposa vermelha. Existem lugares onde a quantidade

de bens roubados ou pessoas mortas por indígenas é maior do que é capaz a raposa vermelha.” (GATICA *et al.*, 2005, p. 41).

Apenas no contexto da contracomemoração dos quinhentos anos de conquista que surgiram as primeiras organizações étnicas em nossa província. Vale ressaltar que a reivindicação ocorrida em Chubut ficou conhecida como Coletivo Mapuche-Tehuelche em 11 de outubro e, como apontou Del Río, teve a particularidade de suscitar conflitos específicos: denúncias e resistências contra a escravização e a desapropriação de terras nacionais e estrangeiras, ocorridas com a cumplicidade do Estado.

A princípio, as organizações sociais das décadas de 1980 e 1990 se orientavam em prol de retornar ao meio rural, levantando a necessidade do retorno como requisito para ser mapuche. Consideramos que essas ações, como já delineamos em trabalhos anteriores dedicados ao industrialismo e ao neoliberalismo (GATICA *et al.*, 2005, p. 65-66), correspondem ao encerramento do ciclo de mobilidade demográfica do meio rural aos centros urbanos ao qual aludimos anteriormente, o que fez com que os jovens desses bairros de origem mapuche retornassem ao campo. É certo que, durante o processo, da parte do Estado, não se implementou nada além do que políticas de assistência social. Mobilidades e imobilidades, em muitos aspectos, estão associadas a estratégias de inclusão ou pertencimento relativas a diferentes horizontes referenciais.

O caso da comunidade Pillán Mahuiza, em Chubut, revelou-se paradigmático para o ativismo mapuche, constituindo-se como um horizonte de retorno à terra, assim como um espaço de reapropriação de saberes e práticas. É importante destacar a empatia e a solidariedade que o grupo indígena do Chubut construiu com outros movimentos sociais e políticos: do confronto com os interesses das megamineradoras e petroleiras aos grupos artísticos que ressignificam práticas, saberes e até mesmo uma forma diferente de pensar o desenvolvimento em harmonia, proposta pela educação ambiental latino-americana.

Visando à compreensão da questão étnica, Barth (1976) nos permitiu problematizar novas e velhas querelas, considerando que as comunidades emergentes das reapropriações mapuche têm importância semiótica e pragmática, embora seja difícil considerá-las como unidades ou grupos sociais específicos. Como distinções semióticas, ressaltamos as implicações da linguagem e do vestuário, que, por exemplo, inúmeras figuras públicas, incapazes de decodificá-los, banalizam suas diferenças constitutivas aludindo-as como *fantasias* ou *performances*, sem compreender suas marcas e elementos de pertencimento. Um exemplo disso foi o incidente suscitado pela fala do ex-governador de Chubut, Mario Das Neves, sobre a militante mapuche Moira Millán: “Segundo o presidente, a líder ‘não sabe o que está acontecendo com as comunidades indígenas, o que quer é mídia, o que em Buenos Aires é fácil conseguir. Alguém se fantasia, faz propostas e o povo de Buenos Aires compra a ideia rápido’.”⁴.

Não é disruptivo nem muito original propor a articulação de etnicidade e classe, mas contextualizar e problematizar o discurso radical de um grupo de jovens de origem urbana é algo que se enriquece a partir da incorporação do conceito de geração, que, como apontamos anteriormente, compreende uma reapropriação particular do imaginário e da cosmogonia que o define. Não nos referimos a um sentido biológico ou psicológico, mas ao pertencimento comum a um grupo que, além de compartilhar uma temporalidade, vivenciou a falta de representação política em áreas urbanas, somada a condições sociais e materiais precárias. Seus pais, e talvez avós, participaram das peripécias propiciadas pelo modelo desenvolvimentista, mas, ao se alterarem as condições de produção e reprodução, foram cognitivamente associados a uma identidade que, embora se diga étnica, contém diversas outras nuances. No fim dos anos 1960 ou início dos anos 1970, foram desapropriados de suas terras e obrigados a deslocar-se para os centros urbanos, mas hoje, sem contar sequer, em termos simbólicos,

⁴ Disponível em: <https://puertae.blogspot.com/2009/05/estado-de-terror-organizaciones.html>. Acesso em: 22 fev. 2021.

com a possibilidade de um futuro continente naquele espaço, regressam e reclamam o território ancestral, que poderíamos conceber a partir e em termos de uma imobilidade.

Além do fato de a imprensa hegemônica ter escrito sarcasticamente “de blogueiro a líder mapuche”⁵, referindo-se a Facundo Jones Huala, é imperativo reconstruir e revisitar as experiências que ocorrem no cone sul, não só referentes ao indivíduo ou ao estudo de caso, mas também no intuito de examinar as agências dos sujeitos envolvidos. Convivemos com a emergência de um sujeito coletivo que abarca o étnico, a classe e o pertencimento geracional, ou mais precisamente o apelo à *juventude*, de onde recuperam a agência (dialética e dinâmica), produzindo e negociando formas culturais. Agora, nossa tarefa envolve localizá-los espacial e temporalmente, objetivando compreender as implicações que as identidades têm para esses jovens.

Uma das marcas distintivas dessa organização é o sistema de redes que se articulam, o que não apenas as distingue das organizações anteriores, gerando outros critérios de representação, como também lhes permite fortalecer sua consciência e empoderamento para além da demanda definida pelo sistema dominante do qual procuram se diferenciar. Essas práticas contribuem para proporcionar-lhes visibilidade, transformando-os em atores racionais, com objetivos que os mobilizam a partir dos recursos disponíveis.

Da parte do Estado, há uma gama de questões incompreendidas relativas ao conflito, algo que certamente crescerá e que eles não poderão resolver através da repressão. Em relação ao que a hegemonia supõe e ao que o consenso sugere, é necessário fomentar a empatia ou certo grau de identificação em um contexto de globalização e comunicação através de múltiplas redes. Assim, a pressão exercida sobre as anciãs mapuche idosas para a construção de uma barragem, ou a prisão e morte de jovens na fronteira da Patagônia propiciam o surgimento de resistências.

⁵Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/politica/fernando-jones-huala-explico-su-pasado-flogger-fue-divertido-nid2063805/>. Acesso em: 22 fev. 2021.

A irrupção de memórias é paradoxal, assim como a multiplicação dos artefatos culturais que buscam homogeneizar. Já nos perguntamos sobre a intencionalidade dos grandes museus, Leleque, Egidio Feruglio ou o EcoCentro, de Puerto Madryn, mas a problematização e a intencionalidade do primeiro deles merece atenção especial.

A família Benetton, proprietária de mais de 900 mil hectares, organizou, com um viés publicitário, uma exposição de arte generalista, contando com uma mostra de mais de 14 mil peças arqueológicas “cedidas” por um colecionador particular. A exposição foi montada com consultoria e método científicos, o que entendemos que sugere uma nova colaboração entre a ciência e o capital internacional, contribuindo mais uma vez para tornar a região um território mítico e exótico. Tratou-se de uma contribuição para o silenciamento contra o qual Todorov (2000, p. 53) nos alertou ao apontar “que é gratificante celebrar as vítimas do passado, mas lidar com as de hoje é desconfortável”.

No dia da inauguração, a estrada foi bloqueada por membros de uma comunidade mapuche que exigiam que os empresários italianos restituíssem seu território:

Eles içaram a bandeira azul, branca e amarela, dotada de uma flecha azul no centro, enquanto tocavam seus instrumentos e gritavam em coro: ‘Nosso povo está vivo’, ao passo que o governador Lizurume cortava a fita inaugural [...]. ‘Nosso povo não tem terras e acaba indo para as cidades para trabalhar como mão de obra barata ou viver da previdência’ [...]. ‘Ali somos marginalizados, uns se refugiam no álcool, outros no crime e na violência. E o Estado, em vez de nos dar soluções, responde com repressão’. Estas palavras [...] são uma síntese das contradições e paradoxos históricos que se fundiram naquela tarde de agosto. Os nativos seriam os protagonistas daquele dia, não pela história que se contava sobre eles dentro do museu, mas porque fora dele fizeram todos ouvir sua história. Viam-se frente a frente, o passado indígena congelado pelos intelectuais diante daquele presente efervescente representado pela Comunidade Vuelta del Río. (HERMOSILLA RIVERA, 2013, p. 30).

Quase vinte anos depois dessa pretensa cristalização de memórias, ganhou evidência um sujeito coletivo demonizado pelo Estado e por seus parceiros da sociedade civil, emergindo tanto na Patagônia argentina e quanto na Araucanía chilena e representando, sem dúvida, um dos desafios políticos mais complexos dos Estados-nação. No caso do território argentino, ao longo de 2017, voltaram a ocorrer mortes de jovens devido à repressão. Até o momento, Facundo Jones Huala, Lonko⁶ da comunidade Pu Lof Cushamen, ainda se encontra detido no Chile.

Na imprensa, lemos: “Como previsto por El Cronista, a suprema corte decidiu que o líder mapuche do RAM deve retornar ao Chile para ser julgado por uma série de crimes. A notícia traz calma aos empresários do setor de energia, preocupados com seus investimentos em Vaca Muerta.”⁷ No momento em que essa notícia foi publicada, líamos, em 25 de agosto de 2020, o seguinte no *Diario Clarín*:

A tomada de **22 hectares** teve início aproximadamente no dia 18 de agosto, mas se tornou um grande problema para o município do prefeito Bruno Pogliano, pois nas últimas horas mais de cem pessoas aderiram à causa. Conforme confirmado pelas autoridades locais, os ocupantes estenderam seu raio de influência por mais 600 metros em direção ao **Mirador Azul e Cabeza del Indio**, espaços de excepcional atração turística.⁸

Mais uma vez, o Estado respondeu através de estratégias repressivas. É particularmente significativo que as estratégias articuladas entre as diferentes jurisdições provinciais e internacionais, ainda que produzindo material específico, apresentem a mesma perspectiva dos manuais cunhados para reprimir a subversão durante o período da Guerra Fria na América Latina.

⁶ Líder espiritual e político de uma comunidade.

⁷ Disponível em: <https://www.cronista.com/economiapolitica/La-Corte-Suprema-confirmla-extradicio>. Acesso em: 22 de fev. 2021.

⁸ Disponível em: <https://seniales.blogspot.com/2020/08/publico-clarin-grupos-mapuches-ocuparon.html>. Acesso em: 22 fev. 2021.

Vivemos uma época de globalização que, ironicamente, procura caracterizar-se com base no respeito às múltiplas identidades. Assistimos a uma proliferação paradoxal de lugares de memória, mas no cotidiano convivemos com aquilo que Alessandro Portelli (1998, p. 4) define tão bem ao apontar que “o multiculturalismo não existe sem conflito, (e) para ajudá-lo a crescer, a tomar consciência de si mesmo, é essencial aprender a viver em conflito, em conflito e não na consensualidade da reconciliação”.

Em 29 de dezembro de 2017, publicou-se um relatório elaborado como resultado de uma tarefa conjunta do Estado argentino e dos governos das províncias de Neuquén, Río Negro e Chubut, em que também se propõe a articulação entre a Justiça Federal e as justiças provinciais. O relatório se refere à Resistência Ancestral Mapuche (RAM), ali caracterizada como uma organização *etnonacionalista violenta*⁹ que atua na Argentina desde 2009, particularmente nas províncias de Neuquén, Río Negro e Chubut. Sem dúvida, e em sintonia com as manifestações públicas de distintos funcionários, intentou-se, mais uma vez, orquestrar a construção de um inimigo interno, algo que, em concordância com o suposto perigo que emana de seu caráter chileno, coloca em risco a integridade e a soberania que tanto custaram a nossa região.

Entre os crimes a eles atribuídos, os atentados contra a propriedade privada estão em primeiro lugar, seguidos pelos crimes contra a segurança pública, contra a ordem e contra as pessoas. O relatório atribui à RAM um objetivo político específico: a luta insurrecional contra o Estado argentino e a propriedade privada.

O Ministério da Segurança afirma que os ativistas constituíram uma rede de apoio entre organizações pertencentes a uma corrente de reivindicação indigenista, entre as quais se inserem grupos culturais, organizações não governamentais e comunidades. Mas destacam significativamente o caráter etnonacionalista daqueles radicados no Chile, associado a grupos políticos anarquistas. Existe também uma forte

⁹ Os itálicos são meus.

preocupação com os supostos vínculos com organizações narcoguerrilheiras e insurgentes, por exemplo, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Nesse contexto, e apenas para fins ilustrativos, podemos nos referir à análise demasiado tendenciosa que afirma, com muita desconfiança, que “o gesto empregado tanto por JONES HUALA quanto por Moira MILLÁN, e por aqueles associados a eles, está associado ao anarquismo: um braço levantado e o punho cerrado” (DERECHOS HUMANOS EN LA ARGENTINA, 2017, p. 160).

As implicações de uma declaração tão insubstancial como essa são preocupantes, e queremos compartilhá-la devido às consequências referentes à segurança: seria possível que eles sequer tenham ponderado que o mencionado símbolo fora usado pelo movimento trabalhista desde o final do século XIX; ou pelo “poder negro” nos Estados Unidos; ou pelo próprio Nelson Mandela ao sair da prisão; ou por tantas e diversas organizações? Se não tivéssemos consciência dos perigos e abusos que essa forma de pensar e agir acarreta, ela bem poderia provocar-nos um sorriso amargo, mas a rotinização da violência, a geração de um outro que pode ser isolado, teve consequências fatais.

O relatório menciona o “Kutralwe”, interpretado como um manual ou nota informativa em que são registrados diversos instrumentos para orientar a luta do povo mapuche, além de ditar a importância do reconhecimento do terreno, do vínculo com outros atores sociais e do uso das novas tecnologias e também das redes sociais. Este último aspecto é especialmente destacado pelas organizações de segurança. Afinal, a filiação étnica deveria alocá-los fora do século XXI.

Em relação às formas de financiamento da RAM, destacam-se as contribuições de diferentes organizações não governamentais, enfatizando em específico o papel desempenhado pelo Instituto para a Promoção dos Estudos Sociais (IPES)¹⁰, particularmente sua relação

¹⁰ O IPES-Elkartea é uma associação cultural sem fins lucrativos que, desde 1976, trabalha por uma cultura comprometida com o mundo de hoje, cujos problemas nos afetam por sermos pessoas que defendem os direitos humanos, baseados na dignidade e na solidariedade; liberdade e paz; diálogo entre diferentes culturas; distribuição de renda mais justa como combate à pobreza; desenvolvimento humano calcado em responsabilidade ambiental; cidadania democrática; e a

com as atividades do Observatório de Direitos Humanos dos Povos Indígenas de Neuquén. Há uma alusão direta a um trabalho de pesquisa da Dra. Sara Mabel Villalba Portillo, cujo nome aparece errado, citada incorretamente, destacando sua colaboração e associando-a à criação de redes de apoio, em particular aquelas realizadas em parceria com a Associação dos Trabalhadores do Estado (ATE). Claramente, trata-se de uma abordagem tendenciosa e nada acadêmica. Forçando interpretações extremas, a referida seção defende o uso tendencioso de trabalhos acadêmicos por parte dos órgãos de repressão do Estado, e inclusive instiga interpretações em detrimento dos direitos humanos. O relatório faz uma exposição exaustiva de uma lista de fatos atribuídos à RAM, mencionando 96, entre os quais 71% se situam na província de Chubut. Destaca-se o registro gráfico referente ao roubo das supostas armas utilizadas. Exceto no caso de Neuquén, onde se encontram armas de fogo típicas das práticas tradicionais dos habitantes do campo, em todos os outros casos elas são repetidamente especificadas: coquetéis molotov, ou seja, garrafas e trapos que podem funcionar como pavios; estilingues; e instrumentos de trabalho (machados, serrotes, motoserras, foices etc.) que foram fotografados em diferentes operações judiciais e policiais, revelando a capacidade armamentista e a periculosidade do grupo.

O documento a que me refiro foi elaborado pelo Ministério da Segurança da Nação e provocou uma declaração da Defensoria Pública da Província de Chubut, que antes de sua circulação denunciou a inadmissibilidade e inexatidão do que ali se afirmava, uma vez que o documento tinha como comprovadas diversas questões que ainda eram matéria de investigação, ou se embasava em fatos cuja improcedência das acusações já havia sido provada.

O relatório se contrapõe ao que várias organizações têm denunciado a respeito da violação de direitos, sendo absolutamente pertinente

erradicação das desigualdades de gênero. O IPES-Elkartea foi laureado em 2011 com o Prêmio Sociedade e Valores Humanos do Colégio de Doutores e Licenciados em Ciências e Sociologia de Navarra. Disponível em: <http://www.ipesderechoshumanos.org/pdf/ipes-dossier.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021.

a consulta do Relatório 2017 do Centro de Estudos Jurídicos e Sociais (CELS), que registra e elucida as implicações que a militarização e o desdobramento das forças de segurança acarretam ao limitar a capacidade de reivindicação e o direito de protestar. Aponta:

O conflito com os grupos mapuches de Cushamen (Chubut) agravou-se devido a uma série de violentas operações ilegais levadas a cabo pela Gendarmaría Nacional e pela polícia provincial, que se encerraram com vários feridos. Autoridades provinciais, como o governador Mario das Neves e o ministro do Governo Pablo Durán, caracterizaram os mapuche reprimidos como ‘criminosos’, ‘terroristas’ e ‘pessoas violentas que não respeitam as leis, o país ou a bandeira’. (2017:80) Essas declarações foram acompanhadas de artigos e editoriais publicados em veículos de grande circulação local, que enfatizavam a caracterização de inimigo do Estado e da ordem jurídica. (2017:81) Em 2015, a justiça provincial de Chubut tentou implantar a Lei Antiterrorista em Esquel, em um episódio que mais tarde deixaria claras as ações ilegais de inteligência realizadas por um funcionário da AFI contra mapuches e outros ativistas. A Suprema Corte de Justiça da Nação (CSJN) indeferiu a aplicação da Lei Antiterrorista. A investigação do caso de espionagem ilegal levou à acusação do agente da AFI, de um comissário, um vice-comissário e dois procuradores provinciais (2017:85). ‘Para o governo de Chubut, os mapuches reprimidos são terroristas.’ (DIREITOS HUMANOS NA ARGENTINA, 2017).

Até agora, o evento mais trágico suscitado pela mencionada criminalização refere-se ao desaparecimento, em 1º de agosto de 2017, de Santiago Maldonado, visto pela última vez com vida enquanto tentava escapar de uma operação violenta e ilegal da Gendarmaría Nacional na localidade chubutense de Cushamen. Ele permaneceu desaparecido por cerca de três meses, e a descoberta de seu corpo ainda suscita dúvidas, e o juiz federal Gustavo Lleral não chegou a assumir demasiada responsabilidade sobre o caso. Em novembro do mesmo ano, nas proximidades de Villa Mascaridi, Rafael Nahuel foi assassinado em uma operação da Gendarmaría Nacional, e o soldado responsável foi exonerado em um

processo bastante noticiado. Vale ressaltar que ele foi assassinado com um tiro nas costas. Ele tinha apenas 22 anos.

CONCLUINDO

Ao historicizar, não aludimos apenas às memórias da geração que hoje se mobiliza, mas também às recordações e evocações de seus pais e avós, com quem compartilham o presente histórico. Exploramos períodos e problemas que, devido à proximidade, fazem parte da vivência de importantes grupos da nossa sociedade. É através de um passado atual, ou talvez em constante atualização, que nos interessa problematizar a emergência do étnico e do ambiental em nosso território.

Como um grupo acadêmico, repensamos a relação sujeito/objeto, redefinindo-a e evitando recorrer ao suporte biológico. Optamos explicitamente por nos despojar da assepsia epistêmica do “observar analítico” para nos realocarmos e comprometermo-nos com o tecido social histórico.

Tais investigações, embora inscritas em uma temporalidade limitada, devem ser situadas no quadro proporcionado pela história, revisando mudanças e permanências em longo prazo, a fim de avaliar as transformações operadas e ocorridas. Existem rupturas e reapropriações profundas que fundamentam um vínculo indissolúvel com uma dimensão ética que não apenas envolve evocação, mas também nos compromete com nosso presente e futuro.

Trabalho a partir de problemas emblemáticos: ditaduras, direitos humanos e esquerdas, no sentido mais amplo; na emergência de resistências dotadas de extensa temporalidade, que se tornaram visíveis nas últimas décadas e que inscrevem a questão indígena ou étnica no âmbito dos legados ditatoriais. Existe uma ligação inseparável entre a permanência e a implementação de instrumentos autoritários, algo que elucida os efeitos a longo prazo desse mesmo processo.

Como aponta Dominique Schnapper: “[...] não devemos continuar lutando contra um inimigo já derrotado e cegar-nos para o que

se desenrola diante de nossos olhos. A história continua. O mal adotou novas formas” (UNIVERSAL ACADEMY OF CULTURES, 2002, p. 79).

REFERÊNCIAS

ÁGUILA, G. *et al.* (comp.). **La historia reciente en Argentina**: Balances de una historiografía pionera en América Latina. Buenos Aires: Imago Mundi, 2018.

BARTH, F. **Los grupos étnicos y sus fronteras**. 3. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

BOHOSLAVSKY, E. **El complot patagónico**: Nación, conspiración y violencia en el sur de Argentina y Chile (siglos XIX y XX). Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009.

CORBETTA, S.; KAROL, J. “De territorios y epistemes en el ejercicio de pensar la América de nuestros días”. *In*: SCHAER, A. y otros. **Pensar la ciudad y el territorio en Patagonia desde una perspectiva latinoamericana**: Relaciones de poder, conflictos y resistencias. Trelew: FHCS – UNP, 2015. p. 1-16.

DERECHOS HUMANOS EN LA ARGENTINA. Informe 2017. Buenos Aires: CELS, 23 nov. 2017. Disponível em: <https://www.cels.org.ar/web/publicaciones/derechos-humanos-en-la-argentina-informe-2017/>. Acesso em: 16 fev. 2021.

GALAFASSI, G. “¿Qué hay de nuevo, viejo? Procesos de movilización y conflictos socio-ambientales”. **Conflicto Social**, año 5, n. 8, p. 9-33, dic. 2012.

GATICA, M. *et al.* **Patagonia**: desarrollo y neoliberalismo. Buenos Aires: Imago Mundi, 2005.

GATICA, M.; LÓPEZ, S. Patagonia: identidades múltiples y fragmentadas. **Ponencia Congreso Historia**, Secretaría de Cultura Provincia de Chubut, Trevelin 11 al 13 nov. 1999. p. 11-28.

HERMOSILLA RIVERA, C. Población rural en Chubut: la meseta de principios de siglo XX a la actualidad. **Revista Párrafos Geográficos**, Trelew, v. 12, n. 1, p. 40-64, 2013. Disponível em: http://igeopat.org/parrafosgeograficos/images/RevistasPG/2013_V12_1/19-2.pdf. Acesso em: 16 fev. 2021.

KROPFF, L. **Activismo mapuche en Argentina**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

PORTELLI, A. Charla con Alessandro Portelli. **Voces Recobradas – Revista de historia oral**, Buenos Aires, año 1, n. 3, p. 4-6, 1998.

PORTELLI, A. **Historias orales**: narración, imaginación y diálogo. Ed. Prohistoria, Rosario. Argentina, 2016.

PORTO GONZALVES, C. De saberes y de territorios: diversidad y emancipación a partir de la experiencia latinoamericana. **Revista Polis**, Revista de la Universidad Bolivariana, Chile, v. 8, n. 22, p. 121-136, 2009.

RIVERO, P. La investigación multilocalizada en los estudios migratorios transnacionales: aportes teóricos y prácticos. **Trabajo y Sociedad**. Sociología del trabajo – Estudios culturales – Narrativas sociológicas y literarias NB – Núcleo Básico de Revistas Científicas Argentinas (Caicyt-Conicet), Santiago del Estero, Argentina, n. 28, p. 327, Verano 2017.

TODOROV, T. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Paidós, 2000.

Fontes

Nuestra Misión. Patagonia Argentina, 2021. Disponível em: <https://patagonia-ar.com/pages/historia>. Acesso em: 16 fev. 2021.

Manifiesto por la Vida. Por una ética para la sustentabilidad. Simposio sobre Ética y Desarrollo Sustentable, Bogotá, Colombia, 2002, p. 14. Disponível em: <https://www.eduambientales.net/manifiesto-por-la-vida/>. Acesso em: 22 fev. 2021.

MINISTERIO DE SEGURIDAD DE LA NACION Y LOS GOBIERNOS DE LAS PROVINCIAS DE RÍO NEGRO, NEUQUÉN Y CHUBUT. R.A.M. Buenos Aires, dic. 2017.

MINISTERIO PÚBLICO FISCAL DE LA PROVINCIA DEL CHUBUT. Nota n. 61/18 D.G. Rawson, 3 abr. 2018.

NARRATIVAS QUE SE TRADUZEM EM GESTOS, SILÊNCIOS E PALAVRAS: UM DIÁLOGO ENTRE MEMÓRIAS E PESQUISA ETNOGRÁFICA

Maria Catarina Chitolina Zanini

PRÁTICA ETNOGRÁFICA E ESTRANHAMENTO: SUJEITOS E “OBJETOS” DE PESQUISA

Quando se inicia uma pesquisa com perspectiva etnográfica, há sempre certo toque de inesperado: será que nossas questões serão compreendidas? Será que fazem sentido para nossos interlocutores? Quanto tempo levaremos para, minimamente, compreendermos suas práticas, visões de mundo e lógicas próprias? Quais técnicas de pesquisa serão mais adequadas para nos permitir interpretar o dito, o vivido, o silenciado ou o observado em “material etnográfico”? Conseguiremos, afinal, qual nível de densidade (GEERTZ, 1989)¹? Será que nossos interlocutores terão tempo e paciência para tantas perguntas e, às vezes, tantas idas e vindas para conversas e entrevistas? Enfim, são inúmeras as questões que nos acompanham durante a pesquisa de campo e que, muitas vezes, trazem-nos o inesperado e a surpresa de compartilhar

¹ Ressalta Clifford Geertz (1989, p. 15): “Em antropologia ou, de qualquer forma, em antropologia social, o que os praticantes fazem é a etnografia. E é justamente ao compreender o que é etnografia, ou, mais exatamente, o que é a prática da etnografia, é que se pode começar a entender o que representa a análise antropológica como forma de conhecimento. Devemos frisar, no entanto, que essa não é uma questão de métodos. Segundo a opinião dos livros-textos, praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma ‘descrição densa’, tomando emprestada uma noção de Gilbert Ryle.”

pontos de vista tão diferentes do nosso e, ao mesmo tempo, tão similares em algum nível.

Ver, ouvir, estar, interpretar, conviver, “traduzir para a linguagem acadêmica”, com certeza são muitas as delicadezas e éticas que o trabalho etnográfico exige como atitude perante o outro e perante a nós mesmos (OLIVEIRA, 1995, 2000; PEIRANO, 2014). Assim, podemos fazer uma boa etnografia (PEIRANO, 2014, p. 386),² estando vigilantes acerca do quanto, reflexivamente, também estamos imersos no processo de produção de conhecimento acadêmico.³ Como ressalta Roberto Cardoso de Oliveira (2000, p. 24), o trabalho do antropólogo seria entremeado pelo “olhar”, “ouvir” e “escrever”, salientando o quanto essas fases merecem ser problematizadas e o quanto, como seres sociais, também estamos imersos nelas.⁴ Um olhar que perdeu sua ingenuidade e inocência, que lê os espaços e suas dinâmicas de uma forma cuidadosa; um ouvir que está atento às contradições entre o que é dito e o que é praticado; e uma escrita que, tentando traduzir pela linguagem científica, muitas vezes pode engessar o observado. Enfim, o fazer etnográfico, que começa na construção de nossos problemas de pesquisa,

² De acordo com Mariza Peirano (2014, p. 386): “Boas etnografias cumprem, pelo menos, três condições: i) consideram a comunicação no contexto da situação (cf. Malinowski); ii) transformam, de maneira feliz, para a linguagem escrita o que foi vivo e intenso na pesquisa de campo, transformando experiência em texto; e iii) detectam a eficácia social das ações de forma analítica.”

³ Como bem assinala Roberto Cardoso de Oliveira (1995, p. 222): “Mas a maior importância que vejo dentre esses novos elementos que passam a ser absorvidos pela matriz disciplinar (pelo menos assim espero) é o da historicidade, ou, em outras palavras, da consciência histórica que passa a habitar o horizonte do pesquisador. Excusado dizer que é a obra de Gadamer, *Verdade e método*, cuja primeira edição alemã é de 1960, a grande responsável pela renovação do pensamento hermenêutico que as ciências humanas e, particularmente, a antropologia, haveriam de incorporar, naturalmente de forma variável. No caso específico de nossa disciplina, o que se verificou foi o recrudescimento de certos componentes habituais do fazer antropológico, mas que, todavia, não chegavam a ser tematizados na órbita da disciplina e, por esse motivo, não ganhavam o desenvolvimento que mereciam. Refiro-me, de um modo todo especial, ao aprofundamento de uma maior reflexão a respeito da relação sujeito/objeto e de seu mútuo condicionamento histórico.”

⁴ Diz Roberto Cardoso de Oliveira (2000, p. 24), acerca da relação dialógica entre pesquisador e pesquisado: “Mesmo porque, acreditar ser possível a neutralidade idealizada pelos defensores da objetividade absoluta, é apenas viver em uma doce ilusão. Ao trocarem ideias e informações entre si, etnólogo e nativo, ambos igualmente guindados a interlocutores, abrem-se a um diálogo em todo e por todo superior, metodologicamente falando, à antiga relação pesquisador/informante. O ouvir ganha em qualidade e altera uma relação, qual estrada de mão única, em uma outra de mão dupla, portanto, uma verdadeira interação.” Salienta o autor também: “Ao passo que transformando esse informante em ‘interlocutor’, uma nova modalidade de relacionamento pode – e deve – ter lugar.” (p. 23).

desdobra-se na empiria do campo e se traduz em texto acadêmico, é um processo que requer “densidades” e também vigilâncias constantes.

A prática etnográfica tem variado ao longo dos anos de consolidação da Antropologia enquanto ciência, bem como sofrido influência das diferentes escolas (funcionalista, estrutural-funcionalista, estruturalista francesa, culturalista norte-americana, interpretativista, entre outras), das novas tecnologias de comunicação e também das novas relações sociais provocadas pelos processos de mundialização. Se em Malinowski (1984), no início do século passado, tínhamos uma relação sujeito/objeto de pesquisa nitidamente demarcada e com pretensões a uma ciência ocidental racional, hoje podemos observar textos e pesquisas que permitem, em sua prática, *insights* diversos e formas variadas de interlocução entre pesquisador e pesquisados, bem como interpretações mais abertas, polifônicas, inacabadas e dialogadas. Sempre interpretações possíveis. Observando mais detalhadamente aspectos diversos de cada sociedade, seja tendo a cultura como conceito-chave, seja considerando a organização social, o parentesco ou outros grandes tópicos, percebemos que não só a Antropologia se refez como teoria, mas também a etnografia como prática e atitude (PEIRANO, 2014). Passou-se de um olhar de cima, do pesquisador ao “objeto” pesquisado, para um olhar dialógico, cada vez mais compartilhado e, por vezes, também questionado. Hoje nossos interlocutores de pesquisa são nossos leitores também.⁵ Ressalta Clifford (2002, p. 57) que, no novo contexto da ruptura da “autoridade etnográfica monológica”, as etnografias não se dirigem a um “único tipo geral de leitor”, ou seja, há polifonia e compartilhamento nos diversos níveis da pesquisa, especialmente na escrita⁶ antropológica, sua distribuição e consumo. Reconhecer esse aspecto de circulação de saberes se faz necessário.

⁵ Mariza Peirano (2014, p. 380) ressalta: “Mesmo assim, as concepções do que é etnografia variaram. Arte, para Evans-Pritchard, fonte de comparação, para Radcliffe-Brown, origem da teoria etnográfica, para Malinowski, hoje é o método genérico da antropologia – o que a esvazia de significado, ou a condena por pouco teórica.”

⁶ Segundo James Clifford (2002, p. 57): “A multiplicação das leituras possíveis reflete o fato de que a consciência ‘etnográfica’ não pode mais ser considerada como monopólio de certas culturas e classes sociais no Ocidente. Mesmo nas etnografias em que faltem os textos em língua nativa,

A pesquisa etnográfica exige cuidados éticos e interação negociada nos espaços a serem pesquisados. Saindo de uma postura “colonial” acerca de nosso fazer ciência e do universo dos outros, o respeito ao conhecimento adquirido no processo de pesquisa é vital, bem como a negociação de nossa presença, em longos períodos, por vezes. No Brasil, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA),⁷ que congrega profissionais e estudantes da área, tem seu Código de Ética para orientar antropólogos no exercício de suas atividades. Nesse documento, estão discriminados os direitos e responsabilidades do pesquisador e os direitos das populações pesquisadas, inclusive de se negarem a serem estudadas. O Código de Ética também salienta que os antropólogos têm o direito de preservar informações confidenciais,⁸ o que é sempre uma garantia importante, especialmente quando se trabalha com populações em situação de vulnerabilidade. O “ouvir”, “ver” e “escrever” têm, assim, suas responsabilidades e exigem alguns cuidados durante e após as pesquisas. Nesse aspecto, a Antropologia, ao longo dos anos e das novas formas de se fazer etnografia, seja de forma presencial, seja virtualmente, tem trazido para o debate os procedimentos éticos nos quais salientar que fazemos pesquisas “com” seres humanos, e não “em” seres humanos, é fundamental (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004, p. 38), uma vez que, no campo científico, muitas vezes as regras acerca das normatizações técnicas e acadêmicas tendem a ser dadas pelas matrizes disciplinares e paradigmas de outras ciências, que usam outras metodologias e possuem outras pretensões.⁹

os leitores indígenas irão decodificar diferentemente as interpretações e o conhecimento nativo textualizados. Os trabalhos polifônicos são especialmente abertos a leituras não especificamente intencionais. Os leitores *trobriandeses* podem achar as interpretações de Malinowski cansativas, mas considerar seus exemplos e extensas transcrições evocativas. Os *ndembu* não irão glosar tão rapidamente quanto leitores europeus as diferentes vozes que existem nos textos de Turner.”

⁷ O Código de Ética encontra-se *on-line*, no site <http://www.portal.abant.org.br/codigo-de-etica/>.

⁸ O Código de Ética da ABA salienta também: “Os direitos dos antropólogos devem estar subordinados aos direitos das populações que são objeto de pesquisa e têm como contrapartida as responsabilidades inerentes ao exercício da atividade científica.” (Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/codigo-de-etica/>).

⁹ Salienta Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2004, p. 38, grifos do autor): “De fato, tratar pesquisas *com* seres humanos como se fossem pesquisas *em* seres humanos representa uma tentativa de colonização da antropologia ou das humanidades pelo áreacentrismo biomédico, o qual [...] tem implicações não só cognitivas mas também normativas. Neste sentido, me parece que os

Desde 1996, tenho pesquisado imigração italiana para o Brasil e, posteriormente, a mobilidade de ítalo-brasileiros para a Itália (desde 2012). Na Itália, pesquisei brasileiros que lá estavam sem documentação, o que fez com que meu sigilo e a confidencialidade com seus nomes e pessoas estivessem sempre muito presentes. Esses projetos de pesquisa diversos ao longo dos anos exigiram que alguns cuidados fossem observados, especialmente quanto a questões éticas e à busca constante, em determinadas situações, ao estranhamento com o que me era tão familiar. Ressalto isso porque também sou descendente de imigrantes italianos que vieram para o sul do Brasil em finais do século XIX e, reflexivamente, muito me vi e me ouvi em vozes de outros descendentes, especialmente as mulheres e suas trajetórias de vida. Também sou ítalo-brasileira com cidadania italiana reconhecida e passei por muitos dos processos que meus interlocutores narravam sobre a vida cotidiana na Itália, suas mazelas e vantagens, bem como pelas noções de pertencimento a uma italianidade no Brasil e em trânsitos diversos¹⁰. Muito me estranhei também. Esses narradores (BENJAMIN, 1994) de si me possibilitaram conhecer mundos por meio de suas experiências e potencialidades. Com seus gostos e *habitus* (BOURDIEU, 1983), possibilitaram-me conhecer seus processos de socialização e a forma como se compreendem “italianos” no Brasil ou “brasileiros” na Itália. Algumas dessas vivências transnacionais (GLICK SCHILLER; BASCH; BLANC-SZANTON, 1992) dos ítalo-brasileiros também foram tema de muitas narrativas.

Enfim, o mundo das italianidades, das brasilidades e das ítalo-brasilanidades é vasto e complexo, necessitando de muitos olhares particularizados e cruzados com outras questões, tais como: nação, gênero, geração, classe, visão de mundo, estilos de vida e as lógicas rurais/urbanas que, muitas vezes, perpassam esses limites. No caso

problemas de ordem ético-moral do antropólogo estariam mais presentes não apenas no momento da definição de sua identidade de pesquisador – na medida em que não seria possível justificar uma identidade disfarçada –, mas também num segundo momento, quando o pesquisador tem que se preocupar com a divulgação ou com a repercussão dos resultados.”

¹⁰ Alguns de meus entrevistados, após terem documentação italiana, faziam mobilidade no interior da Europa, facilitados pelo Acordo de Schengen, vigente desde 1999.

das mulheres, observei, igualmente, que o estado civil e a maternidade também importavam. Constantemente, eu era indagada acerca disso, se eu era casada e se tinha filhos, o que me remetia para a família como um valor importante para os descendentes de italianos. Se tinha filhos, por que não iam para a Itália comigo quando eu permanecia por períodos mais longos por lá? Esse contato despertava, enfim, questões relativas à compreensão do espaço do mundo do trabalho para as mulheres e à divisão sexual do trabalho no interior da família monogâmica, elementos que ainda desejo estudar com mais afinco nas famílias de descendentes de italianos no Brasil e na Itália, sejam do mundo rural, sejam do espaço urbano. Assim, tanto eu indagava meus interlocutores sobre sua vida, escolhas e histórias quanto eles indagavam a mim. Conheci e analisei tanto quanto fui, também, conhecida e avaliada pelos descendentes. Afetar ou ser afetado na pesquisa etnográfica é algo que exige, também, vigilância. Com certeza, esses afetos e essas sensibilidades (FAVRET-SAADA, 2005) ainda merecem maiores estudos na Antropologia. Afinal, é possível a coetaneidade (FABIAN, 2006) na prática etnográfica? Como? De quais tempos falamos? E quando falamos ou ouvimos, a quais tempos nos remetemos? Se, entre o tempo vivido e o tempo pensado, não há sincronia, como aponta Bachelard (1994, p. 88), como tecer o fio que conduz ao compreensível na narrativa do outro, transformando-a em “material etnográfico”? Importante salientar, também, como aponta Corbin (*apud* VIDAL, 2005, p. 20), que o arcabouço temporal de nossas sociedades é “marcado pela vitória progressiva de um tempo monocrômico”. Caberia, a nós pesquisadores, estar atentos a essas muitas temporalidades que, por vezes, tensionam as narrativas e se mesclam em tempos e espaços cruzados pela trajetória de vida dos pesquisados (e dos pesquisadores), elementos que, com certeza, exigem muita vigilância epistemológica e relativismos.

A IMIGRAÇÃO ITALIANA PARA O BRASIL

A imigração italiana para o Brasil deve ser olhada em suas particularidades e momentos diferenciados, tanto no que se refere ao

processo de negociação entre governos quanto em suas temporalidades e contextos maiores, seja no Brasil Império, quando começa, seja no Brasil República, quando se processa, em escalas diversas, de forma expressiva, até os anos 50 do século passado. Seu início de forma mais acentuada, em 1875, promoveu, no sul do Brasil, a formação de colônias, que possuíam espaços rurais e urbanos (os lotes), tendo, em média, 25 hectares cada. Era uma migração familiar, de famílias extensas ou nucleares, principalmente vindas do Norte da Itália, formadas por camponeses que procuravam, no Brasil, uma qualidade de vida melhor do que aquela que tinham no país de origem. Almejavam, da mesma forma, reproduzir a condição camponesa e o acesso à terra, coisas que, na Itália, não estavam conseguindo realizar (FRANZINA, 2006; ALVIM, 1986; GROSSELLI, 1987; TRENTO, 1988; entre outros). Eram também, em sua maioria, católicos. Alguns vinham com o domínio de ofícios específicos (alfaiates, carpinteiros, pedreiros, ferreiros, sapateiros, salameiros e outros) e, com o passar dos anos, abriam seus negócios na zona urbana das colônias ou migravam para cidades maiores. Muito dessa mobilidade ainda merece mais estudos. Minhas pesquisas se centraram especialmente na imigração italiana para a região central do Rio Grande do Sul, que começou em 1877 (ANCARANI, 1914).

Nas memórias de Julio¹¹ Lorenzoni (1975) e Andrea Pozzobon (1997),¹² ambos imigrantes italianos que se dirigiram para a região de colonização próxima à cidade de Santa Maria, podemos conhecer um pouco dos detalhes cotidianos desse processo e das particularidades enfrentadas por dois homens, jovens e letrados, que partiram da Itália em família e rumaram para a América. Nessas obras, encontrei elementos que me permitiram melhor compreender as narrativas de meus interlocutores de pesquisa, o que nos aponta, também, para a importância de nós, antropólogos, dialogarmos com fontes diversas, sejam históricas, da literatura ou de outras áreas. Compreendendo a

¹¹ Chamava Giulio quando migrou, mas, na publicação da obra organizada pela família, em 1975, foi denominado de Júlio.

¹² Essas memórias também foram publicadas pelos descendentes de Andrea.

migração como um fato social total, como aponta Sayad (1998), devemos olhar para os vários aspectos presentes nos processos migratórios, as sócio-historicidades que migram, as corporalidades que se movimentam e as subjetividades que também fazem as travessias. Da mesma forma que olhamos para o Estado, que constrói a figura do migrante quando este atravessa fronteiras dos estados nacionais, devemos olhar também para quem são esses sujeitos que se deslocam, quais mundos trazem consigo, como percebem a migração, como a experienciam, quais mecanismos desenvolvem para viver entre mundos tão distintos, por vezes. Seja nas migrações históricas, seja nas contemporâneas, as rupturas provocadas pelas mobilidades sempre trazem novos desafios para os indivíduos, desde aprender uma nova língua, novas comidas, novas formas de interagir, de se locomover e se portar, ou seja, uma nova vida cotidiana e novos processos interativos. Enfim, são muitos os desafios e os aspectos a serem estudados, fazendo com que olhares interdisciplinares sejam sempre muito proveitosos e férteis. Nesse aspecto, como apontam Passerini (2012), Portelli (1993) e Ricouer (1991), imaginários, sonhos ucrônicos e fabulações¹³ também podem estar presentes nas memórias e narrativas sobre o vivido. Em temporalidades diversas, as narrativas se constroem ou se “apagam” (RICOUER, 1994, 2008), entre seleções e enquadramentos (POLLAK, 1989). Trata-se sempre de um tensionamento entre o que permanece como narrável e aquilo que já não cabe em palavras, seja porque não existe mais de uma forma discursiva, seja porque deve ficar como “passado”, sem ser rememorado no presente do encontro etnográfico, entre um eu e um outro (RICOUER, 1991).

OBJETOS QUE “FALAM”

Durante meus longos anos de pesquisa entre descendentes de imigrantes italianos no Brasil e na Itália, a presença de objetos fez-se constante. Fui apresentada a fotografias, livros de família, livretos de

¹³ Ressalta Paul Ricouer (1991, p. 191) que, “quanto à noção de unidade narrativa da vida, é preciso também ver aí um misto instável entre fabulação e experiência viva”.

receitas, livros de orações, utensílios de trabalho e lazer, ferramentas, vestuário, louças, móveis, enfim, uma infinidade de elementos que eram guardados pelos descendentes. Havia famílias que elegiam os guardiões desses objetos, outras que dividiam entre a parentela essa responsabilidade e outras em que havia disputas sem fim por documentos, enxovais e outros objetos. Seja por meio do arquivamento do “eu”, da história familiar ou grupal, o que observamos nesse processo é uma intensa subjetivação¹⁴ e uma constante (e crescente, diríamos) capacidade narrativa e reflexiva acerca dos pertencimentos e processos de identificação. Durante muito tempo de minhas pesquisas, estive muito atenta aos pertencimentos étnicos, de italianidade, seus sinais adscritivos (BARTH, 2000) e formas de construção em processos interativos. Contudo, aprendi também que necessito ampliar meus horizontes de observação e de análise.

Para além de mercadorias (APPADURAI, 2008) e seus valores de troca ou mesmo de uso, esses objetos faziam parte da vida das pessoas e, de certa forma, eram vivos também, tamanha sua força, sua mana (MAUSS, 1974)¹⁵ e a importância em suas existências. Os objetos, suas materialidades e imaterialidades nos permitem também, como recurso metodológico, ter acesso ao mundo do pesquisado e aos mecanismos de construção de pertencimento. Por que se coloca a máquina de costura da *nonna*¹⁶ na sala de estar, como objeto de enfeite que ninguém pode tocar? Por que as fotografias antigas ganharam caras molduras e enfeitam as paredes da casa? E outras foram guardadas em caixas quase secretas, reservadas? Por que a louça quebrada foi colocada na cristaleira para ser exibida ou virou objeto de decoração? Por que os panos de prato foram guardados e os bordados e crochês da *nonna* viraram

¹⁴ Como reflete Philippe Artières, no artigo “Arquivar a própria vida” (1988, p. 11), “dessas práticas de arquivamento do eu se destaca o que poderíamos chamar de uma intenção autobiográfica. Em outras palavras, o caráter normativo e o processo de objetivação e de sujeição que poderiam aparecer a princípio, cedem na verdade o lugar a um movimento de subjetivação. Escrever um diário, guardar papéis, assim como escrever uma autobiografia, são práticas que participam mais daquilo que Foucault chamava a preocupação com o eu”.

¹⁵ Por mana se entende esse valor mágico, religioso e social (MAUSS, 1974, p. 138). É uma força.

¹⁶ Por *nonna* se denomina a mãe do pai ou da mãe, ou seja, a avó.

reliquia? O que eles “narram” sobre seus guardadores também? Por que a colcha do enxoval da mãe é tão especial? Ao que ela remete em termos de pertencimentos, emoções e identificações? Poderia um filho homem guardar a colcha do enxoval da mãe? Esse poder e complexidade dos objetos e sua relação com os indivíduos e seus contextos (MILLER, 2008), suas experiências e trajetórias de vida são fantásticos e me alertaram acerca dos movimentos entre emoções e pertencimentos diferenciados à italianidade. Podemos observar também aqui um cruzamento com questões de geração, gênero, classe e estilos de vida. As classes médias urbanas tendem a valorizar e mobilizar a italianidade de uma forma diferenciada daquela dos camponeses descendentes de italianos, por exemplo. No mercado de bens simbólicos nos quais interage, a italianidade possui pesos e medidas diferenciadas e exprime facetas distintas. Reconhecer-se e ser reconhecido como descendente de italiano traz distinção. Há todo um padrão estético que também acompanha essa reapropriação e valorização das coisas e objetos “dos antigos”. O antigo objeto de trabalho do antepassado pode ocupar um lugar especial na mobília, para ser mostrado ou evidenciado, mas nunca encontrei enxadas ou rastelos entre esses objetos. Encontrei, em salas de estar e espaços especiais de classes médias urbanas, ferramentas restauradas, utensílios de cozinha, ferros de passar roupa limpos e polidos, mobília restaurada, mas alguns desses objetos específicos nunca vi.

A complexidade da presença viva e valorizada de objetos nas casas e no cotidiano dos descendentes nos alerta também sobre como estes possibilitam (e às vezes evocam) a construção de memórias e narrativas acerca dos pertencimentos (étnicos, familiares, grupais, religiosos, de gênero, entre outros). Eles permitem também releituras sobre o passado em que, por meio de suas presenças e marcas, tecem-se narrativamente acontecimentos, trajetórias e lugares no mundo. Por memória, compreendemos, conforme Halbwachs (1990), as leituras sobre o passado que são elaboradas no presente, por meio dos recursos neste envolvidos. É sempre uma reconstrução possibilitada pelo encontro e partilha; no nosso caso, pelo encontro etnográfico, na troca possibilitada pela

pesquisa, pela partilha e pela convivência, que, como ressalta Ricouer (1991), é uma partilha de significados. Nessa partilha, cabe ao pesquisador estar atento para sentimentos e outras ressonâncias que se fazem presentes (CANDAU, 2012), porque, por mais que as memórias sejam possibilitadas pelas vivências coletivas, quem lembra é o indivíduo, como bem ressalta Halbwachs (1990), e cada indivíduo lembrará com as marcas de sua subjetividade, com suas cores, odores, sabores, dos lugares (AUGÉ, 1994) e elementos próprios que se associam ao lembrado e suas significações. Cada sociedade estabelece e configura sua noção de indivíduo, suas potencialidades, habilidades e capacidades, bem como as construções do que seja subjetivo. Cabe ao pesquisador estar atento a essas construções e suas tensões, em especial aos vínculos entre processos de identificação e construções de memórias (ECKERT, 1993).

Certo dia, ao visitar uma senhora descendente de migrantes italianos na região central do Rio Grande do Sul, com quem pude conviver por algum tempo, entre idas e vindas de conversas, ela quis me mostrar alguns objetos familiares especiais que tinha guardado consigo. Sua família teve que esconder objetos e pertences durante a Segunda Guerra Mundial por receio de perseguições, e ela me contava essa história sempre com muita emoção.¹⁷ Com o passar dos anos, essa senhora foi reconhecida e legitimada pela família como guardiã dos pertences e objetos “dos antigos”. Nesse dia, ela foi até um local e trouxe um objeto específico para que eu conhecesse. Eu já havia sido apresentada a cartas, santinhos, santos, uma infinidade de objetos familiares que eram zelados por ela com extremo cuidado. Ela me trouxe, vindo de outro cômodo da casa, uma calçola antiga, que guardava junto a muitos outros objetos, especialmente algumas roupas antigas. Calçola é

¹⁷ Durante o período do Estado Novo (1937-1945), descendentes de italianos na região foram perseguidos, presos ou reprimidos, especialmente após 1942, quando o Brasil ingressou na Guerra, lutando contra o Eixo, formado por Itália, Japão e Alemanha. O processo de nacionalização atacava ideias de estrangeiridade, tratando-as como perigosas (SEYFERTH, 1999). Na época, os imigrantes italianos e seus descendentes passaram a ser vistos como inimigos de guerra (ZANINI, 2005, 2006, 2019). Era uma vigilância estabelecida por meio do Estado e seus aparatos (CANCELLI, 1993), bem como pelos indivíduos, de uns sobre os outros, como estudei em minha tese de doutorado, publicada em 2006 (ZANINI, 2006). Chamei o processo de destruição de documentos e pertences que remetessem ao mundo italiano naquele período de “varredura cultural” (ZANINI, 2006).

uma roupa íntima feminina, como uma calcinha, mas maior, podendo ser cavada ou se estender até parte das coxas. Pode ter enfeites como rendas ou outros. Mostrando-me a calçola usada por uma antepassada, a senhora explicou-me como era produzida no passado, como as mulheres costuravam sua própria roupa, falou sobre o tecido, sobre a higiene feminina e sobre hábitos das “antigas”¹⁸ – no caso dessa senhora, da geração de sua mãe e avó. Eu fiquei calada e um pouco constrangida diante da calçola usada colocada em minha frente e das narrativas advindas desta. Minha timidez me fez corar, com certeza. Eu ainda era mais jovem, foi pelos anos de 1999, 2000. Hoje, essa situação me faz pensar que, embora não fosse objeto de minha pesquisa na época, pude conhecer muito da intimidade das mulheres migrantes italianas e suas descendentes por meio de uma calçola antiga que havia sido usada no passado e a mim apresentada.

Com essa descendente, tive informações sobre cuidados do mundo feminino e muitas outras cotidianidades e intimidades que somente eram partilhadas entre mulheres. Na época, eu tinha perguntas mais centradas no processo de identificação étnica e nas questões de gênero. Assuntos como sexualidade, saúde, cuidados e higiene não estavam muito presentes no meu roteiro de pesquisa. Naquele dia, eu me dei conta de que, muitas vezes, nós fazemos algumas perguntas, mas, no fundo, esses questionamentos levam os interlocutores para outros lugares dentro de si, para outras dimensões de suas temporalidades e pertencimentos. Depois daquele dia, fiquei mais atenta às questões cotidianas, de gênero, geração, maternidade, saúde, corpo e também da sexualidade na migração italiana. Nunca pesquisei alguns temas de forma pontual, mas observar o cotidiano e as negociações domésticas e interativas que se fazem possíveis nos processos migratórios foi algo que nunca mais abandonei – nem a sensação de pudor que tive. Isso também nos revela que, na medida em que estamos pesquisando para conhecer o outro, vamos conhecendo a nós mesmos também nesse processo. Talvez ali eu tivesse me dado conta do tamanho de minha

¹⁸ Por antiga se entende aquela mulher que estaria numa temporalidade anterior à do pesquisado.

timidez e pudores ao ser apresentada a uma calçola antiga e já usada, e a pesquisada talvez também tenha se dado conta de meu constrangimento. Vamos conhecendo o outro e nos permitindo conhecer também. Eu também me perguntei se guardaria objeto similar de minhas antepassadas ou se algum dia o mostraria a alguém. Isso muito me fez refletir sobre pudores e noções de “íntimo”, como são reproduzidos e socializados de forma diferenciada entre os descendentes de imigrantes italianos e os porquês disso.

GESTOS QUE DIZEM E SILÊNCIOS QUE EXPRESSAM

Quando iniciei meus estudos com descendentes de imigrantes italianos na região central do Rio Grande do Sul, em 1996, elaborei um roteiro para entrevistas que foi sendo alterado muitas e muitas vezes ao longo do tempo. Isso facilitava o início das conversas e, por vezes, atribuía certo ar “acadêmico” para “prosas” longas e os insistentes porquês da pesquisadora. Depois de algum tempo, para alguns descendentes, eu já era considerada uma visita e fazia idas e vindas constantes, regadas a chimarrão, cafés, bolachas, cucas¹⁹, bolos e passeios por entre espaços das casas, hortas e jardins, feiras e associações.

Há o sabor de um café com leite nas grossas xícaras de porcelana Schmidt²⁰ preparado por uma de minhas interlocutoras que até hoje está presente em minhas memórias. Ela, infelizmente, já faleceu, mas o sabor de seu café e de suas histórias permanece, tanto pela gentileza com a qual sempre me tratava quanto pela forma como preparava o café com leite, numa mistura perfeita de sabor e afeto. Havia uma ritualidade presente em seu preparo, passo a passo, gesto a gesto, ritmo a ritmo. Todo o seu corpo conversava, no andar, no preparo, na forma

¹⁹ Cuca é uma massa doce na qual se colocam coberturas diversas. No Rio Grande do Sul, há a variante “alemã”, que possui menos massa e cobertura mais farta, e a “cuca italiana”, que possui massa mais alta e, por vezes, menos cobertura, tendo somente uma farofa feita com açúcar e farinha. Há versões em que se colocam canela e/ou noz moscada também nessa farofa.

²⁰ Porcelana Schmidt é uma marca de louças conhecida por sua qualidade e também pelo *design* e estética mais clássicos e tradicionais. Já me foi dito que, nos enxovais dos descendentes mais abastados, era comum se pedir desta marca de porcelana. Compreendo que, no caso dessa senhora, era a louça para visitas que ela retirava, com muita alegria, dos armários, preparando a mesa num ritual único. Gostava de falar enquanto organizava talheres, louças e alimentos, delicadamente.

de deixar a mesa posta. As conversas começavam na sala de visitas, no sofá, e terminavam na cozinha, na mesa, delicadamente posta e sempre farta. Nunca consegui reproduzir o sabor daquele café. Até comprei um conjunto das mesmas louças para essa tentativa. E com que alegria e gosto ela servia! Tive o privilégio de conviver com senhores e senhoras idosas e de estabelecer vínculos afetivos e de confiança que foram vitais para que eu defendesse minha tese de doutorado em 2002, com mérito, o que devo a todos eles, com certeza.²¹ Foi por meio da riqueza de suas vidas e experiências que consegui “traduzir” em palavras válidas academicamente tudo o que foi narrado, observado, compartilhado e dado a conhecer. Fazer boas etnografias requer tempo e paciência, o que, no correr da vida acadêmica, torna-se um privilégio. É um artesanato em que cada fala, cada gesto, cada sentimento narrado e cada emoção expressa nos humanizam um pouco mais também. Talvez, como ressaltava Geertz (1989, p. 24), o objetivo da Antropologia seja justamente o “alargamento do universo do discurso humano” – e de nós mesmos, com certeza. Quantas situações de mulheres e homens entrevistados não foram vividas por meus antepassados também? Ou por minha família nuclear? Ou por mim mesma?

Nesse alargamento sobre o humano, importante observar, durante os encontros etnográficos, as corporalidades, as habilidades (INGOLD; VERGUNST, 2008) e todo o universo que nos é narrado por meio de palavras, mas também de gestualidades e de técnicas corporais (MAUSS, 1974). O que seria servir uma mesa de café da tarde à italiana? O que caracteriza esse ritual de comensalidade servido entre o meio e o final da tarde? Afinal, os camponeses faziam lanches nas roças e algumas poucas louças tinham. O que o diferenciava do café da tarde à brasileira? São perguntas que os antropólogos tem que se fazer e, se possível, lançar a seus interlocutores. Quais são as comidas oferecidas? Como são oferecidas? Quem oferece? E o que esse “ritual” nos conta sobre nossos interlocutores de pesquisa?

²¹ A tese reformulada foi publicada posteriormente em forma de livro (ZANINI, 2006).

Entre alguns descendentes, algumas fotografias me foram apresentadas sem narrativas, somente para serem silenciosamente olhadas. Outras narrativas me eram feitas com poucas palavras, muitas *performances*, em gestualidades que exprimiam informações para além do dito em palavras, em corpos que também se comunicavam (LE BRETON, 2009)²², podendo eu, às vezes, interpretar determinadas expressões como de alegria, nostalgia ou mesmo sofrimento. Assim, na observação participante, tão importante para a prática etnográfica, é preciso estarmos atentos para os ditos, os não ditos, os silêncios e as temporalidades trazidas nas falas. O que um silêncio nos revela? Que emoção ou acontecimento não teria palavras para ser expresso? Por quê? Nesse sentido, a pesquisa etnográfica requer paciência e profundo respeito ao outro. Também o reconhecimento dos limites de nossa possibilidade analítica, paciência para saber esperar o acesso a determinadas informações e respeito para saber que algumas informações jamais serão acessadas. Nesse aspecto, Thompson (1993, p. 18) observa que, como os processos migratórios implicam rupturas, haveria nas famílias de imigrantes “uma forte tendência para a mitologização – e também, no outro extremo, para os silêncios”. Com certeza, há experiências traumáticas que fariam parte dos segredos e domínios familiares, domésticos e da vida privada, o que, em meu ponto de vista ético, deve ser sempre respeitado, bem como o entendimento de que há universos que não são do domínio da Antropologia, mas de outras ciências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo teve por objetivo analisar brevemente o peso de algumas “sensibilidades” no percurso da prática etnográfica, especialmente quando trabalhamos com memórias e narrativas de pertencimento. Por meio de minhas pesquisas etnográficas realizadas desde

²² Como ressalta David Le Breton (2009, p. 136): “O sentimento e a expressão das emoções originam-se, portanto, da estratificação social. Ele se inscreve num sistema simbólico, desmentindo a hipótese da naturalidade da linguagem, da instintividade corporal, da universalidade semântica dos gestos, mímicas ou posturas. Um mesmo movimento ou expressão pode ter significados opostos de acordo com a cultura do local.”

1996 com descendentes de imigrantes italianos, pude observar o valor e a importância de determinados objetos nas narrativas e nos pertencimentos advindos das histórias da família e dos ancestrais, emigrados da Itália em finais do século XIX. Esses objetos, portadores de mana, eram reverenciados, guardados, narrados, relidos, possibilitando, assim, que também o narrador se refizesse em suas narrativas, num novo tempo ali apresentado por meio do encontro etnográfico entre pesquisador e pesquisado. O que o ato de guardar revela sobre os indivíduos? E sobre suas coletividades e pertencimentos? Como narrar por meio daquilo que está sendo guardado e/ou mostrado na exuberância de salas de estar, em galpões, cozinhas e tantos outros espaços ou mesmo nas redes sociais virtuais, como no caso dos ítalo-brasileiros na Itália? Quais os cheiros e sensações que esses objetos despertam em seus guardadores? Como são narrados os pertencimentos, seja as suas histórias individuais, seja o mundo italiano das ancestralidades?

Além disso, importante observar, na prática etnográfica, o valor dos não ditos, dos silêncios, das gestualidades, de um corpo que também fala enquanto narra e que se expressa narrando. Ou aquele silêncio que implica o respeito ao limite onde se encerram as palavras e a interlocução acadêmica e se inicia outro diálogo. Cada vez mais, a Antropologia como ciência tem problematizado suas metodologias e suas “atitudes” epistemológicas acerca de como “traduzir” o vivido, experienciado e compartilhado nas pesquisas empíricas. Trata-se de um exercício delicado, que requer ética e respeito aos indivíduos, grupos e populações estudadas, e a nós mesmos também, uma vez que, muitas vezes, há situações embaraçosas e constrangedoras pelas quais nós, pesquisadores, também passamos em campo. O importante é que isso seja problematizado e que enriqueça a produção do conhecimento que pretendemos fazer – e também a nós mesmos, como seres sociais que somos no encontro com outros seres sociais.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Z. M. F. **Brava gente!** Os italianos em São Paulo, 1870-1920. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ANCARANI, U. Monographia sobre a origem da ex-colônia italiana de Silveira Martins 1877-1914. **Revista Commemorativa do Centenário da Fundação da Cidade de Santa Maria-RS 1814-1914**. Santa Maria: [s. n.], 1914.

APPADURAI, A. Introdução: mercadorias e a política do valor. In: APPADURAI, A. (org.). **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EdUFF, 2008. p. 15-88.

ARTIÉRES, P. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1988.

AUGÉ, M. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994.

BACHELARD, G. **A dialética da duração**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, T. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.

CANCELLI, E. **O mundo da violência**: a polícia da Era Vargas. Brasília: EdUNB, 1993.

CANAU, J. A memória e o princípio da perda. **Diálogos**, Maringá, v. 16, n. 3, p. 843-872, set./dez. 2012.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. Pesquisas em vs. pesquisas com seres humanos. In: VICTORA, C. *et al.* (org.). **Antropologia e ética**. Niterói: Eduff, 2004. p. 33-44.

CENNI, F. **Italianos no Brasil**: “Andiamo in Mérica...” 2. ed. São Paulo: Edusp, 1975. (Edição fac-similar comemorativa do Centenário da Imigração Italiana no Brasil 1875-1975).

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

ECKERT, C. Memória e identidade. **Cadernos de Antropologia**, Porto Alegre, n. 11, 1993.

FABIAN, J. A prática da etnografia como compartilhamento do tempo e como objetivação. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 503-520, 2006.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado (tradução de Paula de Siqueira Lopes). **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 155-161, 2005.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GLICKSCHILLER, N.; BASCH, L.; BLANC-SZANTON, C. Transnationalism: A new analytic framework for understanding migration. **Annals of the New York Academy of Sciences**, v. 645, n. 1, p. 1-24, 1992.

GROSSELLI, R. M. **Vencer ou morrer**: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice: Revista dos Tribunais, 1990.

HUTTER, L. M. **Imigração italiana em São Paulo (1880-1889)**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972.

INGOLD, T.; VERGUNST, J. L. (ed.). **Ways of walking**: ethnography and practice of foot. Surrey: Ashgate, 2008.

LE BRETON, D. **As paixões ordinárias**: antropologia das emoções. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

LORENZONI, J. **Memórias de um imigrante italiano**. Porto Alegre: Sulina, 1975.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. 3. ed. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1984.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EPU, 1974. v. 1.

MILLER, D. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2013.

OLIVEIRA, R. C. de. Antropologia e a crise dos modelos explicativos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 25, p. 213-228, dez. 1995. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000300017&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141995000300017>.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: OLIVEIRA, R. C. de. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000. p. 17-36.

PASSERINI, L. Mitobiografia em história oral. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [s. l.], v. 10, out. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12102/8764>. Acesso em: 16 ago. 2020.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 337-391, jul./dez. 2014.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

PORTELLI, A. Sonhos ucrônicos. Memória e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 41-58, dez. 1993.

POZZOBON, A. Uma odisseia na América. *In*: POZZOBON, Z. F. **Uma odisseia na América**. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

RICOUER, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2008.

RICOUER, P. **O si-mesmo como um outro**. São Paulo: Papyrus, 1991.

RICOUER, P. **Tempo e narrativa**. São Paulo: Papyrus, 1994.

SANSOT, P. Identité et paysage. *In*: **Les Annales de la recherche urbaine**, n. 18, p. 65-72, 1983. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ar_0180-930x_1983_num_18_1_1069. Acesso em: 15 jul. 2020.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SEYFERTH, G. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. *In*: PANDOLFI, D. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 199-228.

TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988.

THOMPSON, P. A transmissão cultural entre gerações dentro das famílias: uma abordagem centrada em histórias de vida. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 9-19, 1993.

VIDAL, L. Alain Corbin: o prazer do historiador. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 25, n. 49, p. 11-31, jan. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/r9NFysm5mn9PBz9yVzTdvdJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882005000100002>.

ZANINI, M. C. C. Entre memórias e identidades (étnicas). **História Unisinos**, v. 11, p. 40-48, 2007a.

ZANINI, M. C. C. **Italianidade no Brasil meridional**: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria- RS. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2006.

ZANINI, M. C. C. Jovens ítalo-brasileiros na Itália: projetos em evidência. In: SANTOS, M. *et al.* (org.). **Recortes interdisciplinares sobre migrações e deslocamentos**. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2014. p. 75-88.

ZANINI, M. C. C. Memorie non rivelate. I discendenti italiani del Brasile meridionale raccontano l'epoca dell'Estado Novo e della Seconda guerra mondiale. FRANZINA, E. **I veneti in Brasile e la storia dell'emigrazione**, a. XXXIII, n. 57, p. 257-274, 2019. (Venetica Collection).

ZANINI, M. C. C. Mídias, italianidades e pertencimentos étnicos no sul do Brasil (Brasil) In: COGO, D.; ELHAJJI, M.; HUERTAS, A. (org.). **Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação**. Barcelona: Bellaterra, 2012. v. 1, p. 283-298. *E-book*.

ZANINI, M. C. C. O Estado Novo e os descendentes de imigrantes italianos: entre feridas, fatos e interpretações. In: DALMOLIN, C. (org.). **Mordaca verde e amarela**. Santa Maria: Palotti, 2005. p. 113-128.

ZANINI, M. C. C. Os ítalo-brasileiros, a dupla cidadania e a reivindicação das origens. In: MEJIA, M. R. G. (org.). **Migrações e direitos humanos**. Problemática Socioambiental. Lajeado: Ed. da Univates, 2018. p. 53-66.

ZANINI, M. C. C. Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 521-547, 2007b.

ZANINI, M. C. C.; ASSIS, G. de O.; BENEDUZI, L. F. Ítalo-brasileiros na Itália no século XXI: 'retorno' à terra dos antepassados, impasses e expectativas. **REMHU**, Brasília, v. XXI, p. 139-162, 2013.

“QUEM CONTA UM CONTO AUMENTA UM PONTO”: A RELAÇÃO ENTRE PASSADO E PRESENTE NAS NARRATIVAS DO VIVIDO

Luís Fernando Beneduzi

A tradição popular brasileira oferece um provérbio muito emblemático para analisar os processos de transformação nas narrativas orais, que sofrem contínuas dinâmicas de reelaboração no tempo e no espaço: “quem conta um conto aumenta um ponto”. Enuncia-se uma realidade de releituras das experiências que os diversos “autores-narradores” vão descrevendo em dimensões espaçotemporais diferentes, recriando o vivido e dando-lhe novas cores. Embora os eventos individuais ou comunitários sejam únicos, o provérbio, neste caso, fala das diferentes representações que sobre eles são construídas e de suas variadas interpretações, que se tornam “os reais”, muitas vezes paralelos, recordados pelas comunidades étnicas ou nacionais.

O intuito do presente capítulo é discutir o modo como se estabelecem relações entre o vivido presente e as recordações do passado, produzindo novas imagens e novos horizontes de expectativas sobre a experiência do cotidiano. Utilizam-se como estudo de caso narrativas orais de imigrantes brasileiros (em muitos casos, ítalo-brasileiros), que tomaram a decisão de se deslocar para a Península Itálica no final da primeira década do século XXI. As fontes utilizadas para a elaboração deste estudo foram coletadas para dois projetos de pesquisa sobre a imigração brasileira contemporânea na Itália (o primeiro sobre a imigração feminina, e o segundo sobre a de descendentes de italianos), com a participação de colegas de diferentes universidades brasileiras

(UFSM, UDESC, UCS, UFES).¹ Nos projetos citados, já se observava uma primeira tentativa de elaborar itinerários de imigração, relativos não somente às redes que se constroem nos processos migratórios, mas também à experiência anterior à partida (na maior parte dos casos, em comunidades de imigração italiana de finais do século XIX, nas chamadas “Zonas de Imigração Italiana” no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo), e como esta vai encaminhando as escolhas de mobilidade dos imigrantes. Portanto, é objeto da análise o modo como os imigrantes brasileiros vão relendo sua estada na Itália, sua relação com o Brasil e, no caso dos descendentes de italianos, seus projetos de retorno.

No início deste percurso de análise, entende-se que seja relevante apresentar alguns pressupostos que nortearão o processo de leitura das entrevistas e das reelaborações dos imigrantes. Uma primeira questão importante refere-se ao lugar do presente no processo narrativo, ou seja, este enquanto ponto de intersecção entre a “passeidade” (o evento acontecido) e a narrativa que sobre ela é construída: no presente, o vivido é reelaborado e seus fragmentos criam inteligibilidade através das dinâmicas mnemônicas que envolvem o ato de restauração. A “recuperação” do passado é marcada por um jogo que entrelaça experiência e expectativa, sendo que a segunda, na medida em que sofre mudanças, influencia processos de reescritura da primeira. Na concepção de Koselleck (1993), o presente se constitui no tempo-espço em que o passado é pensado. No entanto, essa reflexão acontece tendo como elemento-chave uma projeção para o futuro: a memória se constrói em uma dinâmica que busca dar uma certa lógica aos eventos passados, projetando-os para aqueles que são os objetivos para o futuro.

O processo de ressignificação do passado segue um percurso de tradução dos fragmentos mnemônicos que permanecem das experiências vividas, os quais são relidos a partir de códigos que criam

¹ Faz-se referência aos projetos financiados pelo CNPq: Edital 20/2010 – processo 402328/2010-8 “Retorno às raízes: gênero, identidade e integração na imigração contemporânea brasileira na Itália”, e Edital 18/2012 – processo 406116/2012-1 “Itália imaginada-Itália estudada: as experiências de ítalo-brasileiros nas universidades italianas (1990-2012)”.

significado no presente. Na esteira da leitura de David Lowenthal, que apresenta o passado como um país estrangeiro, como uma realidade distante que fala uma língua diferente, observa-se uma dinâmica de estranhamento entre o viver em espaços-tempos diferentes, com a consequente necessidade de uma reelaboração entre as vivências individuais e coletivas, e a leitura que delas vai sendo feita no momento da construção da narrativa (LOWENTHAL, 1998). Nesse sentido, o entrevistado produz traduções acerca do seu vivido, criando uma gramática e uma sintaxe que devem estar em consonância com as suas interações e relações estabelecidas no presente, assim como com os projetos (falidos ou bem-sucedidos) e com as perspectivas de futuro que estão sendo esboçadas, também como consequência do vivido no momento da entrevista.

Como enunciado anteriormente, a narrativa da qual se está falando, que busca iluminar e encaixar os fragmentos/vestígios que emergem das experiências vividas, montando o quadro imagético daquilo que foi, é amalgamada em uma dinâmica de entrelaçamento mnemônico. O sujeito que mergulha em seu passado "ressuscita" o vivido por meio da memória, em sua contraposição com o esquecimento (também este marcado pela relação presente-passado), o qual colabora no delineamento da lógica (re)criativa daquilo que se viveu. Em associação com os diversos presentes, vão sendo a floradas e acobertadas recordações, em dinâmicas não necessariamente conscientes, que abrem e fecham as gavetas nas quais a "passeidade" está conservada.

O tempo recuperado de Marcel Proust, segundo André Maurois, fala dos momentos em que o passado parecia retornar de sua letargia, em que sentimentos que pareciam desaparecidos voltavam à vida. Enuncia um tempo que não é apenas perda, mas que pode ser mantido em sua remanescência:

Nuestros antiguos yo non si pierden, en cuerpo y alma, ya que pueden revivir en nuestros sueños y a veces aun en estado de vigilia. [...] Así pues, el tiempo no muere completamente,

como pareceria, sino que permanece incorporado en nosostros mismos. (MAUROIS, 1998, p. 217).

A imagem que produz a leitura de André Maurois sobre as experiências passadas em Proust é de uma sobreposição de tempos que convivem, ainda que em um estado de vigília, em um mesmo momento histórico, ou de narrativas sobre a “passeidade” que compartilham o vivido presente. Portanto, o tempo passado não desaparece por completo, mas permanece na expectativa de um impulso presente que o recupere e o faça “acordar”, partindo de uma nova chave de leitura.

Dessa forma, se os indivíduos são compostos por diferentes *eus* que aparecem e desaparecem no tempo, em um processo contínuo de perda e recuperação, os diversos presentes produzem aproximações e distanciamentos em relação às experiências do vivido, sendo que as entrevistas de história oral se constituem em seleções e recortes relacionados ao espaço-tempo no qual são realizadas. O entrevistado, convidado a reviver o seu passado, por solicitação do pesquisador, acaba por descobrir fragmentos de si, de suas vivências, que ele pensava, como Proust (2002), estarem irremediavelmente perdidos; no entanto, não haviam fenecido, permaneciam ali, dentro dele, esperando os *inputs* que os fariam emergir da obscuridade na qual se encontravam.

Nestas primeiras páginas, falou-se sobre a memória, caracterizando-a mais especificamente enquanto um processo individual. No entanto, como afirma Halbwachs (1994), as memórias individuais são atravessadas por aquelas coletivas, sociais. Os sujeitos que recordam são parte de diferentes grupos nos quais estão inseridos: étnicos, nacionais, de classe, religiosos. Portanto, suas recordações não são apenas a remanescência de experiências individuais, mas são também fruto de representações e imagens construídas e compartilhadas pelos grupos nos quais estão inseridos. A rigor, ao mesmo tempo que a memória coletiva é alimentada pelas recordações individuais, ela se encontra na base do processo de elaboração do passado dos sujeitos.

Na percepção de Catroga (2001), o presente funciona como uma espécie de luz que, colocando-se sobre a experiência passada, acaba construindo um jogo de claro/escuro, em um passado que se transforma em um conjunto de contrastes: por um lado, são iluminadas algumas experiências e, por outro, são relegadas à sombra ou à opacidade outras. No que se refere à realidade da imigração brasileira contemporânea, objeto documental específico desta análise, o desenvolvimento do projeto de deslocamento, desde a partida até a chegada, mas também na construção do cotidiano na terra de imigração, o modo como os sujeitos projetam seu futuro, também com base naqueles que estão sendo seus diferentes presentes, influi de maneira significativa na reelaboração da experiência migratória. Um projeto que está sendo realizado ou uma situação cujos planos iniciais estão naufragando vão direcionando a leitura do imigrante com relação ao modo como ele cria uma conexão entre os diferentes fragmentos mnemônicos que constituíram e constituem o seu vivido.

Um outro termo importante na pesquisa – que deve ser conceitualizado, porque é um dos propulsores de memória e possui forte impacto no projeto migratório – é a ideia de retorno. No que se refere especificamente aos imigrantes ítalo-brasileiros, entrevistados na Península Itália, esse conceito é fundamental, não porque eles estejam retornando fisicamente à Itália, considerando que nasceram e cresceram no Brasil, mas porque se consideram parte de um movimento mais amplo, intergeracional.

Quando se fala da ideia de retorno, não se faz referência especificamente a um deslocamento físico entre dois lugares, mas a um processo de criação que envolve a memória e a dimensão de ausência/presença, relacionadas ao conceito de representação (GINZBURG, 2001). Em geral, com relação aos fenômenos migratórios que tocaram o Rio Grande do Sul durante o século XIX, pode-se falar em três tipos de “retorno”: um primeiro, que envolve a recriação da terra de partida naquela de chegada; um segundo, que existe enquanto projeto, a partir de uma não ruptura com o trânsito; e um terceiro, que

se refere a uma memória mítico-delegada que une experiências do passado e do presente em um *continuum* espaçotemporal (BENEDUZI, 2019). Enquanto as duas primeiras noções de retorno estão associadas exclusivamente ao sujeito que deixou sua terra de nascimento, no caso da terceira observa-se a interação entre antepassado e descendente. No último caso, o modo como a memória da imigração foi construída no Rio Grande do Sul e o sentimento de pertencimento étnico são fundamentais para compreender essa indivisibilidade intergeracional.

Com relação à terceira ideia de retorno, pode-se destacar duas questões relevantes, que permitem compreender melhor o seu significado e funcionamento na mente do sujeito que recorda, e também a forma como se vincula a um passado que objetivamente – na concretude da existência – não foi seu. Por um lado, é comum, nas falas de tantos descendentes, um relato do processo migratório dos antepassados que utiliza o pronome pessoal “nós” no lugar do “eles”, colocando-se como parte da experiência passada, através de frases como “quando nós chegamos ao Brasil”. Quando o ítalo-brasileiro migra para a Itália, não viaja sozinho, mas leva consigo essas memórias, essas vivências familiares, que o seguem; cria-se um elo entre aquelas experiências compartilhadas do passado e estas do presente: com o descendente, retorna também o antepassado à Península Itálica.

Por outro lado, a ideia de “dor compartilhada” indicada por Sayad (2000, p. 14) também pode ser utilizada para melhor compreender essa noção de regresso, pois os imigrantes de finais do século XIX e seus descendentes vivem uma mesma viagem, embora em direção oposta, movida por projetos semelhantes de ascensão social e construção de uma vida nova. O que se transforma em diferença é o lugar da terra prometida: enquanto, no século XIX, ela estava associada à América, à terra da *cuccagna* que se encontrava ao Ocidente do Oceano, no início do século XXI, a Itália, terra imaginada e lugar mítico dos relatos transmitidos entre as sucessivas gerações de descendentes, outrora terra da desolação, tinha se tornado o novo paraíso terrestre.

Estabelecidos os pressupostos teóricos que norteiam esta discussão, faz-se necessário apresentar um breve mapa com alguns aspectos socioculturais que caracterizam os entrevistados que compõem o *corpus* documental da pesquisa. No que se refere ao mundo do trabalho, considerando o projeto mais amplo, pode-se dizer que se encontrou um universo extremamente variado: trabalhadores com diferentes níveis de escolaridade, estudantes universitários, trabalhadores de retorno para o Brasil, empresários, indivíduos que trabalhavam no setor de serviços. Porém, para as questões que envolvem esse recorte específico, trabalhou-se com estudantes universitários, provenientes da classe média brasileira, maiormente residentes na cidade de Trento, com ou sem bolsa de estudos, que frequentavam diferentes cursos de graduação ou pós-graduação na universidade local.

Com relação ao espaço-tempo dos entrevistados (a quase totalidade residente em cidades das regiões do Vêneto, Friuli Venezia Giulia e Trentino Alto Adige), observou-se uma diversidade muito grande nas experiências do presente da entrevista: perda de emprego, doença familiar, bolsa de estudos da universidade, obtenção de um contrato de trabalho, casamento com um italiano, separação, trabalho ocasional, vivências traumáticas. Cada uma dessas realidades acabou contribuindo nas representações que foram sendo construídas sobre o projeto migratório, sobre a vivência na Itália, sobre a relação entre o país imaginado e aquele encontrado, sobre a identidade brasileira. Em uma população de entrevistados cuja maior parte era constituída por ítalo-brasileiros, com ou sem cidadania reconhecida, esses presentes foram determinantes no processo criativo do passado, na maneira como determinadas experiências foram sendo iluminadas, na medida em que outras mergulhavam na escuridão, nas sombras do esquecimento. Nesse contexto, observou-se como projetos de imigração definitiva foram se transformando em experiências transitórias e como encontros com a alteridade (que se pensava identidade) produziram projetos alternativos de retorno ao Brasil.

BRASILIDADE E REALIDADE POLÍTICO-ECONÔMICA NACIONAL

Ao falar da relação passado-presente, a partir das dinâmicas mne-mônicas, para além da vivência no país de chegada (Itália), são relevantes os acontecimentos que estão em movimento na terra de partida (Brasil). Por um lado, a situação de crise econômica vivida pela Europa e, em particular, pela Península Itálica, desde 2008, tem um grande impacto no cotidiano dos imigrantes. Por outro, a imagem de economia pujante que é associada ao Brasil no cenário internacional colabora em uma mudança de perspectiva sobre qual é a terra de oportunidades.

A partir de meados da primeira década do século XXI, observa-se um contínuo crescimento econômico do Brasil, com um momento máximo em 2010, quando o Produto Interno Bruto (PIB) chegou a um percentual notável de 7,5% ao ano (BENEDUZI, 2012). Soma-se a esse fato a relevante redução nos índices de desemprego, que se aproxima da ideia de uma economia de pleno emprego, além das políticas sociais, aumentos de salários, crescimento do setor de serviços, ou seja, tudo indicava uma economia em expansão e uma terra de oportunidades, diferente daquela que os imigrantes haviam deixado. Por fim, ressalta-se o esforço diplomático brasileiro, participando em diferentes fóruns internacionais e colocando-se ao centro das discussões sobre a *governance* mundial nas reuniões do G20 ou em outros encontros multilaterais. Voando pelos cinco continentes, a política externa brasileira e a figura carismática de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) colaboraram para uma nova recepção do país.

Além do crescimento do PIB, e colaborando ao mesmo tempo para esse sucesso, observa-se um forte impulso nas políticas sociais, em um binômio entre pragmatismo econômico e retórica social, que, segundo Gardini (2009), caracterizou a expansão da “onda rosa”² na

² Este termo é utilizado para identificar um processo de ascensão de partidos progressistas ao poder em diferentes países latino-americanos, a partir de Hugo Chávez, em 1998. Não é caracterizada por uma uniformidade ideológica, mas apresenta um discurso progressista, com aplicação de políticas públicas redistributivas, e uma percepção pragmática da ação interna de governo e em sua política exterior.

América Latina. A partir de 2003, o governo Lula manteve uma política de controle com relação aos indicadores macroeconômicos, mas buscou equilibrá-la com uma agenda social muito robusta. Foram criados programas de transferência de renda, como o "Bolsa Família", por exemplo, que tinha como objetivo reduzir a pobreza – e diminuir, ao mesmo tempo, o trabalho e a delinquência infantil –, bem como aumentar os níveis de instrução e o alcance das políticas de saúde pública. Também a pequena propriedade agrícola e a agricultura familiar foram estimuladas e desenvolvidas com financiamentos específicos, contando, ainda, com o fornecimento de assistência técnica.

Outro projeto que se colocou entre o crescimento econômico e a produção de renda foi o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Tratava-se de um plano de promoção de setores estratégicos levado adiante pelo governo de Luis Inácio da Silva, a partir de 2007, que tinha como objetivo principal gerar emprego e renda, a partir de uma combinação de investimentos público e privado no desenvolvimento de estruturas de grande porte. Energia, transporte e saneamento foram algumas das áreas tocadas pelo programa, criando novas oportunidades para a indústria nacional e também uma importante transformação na qualidade de vida de diferentes grupos da população brasileira.

Em certo sentido, o que se observa neste momento da história social e política brasileira é caracterizado por princípios compartilhados com o paradigma neoestruturalista, que, segundo Vidal (2008), tem seus antecedentes no Conselho Econômico para a América Latina (CEPAL), com a ideia do Estado Benfeitor, ou seja, como principal ator para o desenvolvimento econômico e a produção de renda. Se o neoestruturalismo, por um lado, dentro da conjuntura das políticas neoliberais da década de 1990, reconhecia as vantagens de uma orientação econômica para a exportação e para a atração de capitais do mercado internacional, por outro, entendia que esse aumento da produtividade poderia ser direcionado pelos governos para incrementar políticas que estimulassem uma maior justiça social. Nesse sentido, o Estado teria um papel fundamental no desenvolvimento econômico do país,

funcionando como apoio à indústria nacional, ao melhorar a competitividade internacional, e, ao mesmo tempo, como garantia de melhores condições de vida para os trabalhadores.

O neoestruturalismo propõe que o Estado deve promover o empresariado nacional disposto a seguir políticas salariais e de segurança social que melhorem a qualidade de vida da força de trabalho. [...] Em contrapartida, o Estado tem a capacidade de apoiar este empresariado oferecendo informações, detectando novas oportunidades no mercado mundial, conectando o empresariado nacional com os sócios estrangeiros mais vantajosos, promovendo uma legislação tributária favorável à exportação, facilitando o acesso ao crédito para o empresariado nacional e à aquisição e contratação de melhores infraestruturas de comunicação e processamento de informações, administração, engenharia e projeção das instalações produtivas. (VIDAL, 2008, p. 273).

A política socioeconômica do governo brasileiro, na primeira década do século XXI, apresentava, de alguma maneira, as características propostas pelo neoestruturalismo, como indicado. O Estado teve uma participação importante na criação de políticas redistributivas e de impacto no acesso das faixas mais baixas da população aos benefícios do crescimento econômico vivido pelo país no período. Além disso, intensificou ações afirmativas tanto com relação aos indivíduos com baixa renda quanto no que se referia aos diferentes tipos de minorias presentes na sociedade brasileira. Ainda, estabeleceu linhas de crédito com uma parceria público-privado para facilitar a cadeia produtiva nacional. Por fim, funcionou como importante ator para o desenvolvimento da indústria nacional e como instrumento para a inserção de empresas brasileiras no mercado internacional, com uma política exterior muito ativa.

Como consequência da combinação entre forte crescimento econômico, políticas bem-sucedidas de redistribuição de renda e política exterior enérgica, denota-se uma forte presença do Brasil nos principais jornais das economias industrializadas – pode-se dizer que o país tinha se tornado *fashion*. Enquanto o *Financial Times* dava ênfase, em 2010,

ao novo momento econômico do Brasil – ascensão de 10 milhões de pessoas à classe média, forte aumento das reservas internacionais de moeda, empréstimo concedido ao FMI, sinais de uma economia próspera e de um país decolando –, o *Il sole 24 ore* destacava, no ano de 2012, o novo momento do Brasil, como país de acolhida dos “cérebros em fuga”, uma espécie de retorno à imigração, agora qualificada, que tinha marcado o Estado sul-americano desde finais do século XIX até meados do XX. Em ambos os jornais, podia ser percebida a propagação de uma nova narrativa sobre o Brasil, que o caracterizava como um país de oportunidades, uma retomada, de qualquer maneira, da velha representação de terra prometida, daquela imagem que o identificou como espaço de imigração e ascensão social no último quartel do Oitocentos.

Essas representações pouco a pouco vão povoando o imaginário dos nativos da península e também dos imigrantes brasileiros, recriando leituras sobre o país e tendo um impacto positivo na forma como os imigrantes provenientes do Brasil são vistos no estrangeiro. A rigor, como destacado nas entrevistas, a grande pergunta agora dirigida aos brasileiros fazia referência à incongruência de eles estarem na Itália – considerada pelos habitantes como um país em recessão –, e não em suas casas, do outro lado do oceano, onde se experimentava uma grande pujança. Essa nova configuração socioeconômica colaborava para a edificação de uma consciência nova dos brasileiros no exterior, sobre a sua identidade nacional e sobre o lugar de seu país no concerto das nações.

A nova realidade é destacada por Cristina (São Paulo),³ jovem ítalo-brasileira, estudante-bolsista universitária em Trento, que percebe o novo momento do Brasil, em uma leitura que vai além dos estereótipos históricos que marcaram a imagem do país: “*Eu vejo o Brasil como um país cheio de oportunidades. [...] que a imagem do Brasil tá mudando aqui fora. [...] as pessoas tão começando a ver que o Brasil não é só carnaval,*

³Todos os nomes dos entrevistados são pseudônimos criados para o uso de suas informações, em respeito à privacidade de cada um deles. Os nomes originais se encontram nas fichas pessoais, de posse do pesquisador e do grupo de pesquisa, depositadas também fisicamente junto à UDESC.

bunda e praia, mas que a gente tem que tomar muito cuidado.” (Cristina, Trento, 22 de fevereiro de 2012).

Se Cristina tinha vindo para a Itália com um projeto temporário de imigração, com a bolsa de estudos para a formação universitária da província de Trento, destinada aos “trentinos no mundo”, Juliano, imigrante originário da Bahia, apresenta uma perspectiva diferente. O jovem, primeiramente migrante no sul do Brasil, veio para a Itália com sua esposa, Paola, ítalo-brasileira, natural do Paraná. Os planos de deslocamento do casal eram definitivos, porque a esposa, com o bisavô originário da província de Trento, projetava se transferir para a terra dos antepassados, “retornar” para o lugar de origem da família paterna. No entanto, embora tenham chegado no período em que já se observava a transformação na imagem do Brasil (2010), dão-se conta da nova realidade por meio da experiência na terra de acolhida. Vai ser na Itália, em uma contraposição entre o país imaginado, aquele mítico das narrativas familiares, encoberto pela nostalgia de um espaço-tempo outro, e aquele experimentado, a Itália da universidade e da busca de emprego, que amadurecerão novas leituras sobre o “lar” familiar.

Como ressalta Juliano, dando-se conta, em 2012, de que a situação econômica italiana piorava, e recebendo novas informações sobre o Brasil, através de parentes, amigos e dos meios de comunicação, o projeto começa a viver uma crise:

Tem uma série de pessoas que tão falando que querem ir pro Brasil, pra qualquer outro país, pra poder fazer dinheiro. Então, assim, a perspectiva agora é ficar aqui, mas sabendo que é muito mais fácil hoje pra mim no Brasil do que aqui. (Juliano, Trento, 22 de fevereiro de 2012).

A sua fala expressa três questões importantes: pensa-se no retorno ao Brasil, permanecer não é mais um plano fechado, existe uma consciência de que a terra de partida é um lugar de oportunidades. Embora com caráter familiar-afetivo, o projeto de Paola (e depois também de Juliano), desde 2003, quando nasce a ideia de ir viver na terra de seu bisavô, traz consigo a busca de uma vida melhor. Se, em

um primeiro momento, as questões afetiva e econômica caminhavam juntas e indicavam a Itália, a partir de 2012, essa perspectiva comum já não é encontrada na península. Pelo contrário, a imigrante começa a dar-se conta de que aquele espaço-tempo mnemônico (a Trento encantada das narrativas familiares, marcada pelo saudosismo transmitido de geração em geração) não existe efetivamente na Trento do século XXI e percebe que a terra das possibilidades mudou de continente e encontra-se no Brasil, porque a Itália ainda está sob o impacto da crise econômica mundial de 2008 e vivendo um momento de estagnação.

Observa-se uma nova leitura sobre o Brasil por parte dos brasileiros, fruto do novo momento da economia nacional e da maneira como o país, estereotipado como terra do carnaval e da praia, lugar do não trabalho, estava dando certo. As novas representações ressaltadas por Cristina e a nova visão apresentada por Juliano, em contraposição à Itália da decadência econômica, direcionavam o olhar para uma espécie de modelo brasileiro, um produto de exportação que poderia ser chamado "*Brazilian way of life*":

Eu acho que esse nosso modo de ser, do bom humor, a gente é muito ligado ao bom humor, a gente é muito ligado à alegria. Então, eu acho que isso é uma coisa muito boa, não é um defeito, nem só uma característica, é a nossa grande qualidade. (Juliano, Trento, 22 de fevereiro de 2012).

O novo Brasil que nasce no imaginário imigrante não é mais aquele que se deixou; está impregnado de uma nova energia, fruto da representação socioeconômica produzida em nível internacional e do confronto entre vivência e expectativa de vida no estrangeiro. Denotam-se novas leituras sobre a autorrepresentação como brasileiro e sobre as relações que se estabelecem com o outro. Se antes "alegria" e "bom humor" eram elementos identificadores de um país carnavalizado e caracterizado pelas desigualdades, fome, exploração e estagnação, agora esses passam a ser valores agregados (não mais defeitos) que reforcem a especificidade cultural de um país que estava dando certo tanto no plano econômico quanto no social.

AS DIFERENTES RELAÇÕES DE ESPAÇO-TEMPO DA IMIGRAÇÃO

Da mesma maneira que se pode observar, nas falas dos dois entrevistados – Cristina e Juliano –, a relação entre as avaliações sobre o Brasil, sobre a brasilidade, e as transformações sociais na terra de partida e chegada, também nas reelaborações dos projetos migratórios de Mateus e Paola essas alterações podem ser percebidas. O novo espaço-tempo da imigração, uma Itália em estagnação econômica, em contraste com um Brasil dinâmico, produz novas leituras sobre planificações de uma permanência transitória ou definitiva. Deve-se acrescentar, além dessas dinâmicas mais gerais, as experiências individuais na terra de chegada, os traumas e os desencontros que colaboraram em um processo de mudança naquilo que se pensava “para sempre” e que foi, pouco a pouco, alterando-se para “por um certo período de tempo”.

Enquanto experiência traumática em um processo de interação com a terra dos antepassados, o processo migratório de Mateus é mais emblemático que o de Paola, o qual será retomado mais adiante. O caso de Mateus está associado a uma causa desencadeadora específica do choque vivido, que demonstra seu estranhamento àquela realidade e sua condição de insegurança, mesmo sendo formalmente cidadão italiano. A situação vivenciada pelo ítalo-brasileiro será um ponto de reflexão importante com relação ao seu pertencimento, naquele momento, a uma comunidade nacional chamada “italiana”, em um debate interior sobre a dimensão da alteridade (o imigrante) na terra de suas raízes.

É importante começar com uma breve narrativa sobre a trajetória migratória de Mateus, para compreender melhor o momento do trauma e suas consequências na vida do jovem ítalo-brasileiro. Ele é natural do estado do Espírito Santo e chega em 2007 à Itália, tendo primeiro vivido por alguns meses com parentes no sul da península, antes de desembarcar na cidade de Trento. De qualquer forma, vai ser durante o seu processo de preparação para a imigração, enquanto busca a documentação necessária para obter o reconhecimento da dupla

cidadania, que vai recuperar os fios mnemônicos que o vinculam a uma italianidade (ou trentinidade). Aos poucos, uma consciência de pertencimento familiar vai fazendo com que ele se sinta parte daquele mundo além-mar para onde acaba decidindo partir.

Chega a Trento em 2008 e vai em busca de suas raízes, dirigindo-se à terra de seu antepassado, onde encontra algumas pessoas com seu sobrenome, que são muito solícitas e o ajudam muito nos primeiros passos para a integração. Aliás, são esses “parentes” trentinos que o colocam em contato com o proprietário do local em que trabalha por diversos meses, até o ponto de virada, o trauma. Toda a experiência de Mateus o encaminha para uma sensação sempre maior de pertencimento àquela realidade trentina e para uma decisão sempre mais favorável a permanecer: encontra uma acolhida importante de pessoas que compartilham o mesmo nome de família e sente-se rapidamente inserido em uma comunidade (Mateus, Trento, 16 de junho de 2012).

No entanto, esse mundo do trabalho – parte importante de sua dinâmica inicial de inclusão na nova comunidade – foi aquele no qual se produziu a experiência traumática que alterou a percepção de Mateus sobre seu projeto migratório. Viviam-se o período das festas de final de ano e já se haviam passado alguns meses desde que, por indicação dos seus “parentes”, tinha começado a trabalhar em um bar/restaurante em uma localidade turística da província de Trento.

Mesmo sendo um momento de grande movimento, o estabelecimento no qual trabalhava estava funcionando com um número muito reduzido de pessoal, com dificuldade no serviço às mesas e na gestão do espaço, que parecia pequeno para o fluxo de clientes. Nessa situação, ocorre um breve desentendimento com um casal de clientes usuais do local, por conta de um carrinho de bebê que tinha sido trazido por esses clientes para dentro do estabelecimento e que atrapalhava o movimento dos garçons pelo restaurante: segundo Mateus, ele havia solicitado ao casal que deixasse o carrinho de bebê fora do local, para não criar problemas à circulação do pessoal, mas recebeu uma resposta ofensiva da parte dos clientes, que evocaram o fato de serem amigos do dono.

No dia seguinte, o proprietário chama o jovem ítalo-brasileiro em seu escritório, localizado no subsolo do estabelecimento, para que ele assine uma carta de demissão voluntária, necessária porque então, na Itália, o empregador podia rescindir um contrato de trabalho somente por justa causa, mesmo no setor privado. Com a sua recusa, nasce uma discussão; ele tenta ir embora, mas é bloqueado pelo proprietário. Recordando-se de que, na gaveta do escritório, havia um revólver e sentindo um grande medo, por causa da reação do patrão, ele volta a sentar, demonstrando cordialidade; porém, na primeira oportunidade, em um momento de distração do proprietário do restaurante, foge correndo. Depois do ocorrido, procura registrar ocorrência, pois fica muito preocupado, mas é desaconselhado pelos policiais, por falta de provas específicas.

De qualquer maneira, Mateus não se resigna e quer ao menos apresentar uma denúncia trabalhista pelas horas extras não pagas e não declaradas ao fisco; todavia, por causa dessa intenção, acaba entrando em conflito com a família que o havia ajudado, a qual era amiga do empregador. Refugia-se, então, no Brasil, aproveitando algumas férias ainda não usadas. Ao retornar, decide não ir adiante com a ideia do processo trabalhista, mas a situação vivida abala a relação com seus “parentes” trentinos e, também, com Trento e com a sua identificação com a sociedade local. Como ele mesmo vai dizer, tendo como bagagem essa experiência traumática, por mais que o descendente se esforce, independentemente da cidadania ou do sobrenome, jamais será um deles; se, no passado, não ter nascido em Trento era visto como parte de um destino cruel, as vivências na terra de chegada foram alterando essa percepção:

cê nunca vai ser um deles, cê nunca vai ser, por mais que cê tenha cidadania, por mais que cê tenha o nome deles, nunca porque mesmo talvez a falada vai ficar um sotaque, então vão notar, vão te perguntar, a tua história não adianta, não muda, eu lembro que na época eu até pensava, porque que eu não nasci aqui, tipo eu fazia esse tipo de questionamento, graças a Deus, que eu não nasci aqui (Mateus, Trento, 16 de junho de 2012).

O confronto com uma nova imagem de Trento, aquela marcada pelo estranhamento, deixa uma cicatriz profunda na percepção que Mateus está construindo sobre a sua experiência migratória. Do encontro com a identidade trentina, quando da decisão de emigrar para a Itália e quando dos primeiros contatos com a península, passa-se a uma redescoberta da brasilidade, elemento que dá um tom de provisoriedade ao estar na Itália. Por um lado, o imigrante capixaba retoma a questão do crescimento econômico, como importante elemento propulsor para repensar o Brasil, mas, por outro, considerado o viés mais relevante para a sua análise, destaca o “sentir-se brasileiro” como central em sua mudança de olhar, bem como o desejo de ser agente de uma transformação positiva em seu país de origem:

claro que a questão econômica cria uma certa euforia, não, tipo... acaba que como se diz legítima aquilo que se tava querendo fazer, mas eu imagino [...] que interferiu mesmo essa dinâmica de fato de me sentir mais brasileiro aqui, e de querer fazer alguma coisa lá, tipo de querer levar alguma coisa de bom, e querer mudar alguma coisa lá (Mateus, Trento, 16 de junho de 2012).

Diferentemente do jovem capixaba, Paola vive outra relação com Trento, porque marcada mais profundamente por uma vivência de “trentinidade”, fruto das conversas na família paterna, quando retornava a Santa Catarina, lugar de proveniência dos pais, nos momentos de lazer, durante as férias da família. Mantendo desde cedo uma relação de proximidade com os fragmentos dialetais da terra de origem dos antepassados, com as memórias familiares da imigração, com os cantos e as lendas, com códigos culturais associados a uma ideia de identidade trentina, somados à vida no Paraná, em uma zona povoada por outro grupo étnico, ela cresce com um forte sentimento de pertencimento a essa cultura familiar. Portanto, para Paola, ir para Trento era um destino natural e isso norteou sua vida desde 2003, quando começou a se preparar para a viagem, até 2010, quando chegou à cidade italiana: as suas relações, os seus estudos, toda a sua vida eram direcionados para atingir essa meta:

Bom, eu tenho uma relação com Trento forte, eu diria, porque, tendo a descendência e essa coisa da italianidade viva dentro da minha família, Trento era um destino natural quase para mim. Comecei a me interessar mesmo por Trento a partir de 2000, 2002, eu tinha uns 15 anos. (Paola, Trento, 22 de fevereiro de 2012).

De qualquer forma, também a estudante paranaense foi vivendo um processo de transformação em suas leituras sobre a trentinidade e em suas relações com a terra imaginada dos antepassados. A busca do espaço-tempo de seu bisavô terminou conduzindo aos lugares de proveniência, mas não ao tempo do vivido das memórias familiares; as pessoas e os sobrenomes foram encontrados, porém não respondiam aos estímulos das recordações que remontavam ao seu antepassado. O sentimento de Paola passa a ser híbrido, porque não abandona o reconhecimento das narrativas mnemônicas que falavam da terra dos ancestrais, mas começa a vislumbrar uma brasilidade sempre mais forte e um sentimento de ser diferente das pessoas daquele novo lugar:

me sinto em casa [...] claro, sendo uma imigrante, mas me sentindo em casa, poxa isso é muito difícil de explicar [risos], mas eu me sinto bem aqui, me sinto bem e eu uso a brasilidade a meu favor (Paola, Trento, 22 de fevereiro de 2012).

Mesmo se sentindo em casa, é claro para a jovem paranaense que aqueles sujeitos imaginados e delineados nas narrativas familiares, aquele tipo de vida rural que caracterizava a região durante o período da grande emigração para o Brasil, as peculiaridades de um cotidiano simples e rústico, não estavam mais presentes na Trento que ela estava conhecendo desde 2010, quando de sua chegada:

Eles tinham essa coisa de vida simples, né. Então era o que eu esperava encontrar de uma certa forma. Pessoas que levassem uma vida simples, que não foi bem isso. Quer dizer, claro, andou e progrediu como qualquer outro lugar que tivesse a possibilidade de progredir. Então, assim, claro que aqui ainda é muito recente porque dos anos 50 e 60 pra frente foi a grande mudança, né: o boom econômico e tudo mais.

Mas esperava encontrar de certa forma resquícios, eu sempre digo, talvez eu não tenha ido pro interior o suficiente [risos], talvez subindo a Val de Non de novo, talvez assim eu consiga encontrar isso, né. Mas essa foi a maior, se é que posso chamar de frustração, chamaria isso assim, porque talvez esperasse encontrar pessoas menos interessadas no sapatinho da moda, [...] ou gente que desse um pouco mais de valor pra questão da cultura. O pessoal hoje é internacional, desligado, ‘quero saber do cantor internacional’, ‘quero saber de ir lá’, e eu esperando que aqui eles soubessem todas as nossas músicas de imigração. (Paola, Trento, 22 de fevereiro de 2012).

Se, no caso de Mateus, a ruptura com aquela ligação geracional entre passado e presente aconteceu no momento em que seus “parentes” decidiram ficar do lado de seu empregador, antigo amigo de família, no caso de Paola, a fratura acontece na não concretização daquele retorno ao *cher pays de mon enfance*. Para além das questões econômicas, o projeto migratório de Paola era marcado por essa busca de uma Trento encantada, vivida pelo seu tataravô e narrada pelo seu avô: um espaço-tempo idílico que habitava a sua mente e construía a sua relação de pertencimento àquele lugar. Contudo, como ela mesma afirma, a terra de seus antepassados acabou se transformando em uma grande frustração, porque não encontrou aquelas pessoas – os trentinos de Santa Catarina – que esperava do outro lado do mar-oceano. Não percebia uma preocupação com a tradição – com “as nossas músicas da imigração” – como havia sempre visto na sua “Trento brasileira”. Ou seja, os novos habitantes daquela realidade física não se assemelhavam, no imaginário de Paola, com aqueles que tinham partido para o Brasil, e nem mesmo com as gerações seguintes que se sucederam em território brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como indicam os casos analisados, no processo de contato com a terra de chegada, observam-se mudanças de projeto, transformações nas leituras sobre o mundo que se deixa e aquele que se encontra do outro lado do oceano. No caso de Cristina, mantém-se o plano de

imigração temporária, com o retorno ao Brasil marcado para o final dos estudos universitários. Com relação aos outros três entrevistados, diferentemente, denota-se uma transformação, mais radical nos planos de Mateus, no projeto de deslocamento definitivo para a Península Itálica. O jovem capixaba altera completamente o seu programa de vida, certamente tendo presentes as experiências descritas anteriormente, substituindo Trento, como terra sonhada, pelo Brasil. Ele decide que não quer mais viver na Itália, não apenas como consequência da crise econômica, mas, sobretudo, pela transformação identitária que foi vivendo. Reformulando sua intenção migratória, traz da obscuridade a conversa que tivera certa vez com um amigo de sua mãe, que vem justificar seu retorno:

eu hoje não quero ficar aqui, até porque a crise que tem... enfim... isso ajuda até na decisão, mas hoje eu já tinha pensado que eu não quero ficar aqui, eu me lembro que uma vez um senhor, um amigo da minha mãe... não sei... me falou tipo 'vai, porém volta e traz alguma coisa de bom pro teu país' (Mateus, Trento, 16 de junho de 2012).

No caso de Paola, percebe-se um “talvez”. Na verdade, o projeto de um “lar” na terra dos antepassados ainda não foi abandonado, no entanto não se descarta uma possibilidade de retornar ao Brasil, caso seja necessário. O retomar de uma identidade que se pensava não existir, aquela brasileira, transforma o modo como Paola olha para a terra de partida e permite a abertura de uma janela, em caso de naufrágio de seu programa de deslocamento:

eu tenho essa parte que me liga ao território, vamos dizer assim, e eu tenho essa questão de... essa brasilidade que vai me ajudar com esse lado. Então, assim, claro, não posso dizer que... que não voltaria pro Brasil jamais, meu Deus, eu voltaria sim, tranquilamente, hoje mais do que nunca, eh... por ter descoberto isso em mim, esse pouquinho de brasileiro que não sabia (Paola, Trento, 22 de fevereiro de 2012).

Nos dias atuais, Mateus voltou mais uma vez para a Itália, onde concluiu a *Laurea Magistrale* (Mestrado) e está trabalhando, enquanto

Paola e Juliano decidiram retornar para o Brasil, em 2015, para dar continuidade a projetos de estudo e trabalho. Os diferentes espaços-tempo dos entrevistados, como pôde ser observado, foram construindo novas imagens e releituras sobre seu passado e futuro. Os estranhamentos, novos agenciamentos das identidades híbridas que caracterizam os imigrantes e seus descendentes, a nova condição econômica do Brasil e a falta de oportunidades na Península Itálica, entre 2010 e 2012, acabaram conduzindo os imigrantes brasileiros a uma revisão dos programas originais de deslocamento, alterando projetos definitivos em transitórios. É digno de nota, no entanto, que, no caso de Mateus, o retorno não se transformou em uma solução definitiva, porque a estada no Brasil reembalhou suas memórias e suas expectativas, e as oportunidades voltaram a ser associadas à Itália.

REFERÊNCIAS

BENEDUZI, L. F. Identidades em transformação: desde a Itália e até a Itália, percepções de um pertencimento. **Anuario de Estudios Americanos**, v. 76, p. 79-100, 2019.

BENEDUZI, L. F. Imigração em tempos de crise internacional: nova percepção sobre o brasileiro no exterior. **Mouseion**: Revista do Museu e Arquivo Histórico do La Salle, n. 12, p. 3-24, 2012.

CARTROGA, F. Memória e História. In: PESAVENTO, S. (org.). **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001, p. 43-69.

HALBWACHS, M. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Édition Albin Michel, 1994.

GARDINI, G. L. **L'America Latina nel XXI secolo**: nazioni, regionalismo e globalizzazione. Roma: Carocci, 2009.

GINZBURG, C. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

- KOSELLECK, R. **Futuro pasado**. Barcelona: Paidós, 1993.
- LOWENTHAL, D. **El pasado es un país extraño**. Madrid: AKAL, 1998.
- MAUROIS, A. **En busca de Marcel Proust**. Bogotá: Editorial Norma, 1998.
- PROUST, M. **Em busca do tempo perdido**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia**, São Paulo, v. 13, n. esp., p. 1-34, 2000.
- VIDAL, H. Retornando a cuestiones indispensables: neoestructuralismo, Estado, cultura nacional. In: MORAÑA, M. **Cultura y cambio social en América Latina**. Frankfurt am Main: Vervuert, 2008. p. 269-280.

Fontes orais

- Cristina. Entrevista realizada em 22 de fevereiro de 2012, em Trento, Itália.
- Juliano. Entrevista realizada em 22 de fevereiro de 2012, em Trento, Itália.
- Mateus. Entrevista realizada em 16 de junho de 2012, em Trento, Itália.
- Paola. Entrevista realizada em 22 de fevereiro de 2012, em Trento, Itália.

A VIDA DE UMA DESCENDENTE DE ESCRAVOS EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA E A MEMÓRIA DA ESCRavidÃO (CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES, BRASIL)¹

Geisa Lourenço Ribeiro

A HISTÓRIA ORAL E A MEMÓRIA DA ESCRavidÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE FONTES E METODOLOGIA

No dia 13 de maio de 1888, o Brasil aboliu a escravidão. Muitos jornais da época, enquanto celebravam o “sonho impossível”, destacavam a necessidade da imigração europeia para substituir a mão de obra escrava e, dessa forma, salvar a nossa lavoura.

Ao longo dos 134 anos decorridos desde a abolição, muito se tem escrito sobre o fenômeno. É interessante observar que a existência de diversas correntes historiográficas que se dedicaram ao tema desde então não apagaram aquela visão oferecida pelos contemporâneos, isto é, a ideia de substituição dos ex-escravizados pelos imigrantes, tão popular nos periódicos da época, especialmente aqueles ligados aos interesses dos cafeicultores.² Embora as tendências apresentem discordâncias – algumas delas se baseiam em fatores estruturais da economia, outras em movimentos sociais ou em determinados personagens –, podemos

¹ Gostaria de ressaltar que, embora esteja ciente da discussão sobre escravo *versus* escravizado, utilizo a palavra “escravo” e suas variações neste texto em respeito à entrevistada, que se refere aos seus ancestrais dessa forma.

² A pesquisa de doutorado apontou que a ideia da substituição dos ex-escravizados pelos imigrantes estava fortemente presente nos periódicos publicados no pós-abolição em Cachoeiro de Itapemirim/ES, como é o caso de *O Cachoeirano*.

notar que a maioria delas (senão todas) apoiou-se nas fontes mais usuais para os historiadores, quais sejam, as fontes escritas. Inclusive, em muitos casos, a base do *corpus* documental foi formada pelos mencionados periódicos. Contudo, não seriam eles – assim como as fontes escritas em geral – documentos que privilegiavam determinado grupo social? Apesar de se poder encontrar, nesses documentos, a presença das camadas menos favorecidas da população, com importantes representantes da imprensa negra, como tem sido apontado recentemente pela historiografia (PINTO, 2010), é notória a predominância da visão da elite letrada.

As fontes escritas oferecem um apoio fundamental para a produção da História. A excelente historiografia que tem sido produzida sobre a escravidão, a abolição e o pós-abolição no Brasil não deixa dúvida. Contudo, é reconhecida sua limitação para apreender certos aspectos da vida de parte da sociedade, como os escravos e libertos. Com o intuito de ultrapassar tais limites, decidi adotar a metodologia da história oral e, dessa forma, ouvir aqueles personagens não privilegiados em outros documentos. É importante destacar que não se trata de hierarquizar as fontes ou metodologias, mas de reconhecer o potencial e as limitações de cada uma delas.

Partindo da história oral, inicialmente, pretendia investigar a inserção de ex-escravizados e descendentes na região que se tornou a mais próspera da província do Espírito Santo no século XIX, graças à produção cafeeira baseada na mão de obra escrava.³ Como o Brasil desperdiçou a oportunidade de colher e preservar depoimentos de

³ O Espírito Santo foi uma das províncias brasileiras que foram invadidas pela cultura cafeeira no século XIX. Naquelas terras, a rubiácea chegou por volta de meados do século, muito influenciada pela expansão dos cafezais mineiros e fluminenses, e foi capaz de provocar significativas transformações na economia e sociedade, ainda que os números absolutos tenham sido ínfimos na comparação com Rio de Janeiro, São Paulo ou Minas Gerais. É interessante observar que o primeiro censo realizado no Império Brasileiro, em 1872, mostrou que o número de escravizados na província do Espírito Santo quase duplicou em relação às duas décadas anteriores, período no qual a população escravizada no país estava em declínio. Embora o número de 22.659 pessoas naquela condição pareça pequeno diante de mais de 1,5 milhão no Império, ele era suficiente para colocar o Espírito Santo em segundo lugar no índice de concentração escrava do país, com 2,6 habitantes livres por escravo. A média do país era 5,5, enquanto a província com maior concentração era o Rio de Janeiro, com 1,6 livre por escravo (Cf. RIBEIRO, 2012).

ex-escravizados logo após a escravidão, acreditei que seria possível efetuar a pesquisa por meio de seus descendentes, tal como realizado por trabalhos pioneiros no centenário da abolição e nas décadas seguintes (JANOTTI; QUEIRÓZ, 1988; MAESTRI FILHO, 1988; RIOS; MATTOS, 2005).

As pesquisas realizadas por Ana Maria Rios e Hebe Mattos (2005) mostram que parte significativa da população negra brasileira não possui memória genealógica relacionada à escravidão. Na região Sudeste do Brasil, onde a população escrava foi concentrada nas últimas décadas do regime escravista, cerca de um quarto das famílias negras não possuía memória familiar da escravidão na década de 1990. No Espírito Santo, essa proporção chegava a um terço.

Como integrante da população negra que não possui memória familiar da escravidão, essa questão me desperta especial interesse, bem como a narrativa predominante no país de que os imigrantes europeus substituíram a mão de obra escrava. No caso do Espírito Santo, tal situação é representada no mito da italianidade, isto é, na crença de que a maioria da população é descendente de italianos, como apontado por Maria Cristina Dadalto (2008). Todavia, como explicado pela autora, não há comprovação científica para essa afirmação. Sem dúvida, a imigração europeia e, em particular, a italiana ocupam papel fundamental no desenvolvimento capixaba. Contudo, a importância assumida pela população de origem africana no Espírito Santo, tanto para a produção da riqueza ao longo de mais de três séculos quanto para a demografia,⁴ acusa problemas no mito que embasa uma das principais narrativas sobre a abolição e o pós-abolição.

Está implícita, no mito da substituição da mão de obra escrava pela branca estrangeira, a ideia de desaparecimento da população negra após o 13 de Maio. Essa ideia foi sustentada durante muito tempo por importantes tendências historiográficas e sociológicas. Segundo essa literatura, diante da impossibilidade de competição com o europeu,

⁴ Em 1872, 67,6% da população era preta ou parda; em 1890, 57,9% da população integrava esses grupos (CENSO, 1872, 1890).

os negros teriam abandonado o campo e se dirigido para as grandes cidades em formação no final do século XIX e início do XX, onde teriam vivido de forma marginalizada (DEAN, 1977; FERNANDES, 1978; IANNI, 1987; CARVALHO, 1987). De acordo com essa bibliografia, a impossibilidade de competição com o branco, quando não se dava apenas pelo racismo dos fazendeiros brasileiros, apoiava-se no fato de a escravidão ter vetado aos escravos a participação em instituições sociais que os definiriam como pessoas, que lhes permitiriam estabelecer e seguir normas básicas de relações sociais, como a família. Entretanto, as pesquisas das últimas décadas demonstraram, de forma inequívoca, que os escravos não estavam “perdidos uns para os outros” (FERNANDES, 1978, p. 58). As famílias escravas, em tipologias diversas, existiram e foram fundamentais para as pessoas submetidas à escravidão, como também tiveram impacto sobre o próprio funcionamento da instituição escravista. Investigando a família escrava no Espírito Santo, pude constatar sua existência e importância (RIBEIRO, 2012). Contudo, algumas questões que surgiram dos dados seriais ou de pistas encontradas na documentação – principalmente inventários *post-mortem* – não puderam ser respondidas, uma vez que, como *retratos*, elas revelam apenas um instante da vida daqueles personagens. O caso do inventário de Joaquina Margarida da Silva Lima – aberto em 1864, três anos após sua morte – ilustra essa situação. Ela deixou como herança, para sua filha Leocádia, a família do casal Joaquim e Veridiana, com os filhos Nicolau, Saturnino, Raquel e Antão. Qual teria sido o destino dessa família? Teria permanecido unida ou fora separada por venda?

Anos depois dessa pesquisa, fui contatada por um dos líderes da comunidade quilombola de Monte Alegre, localizada em Cachoeiro de Itapemirim/ES. Interessado em investigar sua história, Leonardo Marcelino Ventura desconfiava que a família de Joaquim e Veridiana poderia constituir uma de suas origens.⁵ Seu contato reforçou o interesse em investigar a possibilidade de permanência de ex-escravizados

⁵ O resultado de sua pesquisa pode ser conferido em seu livro, *Simplemente Monte Alegre* (VENTURA, 2016).

e descendentes na região. Se confirmada a suspeita do líder quilombola, também se confirmaria aquela possibilidade e as questões seriam modificadas.

Como dito anteriormente, pensei em usar a história oral para obter informações específicas sobre a escravidão e o pós-abolição. Contudo, no trabalho de campo, os questionamentos se expandiram e modificaram o projeto. Mais importante do que uma fonte de informações – cuja relevância não pode ser desprezada –, passei a me interessar pela memória como objeto. Brasileiros que se reconhecem como descendentes diretos de um antepassado escravo possuem uma memória específica da escravidão ou da abolição? Brasileiros de um estado que enaltece suas origens europeias, a ponto de defender que a maioria da população é descendente de italianos, possuem uma memória genealógica da escravidão? Investigar tais questões não é tarefa fácil – nem foi finalizada, embora aborde algumas delas neste texto. Para uma historiadora acostumada a uma distância superior a um século de suas fontes, é um grande desafio passar a criá-las. Descobri, no processo, que ainda possuía resquícios do mito da objetividade científica (PORTELLI, 1996). No meu caso, ele se manifestava na preocupação com o distanciamento do “objeto” e no controle da veracidade dos depoimentos. Para superar tais desafios, assim como Alistair Thompson (1998), preferi reconhecer meu interesse pessoal no tema e compreender que o resultado do trabalho seria fruto de negociação com os narradores.

Um dos princípios básicos da memória, de que se parte do presente, das problemáticas atuais, para construir os depoimentos, para lhes dar sentido e coerência, surpreendentemente, revelou-se um dos principais desafios, por conta das expectativas existentes no contato entre pesquisadora e entrevistados. Neste caso em específico, para compreendê-las, é necessário recordar a conjuntura vivida pelas comunidades remanescentes de quilombolas, que são “grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão”, conforme definido pelo

Decreto Federal nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. A comunidade em questão, Monte Alegre, recebeu o certificado de remanescente de quilombolas em 2005 e aguarda a conclusão do processo que deve lhe garantir o direito sobre seu território. Desde 2016, o processo depende da assinatura presidencial para a efetivação das ações garantidoras da posse.⁶ Existe, portanto, uma expectativa de que trabalhos como este contribuam para fortalecer a luta por direitos. Uma das frases que mais ouvi em campo após desligar o gravador e reforçar o agradecimento pela entrevista foi: “Nós que agradecemos a você. Teu trabalho é muito importante para a comunidade.” Tenho dificuldades para descrever os sentimentos ao ouvir essa frase. É satisfatório desenvolver um trabalho percebido como relevante por um grupo da sociedade fora da universidade. Aliás, como defensora de ações afirmativas e reparação histórica e tendo me afeiçoado às pessoas que entrevistei, esse *feedback* se torna especial. No entanto, as mesmas considerações causam medo de desapontamento, pois se trata de um trabalho comprometido com o rigor acadêmico.

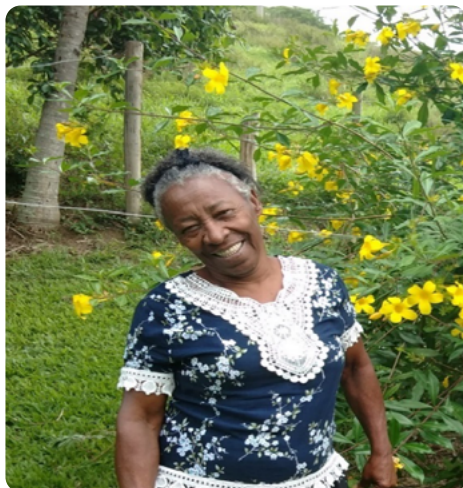
Entre as pessoas que conheci em Monte Alegre, está dona Neuma Veridiano Roque,⁷ com quem tive a oportunidade de fazer duas entrevistas, além de conversar em outros momentos. O fio condutor da nossa conversa foi sua história de vida, mas procurei explorar sua genealogia em nossos encontros formais e informais – para os quais o caderno de campo se mostrou uma ferramenta valiosa. Descendente de escravos que contribuíram para a formação da comunidade onde vive, Dona Neuma integra o grupo de brasileiros que possuem uma memória genealógica da escravidão, que foi acessada para o reconhecimento de Monte Alegre como uma comunidade quilombola.

⁶ Informação obtida junto às lideranças locais e ao setor responsável pelos territórios quilombolas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

⁷ É costume usar a expressão “dona” antes do primeiro nome das mulheres mais velhas ou casadas na comunidade, em sinal de respeito. Seguirei esse costume, fazendo referência à entrevistada como “dona Neuma”.

DONA NEUMA⁸

Figura 1 – Neuma Veridiano Roque

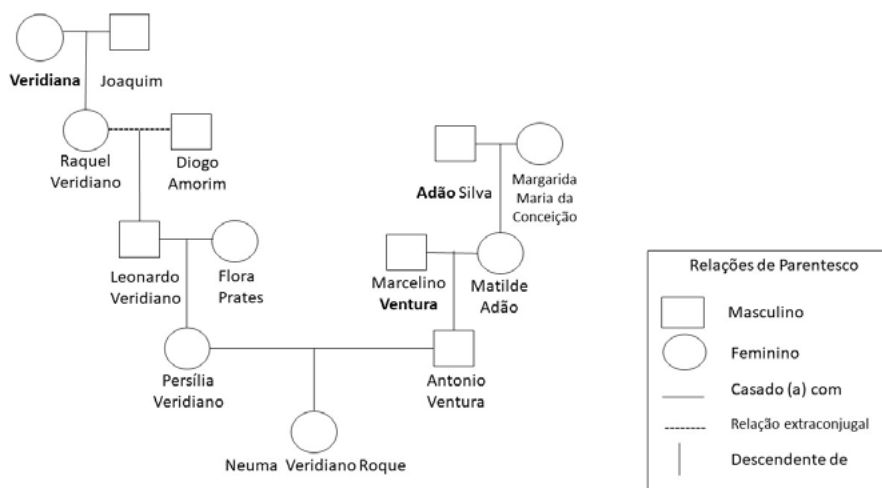


Fonte: Acervo da autora. Fotografia realizada no dia 28 de novembro de 2019.

Neuma Veridiano Roque nasceu em 11 de setembro de 1943, em Monte Alegre, interior de Cachoeiro de Itapemirim, município da região sul do Espírito Santo. Nesse local, que atualmente se chama Comunidade Quilombola de Monte Alegre, ela cresceu, casou-se, deu à luz oito filhos, enviuvou e vive até hoje. Seus pais foram Persília Veridiano e Antônio Ventura, igualmente nascidos na região. Conforme podemos observar na Figura 2, seu pai, Antônio Ventura, descendia de dois dos três principais troncos formadores da comunidade: Adão e Ventura.

⁸ A base desta seção são duas entrevistas realizadas com dona Neuma Veridiano Roque nos dias 31 de janeiro de 2019 e 28 de novembro de 2019. Todas as citações entre aspas são falas retiradas dessas entrevistas. Para que o texto se torne mais fluido, optarei por não referenciar todas as citações, com exceção dos trechos maiores.

Figura 2 – Genealogia de dona Neuma



Fonte: Entrevistas com dona Neuma Veridiano Roque.

Existe mais de uma versão para a chegada dos Ventura na região. Uma delas afirma que Marcelino Ventura teria fugido da escravidão no Rio de Janeiro junto com seu irmão José Ventura à procura de abrigo na casa do tio Manoel Ventura, que já vivia no Espírito Santo. Outra variante informa que Marcelino e José foram trazidos do Rio de Janeiro como escravos para as fazendas próximas ao local onde se originou a comunidade e, após a abolição, nela se estabeleceram. Uma terceira versão afirma que eles saíram da província vizinha à procura do tio após serem libertados pela lei de 13 de Maio. Embora variem, todas as versões possuem em comum a relação com a escravidão dos antepassados, a migração e a importância dos vínculos familiares.

Estabelecido na região, Marcelino Ventura se casou com Matilde Adão. Sua esposa era filha de Adão Silva e Margarida da Conceição Silva. O “velho Adão”, como costuma ser lembrado, é, provavelmente, o personagem mais invocado para se referir à origem escrava da comunidade. Portador de uma “reza forte”, Adão era conhecido por se libertar do tronco durante a noite, no qual era aprisionado por seu senhor, e sair em busca de bailes, caxambu, namoro. Antes do amanhecer, porém,

graças à sua reza forte, ele retornava ao tronco como se dali nunca tivesse saído.

É válido informar que o caxambu é uma manifestação cultural afro-brasileira que envolve dança e música ao som de tambores e, tradicionalmente, é praticado à noite, ao redor de uma fogueira. Os versos cantados são chamados de jongs e, em outros tempos, poderiam ser desafios ou pontos para serem respondidos ou desatados pelos participantes. O caxambu é comum em diversos lugares do Sudeste, onde teria nascido como forma de resistência à escravidão, já que seus versos enigmáticos não eram compreendidos pelos feitores e senhores. Essa manifestação tornou-se Patrimônio Cultural Brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 2005 e está no centro do debate sobre a (re)construção da identidade quilombola (BRASIL, 2007).

Dona Neuma confirma, indiretamente, a importância do caxambu como manifestação da cultura local. Diferentemente de outros membros da comunidade, que abandonaram a prática por conta da idade avançada ou da conversão a alguma das religiões evangélicas, que possuíam restrições à participação de seus membros,⁹ ela informa que nunca gostou do som dos tambores e seu pai não acompanhava caxambu nem permitia sua participação em festas. Afastada do caxambu e, aparentemente, sem interesse por ele na atualidade, dona Neuma disse não conhecer nenhum jongo. Contudo, quando narrou a abolição da escravidão de acordo com o que ouvira de sua mãe, lembrou-se de uma música cantada pelos escravos nas fazendas nas quais os senhores seriam mais “rudes”. Trata-se do jongo mais conhecido em Monte

⁹ O caxambu esteve relacionado, no passado, a questões de ordem religiosa e a forças sobrenaturais. Tais características foram associadas pelas religiões evangélicas a poderes malignos e, por isso, a participação de seus membros foi desaconselhada. No entanto, a manifestação sofreu diversas modificações, especialmente nos últimos anos, quando se tornou símbolo de resistência dos escravos e de resistência cultural da população afro-brasileira. Uma releitura dessa manifestação permite e incentiva a inclusão de crianças e jovens, que tinham sua participação vetada há algumas décadas pelos participantes tradicionais. Ainda existe resistência por parte da comunidade evangélica, mas a situação está em transformação. Leonardo Marcelino Ventura, evangélico e uma das lideranças da comunidade, criou um grupo de caxambu para crianças que realiza apresentações para estudantes que visitam Monte Alegre.

Alegre: “Princesa foi-se embora/ escreveu no papelão/ quem quiser comer/ trabalhe com suas mãos.” Ela repetiu o último verso várias vezes. O destaque dessa parte não foi por acaso, pois revela o mecanismo de construção da memória, de significação da lembrança por meio das experiências e valores pessoais. Além de reforçar a importância do caxambu, a recordação desse jongo específico ressalta a abolição da escravidão como um dos acontecimentos preponderantes na história da comunidade.

Ao revelar que havia senhores muito rudes, que colocavam encarregados para vigiar de perto os escravos, dona Neuma emendou a história afirmando que “o fazendeiro” e o “tal de José Cruz”, responsável por cuidar da turma de trabalhadores, eram muito rígidos. Segundo ela, todo mundo reclamava desse encarregado e torcia para que ele precisasse sair e colocasse seu pai como substituto, pois este dava “certa liberdade”. Ora, o pai de dona Neuma nasceu em 1903. Portanto, não poderia ter sido escravo, já que, legalmente, a escravidão foi abolida 15 anos antes de seu nascimento. Sua narrativa, ao misturar eventos de épocas diferentes, evidencia o trabalho de construção coletiva e social da memória, como alertado por Michael Pollak (1992). Nesse exemplo específico e em outros, é difícil distinguir os acontecimentos vividos pessoalmente e aqueles “vividos por tabela”, ou seja, vividos pelo grupo ao qual dona Neuma sente pertencer. Por ter trabalhado junto aos pais em regime de turmas, ela pode ter narrado um acontecimento do qual participou efetivamente, assim como pode ter narrado um acontecimento que ouviu dos mais velhos – ou, o mais provável, ela misturou as duas possibilidades.

Retornando à genealogia de dona Neuma, ela descende de dois importantes troncos da comunidade, Adão e Ventura, por parte de pai. Em uma sociedade patriarcal como a brasileira, é interessante notar que seu sobrenome não é o paterno.¹⁰ Aliás, o sobrenome Veridiano, herdado de sua mãe, é uma variação do nome de sua tataravó, a Veridiana citada no início do texto. Não há uma explicação atual para essa preferência

¹⁰ Evidentemente, com exceção do sobrenome adquirido após o casamento.

no caso de dona Neuma, mas é interessante notar que a transmissão da memória familiar da escravidão está justamente na linhagem materna.

Segundo dona Neuma, sua mãe, Persília Veridiano, teria nascido em 1913, de uma indígena Puri (ou de uma descendente de Puri), Flora Prates, e de Leonardo Veridiano. A ascendência da avó é menos conhecida, mas sabe-se que ela trabalhou em uma das fazendas da região desde criança. Ainda que às vezes ela apareça na narrativa como “filha de criação” do fazendeiro, dona Neuma destaca que ela trabalhou muito, “fazendo de tudo” e sem receber salário. No momento de seu casamento, Flora teria recebido um pedacinho das terras do fazendeiro, já que “ele não tinha dinheiro para dar a ela”. A terra, coberta por mata virgem, foi somada àquela comprada por seu marido, tendo o casal levado anos para saldar a dívida. Os esforços dos avós garantiram a propriedade da terra onde dona Neuma nasceu, cresceu, criou seus filhos e ajuda a criar os netos e bisnetos. Em suas palavras, trata-se de uma herança para usufruto: “*recomendo meus filhos a não venderem. Falei com eles: ‘ó, não quero que vende tá, tô passando pra vocês igual meu pai fez comigo, é pra vocês usufruir*” (Neuma Roque, Cachoeiro de Itapemirim/ES, 28 de novembro de 2019).

Conforme apontamos, a terra foi adquirida de duas formas: parte dela foi recebida como uma espécie de “doação” ou pagamento à avó Flora; a outra parte, um pouco maior, foi comprada por Leonardo, filho de Raquel, uma das crianças do casal africano Joaquim e Veridiana, mencionados anteriormente. Em 1878, a órfã Leocádia, que herdou aquela família, casou-se com Diogo Pires de Amorim, com quem a jovem Raquel passou a conviver. Raquel teria engravidado de Diogo, tendo concebido Leonardo e mais dois filhos, Daniel e Melbarges. Essa informação foi confidenciada a dona Neuma pela avó Flora, que exigira sigilo. Segundo dona Neuma, não se poderia falar publicamente a respeito disso no passado, pois todos saberiam: “Deus me livre! Não podia contar.” Afirma ela que os “os fazendeiros eram portugueses” e “você sabe como é português, né?” Hoje, pode-se falar abertamente sobre esse assunto, já que esconder “é até crime”, mas esse posicionamento

demarca uma mudança, nos últimos anos, relacionada ao reconhecimento como quilombola.

Sobre a avó Flora, é interessante observar que ela não possui nenhum ancestral apontado como escravo. Como dissemos, sabe-se pouco sobre suas origens. Entretanto, dona Neuma relaciona a vida da avó à de Raquel, chegando a confundi-las. Essa personagem, mãe do vovô Leonardo, nasceu escrava “por causa da Veridiana” e teria permanecido na escravidão até a abolição. Por ocasião desse evento, ela teria se mudado para a comunidade de Monte Alegre, que estava em formação, onde teria criado os três filhos que tivera com o fazendeiro e onde teve o quarto filho, Venceslau Manoel Veridiano, que concebera com seu marido Manoel Cambão. De acordo com os depoimentos, a mãe de Raquel a teria acompanhado, assim como alguns irmãos (Leonardo Ventura, Cachoeiro de Itapemirim/ES, 30 de janeiro de 2019). Seu pai, Joaquim, contudo, permanece uma incógnita. Embora a figura de Veridiana não seja tão conhecida quanto a de Raquel, sua presença se faz notar a partir da transformação de seu nome em sobrenome. Essa prática foi comum entre ex-escravos no Brasil e aparece em, pelo menos, mais um caso na comunidade de Monte Alegre, como temos visto.

Diante da constatação de que o nome da tataravó virou sobrenome da família, dona Neuma me explicou que é comum homenagear ancestrais dessa forma. O primeiro Adão, lembrou ela, era “um velho, um homem”, que emprestou seu nome para parte de sua descendência. Dona Neuma também ofereceu alguns exemplos de nomes próprios para ilustrar a prática de nomeação como homenagem. Entre eles, está sua filha Raquel, nomeada em homenagem à mãe do vovô Leonardo.

É interessante notar a frequência do nome de Raquel na narrativa de dona Neuma. Sua bisavó nasceu em meados do século XIX, durante o período de expansão da economia cafeeira na região e, portanto, de expansão e fortalecimento do regime escravista. O vovô Leonardo, filho de Raquel, nasceu na década de 1880, período no qual a escravidão era reduzida em muitos lugares do Brasil, mas se encontrava estável em Cachoeiro de Itapemirim, que passara a concentrar metade

da população escrava do Espírito Santo naquele decênio. Embora tenha nascido antes da abolição, Leonardo já não nasceu escravo, mas ingênuo, já que a Lei Federal nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, declarou livre o ventre das mulheres escravas, impedindo a continuidade da escravidão por meio da reprodução natural, que, no caso do Espírito Santo, era fundamental para a manutenção da escravidão (CAMPOS; MERLO, 2011; RIBEIRO, 2012). Cerca de cinco anos após o nascimento de Leonardo, ocorreu a abolição definitiva da escravidão no Brasil, liberando-o da prestação de serviços até os 21 anos ao senhor de sua mãe, conforme previsto pela legislação anterior. Segundo dona Neuma, que não está familiarizada com tais fatos históricos, isso não o impediu de trabalhar “como escravo”, ou “tipo escravo”, até conquistar sua própria terra.

Quando criança, dona Neuma frequentou a escola durante alguns anos. Com pesar, ela informa que não pôde concluir os estudos, mas contribuiu, quando adulta, para manter a escola próxima à sua casa em funcionamento, como voluntária. Já idosa, ela retornou aos estudos na ocasião em que foram disponibilizadas aulas noturnas em Monte Alegre. Ela fala com muito orgulho e gratidão sobre esses três momentos, confessando que gostaria de retomar os estudos, caso houvesse nova oportunidade na escola local.

O breve histórico escolar de dona Neuma ajuda a contextualizar sua narrativa sobre a escravidão e a abolição. Ela possui conhecimento sobre suas origens, embora não se trate de um conhecimento historiográfico. Dona Neuma não organiza os fatos em ordem cronológica, não emprega os conceitos comuns da História nem estrutura sua narrativa com base em datas históricas. Posto isso, é possível considerar sua afirmação de que o avô Leonardo trabalhou como escravo não como erro histórico, mas como resultado do seu processo de interpretação do acontecimento. Em outras palavras, dona Neuma é portadora de uma consciência histórica no sentido apontado por Amos Funkestein (1989), para quem essa consciência seria uma construção heurística dinâmica, um degrau de liberdade criativa no uso e interpretação de

conteúdos da memória coletiva. A consciência sobre suas origens, base para o desenvolvimento da consciência histórica, pode ser percebida a partir da operação da memória para o reconhecimento da comunidade como quilombola.

ESCRAVOS, DESCENDENTES E QUILOMBOLAS

Diante do questionamento sobre ser quilombola, dona Neuma ofereceu uma resposta complexa, resultado de uma mescla entre sua interpretação dos mitos de criação da comunidade e os acontecimentos vivenciados por ela. Primeiramente, informou que o nome “quilombolas” foi dado porque o local era considerado um quilombo. Essa é a única parte da resposta em que ela não é específica, sujeitando a veracidade da informação à autoridade de sujeitos designados por um pronome de terceira pessoa, sem mais explicações: “eles” consideram, “eles” deram o nome de quilombolas.

A relação entre quilombos e quilombolas, que os sujeitos descritos como “eles” parecem ter realizado, possui como base uma leitura influenciada pela ideia de “remanescentes” de quilombos, tal como preconizada pela Constituição Federal de 1988. A partir do conceito de quilombos como reuniões de escravos que resistiram à escravidão por meio da fuga, os quilombolas seriam herdeiros daquela resistência, que permaneceram nos mesmos territórios. Embora o decreto de 2003, anteriormente citado, tenha reformulado esse conceito, está presente a ideia de “resistência” em sentido mais clássico, que pode influenciar algumas interpretações. Contudo, é interessante observar que, apesar de dona Neuma ter incorporado, em sua fala, o termo “quilombo” para se referir à origem da comunidade e “quilombolas” para falar de seus contemporâneos, sua resposta não parece influenciada pela discussão teórica que os envolve.

Em nenhum momento, dona Neuma faz referência aos quilombos existentes na região (OLIVEIRA, 2011) ou a Zumbi dos Palmares, líder do mais famoso quilombo do Brasil e principal símbolo da resistência à escravidão no país. Zumbi é celebrado pelo movimento negro,

cujas vitórias nas últimas décadas, ao conquistar a modificação da legislação nacional para incluir, no ensino básico, a história e cultura afro-brasileira e instituir o Dia da Consciência Negra, impactaram diretamente a Comunidade de Monte Alegre. A aprovação da Lei nº 10.639/2003 ocorreu paralelamente ao processo de reconhecimento dos remanescentes de quilombos e foi percebida como uma oportunidade de geração de renda local. O sobrinho de dona Neuma, Leonardo Marcelino Ventura, que cursava Turismo nesse período, passou a organizar e receber regularmente visitas escolares estimuladas por tal legislação. Trabalhando junto com a família e vizinhos, desde então ele organiza a apresentação de um grupo de caxambu infantil, oferece refeições no seu restaurante Cozinha de Senzala, fala sobre a história e cultura local, faz trilhas nas matas etc. No mês da Consciência Negra, a agenda fica ainda mais concorrida. Todavia, Zumbi não recebe nenhum destaque na narrativa de Leonardo ou sequer é mencionado por dona Neuma, pois não integra o quadro de referências da memória local (POLLAK, 1989). Em Monte Alegre, onde há uma memória genealógica da escravidão, recebem destaque os personagens locais, como Adão, cuja história de resistência é coerente com os valores da comunidade: ele fugia do tronco para se divertir à noite, mas sempre retornava para trabalhar no dia seguinte. Diferentemente do rompimento brusco com a sociedade livre, Adão, Raquel e vários outros personagens da comunidade permaneceram na escravidão, resistindo no cotidiano, por meio da busca por melhores condições de vida, até a abolição.

Embora dona Neuma tenha dito que “eles” consideravam o lugar como quilombo, sua explicação é genuína. Para ela, Monte Alegre foi um quilombo porque recebeu os escravos. Ainda que não esteja explícito, podemos inferir que ela se refere ao movimento realizado após a abolição e do qual participaram seus ancestrais, o que é coerente com sua narrativa. Devemos ressaltar que a aparente contradição de se falar em escravos após a abolição está em conformidade com sua narrativa. Voltaremos a essa questão posteriormente, quando retomarmos

a comparação entre Flora e Raquel. Neste momento, destacamos um segundo ponto na resposta sobre o significado de quilombola.

Dona Neuma estabelece uma relação entre o desejo de lembrar-se do tempo dos escravos e o objetivo dessa lembrança. Monte Alegre recebeu o nome de território quilombola para “relembrar a pessoa que foi escrava”, para “relembrar o sofrimento dos escravos”. Tal lembrança atesta os direitos dos quilombolas. Ela enumera melhorias na comunidade ou benefícios para seus integrantes, nos últimos 15 anos, que estariam relacionados ao processo de identificação do território como quilombola, tais como oportunidades na educação básica e superior, projetos sociais de construção de casas populares, projetos governamentais de desenvolvimento local (agroindústria, incentivo à agricultura, piscicultura etc.), recuperação do acesso ao cemitério¹¹. Em resumo, para dona Neuma, há uma relação entre possuir uma memória relacionada ao sofrimento dos escravos e ser portador de direitos, embora demonstre preocupação com a manutenção desses direitos no atual quadro político do país. O fato de os “direitos” citados por ela não serem políticas públicas, mas frutos de políticas de governo (municipal, estadual ou federal) ou de parcerias com uma instituição privada,¹² justifica sua preocupação, que é ampliada pela paralisação do processo de titulação do território quilombola.

Se o sofrimento dos ancestrais escravos justifica os direitos dos quilombolas no presente, é necessário ressaltar que, embora dona Neuma não se abstenha de falar sobre tal sofrimento, não o torna o

¹¹ O cemitério é um importante lugar de memória da comunidade. No entanto, ele se localiza no interior de uma fazenda, cuja proprietária tentou impedir o acesso durante certo tempo. Houve mobilização na comunidade para reivindicar o direito ao uso, já que ele faz parte do território quilombola. Sendo restaurado o direito, o cemitério foi reativado e tem-se buscado realizar melhorias para cuidar da morada dos ancestrais mais antigos. Em 2018, um irmão de dona Neuma que havia retornado para a comunidade após se aposentar no Rio de Janeiro, foi sepultado nele.

¹² Em 2004, seu sobrinho Leonardo Marcelino Ventura fez um pedido de bolsas ao Centro Universitário São Camilo, localizado em Cachoeiro de Itapemirim, para ele e membros da comunidade. Foram concedidas bolsas para Turismo e para Pedagogia. Uma das filhas de dona Neuma, que já era professora, mas não possuía curso superior, foi uma das beneficiadas. A geração de sua filha e sobrinho foi a primeira na comunidade a ter acesso a educação superior. Após tais concessões, surgiram oportunidades através de um programa do Governo Federal, que passou a conceder bolsas de estudo em faculdades particulares, e por meio da implantação de cotas raciais nas instituições públicas de Ensino Superior da região (institutos e universidades).

centro de sua narrativa e, ao abordá-lo, utiliza uma estratégia para dizer o indizível – para empregar o termo de Pollak (1989). Ela não gosta de falar sobre o que a bisavó sofria na fazenda sendo escrava, mas, diante do meu pedido, tomou fôlego e iniciou a resposta, com frases bruscamente interrompidas, sobre as coisas que a ancestral era obrigada a fazer. Foi um dos poucos momentos, durante as entrevistas, em que ela ficou alterada negativamente. Todavia, dona Neuma conseguiu encontrar uma maneira de se expressar. Lembrou-me de que não havia banheiro naquela época; usava-se urinol e escarradeira. Raquel seria obrigada a lavar “toda aquela nojeira”. Além disso, ela não recebia salário. Daí a conclusão: ela “era escrava mesmo”.

Há, na sua resposta, uma definição clara de trabalho escravo, que seria o trabalho não remunerado, mas o que mais chamou a atenção foi a capacidade de distinguir o sofrimento de Raquel do de seus companheiros que também trabalhavam sem salário. Diante disso, questionei se o serviço da avó não seria mais leve por ser doméstico, como costuma ser insinuado pela historiografia e como parece confirmado nas entrevistas realizadas com seus familiares do sexo masculino. Sua resposta, ainda mais alterada que a anterior, desta vez expressando irritação, demonstrou surpresa diante da minha ignorância. A perspectiva de gênero das narrativas se descortinou naquele momento.

Segundo dona Neuma, o trabalho doméstico não era mais leve que o trabalho no campo. Além das tarefas humilhantes já descritas, a bisavó tinha que cortar lenha, lavar, passar, limpar o quintal, cuidar da horta, cozinhar – atividades que a entrevistada conhece por experiência própria – e “fazer de tudo”. Diante da indignação com as pesadas tarefas realizadas sem remuneração por suas ancestrais, que poupariam as “madames”, ganha relevo o jongo citado pela entrevistada no início deste texto: “Princesa foi-se embora/ escreveu no papelão/ quem quiser comer/ trabalhe com suas mãos.”

Conforme lembrado por Angela Davis (2016), as tarefas domésticas do período pré-industrial incluíam atividades produtivas fundamentais para a manutenção da família, como o cultivo de alimentos, a

criação de animais e a produção de praticamente tudo o que era necessário para a sobrevivência da unidade familiar. No caso da comunidade de Monte Alegre, tais atividades eram comuns até poucas décadas atrás. Em tom saudosista, dona Neuma enfatizou diversas atividades praticadas na sua infância e adolescência, que garantiriam não só a sobrevivência, mas também certo conforto e abundância – esta traduzida na oportunidade de ajudar vizinhos e familiares.

Voltando aos afazeres da bisavó, dona Neuma aciona diversas vezes duas estratégias para dizer o indizível. A primeira, como visto, é o uso de expressões genéricas, como “fazer de tudo”. A segunda, acionada especialmente quando consegue verbalizar situações humilhantes sofridas por seus ancestrais, consiste em destacar os elementos positivos do caráter da bisavó naquela mesma história ou em outra:

[...] era serviço pesado. Ela fazia tudo. Partia com lenha, fazia tudo na fazenda, ué. Era escrava mesmo... E as madames, né? De tudo! Ela era uma boa cozinheira, fazia com tudo, cozinhasse muito bem. Por isso que eu falo com você que os descendentes de antigos escravos, todos eles que eu conheci, eles cozinham bem. Igual, como falamos da madeira que eles faziam, né. Como que eles faziam isso? Que inteligência! Que ninguém ensinava eles. Hoje pra gente cozinhar a gente tem que olhar na internet se você quer fazer uma comida melhor, né? E eles tiravam da cabeça deles. O meu pai dava um ponto numa rapadura que você comia, a coisa macia, a coisa era uma delícia (Neuma Roque, Cachoeiro de Itapemirim/ES, 28 de novembro de 2019).

Diante da indignação com o trabalho não remunerado, com as humilhações que não gosta nem de contar, com o serviço pesado que era e ainda é subestimado, dona Neuma escolhe enfatizar as qualidades dos seus antepassados. Não se trata de amenizar a violência da escravidão, de modo algum ela faz isso. Porém, mais importante do que destacar a crueldade do regime escravista em sua narrativa, é lembrar que aquelas pessoas submetidas à escravidão não perderam sua humanidade. Apesar da escravidão, elas preservaram suas qualidades, construíram suas famílias e transmitiram heranças materiais e

imateriais incalculáveis aos seus descendentes. O trabalho, a solidariedade, o respeito à família se destacam na narrativa de dona Neuma na condição de valores recebidos de seus ancestrais como fundamentais para sua história e formação de seu caráter.

No trecho transcrito, ela distingue a geração de seu pai e a dos antigos escravos. É interessante fazer essa observação, pois, como visto, ela parece confundir os períodos anterior e posterior à abolição. Na verdade, o que parece ser confusão é a sua observação sobre a continuidade de determinadas práticas escravistas e a sua leitura dos casos que ouviu dos mais velhos a partir de sua própria experiência. Afinal, a memória é coletiva, mas é o indivíduo que recorda (FUNKEISTEIN, 1989).

A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO

A data 13 de Maio é celebrada na comunidade com caxambu porque, conforme dito por dona Neuma, é a data na qual “os escravos foram libertos”. Como outras pessoas de sua geração, ela narra com detalhes o que teria acontecido no dia da abolição e a reação dos escravos diante da notícia, mas, como o conhecimento não é de base historiográfica, o ano do evento não é recordado – nem lhe parece fundamental. Para ela, é importante destacar que, a partir da abolição, o fazendeiro teria que pagar salário; homens e mulheres não dormiriam no tronco, mas em suas próprias casas; o trabalho não seria tão duro e constantemente vigiado; não haveria proibição do acesso à educação; os fazendeiros não poderiam submeter as pessoas a fazerem “tudo”. Esses cinco pontos se destacam na distinção entre escravidão e liberdade que dona Neuma constrói ao longo da narrativa. É com base neles, os quais formam sua memória sobre a escravidão, que ela compara a vida da avó Flora e da bisavó Raquel e conclui que “*todas as duas foram escravas em fazenda*” (Neuma Roque, Cachoeiro de Itapemirim/ES, 28 de novembro de 2019).

Como destacamos, Raquel nasceu durante a vigência legal do regime escravista no Brasil. No entanto, a avó Flora nasceu no último

ano da escravidão.¹³ Desde a Lei do Ventre Livre, em 1871, já não nasciam mais escravos no Brasil, mas ingênuos. Sendo assim, legalmente, Flora não poderia ter sido escrava. Porém, segundo os critérios de dona Neuma, Flora foi escrava tanto quanto Raquel, afinal ela trabalhou na fazenda desde criança e sem salário. Diferentemente dos filhos do fazendeiro, ela não pôde estudar, tendo falecido “sem saber assinar o nome”. Em sua época, também não havia banheiros dentro das casas, o que a sujeitava a atividades semelhantes à de Raquel; enquanto vivia na fazenda, Flora teve que fazer “tudo” o que lhe mandavam.

O recebimento do pequeno pedaço de terras na ocasião de seu casamento não é suficiente para mudar a visão de dona Neuma sobre a condição da avó. Afinal, a ancestral trabalhou sem salário até se casar e recebeu uma pequena parcela de terras em mata virgem, isto é, sem cultivo e com pouco valor para o fazendeiro. Esse tipo de doação, que parece ser visto pela entrevistada como uma espécie de pagamento pelos serviços prestados, não era incomum durante o regime escravista nem parece ter cessado após a abolição. Aliás, de acordo com pesquisas recentes sobre o período do pós-abolição, a lei de 13 de Maio não teve efeito instantâneo em todo o Brasil. Para além do atraso na divulgação da notícia, por conta dos limites do sistema de comunicação da época, houve resistência para a aceitação da nova realidade pela classe proprietária. Para o Espírito Santo, Rafaela Nunes (2018) já demonstrou a continuidade de práticas do período escravista após 1888. Portanto, a narrativa de dona Neuma é coerente com o período de transição entre a escravidão e a liberdade, que ultrapassa marcos legais.

A ciência desse período de transição permite entender o trecho destacado anteriormente, no qual dona Neuma distingue a geração dos escravos e a geração dos descendentes dos antigos escravos, além de perceber o desenho de uma nova distinção, isto é, a geração dos quilombolas. Enquanto sua bisavó Raquel, sua avó Flora e seu

¹³ A certidão de casamento dos avós é guardada por dona Neuma e permite presumir o ano de nascimento dos antepassados, uma vez que a idade dos noivos é informada. Contudo, é possível que tal informação seja uma aproximação, algo comum na época.

avô Leonardo foram escravos ou trabalharam “como escravos”, seus pais, mesmo trabalhando sob duras condições, pertenciam a outra geração, sendo “descendentes de escravos”. Em sua condição, herdaram a memória das violências praticadas contra seus ancestrais, mas também receberam heranças positivas, como a inteligência e um pedaço de terra, além de contarem com um salário por seu trabalho. Já a geração de dona Neuma, que na infância experimentou alguns desafios vivenciados pelos pais, está participando ativamente de um movimento de ressignificação da memória da escravidão como base para o reconhecimento como quilombola. Importa destacar que essa identidade, ainda em construção, não é forjada para atender às circunstâncias, mas baseada na consciência histórica de dona Neuma. Como mencionamos anteriormente, se o nome “quilombola” é novo e passa a ser adotado devido ao contexto atual, no qual a ascendência escrava, aliada a outras características, torna-se a base para a aquisição de direitos, a consciência de pertencer a determinado grupo – que hoje se reconhece com nome específico – não é recente.

Além de a genealogia de dona Neuma não deixar dúvidas sobre suas origens e, portanto, ser perfeitamente compatível com o conceito de quilombola determinado pela legislação vigente, sua narrativa ajuda a demarcar seu pertencimento ao mesmo grupo. Ao se referir ao fazendeiro que teria engravidado a avó Raquel, dona Neuma me explicou que “o pessoal dele era português”. De fato, a família de Diogo Amorim era de origem portuguesa. Ele nasceu na localidade, mas seu pai veio de Portugal na década de 1840. O fato de Diogo ter nascido na região não o torna próximo de Raquel, a escrava que era nascida na mesma localidade e que teria concebido três filhos dele.

A fim de entender melhor a distinção que dona Neuma faz entre os fazendeiros/descendentes de portugueses e seus familiares, perguntei, na segunda entrevista que realizamos, sobre uma frase que ela havia dito no primeiro encontro. Ao falar que o avô Leonardo era filho ignorado e que, no passado, havia proibição de tocar no assunto, ela disse que não havia relação com os Amorim, pois “*eles eram portugueses,*

sabe como é português, né?” (Neuma Roque, Cachoeiro de Itapemirim/ES, 31 de janeiro de 2019). Na nossa segunda entrevista, questioneei sobre a interação com os portugueses e sua resposta se concentrou na questão trabalhista: *“eles [portugueses] trabalhavam bem, que eles trabalhavam com Cachaça Moça, dava serviço pros daqui, a gente diz, pros negros daqui, né?”* (Neuma Roque, Cachoeiro de Itapemirim/ES, 28 de novembro de 2019).

O emprego do termo “negros” serve para demarcar uma distinção entre os descendentes de Raquel e os demais escravos da região em relação aos descendentes de portugueses, mas também alerta para o fato de que não havia apenas negros naquela comunidade. Além disso, evidencia que, após a abolição, os ex-escravizados e descendentes não foram simplesmente substituídos por estrangeiros, como sua própria família demonstra. Ao menos naquela localidade, houve outras possibilidades.

Os portugueses não são os únicos estrangeiros a aparecer na narrativa de dona Neuma, o que permite observar a construção de sua identidade com base na memória da escravidão e em oposição a outros grupos. Por mais de duas décadas, ela foi casada com o senhor Nildo Roque, que conheceu em uma das “festas” realizadas no Dia de Finados no cemitério local. Ele havia se mudado para Monte Alegre junto com sua família, que era de Burarama, uma comunidade próxima, mas com origem bem diferente, já que é conhecida por ser formada por italianos e descendentes.

Inicialmente, dona Neuma conta que seu marido era italiano, mas, no decorrer da entrevista, explica que seu sogro conheceu a esposa, uma mulher “bem morena”, originária de Minas Gerais, ali mesmo na região onde viveram antes de se mudarem para Monte Alegre, onde a família “fez uma mistura com os nossos”.

É notável que ela apresente seu marido, nascido no Brasil e filho de uma brasileira com ascendentes negros, como italiano. Aliás, durante a conversa, os descendentes de italianos moradores da comunidade são

apresentados como um grupo distinto dos demais. Dona Neuma contou um episódio que teria ocorrido na década de 1950, no qual sua cunhada parturiente foi levada para o hospital no “caminhão dos italianos”. Considerando que as principais correntes migratórias italianas para o Espírito Santo já haviam encerrado cerca de cinquenta anos antes desse acontecimento (ROCHA, 2000), é mais provável que os proprietários do caminhão que socorreu a família não fossem imigrantes, mas descendentes, assim como seu marido.

A distinção estabelecida por dona Neuma entre o seu grupo e aquele dos “italianos”, “portugueses” e até mesmo de brasileiros de outros estados, como os “mineiros”, evidencia a noção de uma identidade com características específicas, baseada na memória familiar da escravidão vivenciada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O emprego da história oral no estudo da escravidão brasileira pode iluminar diversos aspectos não apreendidos pelos documentos e abordagens mais comuns sobre a temática. Além de constituírem-se em fonte de informações que não pode ser desprezada, as entrevistas com descendentes de pessoas escravizadas permitem investigar a memória da escravidão entre os que a herdaram da família e compará-la com a memória oficial.

Nesse sentido, este capítulo dedicou-se a conhecer a história de vida de dona Neuma Veridiano Roque, membro de uma comunidade quilombola no interior de Cachoeiro de Itapemirim/ES, que se constituiu, no final do século XIX, como o município com a maior concentração de escravos do Espírito Santo. Optamos pela história de vida com algumas questões complementares sobre a genealogia a fim de facilitar o fluxo da conversa com a entrevistada e, assim, apreender aspectos que não poderiam ser contemplados em um questionário previamente preparado. A escolha mostrou-se acertada, uma vez que revelou estratégias de construção e abordagem da memória que nos eram insuspeitas. Um exemplo disso é a questão da violência do

cativeiro, que, evidentemente, marca presença na narrativa de dona Neuma – tataraneta de escrava africana, bisneta de escrava crioula, neta de ingênuo e filha da primeira geração nascida após a abolição da escravidão. Todavia, embora essa violência ocupe papel estrutural na construção da identidade quilombola, ela não domina a narrativa, sendo superada por enfoques que destacam a inteligência, a beleza, enfim, a humanidade dos antepassados.

Outrossim, interessa destacar que a memória genealógica da escravidão discorda do dia 13 de maio de 1888 como data final da instituição, ainda que abra espaço para sua comemoração como marco significativo para os escravizados e seus descendentes. A distinção entre liberdade e escravidão, nítida na fala da entrevistada, aponta a continuidade da exploração dos ancestrais nos anos seguintes à abolição oficial.

Por fim, a história de vida de dona Neuma, que se entrelaça à de sua comunidade e à própria história do Espírito Santo, permite-nos questionar a ideia tão difundida da simples substituição dos ex-escravos pelos imigrantes europeus. Se as pesquisas, nos últimos anos (COSTA, 2013), vêm indicando que o alegado abandono em massa das fazendas precisa ser revisto, a família da entrevistada, presente na região desde, pelo menos, a década de 1860, coloca rosto nos números e aponta uma trajetória possível de resistência à escravidão e de inserção na sociedade “livre” do pós-abolição.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acesso em: 10 ago. 2019.

BRASIL. **Jongo no Sudeste**. Brasília, DF: Iphan, 2007.

CAMPOS, A.; MERLO, P. Escravidão, reprodução endógena e crioulização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos. **Topoi**, v. 12, n. 23, p. 84-96, jul./dez. 2011.

CARVALHO, J. M. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, C. E. C. da. **De pé calçado**: família, trabalho e migração no pós-abolição da Baixada Fluminense, RJ (1888-1940). 2013. 269 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

DADALTO, M. C. O discurso da italianidade no ES: realidade ou mito construído? **Pensamento Plural**, Pelotas, ano 2, n. 3, p. 147-166, jul./dez. 2008.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEAN, W. **Rio Claro**: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920. Tradução de Waldívia Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.

FUNKEISTEIN, A. Collective memory and historical consciousness. **History and Memory**, v. 1, n. 1, p. 5-26, 1989. Disponível em: www.jstor.org/stable/25618571. Acesso em: 18 maio 2022.

IANNI, O. **Raças e classe sociais no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

JANOTTI, M. de L. M.; QUEIRÓZ, S. R. R. de. Memória da escravidão em famílias negras de São Paulo (projeto de pesquisa). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 28, p. 77-89, 1988. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i28p77-89.

MAESTRI FILHO, M. **Depoimentos de escravos brasileiros**. São Paulo: Ícone, 1988.

NUNES, R. D. L. **Entre a escravidão e a liberdade em Vitória/ES (1871-1920)**. 2018. 240 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

OLIVEIRA, O. M. de. Comunidades quilombolas no estado do Espírito Santo: conflitos sociais, consciência étnica e patrimônio cultural. **RURIS**, v. 5, n. 2, set. 2011.

PINTO, A. F. M. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, A. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

RIBEIRO, G. L. **Enlaces e desenlaces: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)**. 2012. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

RIOS, A. L.; MATTOS, H. **Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ROCHA, G. **Imigração estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896**. Vitória: [s. n.], 2000.

THOMPSON, A. Quando a memória é um campo de batalha: envolvimento pessoais e políticos com o passado do exército nacional. **Proj. História**, n. 16 p. 277-296, fev. 1998.

VENTURA, L. M. **Simplesmente Monte Alegre**. Cachoeiro de Itapemirim: Cachoeiro Cult, 2016.

Fontes orais

ADÃO, M. L. Entrevista realizada em 30 de janeiro de 2019, na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo.

ROQUE, N. V. Entrevista realizada em 31 de janeiro de 2019, na comunidade Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo.

ROQUE, N. V. Entrevista realizada em 28 de novembro de 2019, na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo.

VENTURA, L. M. Entrevista realizada em 30 de janeiro de 2019 na comunidade Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo.

LAS VESTIDAS DE UNA HISTORIA: POÉTICAS DEL TIEMPO EN NARRACIONES SOBRE LAS HISTORIAS DE TEMPORADAS TEATRALES DE VERANO EN VILLA CARLOS PAZ, ARGENTINA

Jimena Ines Garrido

UNA INVITACIÓN PARA ABRIR LOS CORAZONES DEL TIEMPO

Mientras realizaba un viaje en las cercanías del mar Mediterráneo, recibí la invitación para compartir algunas reflexiones sobre etnografías e historias orales en la mesa “Una diversa calligrafia della Etnobiografia”, del Seminário Internacional “Novas Metodologias para o estudo da História Oral”, en la Universidad Ca’Foscari, en febrero de 2020. Recibí el mensaje mientras realizaba el “Camino de Santiago” y respiraba bajo la lluvia ese milenario recorrido. Me entusiasmó la posibilidad de desplegar y discutir experiencias entre estos oficios, conocer Venecia, encontrar colegas y sus estudios de otras latitudes. Especialmente fui atrapada por la llamada a pensar cruces entre narraciones de historias y la práctica tan antropológica de interpretar sentidos microscópicamente (GEERTZ, 2003): ¿Cuáles sentidos emergen cuando se cuentan historias? ¿Cómo aparecen? ¿Cómo contar una historia de las historias contadas?

La “Historia”, en sus formas de narración, presenta un tiempo vacío, continuo y regular (AGABMEN, 2001). Este tiempo sobre el cual las cosas vienen a suceder, puede medirse en años y siglos, se nos indica que avanza y que por lo tanto hay un pasado y un futuro, a la vez se enseña que se pueden trazar etapas de acuerdo con ciertos hitos fundantes que marcan el paso de una a otra. La “Historia”, con su

pretendida rigurosidad y cientificidad, asume la posibilidad de acceder al pasado y de presentificarlo. Esta manera de pensar la historia es puesta en tensión por quienes afirman que sacralización, mitificación o amnesia, lejos de ser exclusivos de la memoria, son también parte de la historia y su escritura (CANDAU, 2002).

Si suspendemos la creencia del tiempo continuo, vacío y lineal, si abandonamos la creencia en el pasado, ¿cómo sentipensar tiempos rotos, agujereados, tiempos muertos, salteados, superpuestos, travestidos, indescifrables, epifánicos? ¿Cómo escribir el espesor y el aroma del tiempo? ¿Cómo tejemos el tiempo cuando alentamos historias? ¿Cómo crear relatos que asuman esas diversas temporalidades? Empecemos por la historia de cómo crucé antropología, teatro e historias.

RECORRIDOS PERSONALES DE UNA TRENZA ENTRE HISTORIA, ETNOGRAFÍA Y TEATRO

En 1999 comencé a estudiar “Profesorado en Historia” en la Universidad Nacional de Córdoba (UNC), Argentina, por el antiguo encanto que ejercían historias que escuchaba y leía, también por la intriga sobre los hilos de cualquier presencia. En el cursado de la carrera realicé un seminario de Historia Oral, donde aprendí las movilizantes y polémicas nociones de reconstrucción histórica en “taller” y de personas “con y sin voces”.

En la misma carrera en historia también conocí un profesor que dictó un Seminario de Antropología Poética, un nombre subversivo en aquel plan de estudios.¹ Atraída por la poesía (aunque la poética allí apuntaba a otro sitio según luego aprendí), los senderos se abrieron hacia las antropologías. Hace 20 años trabajo con la orientación de aquel profesor y la compañía de hermosas colegas con quienes nos formamos e hicimos doctoras en esta ciencia. El trabajo que realicé en la

¹ Si vamos a problematizar las temporalidades, vale resaltar las figuras que se arman con estas palabras juntas: carrera en historia. Usamos la palabra “carrera” para nombrar la cursada y rendida de un programa de estudio para recibirse en una profesión, pero también como competencia para ver quién llega más rápido a una meta.

zona de las antropologías está integrado a una pesquisa colectiva entre noches entretenidas y eróticas desde el paradigma de los Estudios de la Performance.² Mientras estudiaba Historia, salvo puntuales encuentros como los dos señalados, la carrera adormecía mis búsquedas estéticas. Las formas que mejor acompañaban las inquietudes de aquellos años las vestí cuando me sumergí en el campo de las artes escénicas. Con los años aprendí el oficio de contar y recibir historias entre telones, con máscaras y luces.

La escritura que comparto fue tejida con materiales producidos durante la tesis doctoral en Ciencias Antropológicas, titulada: *Sueños de pluma: una etnografía en las temporadas teatrales (TT) de verano en Villa Carlos Paz (VCP), 2011-2017* (GARRIDO, 2018). Comparto algunas impresiones de trayectos, o teatralizo una historia posible, para situar la reflexión que aquí presento. Al realizar la pesquisa doctoral, técnicas, conceptos y preguntas entre historias, etnografías y teatros ya estaban encarnadas. Esta trenza reasoma en el relato que aquí despliego.

Comenzaré con una breve presentación sobre el objeto de la tesis, y compartiré algunas preguntas sobre el arte de contar historias en etnografías. Luego expondré imaginaciones históricas en las TT, para cerrar con una reflexión sobre la dimensión estética del tiempo.

TEMPORADAS TEATRALES EN VCP

VCP, una ciudad en las sierras de Córdoba al centro de la República Argentina, desde la década de 1970 cada verano recibía artistas, en su mayoría llegados desde la capital del país, quienes engalanaban la ciudad. Con más de veinte espectáculos teatrales, las noches desplegaban alegría y glamour para familias, parejas y amigos, que llegaban de vacaciones. La ciudad recibía cada año 2 millones de personas de diferentes provincias y países limítrofes durante los tres meses de

² Esa pesquisa la llevamos adelante con el Programa de Investigación Subjetividades y Sujeciones Contemporáneas radicado en el Centro de Investigación de la Facultad de Filosofía y Humanidades, en la UNC.

verano. VCP vivía del turismo como principal actividad económica y el teatro participaba como recurso central para su “crecimiento”.

En las TT se presentaban comedias, revistas, shows humorísticos musicales, café concert, music hall. Las obras compartían su presentación como “teatro de verano”, asociado a prácticas comerciales y de entretenimiento. El empresario Ezequiel Corbo decía: “uno lo que busca es ganar plata, es un negocio esto”³. Para ganar dinero, los productores ofrecían lo que asumían el público pedía: divertirse.

Cristina, productora de café concert, expresó: “La gente no quiere compenetrarse en algo, un drama, y seguir llorando también en las vacaciones, entonces quieren distenderse, ver alguien divertido, reírse, ver chicas lindas, chicos lindos, que bailen, hacer clic, desenchufar la cabeza.” El verano ofrecía diversión, destape corporal y glamour. Decía el actor Adrián Garay: “quieren ver mujeres con corpiños, con concheros, con plumas y bueno se los doy”. Además, se asumía que el público quería estar cerca de “los famosos”, a quienes durante el año veían por televisión y otras pantallas.

Esas nociones estaban expuestas a fracturas y aperturas. Los empresarios que producían para el rédito económico afirmaban que sin amor no era posible producir teatro y acudían a formas caseras de resolver los asuntos. Había numerosas propuestas en las temporadas, con producción de bajos costos, donde primaban las redes de apoyo mutuo entre artistas, sus familiares y allegados, y una circulación permanente de personajes entre el teatro comercial, oficial e independiente. Las obras hechas para divertir tenían momentos “serios” para reflexionar, a la vez que reafirmaban ficciones y vínculos para la vida social cotidiana.

La tesis, nutrida en los Estudios de la Performance, llevó adelante un estudio de prácticas sociales analizadas, como teatro, en tanto guionadas y escenificadas, en las TT de verano en VCP. Les actantes en la vida social como en el teatro buscan la eficacia de sus actos a

³ Las entrevistas aquí citadas, salvo se indique otra cosa, fueron realizadas entre los años 2012 y 2013 en las derivas del trabajo de campo en los veranos de VCP, en el marco de la tesis doctoral ya referenciada.

través del manejo de impresiones y apelan a recursos expresivos del repertorio de acciones conocido (GARRIDO, 2018). Desprendido de la tesis, este texto muestra cómo las interacciones en las TT, de forma repetida, creativa, risueña y tensa, rehacían teatralmente historias que orientaban actuaciones sociales.

CÓMO CONTAR UNA HISTORIA PARA DESPERTAR

“Necesito un tiempo para probarme en otros lugares y para equivocarme. Así cuando vuelvo a Carlos Paz lo hago renovado”, decía el actor Flavio Mendoza. ¿Por qué convocar historias en la etnografía? Max Gluckman (1968) sugirió que para estudiar el cambio social es preciso atender el equilibrio de una comunidad en diferentes momentos y las relaciones entre tales equilibrios sucesivos. Edmund Leach (1976) afirmó que cualquier sociedad es un proceso en el tiempo y llamó la atención sobre la imagen de equilibrio de una estructura social, la cual sólo podría sostenerse “substrayendo a esa sociedad al tiempo” (p. 30). Pitt-Rivers (1994) propuso pensar las sociedades más como una pieza de música que como un dibujo.

¿Cómo invocar el tiempo? Un camino para dar sitio a procesos, pulso social y cadencias en nuestros estudios puede ser contar historias. ¿Cómo desplegar esas historias en nuestros relatos? En un principio de la pesquisa en VCP, dediqué un apartado especial para las historias de las TT, también consideré la posibilidad de no contar una historia en capítulo aparte, sino que la historia florezca y se desparrame en todo el relato a través de opciones estilísticas de escritura que desplieguen un ritmo en las cosas que hacemos aparecer.

Recontar las historias del mundo observado abre la pregunta historiográfica acerca de cómo contar unas historias que reverberan, que son reactualizadas según quiénes y cómo las pongamos en escena. ¿En qué consiste historizar? ¿Cómo actuar una historia en nuestras pesquisas etnográficas?

Encaré este propósito inspirada en palabras de Michel Foucault (1988), quien propuso realizar una genealogía que:

[...] mira más cerca -sobre el cuerpo, el sistema nervioso, los alimentos y la digestión, las energías-, revuelve en las decadencias; y si afronta las viejas épocas, es con la sospecha -no rencorosa, sino divertida- de un ronroneo bárbaro e inconfesable. No tiene miedo de mirar bajo; pero mira alto -sumergiéndose para captar las perspectivas, desplegar las dispersiones y las diferencias, dejar a cada cosa su medida y su intensidad-. [...] [porque] La historia tiene algo mejor que hacer que ser la sirvienta de la filosofía y que contar el nacimiento necesario de la verdad y del valor, puede ser el conocimiento diferencial de las energías y de los desfallecimientos, de las alturas y de los hundimientos, de los venenos y de los contravenenos. Puede ser la ciencia de los remedios (p. 13).

Intenté sacar provecho de los procedimientos propuestos para una genealogista: la parodia, haciendo de la historia un carnaval concertado, lleva la mascarada hasta el límite, la disociación saca a luz todas las discontinuidades, el sacrificio de toda verdad deja aparecer lo inquietante, mostrar cómo las fuerzas no obedecen ni a un destino ni a una mecánica, valora el azar de la lucha en sucesos.

James Clifford (2001), en su estudio sobre la etnografía y el surrealismo en Francia entre las dos guerras mundiales, propuso desplazamientos y conjunciones entre ciencia y arte, abrió diseños de tipos ideales para la construcción histórica y puso en valor “una estética que valora fragmentos, curiosas colecciones, yuxtaposiciones inesperadas, que actúa para provocar la manifestación de realidades extraordinarias extraídas de los dominios de lo erótico, lo exótico y lo inconsciente” (p. 149).

John Dawsey (2013) invita a la tarea urgente de contar la historia de aquello que fue (o está pronto a ser) olvidado, con la captura de interrupciones donde son detectados gestos y ruidos capaces de provocar el efecto de despertar (p. 46).

Inspirada en las propuestas de estos autores pregunto: ¿Cómo poner en escena una historia inquietante que mire más de cerca las cuerpas y sus energías? ¿Cómo montarla con la dislocación de sus retazos para despertar? ¿Cómo contar historias para mostrar historias y olvidos actuados en el universo estudiado? ¿Cómo hacer de esa historia un bálsamo?

LA HISTORIA COMO PERFORMANCE

Propongo pensar la historia como performance. Richard Schechner (2000) propuso la performance como categoría analítica, una lente para interpretar cualquier acción, y la definió como acto restaurado, una copia aprendida, revisada y efectiva, que hace las formas que cita y despliega. Las performances funcionan como “actos vitales de transferencia” (TAYLOR, 2011, p. 20) a través de los cuales el saber social se restaura. Las actuaciones sociales son eficaces porque vehiculizan significados intensamente sentidos, de y para la vida social (GEERTZ, 2003). Joseph Roach (2011) propuso desenterrar linajes de performances a través del estudio de “la transmisión y difusión histórica de prácticas culturales por medio de representaciones colectivas” (p. 196).

Si leemos las historias como actos restaurados, podemos abocarnos a mostrar los vestidos que las historias portan en escena, cómo esos trajes encarnan y replican imaginaciones que orientan actuaciones y analizar cómo las historias restauran el saber social. Para tejer un relato histórico de aires etnográficos, podemos describir imaginaciones desplegadas en las historias contadas en los encuentros de pesquisa. Procuraré mostrar imaginaciones repetidas en las historias aparecidas en las TT de VCP.⁴ Los relatos con que trabajo aparecieron en entrevistas que realicé, en entrevistas publicadas en medios de

⁴Para Raúl Serrano (2015), el teatro pone a vivir situaciones imaginadas. Esta expresión permite pensar en imágenes incorporadas que condensan significados que vuelven al mundo reconocible, las cuales son revitalizadas y desplazadas en cada actuación. Afirmó Schechner (2012, p. 224): “Lo imaginario causa lo verdadero”. Palmer y Jankowiak, desde el campo de antropología de la performance, propusieron que a través de performances se proyectan imágenes: “*Thus, performances may weave complex webs of interaction and experience, all mediated through imagery.*” (PALMER; JANKOWIAK, 1996, p. 226).

comunicación o libros producidos por periodistas. Las historias no dejaban de surgir en relatos sobre los trayectos personales y sobre las historias de las temporadas mismas. La entrevista es herramienta y corazón de la historia oral y la etnografía, si la abrimos al flujo de la conversación se plaga de historias para estimar.

IMAGINACIONES HISTÓRICAS COMPARTIDAS

Las actuadas historias personales y de las TT aparecían con volúmenes, ritmos, tropiezos y con diversas figuras que les daban forma. En lo que sigue presentaré algunas formas que repetidamente asomaban en los cuentos sobre las historias, o los vestidos que la señora historia lucía en sus apariciones.

VESTIRSE DE SIEMPRE

Carlos Rottemberg, empresario teatral, comentó: “Fue una pasión de chico cuando tenía pocos años y me llevaban al cine, a mí me interesaba más querer ver por qué los chicos elegían ver una película, que ver la película en sí; eso fue el inicio de una vocación.” Francisco Hails, productor ejecutivo, dijo: “yo soy un teatrista de toda la vida”. El bailarín Fernando Castro comienza su historia cuando en la secundaria preparaba coreografías con sus compañeras para los quermes de la primavera que eran un éxito.

Mientras una cosa se sucede y se encima a la otra, aparece una actividad como vocación, a la que siempre se está llegando.⁵ Llegando a ser o siempre habiendo sido, les narradores encuentran en sus vidas una causa primera, que es también su realización. Ante la necesidad de

⁵ En las TT era más frecuente hacer las cosas desde la infancia cuando lo que se realizaba era considerado “artístico”. Los personajes, con sus relatos, luchaban para que su actividad fuera considerada valiosa o artística, aunque ni todos estaban interesados en participar de esta disputa. Victor Colino, que trabajó en las temporadas como actor, escenógrafo, contaba: “Esto es en realidad un poco loco y un poco raro, si me preguntas del campo rentado de decir bueno yo debuté a los 40 años, pero... de ahí para atrás eh, 15 años estuve trabajando con esto de otra forma, desde otro lugar trabajé mucho con turismo donde hacíamos humor, por supuesto desde otro lugar y desde otro lado, y por ejemplo un deporte que he jugado en mi vida, he jugado al bowling muchos años, he sido maestro de ceremonia muchísimas veces, vale decir esta cosa de la payasada, en el buen sentido de la palabra, la llevo conmigo de mi niñez supongo”.

volver inteligible nuestros trayectos, afirmó Pierre Bourdieu (1997) en su trabajo sobre la ilusión biográfica, contamos historias reconstruidas en relatos totalizantes y unificantes, donde la vida “se desarrolla, según un orden cronológico que es asimismo un orden lógico, desde un comienzo, un origen, en el doble sentido de punto de partida, de inicio, pero asimismo de principio, de razón de ser, de causa primera, hasta su término que es también un fin, una realización” (p. 75). Esta operación unificante es puesta en tensión por las múltiples versiones de les otres y de une misme que chocan, se complementan y alteran.

Cuando las vocaciones emergían como herencia familiar, aparecían un conjunto de fuerzas anteriores capaces de “empujar” a artistas para que lo fueran. A veces el responsable de la vocación era un carácter. Celeste Roth, productora, dijo: “mi tío es productor de Marcelo hace 22 años y me invitó a esa fiesta y el Tato bueno pasó una secuencia que se yo, yo me re enoje lo maltraté que se yo... y al otro me llamó me dijo que quería que labure conmigo, por mi carácter, por mi temperamento...”.

Los personajes mezclaban la idea de que el oficio “les fue dado” por familia o carácter, con la convicción de que existía una pasión por la actividad que realizaban y un sacrificio. Decía Ezequiel Corbo, productor teatral: “Si no trabajás en producción con pasión, dedícate a otra cosa. Hay que meterle mucho amor.” Lourdes Sánchez, bailarina, contó que “la viene remando en dulce de leche”, expresión coloquial que refería hacer mucho esfuerzo. Las vocaciones se confirmaban con amor y sacrificio desplegado en un sinfín de adversidades superadas en la lucha por llegar.

El “desde siempre” extendía la actuación en el tiempo, permitía escapar de la misma línea de acontecimientos (favorables y adversos) que dibujaba, dejando aparecer un presente que existía desde lejanías perpetuas.

VESTIRSE CON FLASHES

En las narrativas, aparecían momentos de inflexión, irrupciones que cambiaban el curso de las cosas, momentos de revelaciones. Soledad Lombardo, desde niña, estaba enlazada al teatro. Por tener madre artista, ella ya se veía “empujada a eso”, pero no sabía qué parte... hasta que encontró la luz:

Después de pelear mucho por trabajar en ese teatro donde vi la primera obra que me maravilló, [...] entré al coliseo de oficinista, al ser mujer, de lo que yo quería hacer que era técnica, estar arriba de un escenario, pero no me permitían, [...] a la tarde me escapaba al escenario porque a mí me tiraba el escenario y el primer día llego y de repente se prende una luz, que yo no sabía que era, era un cenital azul y quedé así y dije wow.

Alejandro Lavallén, coreógrafo, contó: “Vi un musical y me gustó eso, me flasheó.” La historia se vestía con “de repente” que, combinados con los “desde siempre”, aparecían como despertar que cambiaba el curso de los acontecimientos. Estas irrupciones, que podían romper la imaginación lineal del tiempo o reafirmarla, trastocaban el ritmo, la continuidad regular del tiempo.

VESTIRSE CON AMISTOSAS CASUALIDADES

Los trayectos emergían también con “casualidades” que, sin la fuerza de los flashes, cambiaban el curso de los aconteceres. Chana, productora ejecutiva, decía: “yo no soy de las que planean, yo no sabía que iba a hacer esto y lo estoy haciendo”. Así como la presencia de padres y madres, era importante a la hora de explicar en las biografías el arte como algo dado, las casualidades muchas veces se enlazaban a la invitación de algún amigo o amiga que marcaba el derrotero de sus vidas. Cesar Ojeda, maquinista, decía: “Había dejado la escuela en primaria y después hacía trabajo de carpintería hasta que un amigo iluminador me metió en el teatro.” Juancho, productor, contó: “soy

amigo de Miguel Del Sel, yo estaba laburando en un pub y me dice... venite conmigo a laburar en el teatro”.

La historia aparecía en escena vestida de eventos fortuitos, actuaciones imprevistas vinculadas a sus derivas biográficas. Las casualidades también aparecían como acto mágico que por semejanza permitía aparecer en escena. Un verano, la actriz Liliana Calabro publicó en sus redes sociales que, en un paseo en las calles de VCP, cuando intentó defender a su perro de otro can, este la mordió. Una comentarista publicó: “me pasó lo mismo y a la misma hora”.

VESTIRSE DE “PROYECTOS” O DE “SE VERÁ”

El “final” de la temporada era oportunidad para distinguirse. Terminar con alegría, nuevos proyectos y promesas de regresar, hacer balances positivos, eran formas de escenificar éxito. En las TT se actuaba con la creencia de que los finales debían ser explosivos. Cada noche, las obras terminaban con una última escena de despedida “bien arriba”.

Despedirse de cada verano con proyectos era una forma de ganar estima. Las “estrellas” exponían proyectos laborales y de estudio para el año que recién comenzaba y anunciaban propuestas para la próxima temporada. El actor Pedro Alfonso, al despedirse, dijo que seguiría con la gira de “CasaFantasma”, que la se iría a La Rioja a grabar la película *Socio por accidente* y que estaba analizando su continuidad en el programa televisivo “Showmatch”. Pero el después no siempre aparecía en escena. En las preguntas de una entrevista que realizamos con el actor y escenógrafo Víctor Colino, propuse figuras temporales. Además de los “recorridos con comienzos”, también pregunté por los “proyectos a futuro”, Víctor contestó:

Mira primero ahora hay que esperar que se termine la temporada y después se verá, la verdad es esa, sinceramente es esa la historia, no hay otra cosa que te pueda decir porque te mentiría. [...] están todas las pilas puestas acá y todas las ganas y demás, así que futuro, futuro realmente no sé.

Las historias se vestían de futuro con actuaciones que mostraban proyectos y a veces se salía a escena con todas las pilas en el presente, dejando tiempos venideros detrás de escena.

VESTIRSE CON INVENCION, NOVEDAD Y TRAYECTORIA

El actor Mario contaba: “Sacarlo al trío kareta a la calle ha sido algo novedoso, después todas han empezado a hacer lo mismo, lo que vos ves en la calle es porque nosotros lo hemos hecho.” El periodista Clever Abreu decía respecto a hacer radio desde VCP: “Yo fui el primero.” La actriz Moria Casán se pronunciaba como “la primera mujer en el mundo que hace el papel de un transexual. Soy la única mujer en el mundo de las 10 puestas que tiene la obra”, a la vez que subrayaba la trayectoria del espectáculo en el que actuaba: “Si no ves la obra acá, lo podés hacer en Sídney, Londres o Broadway. Es la obra más premiada del mundo. Si no se respeta la calidad, no te la dejan hacer” (CADENA3, 2015).

Los relatores de la historia intentaban mostrar lo que nunca fue visto. Empresarios y artistas entendían que el público exige novedad permanente. Decía el productor Alberto Ponce: “la gente necesita un cambio, quiere un cambio, quiere cosas nuevas”. Los personajes buscaban el reconocimiento por su novedosa creación, por su experiencia, o por la calidad internacional del espectáculo. Estos criterios por los cuales deberían ser valorados se superponían.

VESTIRSE CON COMIENZOS

La historia de las TT en VCP se vestía con comienzos y décadas de emergencia (1960-1970), esplendor (1980), caídas (1990) y resurgimientos (2000), envueltas por un crecimiento continuo hacia algo cada vez “más grande”.

Los reactuados y disputados “comienzos” de las TT se colocaban entre las décadas de 1960 y 1970. El periodista Luis Delgado publicó un libro para celebrar los cincuenta años del teatro en “La Villa”. Escribía:

Aquí en esta investigación periodística...se descubrieron cosas maravillosas...como por ejemplo 'que estamos cumpliendo 50 años del nacimiento del espectáculo en nuestra ciudad' y algo que seguramente va a crear... la gran polémica nacional... es que 'quizás hoy podemos ser la única ciudad pequeña en el mundo... donde en una temporada record (2 meses) se vendieron más de 340.000 entradas para el teatro'... ¿Será el Boom de Teatro? (DELGADO, 2011, p. 6).

En el libro Delgado cuenta cómo se le ocurrió hacer la publicación sobre la historia del teatro en VCP. Relata que una noche, cuando fue al boliche Keops a hacer su rutinaria cobertura periodística, se sorprendió porque el dueño del boliche (que también era dueño de dos teatros, Teatro Zorba y Luxor) le hizo un homenaje por sus veinte años de trabajo en “la villa”, es ahí cuando a él se le ocurre plasmar todo esto. Cuenta Delgado: “luego traje una torta y allí soplé... y soplé varias veces... la vela... con mis mejores recuerdos... me llegué a plantear si... sería capaz de contar mañana parte de esta historia, de contar a todo lo que sentí ahí donde hay tanto glamour...” (DELGADO, 2011, p. 7). Con una torta y varias velas aparece un libro y los comienzos de la historia. La historia comenzada se viste de crecimiento con etapas e hitos.

VESTIRSE CON DÉCADAS Y REINADOS

Luego de los comienzos, la década de 1980 aparece como de auge en la actividad teatral. Se recuerdan momentos emblemáticos por las figuras que estaban en cartel. Después de la década de 1990, donde espectadores y espectáculos habrían mermado, así como la presencia de “figuras importantes”, los entrevistados encuentran un crecimiento ininterrumpido en los primeros años del nuevo siglo, hasta el mejor momento: el presente, cuando la historia se cuenta.

Además de las décadas con altibajos, la historia se vestía de reinados. Esta imaginación monárquica mostraba cómo artistas ligados a ciertos empresarios lideraban las taquillas durante aproximadamente cinco años, cuando eran destronados por otra novedad. Guinzburg y Comba reinaron a comienzos de la primera década del nuevo siglo,

hasta que fueron desplazados por Florencia de la V. La reina habría sido destronada por Flavio Mendoza con su espectáculo “Stravaganza”, quien lideró las taquillas en temporadas de “un rey y pocos príncipes”. Hacia el 2016, comenzaba a considerarse a Pedro Alfonso el nuevo “rey de las temporadas”, por ser el “favorito” del público.

Con ciclos dibujados en décadas y reinados marcados por hitos, la historia de las TT se tejía con una permanente oferta de “diversión” “para toda la familia”, con “chicas”, “plumas” y “humor”.

VESTIRSE CON HITOS

La obra “Stravaganzza”, estrenada en la temporada 2012, junto a la sala donde se presentó, Teatro Luxor, aparecía como un hito, un antes y después de “esta plaza teatral”. Según periodistas publicaban en periódicos de masiva difusión:

Tanto Stravaganza como las dimensiones del teatro Luxor marcan una diferencia en la historia de Carlos Paz. La sala, dispuesta para 1200 personas, tiene camarines con detalles técnicos, pileta climatizada, y un escenario hidráulico que se eleva por los aires. La obra de Flavio Mendoza, por su parte, instala un megaespectáculo de acrobacia, coreografía, nado, y destrezas propias de un espectáculo internacional, nunca visto ni en Carlos Paz ni en Mar del Plata. Párrafo aparte para Diego Reinhold, que cambia la forma de hacer humor en una obra como esta, con un show que se aleja del capocómico tradicional. Un antes y un después. Un corte y una quebrada. (LA VOZ DEL INTERIOR, 2012).

El actor y productor Daniel Grana posicionó la obra “Stravaganzza” como norte: “es un éxito extraordinario y merecido, hay gente que apostó a eso, que construyó un teatro para eso, decís la pucha, por ahí el camino es ese”. Hugo Delgado creía que en esta obra se vislumbraba el futuro: “la gente dice después de ver esto qué puedo ver, un teatro con pileta, el más grande de la provincia, después de ver un espectáculo tipo Las Vegas, y todo este tipo de cosas creo que son importantes para evaluar lo que fue, lo que es y lo que puede llegar a ser esta ciudad”.

Antes de este “fenómeno” aparecían en los relatos otros hitos, otras obras y teatros que habían cambiado la forma de hacer teatro para siempre en VCP.

VESTIRSE CON CRECIMIENTO

La ciudad y las temporadas, con sus personajes y espectáculos, crecían juntas. Montado en cantidad y concentración de personas, construcciones y luces, en nivel de inversión y oferta de empleos, en estilo o categoría, explicado por fuerzas de gobiernos, empresarios, vecinos y por frutos del campo, el crecimiento reaparecía con un brillo cuyo resplandor envolvía las fisuras y heterogeneidades que imprimía.

Ana María Alfaro, con más de tres décadas en la radio del verano, dijo: “Por eso me fui enamorando de este Carlos Paz que cada vez va trayendo más artistas, los teatros se van mejorando, los espectáculos van siendo mejores cada día, hasta llegar a ahora que es la obra máxima.” Cristina Caro, asistente de vestuario, dijo que hacía muchos años que no veía a VCP así: “Está preciosa, estoy alucinando todavía porque no pensé que hubiera crecido tanto, que estaba tan bonita, está bellísima.” El secretario de Turismo, Oscar Antonio, dijo que hacía tiempo que no se veía la ciudad con ese “nivel de visitantes”.

Aunque el mejor tiempo solía ser el presente, les personajes tejían la historia con un lugar importante en ella. A veces “el mejor momento” aparecía cuando ellos figuraban como protagonistas en las marquesinas. La actriz y vedette Adriana Aguirre recuerda la época dorada: “Yo estuve entre los ’80 y los ’90, y fue brillante, eso fue verdaderamente la época de oro de Carlos Paz y del país.” Los relatos nostálgicos donde los personajes narraban aquello que deseaban haber sido contrastaban con la alegría de quienes narraban aquello que deseaban ser, los partícipes del “mejor momento” en el presente del relato.

Las TT eran presentadas, aún con interrupciones y tensiones, en un crecimiento hacia producciones de mayor envergadura hasta su actual mejor momento. La historia “avanzaba” por el empuje de las

cosas que sucedían y encastraban. La historia también se ensanchaba. En un mundo donde lo pequeño parecía no poder ser bello (TAUSSIG, 2014), VCP era una ciudad cada vez “más grande” y en constante “crecimiento”.

Las palabras que encendían la historia trazaban su bella exuberancia, la cual era derrochada en el cielo con fuegos artificiales que encandilaban a espectadores cada verano. Narradas por personajes (de “grandes curvas” o de “gran bulto”) que se vestían como “figuras” en sus cuentos, estas historias se desplegaban envueltas por el halo deslumbrante de un crecimiento perpetuo. Para acompañar este crecimiento, había que consumir más teatro, más fiestas y estallar de risa.

SIN VESTUARIO NO HAY TEATRO, SIN VESTIDOS NO HAY HISTORIA

Una noche, mientras entrevistaba a Alejandro, él comentó: “después me volví a quedar sin trabajo, volví a estar como camarero, pero por un mes nada más, porque, empecé a trabajar en La Movida del Verano, bailando, vos después cortá lo que no garpe mucho”. El entrevistado pedía corte aquellos fragmentos biográficos que no eran valiosos en el mercado. Les personajes, mientras cuentan sus vidas, actúan su estima con consciencia del carácter performativo del relato. Jugado con recuerdos y olvidos, con narraciones plagadas de irrupciones y espesuras, les personajes e historias encontraban trajes para aparecer.

Hugo Delgado (2011) realiza una entrevista a Clever, la cual incluye en su libro, antecediéndola con una presentación a su cargo: “Vivió momentos únicos en la Villa, pero nunca fue reconocido ni por sus pares y tampoco por los gobiernos que se sucedieron... creánme que lo entiendo porque cuando yo llegué en 1990 y hasta el día de hoy... nunca vi reflejado mi nombre en ningún lado...” (p. 71).

El relato era una forma de actuar para evitar el traje del olvido y la desaparición. Era ponerse el vestido que permite visibilidad en escena.

Entre los iconos turísticos de VCP, el Reloj Cucú está desde 1958, un reloj gigante con un pájaro de madera que salía cada hora a cantar. En el 2012 fue robado y encontrado en la calle. El Cucú sufrió una “readecuación sexual” tras ser reparado por el escultor Enrique López, que lo pintó con los colores del pájaro hembra, le modificó la forma de la cabeza y retocó las patas para darles mejor forma, en homenaje a las mujeres. La prensa local apuntó que, casi sin darse cuenta, el pájaro se convertirá en un símbolo del nuevo objetivo de “la Villa”, que apuntaba a sumar turismo gay. Vicky Xipolitakis, vedette, aseguró estar “feliz” porque las autoridades de la ciudad iban a nombrar “Victoria” al tradicional Cucú en honor a ella: “El Cucú es una cucuza, es mujer, hablamos con gente de la municipalidad y en homenaje a mí le van a poner Victoria, por todo lo que genero y hago” (INFOBAE, 2015). Desde la municipalidad desmintieron que fuera a realizarse este acto.

Los personajes, con consciencia del carácter performativo de la historia que narraban, jugaban para aparecer en ella, a la vez que la ponían en escena con especiales trajes. Lo importante era ganar un lugar de estima y no caer en el olvido.

POÉTICAS DEL TIEMPO – CONSIDERACIONES FINALES

Para cerrar, quisiera traer preguntas en torno a la potencia de pensar la estética de las historias o las poéticas del tiempo. Antropólogos interesados en el estudio de las estéticas mostraron cómo las formas realizan lo que exhiben. Myene Mizrahi (2014), en su trabajo sobre la estética funk en Rio de Janeiro, redefinió la estética como el universo de las formas, recobró el lazo entre apariencia y función, y mostró cómo en la creación de formas musicales y corporales se recrean imaginaciones que conectan y renuevan relaciones sociales.

Aquí intenté mostrar los ropajes en las historias actuadas. Historias personales y de la ciudad podían compartir trajes e imaginaciones con otras experiencias temporales: veranos, noches, corridas, explosiones.

En las actuaciones de las TT se ponía en escena una estación: el verano. Junto al aumento de temperaturas y las marcas del calendario solar oficial, la apertura de los entretenidos teatros de verano enlazados a las vacaciones y el turismo, el tumulto consumiendo, las chicas y las peleas, hacían explotar el verano caliente.

Al mismo tiempo que las actuaciones de calentamiento hacían una estación especial, en la escena se hacía la noche. Cuando los teatros se abrían, las luces se encendían, les espectadores llegaban después de sus paseos y sus cenas bañados y perfumados para ver a les artistas, comenzaba la noche.

El ritmo rápido con que se armaban las obras era repetido en los escenarios donde los espectáculos transcurrían a full, los parlamentos se decían a gran velocidad, las coreografías incluían permanentes movimientos rápidos, combinándose con una entrada y salida veloz de los personajes a escena. La “corrida” era corporizada en los personajes. Cristina Caro decía: “es un ritmo que es así y después ya te acostumbras en la vida a andar a mil, viste a hacer todo a mil, hacer todo rápido, todo rápido porque no te podés desenchufar”.

Junto a las actuaciones, para calentar cada noche de cada verano, el tiempo dibujado en décadas y reinados corría a toda prisa hacia algo cada “más grande”. Los continuos y rutinarios estallidos de verano y sus fulgores, preparados y escenificados, encandilaban a espectadores que volvían a consumir cada verano la explosión.

Estudiar la estética o poética es estudiar las formas, en este escrito reinvento los vestidos de las historias. Espero las historias que conté sobre las historias que me contaron, el paseo por los camarines de la historia, les haya cautivado. Celebro el encantamiento que producen las historias y celebro la posibilidad de reescribirlas cada día en la brisa, para reconocer a les prójimos y a la hermosa pequeñez. Contar una historia es besar los labios del tiempo que puede correr, puede detenerse, puede explotar, cambiar, puede perderse, puede necesitarse

o brillar. Los tiempos tienen vestidos y aparecen en historias actuadas que los reviven. Queda pendiente adentrarnos en sus perfumes.

Hay vestidos temporales en las TT de VCP que se nos escapan u olvidan, como los viajes coloniales de las comedias recicladas, o los tiempos de un gliptodonte. El martes 26 de febrero del 2013, fui al Parque Estancia La Quinta, donde estaba la oficina del Director de Cultura de la ciudad, para tener una entrevista. Cuando llegué, su secretaria dijo que estaba en reunión. Mientras esperaba, visité el museo qué había allí. Carla, operadora turística del sitio, me mostró un gliptodonte. El Sr Giménez, en el 2005, quiso hacer una pileta para refrescarse en su casa de barrio Playas de Oro de VCP, y cuando clavaron la pala se encontraron un gliptodonte de 40 mil años de antigüedad.

REFERENCIAS

AGABMEN, G. **Infancia e historia**: destrucción de la experiencia y origen de la historia. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora, 2001.

BOURDIEU, P. **Razones prácticas sobre la teoría de la acción**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1997.

CANDAU, J. **Antropología de la memoria**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2002.

CLIFFORD, J. **Dilemas de la cultura**: Antropología, Literatura y Arte en la perspectiva moderna. Barcelona: Gedisa, 2001.

DAWSEY, J. Descrição tensa (Tension-Thick Description): Geertz, Benjamin e Performance. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 291-320, 2013. Disponible en: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2013.82470>. Acceso: 26 sep. 2020.

DELGADO, H. **El boom del Teatro**. Villa Carlos Paz: Bauhaus, 2011.

FOUCAULT, M. **Nietzsche, la genealogía, la Historia**. Valencia: Pre-Textos, 1988.

GARRIDO, J. **Sueños de Pluma**: una etnografía en las temporadas teatrales de verano en Villa Carlos Paz, 2011-2017. 338 f. Tesis (Doctorado en Ciencias Antropológicas) – Facultad de Filosofía y Humanidades, Universidad Nacional de Córdoba, Córdoba, 2018.

GEERTZ, C. **La interpretación de las culturas**. Barcelona: Gedisa, 2003.

GLUCKMAN, M. The utility of the equilibrium in the study of social change. **American Anthropologist**, v. 70, n. 2, p. 219-237, 1968. Disponible en: www.jstor.org/stable/671113. Acceso: 26 sep. 2020.

LEACH, E. **Sistemas políticos de la Alta Birmania**. Barcelona: Anagrama, 1976.

MIZRAHI, M. **A estética funk carioca**: criação e conectividade em Mr. Catra. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

PALMER, G.; JANKOWIAK, W. Performance and imagination: Toward an Anthropology of the spectacular and the mundane. **Cultural Anthropology**, v. 11, n. 2, 1996, p. 225-258, 1996. Disponible em: www.jstor.org/stable/656449. Acceso: 26 sep. 2020.

PITT-RIVERS, J. **Un pueblo de la Sierra**: Grazalema. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

ROACH, J. Cultura y Performance en el mundo circunatlántico. In: TAYLOR, D.; FUENTES, M. (ed.). **Estudios avanzados de performance**. México: Fondo Económico de Cultura, 2011. p. 188-213.

SCHECHNER, R. **Performance**: teoría & prácticas interculturales. Buenos Aires: Libros del Rojas, Universidad de Buenos Aires, 2000.

SCHECHNER, R. **Estudios de la representación**: una introducción. México: Fondo de la Cultura Económica, 2012.

SERRANO, R. **Lo que no se dice**: una teoría de la actuación. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Atuel, 2015.

TAUSSIG, M. **La bella y la bestia**: una relación aún por entender. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

TAYLOR, D. Introducción. Performance. Teoría y práctica. *In*: TAYLOR, D.; FUENTES, M. (ed.). **Estudios avanzados de performance**. México: Fondo Económico de Cultura, 2011. p. 7-30.

AS VESTES¹ DE UMA HISTÓRIA: POÉTICAS DO TEMPO EM NARRATIVAS SOBRE AS HISTÓRIAS DAS TEMPORADAS TEATRAIS DE VERÃO NA VILLA CARLOS PAZ, ARGENTINA

Jimena Ines Garrido

UM CONVITE PARA ABRIR OS CORAÇÕES DO TEMPO

Durante uma viagem pelas margens do mar Mediterrâneo, recebi um convite para compartilhar algumas considerações sobre etnografias e histórias orais na mesa “Uma caligrafia diversa da Etnobiografia”, do Seminário Internacional “Novas Metodologias para o Estudo da História Oral”, na Universidade Ca’ Foscari, em fevereiro de 2020. Recebi a mensagem enquanto fazia o “Caminho de Santiago” e respirava os ares daquela trilha milenar. Fiquei entusiasmada com a possibilidade de expor e discutir experiências sobre tais questões, conhecer Veneza, conhecer colegas e estudos de outras latitudes. Fui especialmente instigada pelo convite a pensar entrecruzamentos entre contar histórias e a própria prática antropológica de interpretar significados microscopicamente (GEERTZ, 2003): que significados emergem quando contamos histórias? Como aparecem? Como contar uma história das histórias contadas?

A “História”, em suas formas de narração, apresenta um tempo vazio, contínuo e regular (AGABMEN, 2001). Esse tempo, sobre o qual as coisas se sucedem, pode ser medido em anos e séculos. Dizem-nos que avança e que, portanto, há um passado e um futuro, e ao mesmo tempo

¹ N.T.: O termo mais acurado neste caso seria “figurino”. No entanto, foram utilizados os termos “vestes” e “vestimentas” ao longo do texto no intuito de acompanhar os trocadilhos da autora com figurino, no sentido de como as histórias “se vestem”.

ensinam-nos que as etapas podem ser traçadas de acordo com certos marcos fundadores que determinam a passagem de uma para outra.

A “História”, com seu suposto rigor e cientificidade, pressupõe a possibilidade de acessar o passado e de torná-lo presente. Essa forma de pensar a história é enfatizada por aqueles que afirmam que a sacralização, a mitificação ou a amnésia, longe de serem exclusivas da memória, também fazem parte da história e de sua escrita (CANDAU, 2002).

Se suspendermos a crença no tempo contínuo, vazio e linear, se abandonarmos a crença no passado, como podemos sentir e pensar tempos fraturados, irregulares, tempos mortos, descontínuos, sobrepostos, disfarçados, indecifráveis, epifânicos? Como escrever a espessura e o aroma do tempo? Como tecemos o tempo quando criamos histórias? Como criar histórias que assumam essas diferentes temporalidades? Começamos por uma história de como entrecruzei antropologia, teatro e histórias.

TRAJETOS PESSOAIS DE UM ENTRELAÇAMENTO ENTRE HISTÓRIA, ETNOGRAFIA E TEATRO

Em 1999, comecei a cursar faculdade de História na Universidade Nacional de Córdoba (UNC), Argentina, devido ao antigo encanto exercido pelas histórias que lia e ouvia e também pela curiosidade a respeito dos diversos elementos nelas presentes. Durante minha licenciatura, fiz um seminário de História Oral em que aprendi, em uma oficina, as noções comoventes e controversas de reconstrução histórica e de pessoas “com e sem voz”.

Durante a mesma licenciatura em História, também conheci um professor que ministrou um Seminário de Antropologia Poética, um título subversivo naquele campo de estudos.² Atraída pela poesia (embora a poética ali apontasse para outro lugar, como eu soube mais

² Se vamos problematizar temporalidades, vale destacar as figuras que se formam a partir das seguintes palavras: licenciatura em História. Usamos a palavra “licenciatura” para nos referir ao ato de cursar e concluir um plano de estudos para sermos capacitados a exercer uma profissão, mas também para nos referir a uma competição que visa determinar quem atinge um objetivo mais rápido. N.T.: O termo “*carrera*”, no original, é utilizado tanto para se referir a um curso de

tarde), meu caminho se abriu na direção das antropologias. Trabalho há 15 anos a partir da orientação daquele professor, na companhia das lindas colegas ao lado de quem me formei, tornando-nos doutoras nessa ciência. O trabalho que realizo na área da antropologia faz parte de uma investigação coletiva realizada em noites lúdicas e eróticas, a partir do paradigma dos Estudos da Performance³. Enquanto estudava História, salvo encontros pontuais como as mencionadas colegas, a licenciatura abrandava minhas buscas estéticas. Vesti as formas que melhor correspondiam às preocupações daqueles anos quando mergulhei no campo das artes cênicas. Ao longo dos anos, adorei contar e ouvir histórias nos bastidores, com máscaras e luzes.

O texto que aqui compartilho foi composto a partir de materiais produzidos durante a tese de doutorado em Ciências Antropológicas, intitulada *Sonhos de Pluma. Uma etnografia das temporadas teatrais de verão (TT) em Villa Carlos Paz (VCP)*, 2011-2017 (GARRIDO, 2018). Compartilho algumas impressões de viagens, ou dramatizo uma possível história, para situar a reflexão que aqui apresento. Durante a realização da pesquisa de doutorado, técnicas, conceitos e questões entre histórias, etnografias e teatro já se encontravam entrelaçadas, o que reaparece na história que desenvolvo aqui.

Início com uma breve apresentação sobre o objeto empírico e analítico da tese e compartilho algumas questões sobre a arte de contar histórias em etnografias. Em seguida, exponho ficções históricas sobre as temporadas teatrais (TTs), visando encerrar o texto com uma reflexão sobre a dimensão estética do tempo.

TEMPORADAS TEATRAIS EM VCP

Villa Carlos Paz (VCP), cidade nas montanhas de Córdoba, no centro da República Argentina, recebia artistas todos os verões desde

licenciatura (*carrera en historia*) quanto para se referir a uma corrida (*carrera*), daí o trocadilho da autora.

³ Realizamos esta pesquisa através do Programa de Pesquisa Subjetividades e Sujeitos Contemporâneos, sediado no Centro de Pesquisa da Faculdade de Filosofia e Humanidades da UNC.

a década de 1970, principalmente vindos da capital do país, que embelezavam a cidade. Com mais de vinte espetáculos teatrais, as noites propiciavam alegria e encanto para famílias, casais e amigos que passavam as férias ali. A cada ano, durante os três meses de verão, a cidade recebia 2 milhões de pessoas de diferentes províncias e países vizinhos. O turismo era a principal atividade econômica de VCP, e o teatro representava um recurso essencial para o “crescimento” da cidade.

Nas TTs, eram apresentadas comédias, teatros de revista, *shows* musicais humorísticos, café-concerto, *music hall*. As obras faziam parte do “teatro de verão”, que se associava a práticas comerciais e de entretenimento. O empresário Ezequiel Corbo costumava dizer: “o objetivo é ganhar dinheiro, trata-se de um negócio”⁴. Para ganhar dinheiro, os produtores ofereciam o que supunham que o público desejava: diversão.

Cristina, produtora do café-concerto, comentou: “As pessoas não querem se envolver com algo como um drama e ficar chorando nas férias, elas querem mesmo é relaxar, ver alguém engraçado, rir, ver garotas bonitas, garotos bonitos, dançar, tirar fotos, espairecer.” O verão oferecia diversão, encanto e a descoberta do corpo. O ator Adrián Garay costumava dizer: “eles querem ver mulheres usando corpetes, plumas, indumentárias típicas e, bom, eu ofereço isso a elas”. Além disso, supunha-se que o público quisesse estar perto dos “famosos” que no resto do ano viam na televisão e em outras telas.

Tais noções estavam sujeitas a problemas e empreendimentos. Empresários que produziam visando lucro econômico afirmavam que sem amor não era possível fazer teatro e recorriam a formas caseiras de resolver os problemas. Durante as temporadas, houve inúmeras propostas com produção de baixo custo, em que prevaleceram redes de apoio mútuo entre artistas, suas famílias e amigos, e uma circulação permanente de personagens entre o teatro comercial, tradicional e independente. As obras criadas para entreter tinham momentos “sérios”

⁴ As entrevistas aqui citadas, salvo indicação contrária, foram realizadas entre 2012 e 2013, no decorrer do trabalho de campo, nos verões da VCP, no âmbito da referida tese de doutorado.

de reflexão, ao mesmo tempo que reafirmavam ficções e vínculos com o cotidiano social.

A tese, fundamentada nos Estudos da Performance, realizou um estudo de práticas sociais analisadas como teatro, tanto roteirizadas quanto encenadas, nas TT de verão de VCP. Os artistas, tanto na vida social como no teatro, buscam a efetividade de seus atos por meio da manipulação das impressões e recorrem a recursos expressivos do repertório de atos conhecidos (GARRIDO, 2018). Desvinculado da tese, este texto mostra como as interações nas TTs, de forma repetida, criativa, alegre e tensa, reconstruíam teatralmente histórias que orientavam atos sociais.

COMO CONTAR UMA HISTÓRIA PARA EMOCIONAR

“Preciso de um tempo para experimentar em outros lugares, cometer erros. Então, quando eu voltar para Carlos Paz, vou atuar de forma renovada”, disse o ator Flavio Mendoza. Por que apostar em histórias na etnografia? Max Gluckman (1968) sugeriu que, para estudar mudanças sociais, é necessário atentar para o equilíbrio de uma comunidade em diferentes momentos e para as relações entre tais equilíbrios sucessivos. Edmund Leach (1976) afirma que qualquer sociedade é um processo no tempo e chama a atenção para a imagem de equilíbrio apresentada por uma estrutura social, que só pode ser sustentada “subtraindo essa sociedade do tempo” (p. 30). Pitt-Rivers (1994) propôs pensar uma sociedade mais como música do que como desenho.

Como invocar o tempo? Contar histórias pode ser uma forma de propiciar os processos, o pulso social, às cadências em nossos estudos. Como desdobrar essas histórias em nossas histórias? No início da pesquisa em VCP, dediquei uma seção especial às histórias das TTs, considerando também a possibilidade de não contar uma história em um capítulo separado, mas pretendendo que a história florescesse e se espalhasse ao longo deste relato por meio de opções estilísticas de escrita que acrescentassem ritmo às narrativas expostas.

Recontar as histórias do mundo observado levanta a questão historiográfica sobre como contar histórias que reverberam e que se atualizam dependendo de quem e de como as colocamos em cena. Em que consiste historicizar? Como encenar uma história em nossa pesquisa etnográfica?

Defini tal objetivo inspirada nas palavras de Michel Foucault (1988), que propõe realizar uma genealogia que

apresente um olhar mais atento para o corpo, o sistema nervoso, a alimentação e a digestão, as energias; que revolva as decadências; e que, se encara os velhos tempos, o faça com a suspeita não rancorosa, mas divertida de um ressonar bárbaro e indescritível. Sem o temor de olhar para baixo, também olha para cima, submergindo para captar perspectivas, desdobrar dispersões e diferenças, denotar a cada coisa sua medida e intensidade. [...] [porque] a história tem algo melhor a fazer do que ser serva da filosofia e narrar o nascimento da verdade e do valor. Ela pode ser o conhecimento diferencial de energias e fraquezas, elevações e profundezas, venenos e antídotos. Pode ser a ciência dos remédios (p. 13).

Procurei tirar proveito dos procedimentos propostos a uma genealogista: a paródia, fazendo da história um carnaval harmonizado, leva o baile de máscaras ao limite; a dissociação traz à tona todas as descontinuidades; o sacrifício de toda verdade permite que o inquietante apareça; e mostrar como tais forças não obedecem a um destino nem a uma mecânica de valor aleatório dos esforços manifestos em um evento.

James Clifford (2001), em seu estudo sobre etnografia e surrealismo na França no período entreguerras, propôs deslocamentos e conjunções entre ciência e arte, introduzindo projetos de tipos ideais para a construção histórica, primando por “uma estética que valoriza fragmentos, modelos peculiares e justaposições inesperadas que provocam a manifestação de realidades extraordinárias extraídas dos domínios do erótico, do exótico e do inconsciente” (p. 149).

John Dawsey (2013) convida-nos à tarefa urgente de contar a história do que foi (ou do que será em breve) esquecido, com a captação de interrupções onde se detectam gestos e ruídos capazes de provocar um efeito emotivo (p. 46).

Inspirada nas propostas de tais autores, pergunto: como encenar uma história inquietante que apresente um olhar mais atento para o corpo e suas energias? Como montá-la, utilizando o deslocamento de seus elementos, visando emocionar? Como contar histórias capazes de retratar acontecimentos e esquecimentos encenados no universo estudado? Como fazer dessa história um bálsamo?

HISTÓRIA COMO *PERFORMANCE*

Proponho pensar a história como *performance*. Richard Schechner (2000) propôs abordar a *performance* como uma categoria analítica, uma lente para interpretar qualquer ação, e a definiu como um ato restaurado, uma cópia aprendida, revisada e efetiva, que compõe as formas que reúne e exhibe. As *performances* funcionam como “atos vitais de transferência” (TAYLOR, 2011, p. 20) por meio dos quais o conhecimento social é restaurado. As atuações sociais são eficazes porque transmitem significados intensamente sentidos da, e para, a vida social (GEERTZ, 2003). Joseph Roach (2011) propôs restaurar linhagens de *performance* por meio do estudo da “transmissão e difusão histórica de práticas culturais através de representações coletivas” (p. 196).

Se lermos as histórias como atos restaurados, podemos nos concentrar em retratar os figurinos que as histórias apresentam no palco, em como essas vestes encarnam e respondem às ficções que orientam as *performances*, analisando como as histórias restauram o conhecimento social. Para tecer um relato histórico com ares etnográficos, podemos descrever ficções exibidas nas histórias contadas nos encontros relativos a esta pesquisa. Tentarei retratar narrativas repetidas nas histórias figuradas nas TTs, em VCP.⁵

⁵ Para Raúl Serrano (2015), o teatro dá vida a situações imaginadas. Essa expressão nos permite pensar em imagens incorporadas que condensam significados que tornam o mundo reconhecível,

As histórias com as quais trabalho são mencionadas nas entrevistas que realizei durante a presente pesquisa, em entrevistas publicadas na mídia ou em livros jornalísticos. Essas histórias também são provenientes de relatos de jornadas pessoais e das próprias TTs. A entrevista é a ferramenta e o coração da história oral e da etnografia. Se garantirmos o bom fluxo de uma conversa, teremos uma abundância de histórias estimadas.

FICÇÕES HISTÓRICAS COMPARTILHADAS

As histórias pessoais e as TTs representadas vinham acompanhadas por volumes, ritmos, contratempos e pelas diversas figuras que lhes deram forma. A seguir, apresentarei algumas formas que apareceram repetidamente nos relatos sobre as histórias, ou as vestes que a senhora história usava em suas aparições.

Vestida como de costume

Carlos Rottemberg, empresário de teatro, comentou: “Foi uma paixão desde a infância. Na tenra idade, levaram-me ao cinema, e eu estava mais interessado em saber por que os meninos escolhiam ver um filme do que ver o filme em si. Esse foi o começo de uma vocação.” Francisco Hails, produtor executivo, afirmou: “fui um dramaturgo a vida toda”. O bailarino Fernando Castro começa sua história contando quando, no liceu, preparava coreografias com os colegas para as festas da primavera, que eram um sucesso.

Enquanto uma coisa acontece e se sobrepõe à outra, a atividade aparece como uma vocação, aquela que está sempre sendo alcançada.⁶ Tornando-se ou sempre tendo sido, os narradores encontram em

que são revitalizadas e deslocadas em cada *performance*. Schechner (2012, p. 224) afirmou: “O imaginário produz o verdadeiro.” Palmer e Jankowiak, do campo da antropologia da *performance*, propuseram que as imagens são projetadas por meio de *performances*: “Assim, performances podem tecer teias complexas de interação e experiência, todas mediadas por imagens.” (PALMER; JANKOWIAK, 1996, p. 226).

⁶Entre as figuras envolvidas nas TTs, era mais comum que se praticassem certas atividades desde a infância, quando o que se fazia era considerado “artístico”. Em seus relatos, os personagens lutaram para que sua atividade fosse considerada valiosa ou artística, embora nem todos tivessem

suas vidas uma causa primeira, que é também sua realização. Diante da necessidade de tornar inteligíveis nossas jornadas de vida, Pierre Bourdieu (1997) afirmou, em seu trabalho sobre a ilusão biográfica, que contamos histórias reconstruídas em histórias totalizadoras e unificadoras nas quais a vida “se desenvolve segundo uma ordem cronológica que é também uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, começo, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até o fim, que é também um fim, uma realização” (p. 75). Essa operação unificadora é posta em xeque pelas múltiplas versões do outro e de si mesmo que se chocam, complementam-se e se alteram.

Quando as vocações surgem como herança familiar, verificamos um conjunto de forças anteriores capazes de “impulsionar” os artistas a se tornarem artistas. Às vezes, o responsável pela vocação era um personagem. Celeste Roth, produtora, comentou: “meu tio é o produtor do Marcelo há 22 anos e ele me convidou para aquela festa e o bom Tato apresentou um ato que sei lá, e eu fiquei brava e o ofendi, sei lá... mas no outro dia ele me ligou e disse que queria trabalhar comigo por causa do meu caráter, por causa do meu temperamento...”.

Os personagens mesclavam a ideia de que o trabalho “foi dado a eles” por familiaridade ou caráter com a convicção de que havia paixão e sacrifício pela atividade que exerciam. Ezequiel Corbo, produtor de teatro, costumava dizer: “Se você não trabalha na produção com paixão, dedique-se a outra coisa. Você tem que colocar muito amor nisso.” Lourdes Sánchez, bailarina, afirmou que “vem remando em doce de leite”, expressão coloquial que se refere a exercer demasiado esforço. As vocações se confirmaram através do amor e sacrifício demonstrados

interesse em participar dessa disputa. Victor Colino, que trabalhou nas temporadas como ator e cenógrafo, afirmou: “É uma realidade meio louca e meio estranha. Se você me perguntar sobre a questão financeira, então, ao bem dizer, fiz minha estreia aos 40 anos, mas... antes disso, desde os 15 anos eu já trabalhava com isso de um jeito diferente. Eu trabalhei muito com turismo, nós fazíamos humor, claro que era em outros lugares e de maneiras distintas, e, por exemplo, um esporte que eu pratiquei a vida toda, joguei boliche por muitos anos, fui mestre de cerimônias muitas vezes. Ou seja, carrego essa coisa de palhaço comigo, no bom sentido da palavra, desde a infância, suponho.”

nas inúmeras adversidades vencidas na luta para chegar ao objetivo almejado.

O “como de costume” estendia a atuação no tempo, permitia escapar da mesma linha de acontecimentos (favoráveis e adversos) que esboçava, deixando transparecer um presente que existia a distâncias perpétuas.

Vestida de instantes

Nas narrativas, vemos momentos de inflexão, irrupções que mudaram o rumo das coisas, momentos de revelação. Soledad Lombardo estava ligada ao teatro desde criança através da mãe artista, e já se via “impelida a isso”, embora não soubesse do que “isso” se tratava... Até que encontrou a luz:

Depois de lutar muito para trabalhar naquele teatro onde vi a primeira peça que me surpreendeu [...], entrei no coliseu como funcionária de escritório. Mas o que eu queria fazer, que era atuar, estar no palco, não me permitiram, pois eu era mulher [...], à tarde eu fugia para o palco e, logo no primeiro dia, de repente, uma luz se acendeu, algo que eu não sabia o que era, só que era um céu azul. Eu fiquei vislumbrada e disse ‘uau’.

Alejandro Lavallén, coreógrafo, comentou: “Vi um musical e gostei, me deu um estalo.” A história se vestia com “de repente”, que combinados com “como de costume”, manifestaram-se como um despertar que mudou o rumo dos acontecimentos. As irrupções, que podiam romper a imaginação linear do tempo ou reafirmá-la, perturbavam o ritmo e a continuidade regular do tempo.

Vestida de amistosas casualidades

Essas jornadas de vida também emergiam na forma de “coincidências” que, sem a força dos instantes, mudavam o rumo dos acontecimentos. Chana, produtora executiva, comentou: “não sou daquelas que planeja, não sabia que ia fazer isso, mas estou fazendo”. Assim

como a presença de pais e mães era algo importante para explicar, nas biografias, a arte como algo dado, muitas vezes as coincidências estavam ligadas ao convite de um amigo que marcara o curso de suas vidas. Cesar Ojeda, assistente de operador de câmera, costumava dizer: “Abandonei o Ensino Fundamental e depois trabalhei com carpintaria, então um amigo iluminador me colocou no teatro.” Juancho, produtor, comentou: “sou amigo de Miguel Del Sel, estava trabalhando em um pub e ele me disse... venha comigo trabalhar no teatro”.

A história entrou em cena vestida de acontecimentos fortuitos, *performances* imprevistas ligadas a derivas biográficas. As coincidências também surgiram como um ato mágico que, por semelhança, permitiram que eles aparecessem no palco. Em dado verão, a atriz Liliana Calabro publicou em suas redes sociais que, em um passeio pelas ruas de VCP, ao tentar defender seu cachorro de outro cachorro, ele a mordeu. Um comentarista postou: “a mesma coisa aconteceu comigo, ao mesmo tempo”.

Vestindo “projetos” ou “veremos”

O “final” da temporada representava uma oportunidade para se destacar. Encerrar as atividades com alegria, novos projetos e promessas de retorno, obtendo saldos positivos, eram as formas de encenar o sucesso. Nas TTs, atuava-se com a crença de que os finais tinham de ser explosivos. A cada noite, as apresentações eram encerradas com uma cena final de despedida “para cima”.

Dizer adeus a cada verão tendo novos projetos era uma forma de ganhar estima. As “estrelas” expunham projetos de trabalho e estudos para o ano que acabava de começar e anunciavam propostas para a próxima temporada. Ao se despedir, o ator Pedro Alfonso comentou que daria sequência à turnê “CasaFantasma”, que iria a La Rioja gravar o filme *Parceiro Acidental* e que analisava a possibilidade continuar no programa de televisão “Showmatch”. Mas esse depois nem sempre aparecia em cena. Nas perguntas de uma entrevista que realizamos com o ator e cenógrafo Victor Colino, propus números temporários.

Além dos “pontos de partida”, também perguntei sobre os “projetos futuros”. Victor respondeu:

Olha, primeiro precisamos esperar a temporada acabar, depois veremos. Essa é a verdade. Honestamente, essa é a história. Se eu te dissesse outra coisa, estaria mentindo. [...] todas as energias são depositadas aqui, e toda a vontade, e o resto, sobre o futuro, não tenho certeza sobre o futuro.

As histórias se vestiam no futuro com *performances* que retratavam projetos e, às vezes, subiam ao palco com todas as energias do presente, deixando o tempo vindouro nos bastidores.

Vestida de invenção, novidade e trajetória

O ator Mario contou que “trazer o trio kareta para a rua foi algo novo, então todos começaram a fazer a mesma coisa. Você vê isso na rua porque nós fizemos isso”. O jornalista Clever Abreu comentou sobre fazer rádio em VCP: “Fui o primeiro.” A atriz Moria Casán se declarou “a primeira mulher do mundo a fazer o papel de uma transexual. Eu sou a única mulher no mundo das 10 encenações que fez essa peça”, ao mesmo tempo que sublinha a trajetória do espetáculo em que atuou: “Se você não assistir à peça aqui, pode assisti-la em Sydney, Londres ou na Broadway. É o trabalho mais premiado do mundo. Se a qualidade não for respeitada, eles não deixam você fazer.” (CADENA3, 14 jan. 2015).

Os contadores de histórias tentaram mostrar o que nunca havia sido visto antes. Empresários e artistas entenderam que o público exige novidade permanente. O produtor Alberto Ponce disse: “as pessoas precisam de mudança, elas querem mudança, elas querem coisas novas”. Os personagens buscavam reconhecimento por sua criação inovadora, por sua experiência ou pela qualidade internacional do espetáculo. Esses critérios pelos quais eles devem ser avaliados se sobrepõem.

Vestida de começos

A história das TTs em VCP vestiu-se de começos e décadas, de surgimento (1960-1970), de esplendor (1980), de quedas (1990) e de renascimentos (2000), embalada por um crescimento contínuo rumo a algo cada vez “maior”.

Os revividos e disputados “começos” das TTs situam-se entre os anos de 1960 e 1970. O jornalista Luis Delgado publicou um livro para comemorar os cinquenta anos do teatro em “La Villa”. Ele escreveu:

Nesta investigação jornalística... coisas maravilhosas foram descobertas... como, por exemplo, ‘que estamos comemorando 50 anos do nascimento do espetáculo em nossa cidade’, algo que certamente vai gerar... grande polêmica nacional... que ‘talvez hoje sejamos a única cidade pequena do mundo... em que, em uma temporada recorde (2 meses), foram vendidos mais de 340.000 ingressos de teatro’... Será o *boom* do Teatro? (DELGADO, 2011, p. 6).

No livro, Delgado relata como surgiu a ideia de fazer uma publicação sobre a história do teatro em VCP. Ele conta que, dada noite, quando foi ao boliche Keops para fazer uma cobertura jornalística de rotina, viu-se surpreso porque o dono do boliche (que também possui dois teatros, o Teatro Zorba e o Luxor) lhe prestou uma homenagem pelos seus vinte anos de trabalho na “villa”. Foi então que lhe ocorreu registrar tudo isso. Delgado comenta que “então ele trouxe um bolo e eu soprei... e soprei várias vezes... a vela... com as minhas melhores lembranças... eu até me perguntava se... eu saberia contar parte dessa história amanhã, de contar tudo o que senti ali onde há tanto encanto...” (DELGADO, 2011, p. 7). Devido a esse bolo e várias velas, surgiu um livro e o início da história. A história iniciada veste-se de crescimento com etapas e marcos.

Vestir-se de décadas e reinados

Após os começos, a década de 1980 assistiu ao *boom* da atividade teatral. As figuras que estavam em cartaz recordam momentos

emblemáticos. Depois da década de 1990, em que espectadores e espetáculos, assim como a presença de “figuras ilustres”, diminuíram, os entrevistados verificaram um crescimento ininterrupto na primeira década do novo século, que se seguiu até o melhor momento: o presente, quando a história é contada.

Além das décadas de altos e baixos, a história vestiu-se de reinados. Essa imaginação monárquica revelara como artistas ligados a determinados empresários lideraram as bilheterias por aproximadamente cinco anos, quando foram destronados por outra novidade. Guinzburg e Comba reinaram no início da primeira década do novo século até serem substituídos por Florencia de la V. A rainha teria sido destronada por Flavio Mendoza, com seu espetáculo “Stravaganza”, que liderou as bilheterias nas temporadas de “um rei e poucos príncipes”. Por volta de 2016, Pedro Alfonso passou a ser considerado o novo “rei das temporadas”, por ser o “favorito” do público.

Com ciclos traçados em décadas e reinados definidos por marcos, a história das TTs esteve ligada a uma oferta permanente de “entretenimento” “para toda a família”, com “meninas”, “plumas” e “humor”.

Vestida de marcos

A peça “Stravaganzza”, estreada na temporada de 2012, assim como o local onde foi apresentada, o teatro Luxor, representa um marco, um antes e um depois desse “ponto de referência do teatro”. Segundo publicações em jornais de grande circulação:

Tanto a Stravaganza quanto as dimensões do teatro Luxor representam um marco na história de Carlos Paz. A sala, com capacidade para 1.200 pessoas, conta com camarins com detalhes técnicos, piscina climatizada e palco hidráulico que se eleva no ar. A obra de Flavio Mendoza, por sua vez, compreende um mega espetáculo de acrobacias, coreografias, natação e habilidades típicas de um espetáculo internacional nunca antes visto em Carlos Paz ou no Mar del Plata. Um parágrafo à parte para Diego Reinhold, que, em uma obra como essa, muda a forma de fazer humor através de um espetáculo que

foge da capocômica tradicional. Um antes e um depois. Um corte e uma quebrada⁷. (LA VOZ DEL INTERIOR, 3 jan. 2012).

O ator e produtor Daniel Grana definiu a obra “Stravaganzza” como referência na arte: “é um sucesso extraordinário e merecido, e tem gente que apostou nisso, que construiu um teatro pra isso, e a gente fica, nossa, esse é o caminho”. Hugo Delgado acreditava que era possível vislumbrar o futuro nessa obra: “todas as pessoas comentam depois de ver o que eu concebi, um teatro com piscina, o maior da província, depois de ver um espetáculo tipo Las Vegas. Creio que tudo isso é importante para avaliarmos o que essa cidade foi, o que é e o que pode se tornar”.

Antes desse “fenômeno”, outros marcos foram relatados, outras obras e teatros que mudaram para sempre a forma de fazer teatro em VCP.

Vestido com crescimento

A cidade e as temporadas, com seus personagens e espetáculos, cresceram juntas. Calcado na quantidade e concentração de pessoas, prédios e luzes, níveis de investimento e oferta de empregos, estilos ou categorias, impulsionado por forças governamentais, empresários, vizinhos e por produtores agrícolas, o crescimento reapareceu dotado de um brilho cujo resplendor invadia as fissuras e heterogeneidades que o próprio imprimia.

Ana María Alfaro, que conta com mais de três décadas na rádio de verão, afirmou: “Por isso me apaixonei por essa Carlos Paz que traz cada vez mais artistas. Os teatros e os shows melhoram a cada dia, até chegar ao agora, que é o ápice.” Cristina Caro, assistente de figurino, comentou que há muitos anos não via VCP assim: “Ela é linda, ainda estou alucinando porque não achava que ela tivesse crescido tanto, que fosse tão bonita, é linda.” O secretário de Turismo, Oscar Antonio,

⁷ N.T.: “Quebrada” é um dos movimentos clássicos do tango. “Abraçar”, “andar”, “cortar” e “quebrar” constituem as características básicas da coreografia dessa dança. Na linguagem do tango, a quebrada é um adorno coreográfico para ressaltar e embelezar a dança.

ressaltou que há muito tempo a cidade não recebia esse “volume de visitantes”.

Ainda que o melhor momento costumasse ser o presente, os personagens teceram a história alocando pontos importantes na tessitura. Às vezes, “o melhor momento” fora quando eles apareceram como protagonistas sob os dosséis dos teatros. A atriz e dançarina Adriana Aguirre lembra a época de ouro: “Eu estava aqui entre os anos 80 e 90, foi brilhante, foi realmente a época de ouro de Carlos Paz e do país.” As histórias nostálgicas em que os personagens narravam o que queriam ter sido contrastavam com a alegria de quem narrava o que queria ser, os participantes do “melhor momento” do presente da história.

As TTs apresentaram, mesmo em meio a interrupções e tensões, um crescimento exponencial, escalando para produções maiores, até atingir seu ápice atual. A história “avançou” devido ao impulso de certos acontecimentos e de como as coisas se encaixaram. A história também se expandiu. Em um mundo onde as pequenas coisas pareciam incapazes de ser belas (TAUSSIG, 2014), VCP era uma cidade cada vez “maior” e em constante “crescimento”.

As palavras que incendiavam a história traçavam sua bela exuberância pelos céus, esbanjando-se em meio aos fogos de artifício que deslumbravam os espectadores em todos os verões. Narradas por personagens (de “curvas deslumbrantes” ou “bojos salientes”) que se vestiam de “personagens” nas próprias narrativas, essas histórias se desenrolavam envoltas pelo halo deslumbrante do crescimento perpétuo. Para acompanhar esse crescimento, era preciso consumir mais teatro, mais festas e cair na gargalhada.

Sem vestes não há teatro, sem vestuário não há história

Certa noite, durante uma entrevista, Alejandro Lavallén comentou: “depois perdi o emprego de novo, voltei a trabalhar como garçom, mas só por um mês, porque comecei a trabalhar na La Movida del Verano, dançando. Depois você corta o que não não servir muito”.

O entrevistado pediu para cortar aqueles fragmentos biográficos que não tinham valor no mercado. Os personagens, ao narrarem suas vidas, atuam na produção da própria estima, conscientes do caráter performativo da história. Jogando com memórias e esquecimentos, com narrativas repletas de irrupções e densidade, os personagens e as histórias encontravam vestes com as quais se apresentar.

Hugo Delgado (2011) realizou uma entrevista com Clever, incluída em seu livro, introduzindo-a com uma apresentação autoral: “Viveu momentos únicos na Vila, mas nunca foi reconhecido por seus pares nem pelos governos que se seguiram... acredite, eu entendo, porque desde quando cheguei, em 1990, até hoje... nunca vi meu nome refletido em lugar nenhum...” (p. 71).

O relato era uma forma de atuar contra o processo de esquecimento e desaparecimento. Era vestir-se que permita visibilidade no palco. Entre os pontos turísticos de VCP, existe, desde 1958, o Relógio Cuco, um relógio gigante contendo um pássaro de madeira que saía de hora em hora para cantar. Em 2012, o relógio foi roubado e encontrado na rua. O Cuco sofreu uma “readequação sexual” depois de ser reparado pelo escultor Enrique López, que o pintou nas cores da ave fêmea, modificou a forma da cabeça e retocou as pernas para dar-lhes uma forma melhor, em homenagem às mulheres. A imprensa local destacou que, quase sem perceber, o pássaro se tornara um símbolo do novo objetivo de “la Villa”, que visava agregar o turismo gay. Vicky Xipolitakis, dançarina, disse estar “feliz” porque as autoridades da cidade iriam nomear o tradicional Cuco de “Victoria” em homenagem a ela: “*El Cucú* é uma *cucuza*, ela é uma mulher. Conversamos com pessoas do município e, em minha homenagem, pela minha trajetória, vão chamá-la de Victoria” (INFOBAE, 11 jan. 2015). O município negou que esse ato fosse realizado.

Os personagens, cientes do caráter performativo da história que narravam, brincavam para aparecer nela enquanto a colocavam em cena através de vestimentas especiais. O importante era conquistar um lugar de estima e não cair no esquecimento.

POÉTICAS DO TEMPO – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para encerrar, gostaria de levantar algumas questões sobre o poder de pensar a estética das histórias ou as poéticas do tempo. Antropólogos interessados no estudo da estética demonstram como as formas tornam-se o que são. Myene Mizrahi (2014), em seu trabalho sobre estética funk no Rio de Janeiro, redefiniu a estética como o universo das formas, recuperou a ligação entre aparência e função e mostrou como ficções são recriadas na produção de formas musicais e corporais que conectam e renovam as relações sociais.

Aqui tentei mostrar as roupagens das histórias encenadas e as experiências temporárias que elas geram no palco. As histórias pessoais e da cidade às vezes compartilhavam figurinos com ficções que incorporam experiências transitórias. Todavia, a história não foi o único personagem que os tempos teceram.

Nas apresentações das TTs, era possível encenar uma estação: o verão. Juntamente com o aumento das temperaturas e as definições do calendário solar oficial, a abertura dos divertidos teatros de verão ligados às férias e ao turismo, o tumulto consumista, as meninas e as brigas, tornavam o verão efervescente.

Ao mesmo tempo que as apresentações de aquecimento tornavam a temporada especial, a cena teatral se fazia na noite. Quando os teatros abriram, as luzes eram acesas, os espectadores chegavam depois de passeios e jantares, banhados e perfumados, para ver os artistas, então a noite começava.

O ritmo acelerado com que as peças eram montadas era repetido nos palcos onde os espetáculos estavam lotados. As intervenções eram proclamadas em grande velocidade, as coreografias incluíam movimentos rápidos e ininterruptos, combinados a uma entrada e saída céleres dos personagens em cena. A “corrida” foi incorporada aos personagens. Cristina Caro costumava dizer: “é um ritmo que é assim mesmo, e aí você se acostuma a ir a mil na vida, você via tudo feito a mil, fazendo tudo rápido, tudo rápido porque você não conseguia se desconectar”.

Paralelo às *performances* que aqueciam todas as noites do verão, o tempo esboçado em décadas e reinados corria em direção a algo cada vez “maior”. Os contínuos e rotineiros rumores de verão, seus fulgores, preparados e encenados, deslumbravam os espectadores que voltavam para consumi-los a cada verão.

Estudar estética ou poesia é estudar formas e, neste texto, reinvento as vestes das histórias. Espero que as histórias que contei sobre as histórias que a mim contaram, o passeio pelos camarins da história, tenham cativado vocês. Renovo meu amor e minha defesa pelo encantamento que as histórias produzem e celebro a possibilidade de reescrevê-las todos os dias à brisa, dotada da firme vontade de reconhecer nosso próximo e a beleza das pequenas coisas. Contar uma história é beijar os lábios do tempo, que pode correr, parar, explodir, mudar, perder-se, ser necessário ou brilhar. Os tempos têm vestes e figuram nas histórias encenadas que os revivem. E se detém para passar perfume.

Há vestimentas que nos escapam ou que esquecemos, como as viagens coloniais de comédias recicladas ou os tempos de um gliptodonte. Na terça-feira, 26 de fevereiro de 2013, fui ao Parque Estância La Quinta, onde ficava o escritório do Diretor de Cultura da cidade, para entrevistá-lo. Quando cheguei, a secretária afirmou que ele estava em uma reunião. Enquanto esperava, visitei o museu. Carla, a guia de turismo do museu, mostrou-me um gliptodonte. Em 2005, Giménez queria construir uma piscina para se refrescar em sua casa no bairro Playas de Oro, em VCP, e quando começaram a cavar encontraram um gliptodonte de 40 mil anos.

REFERÊNCIAS

AGABMEN, G. **Infancia e historia**: destrucción de la experiencia y origen de la historia. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora, 2001.

BOURDIEU, P. **Razones prácticas sobre la teoría de la acción**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1997.

CANAU, J. **Antropología de la memoria**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2002.

CLIFFORD, J. **Dilemas de la cultura**: Antropología, Literatura y Arte en la perspectiva moderna. Barcelona: Gedisa, 2001.

DAWSEY, J. Descrição tensa (Tension-Thick Description): Geertz, Benjamin e Performance. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 291-320, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2013.82470>. Acesso: 26 set. 2020.

DELGADO, H. **El boom del Teatro**. Villa Carlos Paz: Bauhaus, 2011.

FOUCAULT, M. **Nietzsche, la genealogía, la Historia**. Valencia: Pre-Textos, 1988.

GARRIDO, J. **Sueños de Pluma**: una etnografía en las temporadas teatrales de verano en Villa Carlos Paz, 2011-2017. 338 f. Tesis (Doctorado en Ciencias Antropológicas) –Facultad de Filosofía y Humanidades, Universidad Nacional de Córdoba, Córdoba, 2018.

GEERTZ, C. **La interpretación de las culturas**. Barcelona: Gedisa, 2003.

GLUCKMAN, M. The utility of the equilibrium in the study of social change. **American Anthropologist**, v. 70, n. 2, p. 219-237, 1968. Disponível em: www.jstor.org/stable/671113. Acesso em: 26 set. 2020.

LEACH, E. **Sistemas políticos de la Alta Birmania**. Barcelona: Anagrama, 1976.

MIZRAHI, M. **A estética funk carioca**: criação e conectividade em Mr. Catra. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

PALMER, G.; JANKOWIAK, W. Performance and imagination: Toward an Anthropology of the spectacular and the mundane. **Cultural Anthropology**, v. 11, n. 2, 1996, p. 225-258, 1996. Disponível em: www.jstor.org/stable/656449. Acesso em: 26 set. 2020.

PITT-RIVERS, J. **Un pueblo de la Sierra**: Grazalema. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

ROACH, J. Cultura y performance en el mundo circunatlántico. *In*: TAYLOR, D.; FUENTES, M. (ed.). **Estudios avanzados de performance**. México: Fondo Económico de Cultura, 2011. p. 188-213.

SCHECHNER, R. **Performance**: teoría & prácticas interculturales. Buenos Aires: Libros del Rojas, Universidad de Buenos Aires, 2000.

SCHECHNER, R. **Estudios de la representación**: una introducción. México: Fondo de la Cultura Económica, 2012.

SERRANO, R. **Lo que no se dice**: una teoría de la actuación. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Atuel, 2015.

TAUSSIG, M. **La bella y la bestia**: una relación aún por entender. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

TAYLOR, D. Introducción. Performance. Teoría y práctica. *In*: TAYLOR, D.; FUENTES, M. (ed.). **Estudios avanzados de performance**. México: Fondo Económico de Cultura, 2011. p. 7-30.

ETNOBIOGRAFIA, MARGEM E CRIAÇÃO: MR. CATRA E AS CONEXÕES ENTRE BRANCOS, NEGROS E JUDEUS NO FUNK CARIOCA

Mylene Mizrahi

Este capítulo é motivado por discussões empreendidas no seminário “História Oral e Etnografias”, particularmente as que levamos adiante na mesa “Diversa Caligrafia da Etnobiografia”, organizada por Maria Cristina Dadalto e por Patricia Pavesi. Mais especificamente, escrevo motivada por duas provocações: uma delas refere-se à própria proposta do grupo de pesquisa, a saber, explorar as potencialidades da etnografia a partir de sua faceta mais “experimental” e “autoral”. A outra, como emergiu naquela manhã em Veneza e na qual me fiz presente remotamente, refere-se mais propriamente às possíveis aproximações entre a etnobiografia e a história oral, o que as aproximaria e/ou distanciaria.

Quero, assim, aproveitar a presente oportunidade para explorar a dimensão reflexiva da produção de conhecimento na Antropologia, enfatizando sua faceta criativa, ao mesmo tempo que me demoro sobre reflexões em torno da escrita etnográfica. Na verdade, deter-me-ei nem tanto sobre reflexões em torno da escrita propriamente dita, mas sobre os efeitos que a dimensão sensorial inerente ao trabalho de campo traz para a “representação da cultura”. Como nota Ingold (2016), o distintivo da Antropologia parece ser menos a etnografia e mais o fato de termos sido “educados” em campo. Dessa perspectiva, o que distingue a Antropologia não é tanto o produto descritivo que oferecemos de uma dada realidade, mas o tipo de relação que estabelecemos com nossos interlocutores em campo que, por sua vez, imprime sua

marca na maneira pela qual traduzimos essa mesma relação por meio de produtos etnográficos – escritos ou fílmicos.

É assim, junto ao enquadre fornecido pela condução de um trabalho de campo não apenas intensivo, mas também rigoroso e sistemático, bem como a partir do diálogo com a teoria antropológica, imprescindível para que possamos trazer algo de novo e sermos criativos, que defenderei que a produção de conhecimento na Antropologia depende de uma simultânea disciplina e indisciplina. Farei isso junto à etnobiografia que produzi com o cantor de funk carioca Mr. Catra, falecido em setembro de 2018. A etnobiografia resulta de um trabalho de campo que durou 18 meses e foi complementado por posteriores incursões ao campo (MIZRAHI, 2014).

Etnografia, etnobiografia, individualidade

O funk carioca nasceu no Rio de Janeiro em fins dos anos 1980, em festas de música *soul* (VIANNA, 1988). Posteriormente, espalhou-se pelo país, originando diferentes subgêneros, derivados de apropriações criativas dos norte-americanos *Miami bass* e *hip hop*, bem como das festas de rua caribenhas, conhecidas como *sound system*. Mr. Catra – cantor de funk carioca muito bem-sucedido no circuito nacional de festas pop e populares – esteve presente desde sempre na cena funk e acompanhou muitos de seus desdobramentos. Ele tornou-se inicialmente conhecido como ícone do proibidão – um subgênero que elabora, de modo hiper-realista, sobre as relações entre a favela e o mundo oficial – e, mais adiante, como rei da putaria – subgênero que versa sobre as relações de gênero, amorosas e eróticas.

Proponho que a etnografia resulta de um processo de pesquisa que envolve uma dimensão sensorial fundamental. Em outros termos, demanda que estejamos com os canais abertos, com nossos sentidos ativados e receptivos a eventos que nem imaginamos que ocorrerão ou que virão ao encontro de nossas perguntas. Como nota Christina Toren (2021), a propósito dos limites que a entrevista apresenta para a pesquisa antropológica e da defesa do rendimento da observação

participante, se não sabemos tudo o que perguntaremos a nossos interlocutores em campo, é menos por lacunas em nossos projetos de pesquisa e mais por, efetivamente, desconhecermos o campo em que adentraremos. Não é possível, assim, mais do que ignorar o que ele nos apresentará ou de que modo ele pode, ou não, vir ao encontro de nossos problemas de pesquisa.

Tomo, assim, como ponto central para meu argumento a noção de *mimesis* formulada por Michael Taussig (1993) e, mais especificamente, a transposição corpórea para a alteridade que a acompanha, para trazer para o primeiro plano a dimensão reflexiva da produção de conhecimento na Antropologia. Tal dimensão foi mais notadamente explorada a partir da problematização das hierarquias de poder que envolvem as relações pesquisador-pesquisado a guiar o trabalho de campo, como problematizado pelos antropólogos pós-modernistas (CLIFFORD; MARCUS, 2016). Se chamarei a atenção para o processo intersubjetivo que resulta em uma escrita que deve ser considerada como feita a quatro mãos, levarei adiante o objetivo de examinar esse aspecto não tanto por meio do “dar voz”, para me referir, mais uma vez, ao projeto pós-modernista. Tampouco se trata de ocupar o lugar de enunciação de meu interlocutor privilegiado ou de impedir que ele ocupe esse lugar ou ainda que eu fale por ele. Por meio de um projeto comum a mim e a ele, deixei, outrossim, que Mr. Catra falasse através de mim, que é, de fato, o que ele parecia querer fazer. Deixei, assim, que ele me usasse para amplificar sua fala, levar mais longe sua fama, como os nativos da Ilha de Gawa (MUNN, 1986). Conduziu sua vida assim, como um indivíduo (WAGNER, 1991; STRATHERN, 1988; GELL, 1998) e se fazendo *um* através de muitos (MIZRAHI, 2018a).

Ao tomar Mr. Catra como ponto de entrada privilegiado para minhas elaborações, deter-me-ei, de fato, em seus aspectos idiossincráticos, muito mais do que em uma possível exemplaridade sua. Se consideramos que as evoluções do funk permitem acessar as transformações no Brasil, poderíamos acompanhar Mr. Catra para entender um pouco mais sobre a dinâmica sociocultural carioca ou os diferentes

projetos de nação que uma identidade brasileira encerra. Porém, não é sobre o Brasil ou o Rio de Janeiro que quero falar aqui – ou não é somente sobre eles. Ao tomar o indivíduo como entrada privilegiada para minhas elaborações, farei isso a partir de sua singularidade e de sua individualidade – nos termos de Edward Sapir e também de Nigel Rapport –, para, com elas, adentrar a “cultura”, brasileira e/ou carioca.

Sapir (2012 [1949]), em seu ensaio sobre a “cultura autêntica”, toma a individualidade como um “sopro de ar fresco para a cultura”. A individualidade, suas invenções e criações revigoram a cultura. Cultura autêntica não é, assim, aquela que se mantém incólume ao sabor do tempo, mas aquela que abre espaço para que as individualidades a alterem criativamente. Contudo, a criatividade não é *ex nihilo*, não deriva da genialidade individual, ou do gênio artístico, mas resulta de elaboração sobre o tecido cultural e sobre um conjunto de signos herdados. Ao alterar criativamente a cultura, a individualidade assegura a sua condição de autêntica (SAPIR, 2012 [1949]).

O argumento de Sapir foi forjado em inícios do século XX e ressoa com o de Rapport (1997), de fins do mesmo século. De sua perspectiva, o indivíduo criativo é conceitualizado como “indivíduo transcendente” (*transcendent individual*), que não deve ser confundido com o indivíduo transcendental. Este busca transcender as “amarras da sociedade”. Já aquele “escreve a si e, no processo, reescreve o seu entorno sociocultural” (RAPPORT, 1997, p. 3).

Tal modo de proceder à conceituação do ser individual em sociedade permite uma aproximação à noção de etnobiografia refinada por Marco Antonio Gonçalves (2012). De um lado, essa noção permite-me recolocar os termos para abordar a reflexividade própria à intersubjetividade que preside o encontro entre pesquisador e pesquisado e, de outro lado, explicita o que pretendo quando afirmo que tomo o indivíduo como entrada privilegiada para meu projeto de uma etnografia da estética funk carioca.

Não se trata de considerarmos o indivíduo como um “epifenômeno do social”, e sim de tomarmos nosso informante privilegiado como “pessoa-personagem”, de modo a produzir uma associação entre pesquisador e pesquisado. Essa concepção também permitirá ficcionalizá-lo, de maneira que os limites entre o que é pessoa e o que é personagem sejam borrados e o etnógrafo, o antropólogo, esteja em posição simétrica ao nativo. Desse modo, o projeto de um torna-se o projeto do outro. Dito de outra forma, se a etnógrafa inventa o seu personagem, ela o faz nos termos que são dados, norteados, pelo próprio nativo.

Podemos, assim, afirmar que, se o paradigma malinowskiano da etnografia levou os antropólogos pós-modernistas a inverterem as relações de poder entre pesquisador e pesquisado, com a noção de etnobiografia o problema da autoridade do conhecimento desaparece. Se a etnobiografia, seja ela fílmica ou textual, é produto do encontro entre a etnógrafa e a pessoa-personagem, não faz mais sentido “procurar discernir quem é o produtor do conhecimento na antropologia” (GONÇALVES, 2012, p. 29). As falas dos atores, que são personagens e pessoas ao mesmo tempo, “são de personagens construídas ou oriundas da vontade individual ou de ambas” (GONÇALVES, 2012, p. 31) – vontade do personagem e da etnógrafa, já que fala também através de seus interlocutores em campo.

Encontramo-nos, então, no projeto comum que consistiu no desvendar da “hipocrisia da sociedade” ou no desvelar da “sociedade escrota”, como Mr. Catra formulou. Pode-se dizer que, se Mr. Catra abraçou o meu projeto de investigação, que o tornou nódulo fundamental da rede de relações que constituiu o meu campo de investigações, ele, como artista, argolou-me ao seu projeto e, em um certo sentido, fez-se ele mesmo meu “objeto” de investigação. Como na rede de Vogel, descrita por Gell (1996), Catra, com sua destreza de artista, produziu uma armadilha que, índice de intencionalidades complexas, capturou a antropóloga. Porém, se esse projeto – o de desvelar a “sociedade escrota” – esteve na base de um entendimento tácito do que nos moveria em campo, é no processo de escrita que tomo ciência dessa associação. Esse

tomar ciência é, assim, o resultado do “efeito etnográfico” produzido pela escrita, como Marilyn Strathern (2014) formulou.

Margem e reflexividade

Neste capítulo, levo adiante a discussão que fiz em outra ocasião, junto à noção de margem (MIZRAHI, 2018b), para enfatizar a dimensão reflexiva do trabalho de campo, refletindo sobre esse processo e buscando evidenciar sua potência criativa para o fazer etnográfico. Essa reflexividade, como a exploro, funda-se não somente na relação pesquisador-pesquisado, mas também em certos aspectos comuns à trajetória de Mr. Catra e à minha. Catra e eu tínhamos idades próximas, sendo possível dizer que pertencíamos a uma mesma geração. De certo modo, pode-se dizer também que vivíamos em mundos contíguos, pois fomos ambos criados em ambientes típicos das camadas médias cariocas. Contudo, é mais propriamente ao trazer à tona as simetrizações possíveis entre uma subjetivação negra e outra judia que podemos acessar a qualidade reflexiva inerente à produção de conhecimento que resultou da relação estabelecida entre nós, a qualidade reflexiva da nossa relação pesquisador-pesquisado.

Estou querendo dizer que há algo nessa condição judaica que é produtivo tanto para Catra quanto para mim. Para mim, é produtivo na medida em que, ainda que gozando dos privilégios da branquitude – afinal sou uma mulher, acadêmica, de classe média alta e de aparência branca –, é como judia que não me reconheço nas estruturas que forjaram a sociedade brasileira, assim como Catra também não se reconheceu. Em certo sentido, acompanhei Catra para, com ele, assumir esse ponto de vista proporcionado por um ocupar da margem e, partindo daí, para apostar na potência das simetrizações entre negros e judeus – simetrizações que Catra pensa por meio dos diferentes regimes de visibilidade e invisibilidade que os esquemas corporais negros e judeus tensionam e que eu abordo junto à noção de margem e do entrelugar ocupado por negros e judeus.

Vejamos um pouco mais do projeto de Catra e com o qual ele me argolou – projeto este que, nos termos do artista, visa desnudar “a hipocrisia da sociedade católica” ou expor “a sociedade escrota”. Mr. Catra, casado por cerca de vinte anos com Silvia, era conhecido pelas relações simultâneas estabelecidas com outras mulheres. Recorria, muitas vezes, a essas frases para se referir à incompatibilidade de uma moral católica fundada no amor conjugal monogâmico e heterossexual com o modo concreto com que as relações amorosas se desenrolam na vida real. Essa “sociedade hipócrita” era também reificada por uma sociedade que fechava os olhos para os seus males. Hoje sabemos que, como tem ficado cada vez mais evidente, o Brasil conforma uma sociedade racista que nega o seu racismo – além de ser misógina e negar sua cultura do estupro, ser homofóbica e fechar os olhos para os índices de assassinato de pessoas trans, entre outras clivagens. O racismo no Brasil vem mostrando, nas últimas décadas, transformações importantes em seu funcionamento e já operou majoritariamente por meio de discursos silenciosos. Venho acompanhando esses discursos por meio da forma e da aparência, portanto menos por meio de discursos orais explícitos e mais por meio dos sentidos e da estética, como explorei, entre outros, em Mizrahi (2007, 2012, 2015, 2019).

No que diz respeito a Mr. Catra, esse racismo à brasileira era trazido à tona não por meio de um discurso da denúncia, e sim por meio do deboche e do riso, abordando, também de maneira não explícita, esse modo indireto, mas nem por isso menos perverso, de o racismo operar no Brasil. Era com ironia que Mr. Catra colocava a problemática em cena, em meio às suas *performances* profissionais, mais notadamente por meio da execução de paródias musicais que subvertiam e erotizavam canções exemplares da MPB, a música ícone da alta cultura nacional. Assim, relacionava mundos antagônicos, como quando interrompia seus concertos e avisava, em tom grave, a suas audiências: “Chegou a hora da cultura!” Informava ainda que não cantaria mais funk, e sim Toquinho e Vinícius de Moraes, Renato Russo, Capital Inicial.

Tarde em Itapuã

Toquinho

Um velho calção de banho
O dia pra vadiar
Um mar que não tem tamanho
E um arco-íris no ar

Depois na Praça Caymmi
Sentir preguiça no corpo
E numa esteira de vime
Beber uma água de coco

É bom...

Passar uma tarde em Itapuã
Ao sol que arde em Itapuã
Ouvindo o mar de Itapuã
Falar de amor em Itapuã

Enquanto o mar inaugura
Um verde novinho em folha
Argumentar com doçura
Com uma cachaça de rolha

E com o olhar esquecido
No encontro de céu e mar
Bem devagar ir sentindo
A terra toda a rodar

É bom...

Passar uma tarde em Itapuã
Ao sol que arde em Itapuã
Ouvindo o mar de Itapuã
Falar de amor em Itapuã

Depois sentir o arrepio
Do vento que a noite traz
E o diz-que-diz-que macio
Que brota dos coqueirais

E nos espaços serenos
Sem ontem nem amanhã
Dormir nos braços morenos
Da lua de Itapuã

É bom...

Passar uma tarde em Itapuã
Ao sol que arde em Itapuã
Ouvindo o mar de Itapuã
Falar de amor em Itapuã

Uma mamada de manhã

Mr. Catra

Tirou meu calção de banho
Fez biquinho pra mamar
Meu pau ficou des'tamanho
Não dava pra acreditar

E a gata mamava sorrindo, que lindo
E eu pedi mais um pouco
E o bagulho explodindo
É uma coisa de louco

É bom...

Uma mamada de manhã
Halls com sabor de hortelã
Pra relaxar dá dois no can¹
Um natural de Amsterdã

Brancos, negros e judeus

Essas intervenções eram feitas preferencialmente em casas frequentadas pelas classes médias, e não em favelas, onde ele também realizava shows. Com essas produções, Mr. Catra subvertia a cultura hegemônica branca não apenas por meio do significado semântico das

¹ “Can” é abreviação para *Cannabis sativa*.

novas letras, mas sobretudo com os mundos que colocava em relação, mediante o deboche, a ironia e o riso – riso que provocava ao mimetizar e subverter as produções de sua própria plateia, e gargalhadas que ele mesmo dava.

Com essas paródias, Mr. Catra fazia referência também a seu próprio mundo. A relação entre brancos e negros não foi de pouca relevância para o artista, que seguiu por sua vida e por seu fazer artístico discutindo sobre essa relação, tirando partido ele mesmo de sua aparência negra para potencializar sua circulação entre brancos. Dessa perspectiva, seu pai, Edgar, figura inspiradora, era um “branco mais preto que muito preto”, um “branco” capaz de fazer mediações como poucos saberiam, traço que seria próprio aos negros (GATES JR., 1988).

Mr. Catra era um homem negro, criado no seio de uma família de classe média carioca, cuja mãe trabalhou como empregada doméstica. Recebeu uma educação típica da classe média carioca. Estudou no prestigioso Colégio Pedro II, aprendeu inglês, tocou em saraus escolares e iniciou o curso superior de Direito. Na escola, formou seu primeiro grupo musical, de rock, fazendo pensar que, desde muito cedo, ele elegeu a música como caminho de vida. Wagner, seu nome de batismo, foi simultaneamente criado por sua mãe biológica e pelo patrão desta. Foi entre brancos que cresceu, dividindo com seus irmãos o quarto de dormir.

Ainda jovem, iniciou o trânsito entre sua casa, no Alto da Boa Vista, e a favela próxima. Nesse trânsito, passou a colaborar com a rede local de tráfico de substâncias ilícitas, inicialmente trabalhando como “matuto”, aquele que vai até o fornecedor da droga para comprá-la e trazê-la ao chefe da favela local, o qual realizará a venda ao consumidor final. Foi também nesse período que sua mãe adotou seu irmão “branco”, um menino que vivia nas “ruas do Borel” e que “não tinha nem leite para tomar”. Com o passar do tempo, Mr. Catra passa a cantar para os chefes locais, enquanto seu irmão se converteu em um deles. Mr. Catra iniciou sua carreira artística em relação estreita com a margem.

Quando o conheci, Mr. Catra passava por um processo de conversão informal ao judaísmo, conversão que se articulava ao seu desejo de fazer ver a “hipocrisia da sociedade católica”. Ao visitar Israel, e, em especial, o Muro das Lamentações, Mr. Catra se converteu, de modo informal, ao judaísmo, uma passagem que poderia ser interpretada a partir do fascínio que a religião judaica exerce sobre fiéis das religiões neopentecostais, mais ainda se considerarmos que dona Elza, sua mãe, era cristã e foi depois espírita e que o filho a seguiu em sua primeira devoção. Entretanto, a passagem de Mr. Catra de uma religião a outra mostra mais rupturas do que continuidades, como, por exemplo, a proibição repentina de que, na casa da família, fosse comemorado o Natal. Não tanto por ser uma festa pagã, como defendem algumas correntes neopentecostais, mas principalmente por comemorar o nascimento de um líder representado a partir de valores ocidentais, inclusive pela tradução de sua figura humana, loira, de traços finos e olhos claros. A conversão de Mr. Catra ao judaísmo conecta-se ao seu desejo de tornar a “hipocrisia da sociedade católica” visível.

Ao sentar-me para elaborar com Mr. Catra o porquê de o judaísmo ter lhe interessado, são mais propriamente aspectos políticos que vêm à tona. Segundo o artista, sua conversão informal à religião judaica se deu quando de sua visita a Israel, que lhe interessou por ter sido o “único país que levou o negro para dentro, mas não para escravizar”, e sim para acolhê-lo. Além disso, continua o artista, “em Israel não tem playboy”. Não existiria lá, como existe aqui, o filho da classe média que se define no mundo por meio dos privilégios que herda e aprende em casa. Junto a essas falas, possuidoras de certo tom de denúncia, e a outras sobre os “holocaustos diários que acontecem nas favelas brasileiras”, havia uma reiterada crítica aos valores e à moral predominantes no Brasil, o que ele realizava acionando expressões como “a sociedade católica”, “a sociedade escrota” ou ainda a “hipocrisia da sociedade”. A conversão de Mr. Catra aponta para o lugar ambíguo que – não tanto o judaísmo, mas o fato de ser judeu – permitiu-se ocupar, a meio termo do Oriente e do Ocidente, nem cristão/ocidental, nem muçulmano/oriental.

Catra se autointitulava um “hebreu” ou um “judeu salomônico”. A primeira nomenclatura ele justificava com o fato de não ter nascido de ventre judeu, de modo que não poderia, assim, ser considerado um. Por “judeu salomônico” ele se referia à possibilidade de aderir ao judaísmo e manter múltiplas relações amorosas com diferentes mulheres, como ele de fato fazia. Talvez mais relevante para nossos propósitos aqui, “judeu salomônico” refere-se também ao amor bíblico entre o rei Salomão e a Rainha de Sabá, ele judeu e ela negra, pensando-se como fruto das misturas entre negros e judeus. Catra apontava para a busca por um entrelugar que parece se coadunar a uma ambivalência da identidade judaica que está para além da dimensão religiosa.

Sua conversão ao judaísmo parece motivada por sua escolha de se colocar na margem, buscando reiterar, junto com essa *persona* judaica, o lugar “inadequado” que parece altamente adequado ao artista, como afirmou o escritor judeu Moacyr Scliar, em uma de suas últimas entrevistas². O sentimento de inadequação que “acompanha a vida de todo filho de imigrante” é, segundo o escritor, “fonte inesgotável de inspiração”. É ser “como um híbrido, um duplo”, o que pode beirar a esquizofrenia para uns, mas para aqueles que trabalham com a criação e, particularmente, para o artista, é como um “tesouro”. Vemos esse sentimento de inadequação em seu *O centauro no jardim*, como também em *Metamorfose*, de Franz Kafka, e na breve trajetória do filósofo alemão Walter Benjamin, tida por alguns como um modelo teórico para a identidade judaica (EILAND; JENNINGS, 2014).

Mr. Catra parece fascinado pela potência que a simetrização entre uma subjetivação negra e outra judia guarda, simetrização essa notada também por outros intelectuais, como podemos acessar junto à revista que Paul Gilroy (2001) faz às aproximações entre pensamentos e experiências negras e judaicas realizadas por autores negros. A partir delas, Gilroy fornece seu próprio entendimento das potências que a convergência entre as histórias e as “mentalidades” dos negros e dos

²Entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, de 16 de agosto de 2020, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LARRXzsmvGI>.

judeus apresenta. Reconstitui, assim, parte das longevas conversas entre pensadores negros e judeus, enfocando seu impacto sobre os intelectuais do “Atlântico negro” (GILROY, 2001, p. 384).

Entretanto, se Gilroy se detém sobre o aspecto intelectual dessa relação, Frantz Fanon (2008) enfatizará os afetos nela envolvidos, afetos que falam a um só tempo do corpo, das emoções e da psique. No capítulo “A experiência vivida do negro”, de *Pele negra, máscaras brancas*, Fanon, junto a um relato poético e pessoal, fala-nos, com dor, do “não lugar” ocupado pelo negro em um mundo branco, no qual ele acaba descobrindo paralelismos com o ocupado pelo judeu. Fanon percebe esse paralelismo a partir dos aspectos simétricos entre racismo e antissemitismo, mas que, proponho, pode ser pensado por meio dos modos assimétricos com que os esquemas corporais negro e judaico agem sobre o espaço social branco: “Queria ser simplesmente um homem entre homens.” (FANON, 2008, p. 106).

Visibilidade e invisibilidade

Mais do que o não pertencimento, o que parece mesmo exasperar Fanon é a impossibilidade de não ser notado, de não passar nunca invisível. Seu desejo é “passar despercebido” como o judeu que “só não é amado a partir do momento em que é detectado”. Está cansado de ser “escravo” de sua própria “aparição” (FANON, 2008, p. 108).

Como Fanon, o que parece interessar a Mr. Catra, para além da ambivalência, é a fluidez da *persona* judaica, uma fluidez que se realiza no corpo e na aparência³ – corpo e aparência que hoje parecem separar negros e judeus, os primeiros definidos por sua negritude e os últimos confundidos pelo jogo da branquitude, mas que já foram utilizados para classificar a ambos em uma mesma categoria de perigo social. O signo relevante, nesse caso, não era a cor da pele, mas o nariz, que denotava,

³ Ver, por exemplo, os trabalhos apresentados no painel 105 do Congresso da LASA de 2017, intitulado “Identities in flux”, em torno de personalidades judaicas e suas identidades fluidas (COSSIO, 2017; MALAGOLD, 2017; PAXMAN, 2017).

em ambos, sua “natureza primitiva”, como mostra Sanders Gilman por meio de uma história da beleza corporal no Ocidente.

Nos séculos XVIII e XIX, o nariz africano e o nariz judeu se tornaram signos raciais abstratos da personalidade e do temperamento atribuídos a seus donos. O nariz passou a simbolizar tudo o que era estático no africano e no judeu, fosse natural ou cultural (GILMAN, 1999, p. 85-90). Se, nos Estados Unidos de fins do século XIX, um regime formal de segregação social impedia a entrada e circulação de negros em ambientes sociais brancos, na Alemanha da mesma época, um homem judeu poderia entrar em ambientes brancos contanto que não parecesse “judeu demais”, conjuntura que favorece o desenvolvimento da moderna rinoplastia. Os judeus berlinenses, ao apagarem marcas étnicas, por meio de cirurgias plásticas no nariz, buscavam adquirir “visibilidade por meio da invisibilidade” (GILMAN, 1999, p. 136).

Ao acompanhar Mr. Catra em seus deslocamentos pelo Rio de Janeiro, pude notar como ele manejava esse jogo entre o visível e o invisível.⁴ Se ele aposta nos poderes que a invisibilidade traz para sua navegação social, potencializando sua circulação por espaços tradicionalmente não franqueados à classe média, como a favela, é junto aos poderes que um corpo negro concede ao artista periférico que ele manda seu “papo reto” às plateias brancas. Se, em um plano, ele aposta na invisibilidade que seu corpo negro lhe traz, entrando e saindo da favela, em outro, ele recorre à visibilidade que a negritude lhe traz para legitimar sua fala política e desafiar a sociedade envolvente, a “sociedade escrota”. Se Catra se utiliza de sua aparência negra para entrar em lugares que são tradicionalmente vetados à classe média, adentrando a margem, é ao atingir o estatuto de artista que ele passa a penetrar lugares vedados ao negro, assumindo o ponto de vista da favela e usando suas *performances* para desestabilizar preconceções, como vimos com suas paródias musicais.

⁴ Interessantemente, essas tensões são também exploradas pelas mulheres com as quais circulei, através do que designei como “cabelos ambíguos” (MIZRAHI, 2012, 2015, 2019).

Mr. Catra jamais morou efetivamente em qualquer uma das comunidades pelas quais passou, mas é nesse processo de aproximação com a margem que ele inicia sua carreira artística, cantando em nome dos “bondes” que reuniam os bandidos do Maciço da Tijuca. Em fins dos anos 1990, o artista já era tido como expoente dos proibidos, as canções que tematizam, de modo hiper-realista, as relações entre a polícia e o bandido, o *playboy* e o favelado, os embates entre as diferentes facções que controlavam o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Em meados dos anos 2000, acompanhando a passagem de muitos artistas do ritmo de seu subgênero neurótico para sua vertente erótica, Mr. Catra passa a ser conhecido como o Rei da Putaria. Na mesma época em que assume definitivamente sua *persona* artística, sua mãe falece e ele é obrigado a “sair de casa”.

Em sua passagem de bandido a artista, Mr. Catra mostra uma trajetória e uma motivação muito diferentes das usuais. Mais comumente, vemos a vida do ex-bandido ser narrada na chave da conversão ou da salvação, com o indivíduo abandonando a “vida errada” em prol da “vida certa”. Com Mr. Catra, ocorre precisamente o contrário, pois é justamente a partir de sua aproximação com uma vida distanciada das regras e valores oficiais que ele se converte em artista, realizando movimento que subverte a lógica que toma a arte como caminho para a saída da chamada vida à margem.

É a *vida à margem* que coloca Mr. Catra no caminho da música e da arte, cantando e ficcionando sobre a realidade vivenciada por ele e seus companheiros. É a partir dessa trajetória que ele firma sua carreira artística, passando a viver exclusivamente da música e retomando o trânsito que o levou a artista, circulando por entre diferentes públicos e gêneros musicais. É nessa relação com uma vida alternativa que ele se faz não apenas artista, mas artista profissional.

Mr. Catra escolhe olhar o mundo de um entrelugar, ou de um não lugar, que aqui estou chamando de margem. Trata-se de uma posição que não está, contudo, definida por sua oposição ao centro. Parece definida, outrossim, por uma não adesão ao seu tempo, por uma

relação conectiva com seu tempo, poderíamos dizer – ponto que Giorgio Agamben (2014) e o modo como conceitua a noção de “contemporâneo” me ajudam a refinar.

Nos termos de Agamben, um sujeito ou fenômeno contemporâneo definem-se a partir de uma relação com seu tempo, que adere a ele por meio da dissociação e de certo anacronismo, assim como a moda, que é contemporânea e que, sendo fugaz, é sempre *démodé*. “Estar na moda” é, assim, sempre contraditório, pois no momento em que a moda é, ela já não é mais. É precisamente por meio dessa separação que o sujeito contemporâneo é capaz, mais do que outros, de apreender o seu tempo. É como enxergar na escuridão, neutralizando as luzes que provêm da época para nela descobrir suas trevas (AGAMBEN, 2014, p. 25).

É precisamente essa não imersão absoluta em uma época, essa atitude de estranhamento constitutiva que me parece potente na exploração da pessoa do artista. Ela ajuda-nos a pensar essa busca deliberada de Mr. Catra por se colocar na margem, como um desejo de colocar-se fora de seu tempo, deslocando-se de seu tempo e espaço para melhor perspectivar-se. Colocar-se na margem funciona, assim como um mecanismo disparador de processos de subjetivação alternativos, como um dispositivo, no sentido foucaultiano (FOUCAULT, 1986). Colocar-se na margem concede ao sujeito uma posição ímpar para a apreensão de sua época. Um posicionamento periférico menos do que da periferia. Periférico, no sentido que proponho, articula-se à ideia de minoritário, como formulada por Deleuze e Guattari (1995), referindo-se ao aspecto qualitativo menos do que quantitativo, numérico.

A chave parece estar em escolher ocupar um lugar para o qual as estruturas não nos moldaram, um lugar que a cultura e a sociedade não previram. Na escolha por estabelecer uma relação “intempestiva” com o seu tempo, como nota Agamben, possibilidade que poucos, como Foucault e Benjamin, lograram, e possibilidade esta que Mr. Catra pareceu perseguir. A margem foi, assim, um lugar que lhe permitiu entabular um processo de subjetivação específico, particular, justamente por não aderir a ela de fato, por não pertencer a ela – uma escolha deliberada

pelo não pertencimento, portanto. Mr. Catra escolheu se colocar aí ao entender que a margem lhe possibilitaria ocupar um lugar do qual poderia acionar sua potência criativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, busquei discutir sobre minha relação com Mr. Catra, tomando-a como um convite para ocupar a margem e, com ele, exercitar o olhar de estranhamento que, como notou Scliar, costuma acompanhar o filho de imigrantes. Se Catra parece fascinado por minha condição de judia, eu me deixei fascinar por sua verve artística, pela ousadia de denunciar e desafiar, de maneira tão mordaz e ao mesmo tempo artística, as estruturas sociais e culturais. Refiro-me aqui ao modo engenhoso com que Catra, com suas paródias, conversava com seu público, com a antropóloga, com a sociedade, tal como nos discursos marcados pela “graça”, como Gregory Bateson nomeou esse dado inexplicável ou não traduzível em palavras que faz de um objeto artístico (BATESON, 1999). As produções de Mr. Catra resultavam de uma “integração psíquica”, uma integração entre os saberes da mente e as razões do coração; consciência e inconsciência: judeus, brancos, negros, margem, favela, mundo oficial. O significado da mensagem transmitida por Mr. Catra estava menos em sua codificação ou sentido semântico e mais no estilo com o qual escolheu transmiti-la. Ao fazer da paródia esse meio privilegiado, ele dizia que, para além do teor erótico das letras, importavam os mundos que ele articulava com tais produções. Seu interesse residia em conversar com seu público.

No entanto, se meu encanto por Mr. Catra se deu graças à sua verve, ele viu em mim um canal por meio do qual poderia ampliar o seu discurso, reverberá-lo. Mr. Catra me usou para falar através de mim, para reverberar sua voz. Fez de mim um anteparo de difusão de sua mensagem e falou por meio de mim, o que se coaduna com sua personalidade múltipla, fractal, e ainda com a noção de individuação que a etnobiografia e sua pessoa-personagem carrega. Catra me argolou

em seu projeto e participou, ele mesmo, da construção da pessoa-personagem que criei com a etnobiografia que escrevi.

Estou, assim, ousando afirmar que, como Mr. Catra, ocupei a margem e foi essa ocupação que não apenas me tornou antropóloga, mas também fez com que eu reconhecesse, no projeto de Catra, um problema comum. Nesse sentido, transpusemo-nos ambos para a alteridade, ou melhor, transpusemo-nos ambos para a margem, a fim de, a partir dela, assumirmos um ponto de vista privilegiado para criar. Se há algo na posição do judeu que é produtivo tanto para Mr. Catra quanto para mim, são as simetrizações que moveram este texto e que não se esgotam na relação entre negros e judeus, como explorado ao longo do capítulo, mas incluem ainda a relação entre artista e antropólogo.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. O que é o contemporâneo. *In*: AGAMBEN, G. **Nudez**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2014. p. 19-33.

BATESON, G. Style, grace and information in primitive art. *In*: BATESON, G. **Steps to an ecology of mind**. Chicago, London: Chicago University Press, 1999. p. 128-152.

CLIFFORD, J.; MARCUS, G. **A escrita da cultura**: poética e política da etnografia. Rio de Janeiro: EdUERJ/Papéis Selvagens Edições, 2016.

COSSIO, D. The identity of displacement: an analysis of Victor Perera's Sephardic journey. *In*: Congress of the Latin American Studies Association, 35., 2017., Lima, Peru. **Anais [...]**. Lima, Peru, abr./maio 2017. (Trabalho apresentado na mesa "Identidades en flujo").

DELEUZE, G.; GUATARRI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1995. v. 2.

EILAND, H.; JENNINGS, M. W. **Walter Benjamin**: a critical life. Cambridge, London: The Belknap of Harvard University Press, 2014.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FOUCAULT, M. O panoptismo. *In*: FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 173-199.

GATES JR., H. L. **The signifying monkey: a theory of African American Literary Criticism**. Oxford: Oxford University Press, 1988.

GELL, A. **Art and agency: an anthropological theory**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

GELL, A. Vogel's net: Traps as artworks and artworks as traps. **Journal of Material Culture**, v. 1, n. 1, p. 15-58, 1996.

GILMAN, S. **Making the body beautiful: a cultural history of aesthetic surgery**. Princeton, Oxford: Princeton University Press, 1999.

GILROY, P. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GONÇALVES, M. A. Etnobiografia: biografia e etnografia. *In*: GONÇALVES, M. A.; MARQUES, R.; CARDOSO, V. **Etnobiografia: subjetivação e etnografia**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012. p. 19-42.

INGOLD, T. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da Antropologia. **Educação**, v. 39, n. 3, p. 404-411, 2016.

MALAGOLD, G. D. Visionary of Mexican Jewish women's identity: Anita Brenner redefining borders of mexicanidad. *In*: Congress of the Latin American Studies Association, 35, 2017., Lima, Peru. **Anais [...]**. Lima, Peru, abr./maio 2017. (Trabalho apresentado na mesa "Identidades em fluxo").

MIZRAHI, M. **A estética funk carioca: criação e conectividade em Mr. Catra**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

MIZRAHI, M. As políticas dos cabelos negros, entre mulheres: relacionalidade e dissidência no Rio de Janeiro. **Mana**, v. 25, n. 2, p. 457-488, 2019.

MIZRAHI, M. Cabelos ambíguos: beleza, poder de compra e ‘raça’ no Brasil urbano. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 89, p. 31-45, 2015.

MIZRAHI, M. Cabelos como extensões: relações protéticas, materialidade e agência na estética funk carioca. **Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares**, v. 9, n. 2, p. 137-15, 2012.

MIZRAHI, M. Catra era um através de muitos. **Kondzilla**, 10 set. 2018a. Disponível em <https://www.kondzilla.com/catra-era-um-atraves-de-muitos-por-mylene-mizrahi/>. Acesso em: 3 jun. 2022.

MIZRAHI, M. Funk, religião e ironia no mundo de Mr. Catra. **Religião e Sociedade**, v. 27, n. 2, p. 114-143, 2007.

MIZRAHI, M. Mr. Catra e sua vontade pela margem: judaísmo, negros e brancos na formação de um artista não erudito. **Religião e Sociedade**, v. 38, n. 3, p. 19-40, 2018b.

MUNN, N. **The fame of Gawa**: a symbolic study of value transformation in a Massim (Papua New Guinea) Society. Durham: Duke University Press, 1986.

PAXMAN, A. W. The rise and fall of Leon Rasst, the Jewish-Russian merchant of Puebla. In: Congress of the Latin American Studies Association, 35., 2017., Lima, Peru. **Anais [...]**. Lima, Peru, abr./maio 2017. (Trabalho apresentado na mesa “Identidades em fluxo”).

RAPPORT, N. Manifesto. **Transcendent individual**: towards a literary and liberal anthropology. London: Routledge, 1997. p. 1-11.

SAPIR, E. Cultura: autêntica e espúria. **Sociologia e Antropologia**, v. 2, n. 4, p. 35-60, nov. 2012.

STRATHERN, M. O efeito etnográfico. In: STRATHERN, M. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014. p. 345-405.

STRATHERN, M. **The gender of the gift**: Problems with women and problems with society in Melanesia. Berkeley: University of California Press, 1988.

TAUSSIG, M. **Mimesis and alterity**: A particular history of the senses. London: Routledge, 1993.

TOREN, C. Mente, materialidade e história: como nos tornamos quem somos. *In*: BANNELL, R.; MIZRAHI, M.; FERREIRA, G. (org.). **Deseducando a educação**: mente, materialidade, metáfora. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2021. p. 181-206.

VIANNA, H. **O mundo funk carioca**. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1988.

WAGNER, R. The fractal person. *In*: GODELIER, M.; STRATHERN, M. (ed.). **Big men and great men**: personifications of power in Melanesia. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

EXPERIÊNCIAS DE BRASILEIRAS MIGRANTES NA ITÁLIA

Maria Cristina Dadalto

Patrícia Pereira Pavesi

Eu não nasci naquelas ruas. Não cresci nelas. Não foi lá que me deram meu primeiro beijo. Nem me desiludiram profundamente. Mesmo assim, sentia que aquelas ruas eram minhas. Eu as havia percorrido e também reivindicado. (SCEGO, 2018, p. 31)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A imigração encerra escolhas racionais e emocionais que compõem potenciais ações e estratégias, visando provocar rearranjos possíveis para facilitar a inclusão no território de assentamento. Nesse contexto, o cotidiano é constituído por uma teia de contatos pessoais, virtuais, audiovisuais e institucionais, disseminados nos diferentes espaços geográficos e culturais. As experiências de migrantes nos processos de deslocamento espacial são marcadas, em geral, por reposicionamentos diversos – psicossociais, culturais, políticos, econômicos, entre outros – e por reformulações de categorias demarcadoras de identidades.

Para entender as várias questões relacionadas às experiências dos imigrantes, os cientistas sociais vêm tentando entender as formas com as quais os sujeitos ocupam espaços intermediários da sociabilidade, da cultura e comunicação, da memória, entre outros. Pesquisadores dos fenômenos da migração, transmigração e transnacionalidade têm discutido diversas questões envolvendo esses fenômenos, a exemplo daqueles que abrangem a pluralização de debates nos espaços públicos, as questões de identidade, gênero, conflitos geracionais e inter-raciais,

casamentos, consumo, políticas familiares, entre outras problemáticas (WEBNER, 2004).

Glick Schiller (2012, p. 36) aponta a importância de distinguir os conceitos de “transnacionalidade” e “transnacional” ao assegurar que “a transnacionalidade indica processos conectivos transfronteiriços que são sociais e identificacionais, enquanto o termo transnacional indica as relacionalidades específicas”. Nessa perspectiva, as relações presentes nesses processos organizam as redes que articulam indivíduos e grupos nos mais variados lugares.

Tais relações presentes nos movimentos de adaptação e acomodação aos novos contextos interacionais têm complexas expressões simbólicas e materiais criando identidades relativamente transitórias, que também delimitam os territórios e cursos de ação. Mondardo (2012, p. 1) avalia que a diversidade desses contatos “entre si e a profunda consciência de si mesmo enquanto ser em constante mutação, em movimento para dentro, para fora e sobre si, compõe a identidade e a territorialidade da/o migrante”.

Raffestin (1993) conceitua o território como resultado de uma ação conduzida por um ator que, ao se apropriar de um espaço, tangível ou intangível, territorializa-o. Haesbaert (2001) entende território numa perspectiva mais ampliada, fundada em três pilares: o aspecto jurídico político, o cultural e o econômico. Assim, o jurídico político é concebido como um espaço circunscrito e monitorado por um poder, mais especialmente o estatal; o cultural é apreendido como ocupado pelo imaginário ou pela identidade social sobre o espaço; por fim, o econômico é considerado como produto espacial das tensões e conflitos entre classes sociais e da relação entre classe-trabalho.

Nesse sentido, envolto em suas memórias, hábitos, saberes e práticas, o sujeito migrante se descobre vivendo e experimentando a ambiguidade de estar em um território que cotidianamente se manifesta como cenário de pertencimento e de estranhamento para si próprio e para o outro. Conforma-se como sujeito híbrido constituído

pelo sentido da transitoriedade e da vivência fronteiriça. Nos termos de Hannerz (1997), no confronto de alteridades se produzem novas identidades estabelecidas em fluxos e hibridações.

Essas identidades, cujas formas hibridizadas se mesclam nas territorialidades nascidas nos interstícios do convívio entre duas ou mais culturas, mantêm relações circunscritas entre múltiplos “espaços” e lugares. Há, assim, cada vez mais a possibilidade de invenção e reinvenção de formas de espacialização, que se tornam concretas por meio de práticas cotidianas simples, como a convivência em lugares de lazer, trabalho e família, e com a ocupação nos territórios de estabelecimento acontecendo na fronteira de modo permanente ou provisório.

Na fronteira, o sujeito imigrante protagoniza a invenção de um novo mundo no qual emergem novos fluxos identitários e novos veios de territorialidade, que consistem no resultado do encontro de culturas “pátrias” distintas, na resignificação de categorias nativas, na reconfiguração das noções de tempo e de espaço e de rearranjos subjetivos – expressões virtuais e materiais de identidades em trânsito, híbridas e complexas em devir.

Glick Schiller (2012) assegura que, nos movimentos transfronteiriços, constituídos por uma rede de contatos pessoais e virtuais, os migrantes estão imersos em um complexo de relações no campo social transnacional, que a autora define como “redes de redes”, cujas características de poder são desiguais. Também estão conectados a instituições que organizam e regulam atividades econômicas, políticas, culturais, sociais e religiosas em suas vidas diárias. Esses processos oferecem mais desafios para as mulheres imigrantes, obrigadas que são a enfrentar as adversidades que dizem respeito ao papel de gênero, à discriminação social, ao racismo, ao sexismo, à xenofobia, à identidade profissional, à transição ocupacional e às concepções e estereótipos relacionados à sexualidade e à imagem corporal (NAKAMURA; KASSAN, 2017).

Contudo, segundo Timmerman *et al.* (2018), a experiência migratória está mudando as relações de gênero e organizando novos papéis

e regras de gênero de maneira dinâmica e recíproca. Neste capítulo, centraremos nossa atenção nas dinâmicas de socialização e nos tensionamentos na ordem das emoções que envolvem a construção do parentesco e as práticas cotidianas na perspectiva feminina.

Tal enfoque é resultado dos imperativos da pesquisa de campo realizada por meio da metodologia de história oral, para a qual foram feitas 38 entrevistas com brasileiras que emigraram para a Itália entre os anos de 2012 e 2019. O texto é centrado nas narrativas de duas mulheres, Maria e Joana (nomes fictícios), cujas ênfases discursivas recaíram no peso que o parentesco e a língua desempenhavam em suas agências no contexto cultural na Itália e no quão desafiador foi para elas proceder à gestão das emoções em suas experiências e trocas.

O percurso metodológico

A análise da migração do ponto de vista feminino, neste estudo, objetiva compreender, partindo da observação do cotidiano, as significações relacionadas à gestão das emoções nas reconfigurações da noção de parentesco e nas experiências com a língua em processos de territorialização migrante. Isso porque essas mulheres saem do Brasil em condições diferentes, estabelecem-se em seus destinos, na Itália, enfrentando dilemas que incidem na reconfiguração de suas *personas* por meio da redefinição de modelos de família, de casamento, de parentesco e de trabalho.

A análise se fundamenta nas formas de ordenação e organização da vida dessas mulheres e suas percepções como marcos para as suas agências na condição de migrantes em realidades culturais desenhadas a partir das representações de um conjunto de vivências, cujas narrativas institucionais tradicionalmente não privilegiam. Campani (2017), ao pesquisar gênero e migração na Itália, destaca como a questão de gênero é incorporada em uma multiplicidade de práticas diárias e estruturas econômicas e políticas, com base em várias questões sobre inclusão na força de trabalho, globalização, religião e práticas morais, cidadania, sexualidade, e economia e identidade étnica.

As duas mulheres pesquisadas tinham entre 20 e 40 anos de idade na época da realização das entrevistas. Ambas são profissionais capacitadas e sinalizam sua identidade com recurso à ancestralidade em matrizes culturais muito diversas. Nesse sentido, procuramos desenvolver o exercício da comparação programática sem o objetivo de produzir hierarquizações por julgamento exterior às falas dos sujeitos.

O que se pretende é dar relevo às narrativas obtidas partindo da abordagem da história oral para refletir sobre o papel desempenhado por Maria e Joana enquanto agentes na produção e reprodução da vida em seus contextos como migrantes, considerando diversas fontes e historicidades. Isso porque compreendemos que a experiência dessas mulheres, enquanto práticas culturais que permeiam o cotidiano, podem dar suporte à interpretação do processo vivenciado. Também ajudam a entender as interações sociais estabelecidas no lugar de destino, de modo que se desvele a realidade social construída na constituição do cotidiano e das significações relacionadas ao exercício da identidade e à conformação do local.

As entrevistas foram realizadas na residência de Maria e Joana, sem a presença de familiares, bem como por meio de recursos tecnológicos como Skype e *chats* de Redes Sociais Digitais (RSD), tendo em vista a manutenção do contato e a realização de novas interlocuções com as entrevistadas em diferentes anos. A permanência do relacionamento com essas migrantes ao longo dos anos nos orienta a compreender as experiências da vida doméstica/privada que saltam aos olhos do observador comum, compreendendo a organização dos espaços “informais” que incidem, de forma determinante, na construção do *ethos*.

Nosso processo constitutivo de produção contém a ideia de que, no momento das entrevistas de história oral, as memórias são acionadas e ajudam a construir o relato. Apesar de consistirem na tentativa de ordenar as vivências a partir de um recorte de tempo e espaço, as narrativas dialogam com o momento vivido enquanto ato. Para alcançar os sentidos mais complexos do texto das interlocutoras, muitas vezes, de alguma forma, mergulhamos nas imagens descritas por elas. Por isso,

não foram raros os momentos em que, na posição de pesquisadoras, fomos, por diferentes sentidos, “afetadas” (SIQUEIRA; FAVRET-SAADA, 2005) pelas duas.

Maria, 40 anos, nascida em Linhares, Espírito Santo, emigrou para Florença (Itália) em 2005 e lá permanece até o momento da edição deste livro. É casada com um florentino, tem dois filhos e atua como blogueira de moda. Joana, 32 anos, nascida em Santa Teresa, Espírito Santo, emigrou para Vicenza (Itália) em 1999, retornou para o Brasil em 2006 e novamente voltou para Vicenza em 2012. É jornalista, solteira e atualmente reside em Treviso. Passamos, então, à apresentação das narrativas, entendendo que a própria seleção dos fragmentos é fruto desse confronto de trajetórias (SIQUEIRA; FAVRET-SAADA, 2005).

Maria

Meu processo de ida para a Itália começou em 2005. A minha decisão de ir, junto com o meu marido – nós nos conhecemos aqui em Vitória em 2002, nos casamos em 2005 e resolvemos começar a vida de casados na Itália – foi devido ao trabalho dele.

As palavras de Maria tomam como marco a reconfiguração do seu estado civil na sua experiência migratória. Apesar de ela já ter protagonizado, no ano de 2002, o deslocamento territorial para Londres, num processo que havia sido pautado pela busca de afirmação profissional, a partida para a Itália foi orientada pelo vínculo afetivo. Não que haja menos apelo racional em um caso do que em outro, contudo Maria procura evidenciar que os cálculos de migração motivados no casamento não se constituem apenas por uma economia de afetos.

É notável sua preocupação em não associar sua migração a uma atitude irrefletida e puramente passional. As condições de sobrevivência e manutenção da vida material dentro de critérios e expectativas da associação são importantes. Maria qualifica a escolha como fato racional e objetivo, tanto quanto afetivo e emocional, ao sinalizar a manutenção do vínculo de trabalho do esposo como fator determinante

e mais vantajoso no contexto, além de assegurar alguns acessos, especialmente a bens materiais e serviços.

Eu já conhecia a Itália antes de conhecer meu marido. Eu sempre viajei muito [...]. Então, também não foi uma coisa nova para mim. Até porque minha própria família é italiana, eu já tinha o passaporte italiano, a família da minha mãe é toda [de descendência] italiana.

Seguidamente, Maria se esforça em sublinhar a partida do Brasil como um desdobramento de uma trajetória autônoma. Apesar da opção de remodelar sua condição no mundo, no olhar da migrante, a liberdade de escolha parece ser associada a um projeto maior de vida, anterior ao relacionamento com o marido. Tal fato nos possibilita entrever a acentuação de traços de uma relação muito menos pautada no “amor romântico” do que confluyente nos termos de Giddens (1993).

Isso porque, no modelo de relacionamento confluyente, a livre negociação de individualidades é que dá a tônica da associação afetiva. Nesse tipo de gestão da intimidade, a mulher não considera o relacionamento a dois como o balizador mais importante da sua trajetória pessoal. As escolhas mais radicais, como mudanças na localização territorial, na vida profissional e até mesmo nas opções religiosas, não poderiam, assim, ser justificadas exclusivamente por imposições do novo estado civil.

Maria se perfila numa posição em que a opção pelo abandono temporário do seu projeto profissional e a acolhida preferencial aos papéis de esposa e mãe não são associados a qualquer tipo de frustração pessoal ou de deslumbramento pela condição colocada pelo casamento. O fato de já ter vivido experiências de deslocamento anteriormente torna conhecido o novo mundo e relativamente familiar a dinâmica de seu estabelecimento num território identitário, no qual está sempre alerta à ordenação e à organização de sua vida, segundo suas percepções de agenciamento da condição de migrante.

Tal a necessidade de compreender e se integrar a realidades culturais desenhadas a partir das representações de um conjunto de vivências próprias da tessitura em que se encontra, sua narrativa enfatiza o planejamento e o controle no trânsito identitário. Não é uma migrante que se sente “perdida”. Ela afirma o seu controle da situação, o que se torna possível pela familiaridade com processos próprios dessa identidade multifacetada na qual está mergulhada, acionando o domínio da língua como elemento determinante de sua integração no território de destino. Quando indagada quanto à percepção de algum tipo de discriminação a respeito da sua condição de estrangeira por parte dos nativos, o domínio da língua italiana aparece como elemento de distinção:

Eu sinceramente nunca senti na pele nada disso, muito pelo contrário. Meu italiano é corretíssimo. Quando fui procurar o emprego onde eu estou ainda hoje – se bem que eu consegui o emprego devido ao inglês – eles precisavam de alguém que falasse a língua italiana e que soubesse a língua inglesa e escrevesse.

No caso, o domínio da língua inglesa sinaliza as potencialidades de atuação como mediador de sua posição de imigrante. Em sua narrativa, o estrangeiro não estaria circunscrito apenas à condição de explorador dos recursos locais. De alguma forma, é percebido como um estrangeiro que agrega valor às relações locais. A redução do espaço de equivalência entre a migrante e o nativo, indicado pelo mundo do trabalho e pelo domínio da língua, é aspecto significativo para a constituição da autopercepção do sujeito em situação de deslocamento, o que, para Maria, emerge como fundamento para a representação de si no novo cenário socioespacial. Embora a sua forma de pensar a condição de estrangeira não esteja ancorada preferencialmente em seu estado civil, Maria reconhece, para o arranjo cultural local, a relevância do matrimônio como elemento de integração:

É claro que o meu marido, por ser italiano também, me ajudou muito. Eu não cheguei em Florença sozinha, eu não cheguei

sem referências lá, então eu tive assim... eu fui, digamos, acolhida pelas pessoas que conviviam com ele, a família dele. Talvez isso tenha facilitado o processo de me sentir incluída, integrada à sociedade.

A postura reflexiva em relação à sua posição no novo contexto socioespacial é recorrente. A abertura à relativização aparece como elemento importante, expressa na preocupação frequente em não qualificar negativamente a conduta dos italianos e no reconhecimento de sua posição de *outsider* (SIMMEL, 2005). Embora a visão de relacionamento confluyente prevaleça em seu discurso, a sensibilidade para valorar positivamente e acionar a condição matrimonial como estratégia de encaixe emerge como habilidade no manejo de categorias do repertório cultural local:

E eu soube primeiro observar para compreender como as coisas funcionavam e começar a seguir o ritmo dos italianos, porque não adianta a gente ter um costume, querer ser o que a gente é no nosso país em um país estrangeiro, porque são coisas diferentes.

As imagens de parentesco locais incidiam também em sua agência, indicando a existência de uma rede de trocas silenciosas que se materializam preferencialmente no domínio familiar. Em sua narrativa, demonstra que reverência e informalidade constituem *per se* indicadores das estratégias de controle do cenário, inclusive no espaço doméstico, e compõem o universo de expressão do feminino no contexto moderno. Faz parte da apresentação de si na linguagem e na tradição em que a trajetória de Maria se inscreve, conferindo autoridade e legitimidade no exercício do seu papel (GIDDENS, 1993).

No discurso da entrevistada, os sentidos em relação às noções de família e de parentesco nem sempre se conectam às demandas institucionais, indicativo de que podem atender a apelos de socialização, entretenimento e bem-estar material e simbólico tão valiosos para quem os experimenta quanto os ritos formais. Nesse sentido, Veena

Das (2011) narra a experiência da paquistanesa Aisha na construção de sua identidade de migrante em negociação com o *status* do casamento.

Com a morte do esposo, Aisha vive o dilema entre, na conservação do reconhecimento social adquirido antes da partição, manter a condição de viúva ou desfazer-se dela. Em ambas as posições, demandas subjetivas de diferentes ordens não poderiam ser contempladas, o que expõe, claramente, os limites do casamento e sua importância nos arranjos institucionais como espaço de produção e expressão de identidades.

Para Maria, o parentesco, em outra orientação, é também indicação da autonomia da estrangeira no horizonte de expectativas sociais traçado para as suas condutas naquele contexto: momento possível para a vida pública, espaço de afirmação da família, exposição das aquisições feitas graças ao trabalho e possibilidade de alavancar o capital marital – lugares aparentemente privilegiados às *performances* inclusivas, que só existem em termos relacionais, e que ela busca destacar em sua narrativa.

Joana

Ainda adolescente, Joana se mudou com a família para Vicenza; retornou ao Brasil em 2006, para fazer o curso superior e, em 2014, reemigrou à Itália. Na época da primeira partida, o pai estava desempregado e viu na emigração a possibilidade de uma vida melhor para a família, sobretudo sendo descendente de italianos e tendo a possibilidade de obter a cidadania italiana para si e os filhos. Contudo, o processo de encaixe na Itália foi marcado por desafios que explicitam a consciência dos limites do apelo à descendência/ancestralidade.

Sua narrativa remete ao acionamento da memória como vínculo de pertencimento, isso porque, mesmo tendo chegado a Vicenza ainda na puberdade, a integração foi penosa. Para ela, a dimensão negativa do processo migratório parece ter mais relevo que a descendência. Um elemento potencializador da insatisfação com os “de fora” pelos

nativos, sem dúvida, era o não domínio da língua italiana. A própria Joana, quando indagada sobre a obtenção da cidadania, esclarece:

Um terror, a gente tinha de madrugar, enfrentar o frio, fila, aquele monte de gente... a Questura abria às 8 horas da manhã e a gente tinha de chegar lá às 6 horas... graças a Deus eu fui poucas vezes à Questura. Depois eu só tive de ir lá para fazer meu visto, porque parecia que os policiais já acordavam de mau humor. No meu caso, nem tanto, porque a gente já tinha alguém que falava bem o italiano para explicar para eles... porque o que acontece: as pessoas iam para lá e não sabiam o que queriam, não sabem o que pedir, na maioria das vezes não falam italiano direito... eles ficam estressados com todo mundo que está na reta deles. Para mim a palavra Questura di Immigrazione quer dizer terror... ser tratada mal, mas por ser tratada mal todas as vezes em que eu fui lá eu consegui fazer o que eu precisava.

O frio, a fome, o desconforto são experiências compartilhadas em vários níveis, tempos e espaços pelos imigrantes de diferentes procedências. Elas representam uma das mais significativas formas de complexidade, materialização e brutalidade do ser e estar imigrante. Joana narra o vislumbre das filas nas portas da *Questura*, que, embora tenham se tornado fato quase que naturalizado, nem sempre são capazes de materializar um território do Outro no mundo. A fila engendra um mundo. É, literalmente, um fluxo de gente se perfazendo entre mundos e muros.

Desse modo, a experiência de Joana ajuda a compreender como o parentesco imediato e circunscrito pelo casamento com um nativo (caso de Maria) incide de forma diferente da descendência pautada na ancestralidade, até porque os nativos italianos não validam a convicção de pertencimento do portador de dupla nacionalidade brasileira: eles não reconhecem a obtenção da cidadania como parte das pessoas incluídas no grupo dos “de dentro”. Isso nos leva a especular que, na ausência do reconhecimento da “compatrialidade”, outras fontes de pertencimento e de reconhecimento são acionadas e se refletem no sentido da territorialidade do migrante e na significação identitária.

Joana retorna para o Brasil após afirmar para si mesma, parentes e amigos seu propósito de nunca mais retornar para a Itália, tão traumática havia sido sua experiência. Os anos passados na escola foram recheados de discriminação e rejeição e povoavam seus sentidos de desesperança. Contudo, em 2014, ela reemigra para a Itália motivada por razões que incluíam uma conjugação de opções afetivas e cálculos racionais em relação à garantia do bem-estar material.

...eu não considerava a possibilidade de voltar por causa de todos os preconceitos que havia suportado. Foram anos em que eu sofri na escola e no trabalho. Porém, o baixo valor do salário no Brasil, a dificuldade de seguir em frente recebendo um valor aproximativo de 1.500 reais por mês, o custo de vida, a violência, o risco de levar um tiro em qualquer esquina foram fatores que me fizeram pensar. Além disso, tem o fator 'família'. Como sou muito ligada à minha família, minha irmã e meu cunhado estavam aqui [na Itália], juntamente com minha sobrinha de dois anos e meio, isso me deu mais 'força' para voltar para cá. Junte a isso alguns problemas pessoais e no casamento.

A experiência de reemigração é diferente para Joana no novo contexto:

A volta foi a porta de saída que encontrei para várias questões. E hoje a realidade que vivo é bem diferente daquela de alguns anos atrás. Tenho um trabalho onde sou respeitada, não sou discriminada e sou tratada de igual para igual. Consigo manter minha casa e minha vida com o meu salário. E tenho a tranquilidade de chegar em casa, no meio da madrugada, sem correr o risco de ser assaltada. Por mais que eu sinta falta do Brasil, e ame meu país, a situação aí está cada vez pior.

A narrativa indica que as horizontalidades e equivalências mínimas nas interações socioculturais no lugar de morada são frutos de uma trajetória na qual o matrimônio/parentesco, o domínio que ela já tinha da língua, a qualificação profissional prévia e o desejo de acesso a certos bens e serviços atuam como elementos determinantes. Ainda que esses não operem como critérios absolutos para inclusão do estrangeiro, sem dúvida incidem no processo.

Aproximações

Entendemos, portanto, que a aproximação das experiências de Joana e Maria ajuda na problematização dos processos de inscrição de imigrantes em contextos territoriais distintos a partir da reflexão em torno da gestão da intimidade e dos projetos pessoais. Ainda que a busca por melhores condições de sobrevivência material, como o elemento ordenador da narrativa de Joana, pareça de imediato bem diferente das motivações de Maria, ela permanece como plano de fundo para ambas. Tanto a transferência de uma família já estabelecida no Brasil (caso de Joana) quanto o início de outra na Itália (caso de Maria) constituem estratégias de inserção por diferentes meios de manejo do parentesco.

Enquanto a família de Joana busca o recurso à ancestralidade como elemento de integração, Maria enxerga, no vínculo familiar, uma oportunidade de inclusão mais efetiva. Embora Maria também goze do privilégio da descendência italiana, ela vislumbra, no amálgama do capital marital (GOLDENBERG, 2010), o domínio da língua e a capacitação profissional prévia, probabilidades mais promissoras de inserção.

Apesar de atributos como formação profissional, habilidades relacionais, abertura ao diálogo e à relativização cultural, autonomia e autossuficiência intelectual e material atuarem em equivalência e em franca interface com o parentesco e o matrimônio, o que as narrativas dessas duas brasileiras migrantes na Itália indica é que este último exerce um papel decisivo para a recepção dessas mulheres pelos nativos.

Por outro lado, o vínculo conjugal e a parentalidade, ainda que ajudem mais ou menos em cada caso, constituirão um entre outros elementos importantes a serem reconfigurados na experiência migratória. A trajetória de Joana foi marcada por uma série de idas e vindas entre a Itália e o Brasil. Condições materiais e afetivas incidiram nas escolhas.

Joana retorna para o Brasil e reemigra à Itália devido às saudades da família e à conclusão de que, se a situação no país europeu estava ruim, no Brasil estava ainda pior do ponto de vista da segurança, da vida financeira e das possibilidades de futuro profissional. Entretanto,

Maria emigra para a Itália para construir vida nova no país do marido. No território híbrido, há variados dilemas: restrições e rejeição dos nativos, novas formas de associação, hierarquização e embate entre compatriotas e gerenciamento da vida material.

A língua, entretanto, é fator de integração à comunidade de destino e elemento para pensar a territorialidade dessas mulheres. De formas diversas, ambas apontam o domínio da língua como condição para a associação com os nativos. Joana assegura que, na dificuldade, os imigrantes reafirmam a territorialidade interstícia.

A língua pátria atua no amálgama da identidade em trânsito (DADALTO; PAVESI, 2018) em toda a sua hibridez. O “ficar” em vez de “voltar” imprime novos ritmos no fluxo identitário. A autoimagem passa a ser definida por outros esforços e movimentos. Não é simplesmente converter-se em nativo, é viver a condição de imigrante de outra forma. Assim, para nativos serem nativos, estrangeiros precisam ser estrangeiros.

O espaço do sentido do “ser brasileira na Itália” é um novo lugar, um território construído diariamente, inclusive nas experiências emocionais mais simples da vida doméstica. Ser brasileira na Itália é uma condição autoimplosiva: a imigrante é um Outro para os dois mundos (de onde partiu e aonde chegou). Por sua vez, no processo de reterritorialização, as noções iniciais de casamento, vida familiar e bem-estar se alteram significativamente. Narrando as suas trajetórias, Maria e Joana vão, concomitantemente, reordenando reflexivamente suas emoções, sinalizando marcos, rupturas e estratégias.

Embora nosso critério de análise não seja pautado na identificação de recorrências e vivências comuns, foi inevitável o registro nessa perspectiva, pois, de forma muito explícita e enfática, os temas trabalho, parentesco e língua são tratados pelas duas mulheres. Mais do que elementos estruturantes das suas narrativas, esses eixos constituem a própria dinâmica dos processos nos quais experimentam o ser e o estar. Nessas duas dimensões, as identidades em trânsito articulam

muitos dos dilemas vividos pelos imigrantes nas idas e vindas que protagonizam.

Os dilemas pessoais dessas duas mulheres sinalizam, por sua vez, a angústia no processo em que colocam a família em primeiro lugar e seus desejos individuais em reserva. O trabalho favorece a afirmação de si no espaço público, amplia a circulação de sentidos, as possibilidades de interação. Já a restrição ao âmbito doméstico para mulheres que transitavam mais livremente no Brasil, sem dúvida, implica intensos processos reflexivos. Outro indício tangível dessa experiência identitária acontece na fronteira invisível do ser e do estar, na qual a seleção e a hierarquização de trabalhadores imigrantes ocorrem em circuitos mais específicos. Os próprios migrantes, em associações diretas e indiretas com nativos, passam a constituir um mundo do trabalho de regras próprias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição da identidade migrante pode ser uma experiência de profunda interioridade, quase que impronunciável. Nesse sentido, o recurso a entrevistas que buscam resgatar histórias de vida é valiosíssimo, pois o mergulho nas narrativas permite o acesso a mundos subterrâneos e nem sempre explícitos em diálogos mais diretos e objetivos. Vasculhar o cotidiano, a vida ordinária, as sentimentalidades é um caminho que possibilita ao pesquisador compreender processos históricos e culturais inauditos. Foi justamente o que nos oportunizou a escuta a partir da casa, do “chão de fábrica”, que é o mundo doméstico dessas duas mulheres.

Os relatos de Maria e Joana apontam, de forma imperativa, a pauta de demandas para o agenciamento das emoções enquanto sujeitos em deslocamento: o parentesco, a língua e o trabalho. Compreendemos que cada um desses termos não são apenas pauta de experiências pessoais; procuramos pensá-los também como eixos que se desenham nas e pelas redes de interação que são constituídas nos processos de ir e

vir dos imigrantes. Os próprios sujeitos dos deslocamentos sinalizam quais são, de fato, suas questões mais candentes.

Nos relatos aqui apresentados, como em outros colhidos e analisados por diversos pesquisadores, há recorrências e similaridades. Ainda que a preocupação não seja a busca por regularidades, mesmo se o fosse, entrevemos um processo muito mais amplo e complexo se desenrolando, que passa pela interface entre identidades em trânsito e territorialidades emergentes. Tal interface se borda na fronteira da experiência cotidiana, mais precisamente no limiar onde o imigrante se faz Outro tanto para o seu mundo de origem quanto para o de destino. Nesse lugar, emergem identidades híbridas e, por excelência, genuínas, assim como emergem territorialidades em fluxos.

Esse espaço-tempo no qual as identidades dos sujeitos do deslocamento são cunhadas constitui novos constructos, tensões e inversões no cotidiano. Mais do que vivências similares ou “recorrências” nas histórias de Maria e Joana, o que essas duas mulheres compartilham é a seara, arena e condição no mundo. Nesse novo mundo, o comum é a condição ambígua. Não falamos aqui de territórios ou identidades substantivas e definitivas. As angústias vividas em experiências com a construção e/ou reconhecimento do parentesco, inserção nos universos do trabalho e mesmo a livre circulação propiciada pelo domínio da língua são dilemas da produção de existência dos/pelos migrantes. Os espaços-tempos em que se corporificam são o mundo que tais sujeitos constroem na vivência do deslocamento.

REFERÊNCIAS

CAMPANI, G. Gender and migration in Italy: State of the art. University of Florence. **Working Paper**, n. 6, 2007.

DADALTO, M. C.; PAVESI, P. P. Entre a etnografia e a história oral: uma proposta empírica etnobiográfica. **Revista del CESLA: International Latin American Studies Review**, n. 22, p. 227-246, 2018.

DAS, V. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 37, p. 9-41, 2011.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**. São Paulo: Unesp, 1993.

GLICK SCHILLER, N. Transnationality, migrants, and cities: A comparative approach. In: AMELINA, A. *et al* (ed.). **Beyond methodological nationalism: Research methodologies for cross-border studies**. New York/London: Routledge, 2012. p. 33-61.

GOLDENBERG, M. O marido como capital. **Folha de São Paulo, São Paulo, 1 jun.** 2010, p. 2. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/equilibrio/eq0106201001.htm>. Acesso em: 3 fev. 2020.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: Encontro Nacional da ANPUR, 9., 2001, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. v. 3. p. 6774-6792.

HANNERZ, U. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 7-39, 1997.

MONDARDO, M. L. Sujeitos em trânsito identitário na América Latina: da territorialidade moderna-ocidental ao devir de territorialidades pós-coloniais. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 7, p. 1-12, 2012.

NAKAMURA, N.; KASSAN, A. Immigration and gender. **The SAGE Encyclopedia of Psychology and Gender**, p. 925-928, 2017.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SCEGO, I. **Minha casa é onde estou**. São Paulo: Nós, 2018.

SIMMEL, G. O estrangeiro. **RBSE**, João Pessoa, v. 4, n. 12, p. 265-271, 2005.

SIQUEIRA, P.; FAVRET-SAADA, J. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263>. Acesso em: 20 maio 2022.

TIMMERMAN, C. *et al.* **Gender and migration**: A gender-sensitive approach to migration dynamics. Belgium: Leuven University Press, 2018.

WEBNER, P. Theorising complex diasporas: purity and hybrity in the South Asian public sphere in Britain. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 30, n. 5, p. 895-911, 2004.

Fontes orais

Maria. Entrevista realizada em 15 e 27 de dezembro de 2016, em Vitória, Espírito Santo.

Joana. Entrevista realizada em 18 de março de 2012, em Vila Velha, Espírito Santo.

Joana. Entrevista realizada em 14 de outubro de 2019, em Pádova, Itália.

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

Alessandra Izabel de Carvalho é bacharel, licenciada e mestre em História pela Universidade Federal do Paraná e doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas. Professora associada do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e atualmente vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado) (2021-2023) da instituição. Editora da Revista de História Regional (RHR). Coordenadora do Núcleo/Laboratório de Pesquisas Memória, Cultura e Natureza. Tutora do PET-História Ambiências e Sensibilidades (DEHIS/UEPG). Coordenadora do grupo de pesquisa do CNPq História, Cultura e Natureza. Membro da Sociedade Latino-Americana e Caribenha de História Ambiental. Pesquisadora dessa área, com ênfase nas interações entre pessoas e montanhas, história das florestas com araucária e sistemas tradicionais de produção da erva-mate.

Evelyn Roberta Nimmo é graduada em Antropologia e Inglês (Retórica e Escrita Profissional) pela Universidade de Waterloo (Canadá), mestre em Arqueologia pela Universidade Simon Fraser (Canadá) e doutora em Arqueologia Histórica pela Universidade de Reading (Reino Unido). Atua como pesquisadora multidisciplinar no Laurier Centre for Sustainable Food Systems, da Universidade de Wilfrid Laurier (Canadá), como professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e como pesquisadora afiliada ao Museu Paranaense. É especialista na pesquisa participativa, estudos de gênero, etnicidade e identidade, colonização, arqueologia das instituições religiosas e análise de acervos arqueológicos em museus. Tem trabalhado com comunidades da agricultura familiar no centro-sul do Paraná e norte de Santa Catarina, para documentar o conhecimento tradicional relacionado a sistemas alimentares tradicionais e agroecológicos da produção de erva-mate. É presidente do Centro de

Desenvolvimento e Educação dos Sistemas Tradicionais de Erva-mate (CEDerva) e atua como articuladora entre pesquisadores internacionais focados em sistemas alimentares sustentáveis, através da sua ligação com a Cátedra da Unesco em Estudos de Alimento, Biodiversidade e Sustentabilidade.

Geisa Lourenço Ribeiro é licenciada, bacharela e mestra em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), pós-graduada em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação à Distância pela Universidade Federal Fluminense e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da UFES. É professora do Instituto Federal do Espírito Santo desde 2015, onde atua como coordenadora adjunta do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas no *campus* Viana. Desenvolve pesquisas sobre a escravidão e o pós-abolição no Brasil no campo da História Social e utiliza a História Oral para investigar a memória da escravidão e da abolição entre quilombolas.

Jimena Ines Garrido al pie de las sierras del Suquía en Argentina, se graduó como Profesore en Historia y Doctore en Ciencias Antropológicas en la Universidad Nacional de Córdoba (UNC). Integra el equipo de investigación Subjetividades y Sujeciones Contemporáneas del Centro de Investigación de la Facultad de Filosofía y Humanidades de la UNC, abocado etnografiar prácticas divertidas o eróticas en la noche, y prácticas culturales. Amige de máscaras, investiga ficciones brillantes hechas sueños en artes escénicas. Como docente en la Especialización de Estudios de Performance y la ESCMB de la UNC, enseña cómo pesquisar en ciencias sociales y artes con teorías mágicas. Como artista y agitador ecocultural trama obras para reflorestar o alucinar bosques. Coordina “A la Peperina”, espacio de investigación con activismos.

Jimena Ines Garrido graduou-se, ao sopé das montanhas Suquía na Argentina, como professora de História e doutora em Ciências Antropológicas na Universidade Nacional de Córdoba (UNC). Integra o grupo de pesquisa Subjetividades e Sujeições Contemporâneas, do Centro de Pesquisa da Faculdade de Filosofia e Humanidades da UNC,

que se dedica à etnografia das práticas de entretenimento ou eróticas noturnas e às práticas culturais. Afeita ao teatro, investiga brilhantes ficções feitas de sonhos nas Artes Cênicas. Como docente de especialização em Estudos da Performance e da Escuela Superior de Comercio Manuel Belgrano da UNC, ensina métodos de pesquisa em Ciências Sociais e artes com teorias mágicas. Como artista e agitadora ecocultural, cria obras no intuito de reflorestar ou alucinar florestas. Coordena “A la Peperina”, espaço de pesquisa e ativismo.

Luís Fernando Beneduzi é graduado, mestre e doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi professor da Universidade de Bolonha de 2005 a 2009, da Johns Hopkins University de 2009 a 2013 e atualmente é professor titular de História e Instituições das Américas junto à Universidade Ca’ Foscari de Veneza, atuando também no Doutorado em Línguas, Culturas e Sociedades Modernas. Coordena o Núcleo de Estudos em Transculturação, Identidade e Reconhecimento (NETIR), junto à Universidade Federal do Espírito Santo, e é membro da direção da Associação Internacional AREIA (Áudio-Arquivo sobre as Migrações entre a Europa e a América Latina), com sede na Universidade de Gênova. Seus temas de pesquisa estão relacionados com a imigração italiana e os movimentos transnacionais (especialmente de brasileiros na Europa), identidade nacional na América Latina, memória, imaginário social, nostalgia, sensibilidade e as relações entre a História e a Literatura, especialmente no âmbito das questões migratórias e das identidades nacionais. Desenvolveu atividades como professor visitante na Universidad de la República (Uruguai), Universidad de Barcelona e Universidad de Cádiz (Espanha), Universidade de Lisboa (Portugal), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade do Estado de Santa Catarina e Universidade Federal do Espírito Santo (Brasil).

Maria Catarina Chitolina Zanini é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1987), mestra em Antropologia pela Universidade de Brasília (1997), doutora em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (2002)

e Pós-Doutora pelo Museu Nacional (MN-UFRJ) (2008). Atualmente, é professora titular da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Coordenadora do Núcleo de Estudos Contemporâneos (NECON/UFSM), que congrega pesquisadores, estudantes de pós-graduação e graduação. Membro do Comitê de Iniciação Científica e de Inovação Tecnológica da UFSM. Tem experiência na área de Antropologia, trabalhando principalmente com as seguintes temáticas: migrações, teoria antropológica, campesinato e etnicidade. Foi *Visiting Scholar* na Università Ca'Foscari di Venezia (Itália), em 2019. É pesquisadora associada do Núcleo de Estudos Migratórios (NIEM-UFRJ) e do Instituto Histórico de São Leopoldo (ISHL). É membro do Migraidh/UFSM e da Cátedra Sérgio Vieira de Mello UFSM, na qual desenvolve atividades de pesquisa, ensino e extensão sobre migração e refúgio. É sócia da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), mãe de dois filhos e pesquisadora PQ 2/CNPq desde 2012.

Maria Cristina Dadalto é graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Espírito Santo (1986), mestre em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003), doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2007) e Pós-Doutora pela Università Ca'Foscari di Venezia (2019). Atualmente, é professora associada da Universidade Federal do Espírito Santo, vinculada aos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em História. Coordenadora do Laboratório de Estudos do Movimento Migratório e História Oral (LEMM). Membro pesquisadora do Laboratório de Estudos de Identidades e Tecnociência (LEIDTEC) e do Núcleo de Estudos em Transculturação, Identidade e Reconhecimento (NETIR). Membro da Associazione Internazionale AREIA.

Mónica Gatica es licenciada en Historia por la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, UNP (1993) y es especialista en Ciencias Sociales por la misma Facultad (1999); doctora en Historia por la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional

de La Plata (2011). A la fecha es profesora asociada regular exclusiva en la materia Historia de América. Registra actividad acreditada como investigadora desde 1991, habiendo obtenido financiamiento para sus proyectos, y recibiendo también premios y becas en su trayectoria. Ha sido fundadora, ha dirigido, y a la fecha es miembro del Comité Académico del Instituto de Investigaciones Históricas y Sociales INSHIS. Dirige el Grupo de Estudios sobre Movilidades, Inmovilidades y Territorios - GEMIT-; es directora del Proyecto de investigación: Historia y Memorias de la Clase Obrera en el Noreste de Chubut, VI parte, lo que da cuenta de un período de 30 años abordando los devenires de la clase obrera en la región. Es miembro plena de redes y asociaciones vinculadas al análisis de problemas de historia reciente; a la fecha integra la Comisión Directiva de la Asociación de Historia Oral de la República Argentina - AHORA-. Coordina actualmente en Trelew el dictado de la Maestría en Historia y Memoria de la Universidad Nacional de La Plata, dictando también en este postgrado seminarios metodológicos y de tesis. Ha sido aceptada en el Programa de Postdoctorado en Humanidades y Ciencias Sociales de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (FaHCE) de la Universidad Nacional de La Plata con el Proyecto: Historia Oral - Historia Reciente. Diálogos desde el Sur: experiencias y movilidades analizadas a partir de distintas claves interpretativas.

Mónica Gatica é licenciada em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNP (1993), especialista em Ciências Sociais pela mesma faculdade (1999) e doutora em História pela Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação da Universidade Nacional de La Plata (2011). À data, é professora associada regular exclusiva na disciplina de História da América. Dedicase à pesquisa desde 1991, tendo obtido financiamento aos seus projetos, além de prêmios e bolsas ao longo da sua carreira. Foi fundadora, coordenadora e até hoje é membro do comitê acadêmico do Instituto de Pesquisas Históricas e Sociais (IPHS). Coordena o Grupo de Estudos sobre Mobilidade, Imobilidade e Territórios (GEMIT). É coordenadora do projeto de pesquisa História e

Memórias da Classe Trabalhadora no Nordeste de Chubut, VI parte, que representa um período de trinta anos de estudos abordando o futuro da classe trabalhadora na região. É membra plena de redes e associações ligadas à análise de problemas da história recente. À data, é membra do Conselho Diretor da Associação de História Oral da República Argentina (AHORA). Atualmente coordena, em Trelew, o curso de Mestrado em História e Memória da Universidade Nacional de La Plata, organizando também seminários metodológicos e de teses. Foi aceita no Programa de Pós-Doutorado em Ciências Humanas e Sociais da Faculdade de Ciências Humanas e da Educação (FaCHE) da Universidade Nacional de La Plata, com o *Projeto História Oral – História Recente. Diálogos do Sul: experiências e mobilidades analisadas a partir de diferentes chaves interpretativas*.

Mylene Mizrahi é graduada em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) (1988), com mestrado (2006), doutorado (2010) e pós-doutorado (2016) em Antropologia Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutorado-sanduíche no Departamento de Antropologia da University College London (2008). Atualmente, é professora no Departamento de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio, onde coordena o EstetiPop – Laboratório em Estéticas, Cultura Pop/Popular e Antropologia. É membro do conselho editorial da Editora da PUC-Rio, pesquisadora associada ao Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente (NIREMA/PUC-Rio), ao Núcleo de Arte, Imagem e Pesquisa Etnológica (NAIPE/UFRJ) e ao Grupo de Estudos do Consumo (UFF/UFRJ) e membro da Rede de Estudos e Pesquisas sobre Ações e Experiências Juvenis (REAJ). Sua trajetória de pesquisa se faz junto a seu interesse continuado na dimensão estética e sensível da vida social. Tal interesse se inicia no campo da criação de moda e do estilo, desenvolve-se junto à Antropologia da Arte e hoje se beneficia ainda da articulação com o campo da Educação. Seus temas de pesquisa incluem cultura pop e popular, estéticas e artes periféricas,

subjetivação artística, estéticas corporais, gênero e relações raciais, teoria feminista, redes de conexões, juventude e escola, imagem e digitalização da vida social.

Patrícia Pereira Pavesi é graduada em Filosofia, especialista em Filosofia Contemporânea pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), mestra e doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. Professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais da UFES e docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PGCS/UFES). Integrante do Laboratório de Estudos de Identidades e Tecnociência (LEIDETEC), do Grupo de Estudos do Consumo e do Grupo Interinstitucional de Estudos de Cibercultura. Coordenadora do *Deep Social Labs* e do *Data Kula Labs*. Tem experiência e interesse de pesquisa orientada por *big data* e *thick data* em antropologia digital, antropologia computacional, ciência social computacional, estudos de ciência e tecnologia, antropologia e futuros, identidades algorítmicas, consumo de tecnologias de informação, práticas de consumo em plataformas digitais e propaganda computacional.

Robson Laverdi é bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal de Uberlândia, mestre pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutor pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com estágio pós-doutoral pela Universidade Federal de Santa Catarina. Foi professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) de 1997 a 2012 e atualmente é professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com atuação no Programa de Pós-Graduação em História. Coordena o Núcleo/Laboratório de Pesquisas Memória, Cultura e Natureza. Desenvolve pesquisa continuada sobre memória, oralidade e cultura ordinária, com ênfase em história oral ambiental. Desenvolveu atividades como professor visitante na Universidad Nacional de San Juan Bosco (Patagônia/Argentina), Universidad de Buenos Aires (Argentina) e Univesidad de la República (Uruguai). Contribui como professor convidado da Cátedra Unesco/UFGD Gênero, Diversidade Cultural e Fronteiras.

Onze entre pesquisadoras e pesquisadores em diferentes áreas das Ciências Humanas e de várias Universidades na América e na Europa estão aqui reunidos para aprofundar distintas formas de entrevista feitas entre Argentina, Brasil e Itália e, partindo de um específico caso de estudo, apontam ou elaboram, de maneira pormenorizada, as implicações metodológicas da produção e da análise da entrevista. Não só: alguns autores e autoras, no interior da narração, tecem uma escrita de si mesmos. A ocasião do encontro foi um seminário sobre as novas metodologias para o estudo da história oral, celebrado na Universidade Ca' Foscari de Veneza, em fevereiro de 2020, justo no momento do surto da pandemia que, na Europa, golpeou por primeiro o Norte da Itália. A leitura deste livro demonstra que, não obstante as dificuldades que infelizmente todos conhecemos, os autores e autoras constituíram-se como um verdadeiro grupo de trabalho e as interconexões, dentro de temas aparentemente tão diferentes entre si, são indícios evidentes de um debate que a distância e o isolamento não apagaram.

Chiara Vangelista



unesco

Cátedra Diversidade
Cultural, Gênero e
Fronteiras



**UNHCR
ACNUR**

Agência da ONU para Refugiados



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**

Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná